

JAN-JUN/2020

ON LINE
LIBERTAS

CAPA / PINTURA: Antônio Rocco, Imigrantes (1911)

VOLUME 20

NÚMERO 1

e-ISSN 1980-8518

**REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

R E V I S T A

LIBERTAS ON LINE

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

NÚMERO 20

VOLUME 1

ANO 2020

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantém interlocução.

EDITORES

Dr^a. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Chefe

Dr. Alexandre Aranha Arbia, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Secretária: Marilda Aparecida Bechtluft

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Faculdade de Serviço Social – UFJF
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
Editores:
Carina Berta Moljo (editora-chefe)
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes
Editores de Leiate:
Marilda Aparecida Bechtluft
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes
CAPA/PINTURA: Antonio Rocco, *Imigrantes*, 1911
ARTE CAPA: Ronaldo Vielmi Fortes
Juiz de Fora/MG, junho, 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) – .
– Juiz de Fora, ano 2020 –
v.20 nr. 1.
Semestral
Resumo em português e inglês
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Publicação indexada em:

- . Diadorim
- . Latindex
- . Periódicos de Minas
- . OJS
- . Portal de Periódicos Científicos da UFJF

Editorial	VII
40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios Marilda Villela Iamamoto	01
O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios Ivanete Salete Boschetti	21
Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo Marina Barbosa Pinto; Augusto Santiago Cerqueira	38
Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social Ricardo Lara	53
Depois do vírus: onde você vai estar quando isso passar? Felipe Abranches Demier	70
Migraciones contemporáneas: una aproximación al caso español en un contexto de avance del conservadurismo Miguel Ángel Oliver Perelló	78
La tercera interrupción en Trabajo Social Maria Eugenia Hermida	94
Ofensiva conservadora na educação superior e os desafios à formação em Serviço Social no Brasil Sandra de Faria; Sarah Avelar	120
Residência Multiprofissional: notas sobre uma formação através do trabalho em saúde Leticia Batista Silva	134

Residências multiprofissionais em saúde: elementos acerca do direcionamento pedagógico da formação	153
Ana Maria Ferreira; Laura Marcelino Leal; Laura Pires Gualberto Marçola	
O trabalho profissional do assistente social na saúde: um estudo sobre a realidade das residências multiprofissionais	170
Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Joseane Barbosa de Lima, Vanisse Bernardes Bedim	
Programa bolsa família em Belém/PA: contradições, necessidades e reprodução da pobreza	190
Cilene Sebastiana Braga; Roselene de Souza Portela; Jessica Larissa da Silva Carvalho	
O livro II de O capital e o Direito: um debate com Pachukanis	210
Vitor Bartoletti Sartori	
----- TRADUÇÃO DOS CLÁSSICOS -----	
O Jardim na estética de Lukács	256
György Lukács	
----- ENTREVISTA -----	
Entrevista com Susana Cazzaniga	276
Carina Berta Moljo; Katia Marro; Maria Lucia Duriguetto	



CAPA / PINTURA: Antonio Rocco, *Imigrantes*, 1911

EDITORIAL

Demais, a sua educação militar e a sua fraca cultura deram mais realce a essa concepção infantil, raiando-a de violência, não tanto por ele em si, pela sua perversidade natural, pelo seu desprezo pela vida humana, mas pela fraqueza com que acobertou e não reprimiu a ferocidade dos seus auxiliares e asseclas.

Lima Barreto, *O triste fim de Policarpo Quaresma*
... a propósito de Floriano Peixoto

O processo de editoração desse volume da Revista LiberTas teve a peculiaridade de coincidir com um momento no mínimo inusitado da história contemporânea: a pandemia provocada pelo vírus corona. A tão propalada globalização da economia estende o leque de suas consequências não apenas para a campo das crises econômicas propriamente ditas, mas também para outras esferas essenciais da vida, neste caso, a saúde. O caráter inesperado desta crise assoma-se aos rumos praticamente inevitáveis da crise econômica que estava por vir; a pandemia se junta às tendências em curso e eleva a crise ao patamar de catástrofe internacional de imensas proporções. Em meio às incertezas das consequências mundiais a que o desfecho desta crise pode levar, nós brasileiros, por nossas próprias mazelas e indefinições, podemos esperar um conjunto de irresolubilidades sociais ainda maiores.

O agravamento particular da crise em nosso país tem raízes bem antigas, fruto da estrutura e “tradição” que nunca deixou de ser marcada pelos traços conservadores e retrógrados presentes desde sempre na sociedade brasileira e hoje agravados por posições extremas, irascíveis e impulsivas. Não bastasse a situação de calamidade própria de uma pandemia, assistimos ao descontrole e acirramento de posições políticas, em um caos tão insano que eleva às raias do absurdo a prostração e inação debochada frente aos malefícios causados pelo vírus. Nunca de forma tão evidente como agora, as tendências mais absurdas e extremas do conservadorismo haviam-se presentificado de maneira tão explícita. Em um momento em que a urgência dos tempos exige lucidez e clareza para a prospecção do futuro, assistimos ao desenredo do caos político e governamental orquestrado pelo retorno de um passado que sempre insistiu em se fazer presente.

A propósito das raízes deste conservadorismo que assola o presente, cumpre aditar algumas rápidas palavras. Ele nunca deixou de existir, apenas se recolheu por um período como um predador à espreita esperando o momento ideal para proferir seu ataque. Sobre o processo da formação da sociedade brasileira, em particular, sobre a composição das forças que se colocaram como os dominantes dos rumos nacionais, Carlos Nelson Coutinho tece considerações bastante elucidativas sobre a transição do Brasil para o capitalismo:

a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tomavam necessárias, elas eram feitas 'pelo alto', através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um 'grande mundo' democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada.¹

O conservadorismo atravessa toda a história brasileira, cuja marca inapagável trovem de seu nascedouro. A peculiar entificação do capitalismo, em nosso país, não ocorreu por meio de uma revolução, mas pela conciliação em que preserva os interesses “de uma mesquinha vida privada”. Desse modo, não se insere o novo, apenas se muda um âmbito restrito da realidade social – alguns aspectos de sua economia – promovendo a manutenção dos antigos privilégios em detrimento de quaisquer formas de expressão autêntica da vontade coletiva.

Os primórdios da sociedade brasileira são marcados pelo confronto entre duas grandes tendências na política. A vitoriosa, caracterizada pela perspectiva tradicionalista e conservadora contrapôs-se à tendência que propunha transformações de feição democrático e à ideia de um desenvolvimento econômico nacional próprio. Quanto a isso, vale lembrar as palavras de José Onório Rodrigues:

A vitória secular da primeira representou a derrota do progresso econômico e, conseqüentemente, a história cruel para o povo, sacrificado na educação, na saúde, no bem-estar. Se somarmos o sangue dos rebeldes e inconformados à crueza das repressões, às rebeldias, à contínua e ininterrupta insensibilidade das lideranças, à mortalidade infantil, ao apavorante e desmoralizante grau de analfabetismo, ao número de doentes, ao crescimento das favelas, e à vida sub-humana das populações rurais, teremos um processo histórico cruento.²

As páginas ainda não viradas de nossa histórica ficam evidentes quando folheamos as

¹ COUTINHO, Carlos Nelson; *Literatura e humanismo*; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967; p. 142.

² RODRIGUES, José Osório; *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico*; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 114.

páginas de uma obra literária que retrata de maneira excepcional as raízes da formação do espírito de parte de nosso povo. As semelhanças não são meras coincidências, pois retratam um passado que insiste em se fazer presente. A propósito de Floriano Peixoto, esse ícone funesto da instauração da república brasileira, nos diz Lima Barreto:

A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se. Levada a coisa ao grande, o portar-se mal era fazer-lhe a oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. (LIMA BARRETO, 2018, p. 346)

As surpreendentes e decisivas considerações de Lima Barreto não se rendem à compreensão simplicista que reduz o curso da história à personalidade das figuras que desempenharam papel proeminente em determinadas épocas. Tais personalidades somente ganham relevância na medida em que cumprem um papel social correspondente às expectativas e características sociais de certas classes, na exata medida em que compõem o perfil mais geral de parte expressiva de uma população, em que representa seus elementos tendenciais, mesmo se contraditórios; ou seja, quando cumprem um mandado social historicamente posto pelas condições sociais de uma nação. A esse propósito, Lima Barreto acrescenta acertadamente:

Sua preguiça, sua tibieza de ânimo e seu amor fervoroso pelo lar deram em resultado esse “homem-talvez” que, refratado nas necessidades mentais e sociais dos homens do tempo, foi transformado em estadista, em Richelieu, e pôde resistir a uma séria revolta com mais teimosia que vigor, obtendo vidas, dinheiro e despertando até entusiasmo e fanatismo. (LIMA BARRETO, p. 346)

Se omitirmos as especificidades históricas, se nos déssemos ao trabalho de substituir nomes e situações particulares, reescrever essas palavras em nossos dias significaria uma descrição bem próxima aos descabros e descaminhos em curso no país.

Sem negligenciar a particularidade histórica dos dias atuais, não seria de todo incorreto compreender o campo das forças em curso, como formas de regressividade de um capitalismo periférico e dependente. Entretanto, tal forma regressiva tem intenções recônditas que precisam ser trazidas à luz. Em um país em que parte não desprezível da população (o famigerado e persistente “30%”) se vê arrebatada pela retórica verde-amarela de seu chefe, tomados por arroubos de alta tensão patriótica, cuja face mais aparente não deixa de ser a expressão disfarçada do sussurrante instinto pequeno burguês, o que se põe no horizonte – para esses – é a defesa, *custe o que custar*, do *status quo*. Não nos enganemos, esse espírito de ódio pelo adversário, essa mentalidade agressivamente autoritária, os brados retumbantes de reconstituição das antigas tradições e de uma moral cristã arcaica, prestam-se, na realidade, à

preservação da forma peculiar do capitalismo dos “tristes trópicos”. Em termos mais diretos, o que se põe como regressividade no plano da cultura, da moral e dos direitos, se oferece como grande aliado na linha de frente da ofensiva do capital. Nada mais são do que as duas faces distorcidas de um Jano³ perverso e ludibriador – pois, desprovidas da sapiência do deus romano e alheias e contrárias às mudanças e movimentos transformadores. São faces distintas em uma única cabeça, perfis diferentes em um mesmo corpo, cujos olhos apesar de mirarem em sentidos opostos, pelo guiar de suas pernas seguem sempre a mesma direção, qual seja, a da manutenção de prerrogativas, o restabelecimento e intensificação das diretrizes econômicas de uma classe social que persiste em constante peleja para não perder a direção do processo social. A face do velho traveste-se em novo, perfazem a síntese de um futuro que somente se oferece na aparência, na medida em que preserva e intensifica as formas sociais de exploração necessárias ao processo de acumulação do capital.

A luta contra o conservadorismo e contra as tendências de exploração econômica sempre foram bandeiras decisivas para contrapor às elevadas taxas de desigualdades e às injustiças sociais que marcam sobremaneira o decurso de nossa história. Dentre os vários movimentos de resistência e de luta por transformações, o Serviço Social tem uma parte relevante de contribuição. Desde a década de 1980, a área tem sua trajetória marcada pela “recusa do conservadorismo de origem” (cf. Iamamoto, p.5, desta edição). O conservadorismo, no Serviço Social, nada mais é do que uma das expressões da composição de forças da sociedade civil. O combate interno que se processo no Serviço Social é uma das formas parciais de luta – mas nem por isso sem importância – que se desenrola em um terreno mais amplo, o das lutas sociais em sua dimensão mais geral. O Serviço Social é parte desta história de resistência e da luta por transformações.

Os dois artigos que abrem este número de nossa revista registram as intervenções de duas grandes expoentes do Serviço Social no XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019 - *40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios*. Falar dos 40 anos, implica reportar ao memorável III CBAS (1979), que sem dúvida constitui o marco histórico onde a “resistência coletiva de assistentes sociais à ditadura empresarial–militar e ao conservadorismo no Serviço Social em favor de sua renovação histórico-crítica” (cf. nesta edição, p. 1). A ruptura implicou, de modo necessário, deflagrar lutas contra posições

³ Jano é dos mais antigos deuses do panteão romano, filho de Creusa e Apolo. É representado por caras opostas, uma olha para frente e outra olha para trás, como se examinasse as questões por todos os seus aspectos.

conservadoras ativas, pondo como eixo decisivo a crítica social como elemento capaz de firmar o compromisso de assistentes sociais com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para sermos mais direitos, cabe dar a palavra às próprias autoras. No artigo de Marilda Yamamoto, lemos que “a ‘virada’ revela a sintonia de parcelas significativas do Serviço Social brasileiro com experiências de segmentos de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação às lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas” (cf. nesse volume, p. 1).

Ivanete Boschetti em seu artigo, *O Serviço Social na história*, enfatiza a necessidade na formação em Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação, sempre salientar a importância da crítica à incapacidade civilizatória do capitalismo em conviver com a conquista de direitos. Os 40 anos de história da profissão foram marcados por lutas decisivas, que vão desde os enfrentamentos do período do regime autocrático de 64, passando pela democracia burguesa, cuja expressão maior é a Constituição Federal de 1988, até os dias atuais em que impera o obscurantismo e o ataque à própria democracia burguesa, frutos do a autora designa como o hiperliberalismo.

A contraposição ao conservadorismo não negligencia de modo algum os desafios contemporâneos, o horizonte canhestro do neoliberalismo que frontalmente ataca direitos dos trabalhadores, cerceia ao máximo e até mesmo aniquila políticas sociais conquistadas a “duras penas”. Nesse sentido os artigos convergem ao compreender que recordar o passado é compreender a trajetória da luta, suas conquistas, erros e acertos, sempre como forma de enfrentar os desafios do presente. Conforme ambas as autoras dão testemunho, a luta está longe de um fim, pelo contrário, acirra-se não somente no interior das fronteiras nacionais, mas ganha a feição temerária de um retrocesso que se desdobra no plano internacional.

Esse conservadorismo aliado fiel do neoliberalismo se vê, conforme já dissemos, imerso em uma crise de proporções inesperadas: a pandemia. Nem um, nem outro, mostram-se capazes de dar respostas, de estabelecer rumos e perfilar possíveis resoluções. No que diz respeito à crise da economia, os que hoje ladeiam o mandatário do país, veem-se mais tranquilos em dissimular a situação, isentam-se de qualquer culpabilidade, pois basta justificá-la pela ausência do programa neoliberal, algo como o argumento tautológico de parca persuasão como: “a crise está aí, pois não somos neoliberais”. Entretanto, quando o vírus se apresenta como desafio traz consigo o velho dilema, tão ameaçador aos princípios liberais, da contradição entre o bem

comum e os interesses individuais. Difícil, nessa nova equação social, continuar a ver nos interesses individuais a possibilidade da realização do bem de todos. Torna-se difícil defender o egoísmo natural do humano como fundamento da prosperidade, quando a realidade nos exige exatamente o caminho contrário: o da solidariedade e do compromisso social de cada indivíduo pelo bem de todos.

A incapacidade de apresentar soluções se transforma, no entanto, em teimosia e cinismo. Cinicamente os vemos entoar os cânticos da famigerada Escola de Chicago, em que o mestre Milton Friedman sempre vislumbrava nas crises a possibilidade de impor sua agenda liberalizante. Contra tal cinismo e contra a vociferação da intolerância conservadora que avassala o país, faz-se necessário voltar a tremular as bandeiras da crítica social.

Em meio a um processo em curso, não se apresentam ainda as dimensões exatas das consequências humanas e sociais, muito embora a urgência do momento nos cobra reflexões, ainda que aproximativas, sobre os possíveis desdobramentos. Precisamente com vistas na necessidade da compreensão e da crítica, abrimos espaço nessa edição para reflexões dirigidas diretamente a tal problemática, não apenas ao problema da pandemia tomado em si mesmo, mas às possíveis consequências econômicas e sociais que podem advir de tal situação.

São três os artigos destinados a essa discussão. No primeiro, de título *Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo*, Marina Barbosa e Augusto Cerqueira – membros da diretoria da APES, Seção Sindical de Juiz de Fora – trazem em seu texto a preocupação que vincula crise sanitária à expansão do modo de produção capitalista. Para os autores não há como deixar de perceber na linha dos desdobramentos econômicos tendências que criam condições propícias para o surgimento e frequente eclosão de surtos de gripe capazes de evoluir para pandemias, tais como o recente caso da H1N1 e do caso atual da COVID-19. Há, segundo os autores, uma relação entre a crise estrutural do capital que, como subterfúgio, “intensifica o avanço sobre o meio ambiente juntamente ao desmonte dos mecanismos de proteção social e do trabalho” (cf, neste volume, p. 38).

Em uma linha similar, mas com contribuições distintas, Ricardo Lara – professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – procura estabelecer um “diálogo entre a crítica epidemiológica e as relações sociais de produção, com o propósito de indicarmos caminhos possíveis de compreensão da Covid-19 pautados na análise histórica dos processos socioeconômicos” (cf. nesta edição, p.54). Sua trajetória de pesquisa sobre as condições e transformações do trabalho na contemporaneidade, o torna apto a trazer elementos

para um panorama sucinto e decisivo sobre os acontecimentos recentes. Se ainda não é possível apresentar respostas precisas, a construção de boas questões, a formulação dos problemas centrais, são nesse momento a melhor forma de contribuição para compreensão da situação atual e de seus desdobramentos. E o autor o faz com competência.

O terceiro artigo que se debruça sobre a mesma temática, de Felipe Demier – professor do Departamento de Política Social (DPS) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ –, cujo título é *Depois do vírus: onde você vai estar quando isso passar?*, cumpre o papel de um significativo ensaio, cujas intenções são advertir sobre os possíveis desdobramentos da crise sanitária e econômica. Se a questão proposta parece se reportar à dimensão propriamente individual, subjetiva, o autor não se furta a demarcar que a individualidade deve ser compreendida como sujeitos coletivos. Nesse sentido, as respostas e as alternativas para a saída da crise cobram de cada um a responsabilidade para a construção do futuro da sociedade pós-pandemia, exige de todos uma reflexão a respeito dos valores por meios dos quais podemos pensar a edificação de uma sociedade para além dos ditames que regem os interesses econômicos da sociabilidade atual.

Na sequência o artigo *Migraciones contemporaneas*, de Miguel Perelló – *Profesor de los estudios de Grado en Trabajo Social (Universitat de les Illes Balears-UIB), España* –, confere um importante tratamento a outro tema de grande atualidade, reflexo expressivo de elementos contraditórios dos rumos históricos que a forma da sociabilidade globalizada põe em curso: a dinâmica migratória. Considerando o fenômeno tal como ocorre na Espanha, o autor discute o crescimento dos discursos anti-imigração, e analisa as políticas europeias de controle do fluxo migratório, com o conseqüente fechamento das fronteiras para os migrantes e para os refugiados. Defende a tese da necessidade de desenvolvimento de políticas migratórias que permitam o acolhimento e integração dos imigrantes por meio de políticas baseadas na igualdade de direitos e de convivência intercultural.

María Eugenia Hermida, professora argentina da *Licenciatura en Trabajo Social de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina*, aborda em seu artigo a questão de como é possível articular projetos e propostas de intervenção social que mudem de maneira efetiva as sociedades neoliberais vigentes. Para analisar o problema a autora avalia que o Serviço Social, na América Latina, em suas últimas cinco décadas, foi atravessado por aquilo que ela designa por “três importantes interrupções”: São elas: *las teorías críticas del marxismo; el enfoque de derechos, género y ciudadanía; y las teorías críticas de lo colonial y el feminismo del Sur*. Com base

nessa tese a autora analisa a genealogia dos processos históricos da América Latina nesse meio século de história.

Outro tema de importância, que com frequência recebe atenção especial nas investigações e pesquisas do Serviço Social, é o papel do assistente social na área da educação. Dentro dessa linha de reflexão, as autoras Sandra Faria (Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás) e Sara Avelar (discente do Programa de pós-graduação PUC-Goiás), retomam o “debate crítico-analítico” com o objetivo de problematizar a contrarreforma da educação superior no Brasil, cuja proposta visa sobretudo a mudança estrutural e conceitual de universidade. A discussão centra-se na análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996 e com ênfase no reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento. O argumento central do artigo considera a hipótese de que a ampliação, sob a lógica mercantil, dos cursos de Serviço Social possui contradições e incompatibilidades com os princípios, os núcleos de fundamentação e os conteúdos primordiais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996.

Os três artigos que seguem, sem a intenção de constituir um todo coeso, não deixam de ganhar certa articulação, uma vez que lidam com um campo de atuação importante do Serviço Social: a residência profissional. O primeiro dessa tríade de artigos, escrito por Letícia Silva – pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ) –, trata do tema relacionando-o ao seu papel de formação profissional. Em suas reflexões a autora apresenta um conjunto de conclusões e indicativos relevantes para pensar criticamente o profissional em Serviço Social, não deixando de enfatizar a prioridade do processo formativo neste âmbito.

Na sequência, o artigo *Residências multiprofissionais em saúde*, escrito por Ana Maria Ferreira (professora da Faculdade de Serviço Social – UFMG), Laura Leal e Laura Marçola (residentes), discorre sobre a pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada entre 2017 e 2018, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social/UFJF em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Procura contribuir com a discussão sobre as concepções “pedagógicas comuns aos programas de residência no Serviço Social”.

Dentro dessa mesma linha, e fruto da mesma pesquisa, três autoras – Luciana de Paula (professora da Faculdade de Serviço Social – UFMG), Joseane Lima, Vanisse Bedim

(residentes) –, no artigo *Residências multiprofissionais em saúde*, discorrem sobre a atuação junto à residência no intuito de estabelecer reflexões sobre as atividades desenvolvidas pelo assistente social-residente, em particular na área da saúde, dando ênfase maior às suas competências e atribuições profissionais.

Se, nesse editorial, inicialmente assumimos um tom cuja intenção é destacar a peculiaridade de nossos dramas nacionais e de nossas questões sociais, outro artigo que compõe esse tomo retoma essas preocupações ao fazer a necessária investigação sobre as consequências diretas e singulares da implementação de programas de política social em nosso país. Em *Programa bolsa família em Belém - PA*, três assistentes sociais (Cibele Braga [UFAM], Roselene Portela, Jéssica Carvalho) se unem para descrever e analisar a efetividade do referido programa junto às famílias belenenses usuárias. Para além da mera consideração do recurso monetário, o artigo coloca a justa questão de saber se seu impacto “tem possibilitado mudanças significativas nas condições de vida das famílias”, se se coloca como capaz de “contribuir para a efetivação dos direitos sociais e melhores condições de vida” (cf. neste volume, p. 196). Decerto a contribuição das autoras nos presta o serviço de, ao analisar a particularidade do caso, auxiliar na formação de uma consideração mais global sobre a natureza do programa e suas consequências frente às expressões da questão social no Brasil.

Por fim, nosso último artigo, escrito Vitor Sartori – professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Geras –, é o resultado de uma pesquisa de fôlego em curso já há algum tempo. Em suas linhas mais gerais, esse esforço intelectual visa estabelecer e analisar as considerações de Marx e Engels sobre o direito, buscando não somente compreender o pensamento de ambos os pensadores em torno do tema, mas inclusive cotejá-los e confrontá-los com a literatura que versou sobre o problema no interior do marxismo e do pensamento filosófico em geral. No artigo, *O livro II de O Capital e o direito: um debate com Pachukanis*, o autor russo é analisado e comentado à luz das obras de seu antecessor: Marx, em particular. Um importante movimento inverso de análise é empreendido neste estudo: cabe julgar o comentador e intérprete, a partir das obras interpretadas. Um traço característico das análises empreendidas por Sartori é a de que ele nunca se rende ao sabor das digressões interpretativas, pelo contrário, toma o texto em suas dimensões efetivas para a partir da análise imanente estabelecer com rigor o conjunto das ideias presentes. Tal procedimento permite realizar o cotejamento entre o texto base – aqui Marx – e a forma pela qual foi tomado por seu intérprete – no caso em questão, Pachukanis. A relevância de tal empreitada está em cumprir a difícil

tarefa de redescobrir Marx em meio ao multiverso de interpretações que recaíram sobre sua obra e obnubilaram seu pensamento.

Com o fechamento da seção destinada aos artigos de fluxo contínuo, damos prosseguimento à nova seção de textos iniciada no volume anterior de nossa revista (19.2), a seção “tradução dos clássicos”. Com a intenção de trazer aos leitores a tradução de textos inéditos na língua portuguesa, de autores significativos do pensamento filosófico e social, este volume traz mais um escrito do filósofo húngaro György Lukács. Trata-se do capítulo de sua *Estética*, destinado à jardinagem. A tradução e apresentação é fruto das atividades da Profa. Dra. Cristina Nacif (professor Faculdade de Arquitetura – UFF\Niterói) em esforço conjunto com João Vitor Giorno, realizado no âmbito do Laboratório Lablegal. A tradução decorre da “necessidade de divulgar no plano acadêmico, especialmente nos cursos de arquitetura e urbanismo, a obra de Georg Lukács e, assim, ampliar e qualificar o debate a partir de uma ontologia marxiana” (cf, neste volume p. 257).

Por fim, fechando esta edição, retomamos a seção entrevista, trazendo o importante depoimento de Susana Cazzaniga, professora argentina, atualmente aposentada, mas que mantém uma atividade acadêmica intensa em diversas universidades em seu país e na América Latina. A entrevista ocorreu em agosto de 2019 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Foram responsáveis pelas perguntas as professoras Carina Berta Moljo (UFJF), Katia Marro (UFF\Rio das Ostras) e Maria Lucia Duriguetto (UFJF). Na entrevista Cazzaniga realiza um interessante apanhado sobre a conjuntura histórica da Argentina ao longo do Século XX e destaca como as condições políticas e sociais impactaram a trajetória do Serviço Social argentino.

Com mais essa edição da Revista LiberTas esperamos continuar contribuindo para o debate das ideias. Julgamos que o processo de conhecimento não é uma forma de persuasão, nem a imposição das próprias convicções, mas acima de tudo o procedimento em que o diálogo, o debate, os consensos e contradições entre ideias constituem os meios mais profícuos para estabelecer maneiras mais efetivas de apreensão da realidade. Aos leitores, desejamos uma boa leitura e esperamos poder contribuir com o princípio de suma importância que nunca deve ser abandonado e deixar de ser defendido contra toda tentativa de cerceamento: o livre pensar. Este é, provavelmente, a principal arma crítica contra os descaminhos do presente.

Alexandre Aranha Arbia, Carina Berta Moljo, Ronaldo Vielmi Fortes

40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios¹

Marilda Villela Iamamoto*

RESUMO: Este texto é a base da conferência de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – Brasília (DF) 2019. Registra a história e memória do III CBAS (1979), marco simbólico na resistência coletiva de assistentes sociais à ditadura empresarial–militar e ao conservadorismo no Serviço Social em favor de sua renovação histórico-crítica. Afirma-se o compromisso com os trabalhadores, contra a barbárie, em favor da democracia e da emancipação humana. O texto aborda a história e desafios contemporâneos do Serviço Social em tempos de ultraliberalismo: conquistas alcançadas, o neoconservadorismo no Serviço Social e a necessidade de afirmação do projeto profissional construído nos últimos 40 anos.

PALAVRAS-CHAVE: História do Serviço Social; III Congresso brasileiro de assistentes sociais; resistência e renovação crítica do serviço social no Brasil.

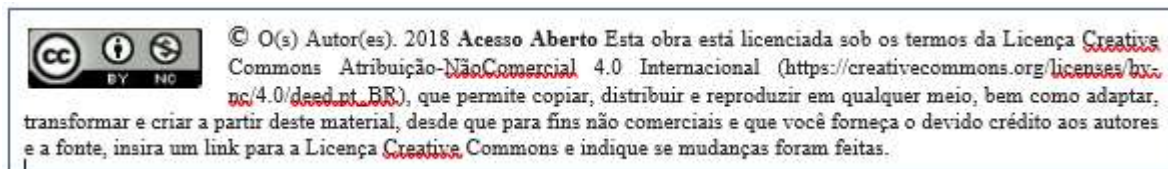
40 years of the turn of social work in Brazil: history, present and challenges

ABSTRACT: This text is the basis of the opening conference of the XVI Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) - Brasília (DF) 2019- It registers the history and memory of the III CBAS (1979), a symbolic landmark in the collective resistance of social workers to the business dictatorship– military and conservatism in Social Work in favor of its historical-critical renewal. The commitment to workers, against barbarism, in favor of democracy and human emancipation is affirmed. The text addresses the history and contemporary challenges of Social Work in times of ultraliberalism: achievements achieved, neoconservatism in Social Work and the need to affirm the professional project built in the last 40 years.

KEYWORDS: History of social work; III Brazilian Congress of social workers; Resistance and critical renovation of the social work in Brazil.

Submetido em 20/04/2020

Aprovado em 30/04/2020



¹ Este texto tem por base o pronunciamento sobre o mesmo tema efetuado no 12º Seminário Anual de Serviço Social, promovido pela ed. Cortez, em São Paulo, em maio de 2019 (IAMAMOTO, 2019) e a conferência de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Brasília (DF), em novembro de 2019, com o mesmo título deste artigo.

* Pesquisadora do CNPQ, bolsista produtividade 1A. Autora de vários livros e artigos em periódicos científicos na área de Serviço Social. Professora titular aposentada da UFRJ e da UERJ. Prof. Visitante da UFJF (agosto 2019 a julho 2020). E-mail: mviamoto@uol.com.br.

Introdução

*Ninguém solta mão de ninguém...
“Vamos de mãos dadas”
como sugere o poeta Drummond.*

Comemoramos os 40 anos da histórica “virada” de compromisso político-profissional no Serviço Social brasileiro *com o bloco do poder em favor dos interesses de trabalhadores e trabalhadoras, contra a barbárie, pela democracia e pela emancipação humana*. Estamos aqui, de mãos dadas, na maior corrente viva já reunida com 4.500 participantes, na defesa da vida e do sonho de um Brasil fraterno, livre e igualitário. Estamos aqui para fazer valer nossa voz – junto com a voz de milhões de brasileiros – na defesa de nossa frágil e restrita democracia e dos direitos conquistados. Estamos aqui para reafirmar conquistas do Serviço Social brasileiro expressa na sua maioria acadêmica, ética e técnico-política. Estamos aqui na defesa intransigente do projeto ético-político do Serviço Social no novo cenário histórico e a legitimidade de nossas entidades representativas, que organizam este XVI CBAS². Estamos aqui para dizer não ao desmonte da seguridade social estatal e das demais políticas sociais; à disseminação da violência contra os trabalhadores brancos e negros, homens e mulheres, LGBTQIs, pobres das periferias urbanas e do campo, encarcerados, dentre muitos outros segmentos de classe. Apoiamos a organização autônoma dos trabalhadores na defesa do emprego, do trabalho digno e com proteção. Lutamos pelo direito à vida contra todas as formas de violência, na construção coletiva de tempos mais humanos para todas(os) no devir da história.

É na defesa das conquistas acumuladas em 40 anos de renovação crítica do Serviço Social brasileiro, que pensamos o Serviço Social nesses tempos sombrios e os nossos desafios prático-profissionais para alimentar a resistência. Assistentes sociais brasileiros em aliança com os segmentos de trabalhadores cujos interesses têm sido severamente atingidos pelo poder político e econômico, posicionam-se no campo da resistência política na cena pública (CFESS, 2018; ABEPSS, 2018).

O Serviço Social inscreve-se na história, nas relações entre as classes e com o Estado,

² Meus agradecimentos às entidades organizadoras – CFESS, ABEPSS e ENESSO – pela *honra do convite* de participar da abertura deste histórico XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: o maior de todos os tempos. Faço minha as palavras de Violeta Parra: “*gracias a la vida que me ha dado tanto...*” Meus cumprimentos às colegas de mesa e às *laos assistentes sociais do Brasil presentes neste histórico Congresso, com mais de 4.500 participantes, mais além das mídias sociais*. Este CBAS demonstra nossa força coletiva e nossa capacidade de organização e a *legitimidade de nossas entidades, unindo forças na luta contra a barbárie*.

privilegiando os interesses das (dos) trabalhadoras(es). Este ângulo implica o reconhecimento do conflito de classes em suas dimensões materiais e espirituais, e a construção da resistência coletiva. O conteúdo da exposição abrange, além da introdução: 1) História e memória no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2) História e desafios contemporâneos.

Nesses tempos de profunda regressão conservadora sob a égide ultraliberal, mediante um Estado prioritariamente direcionado ao favorecimento do grande capital produtivo e das finanças. São *também novos tempos de disputas pelo poderio econômico e militar no cenário mundial* entre Ocidente e Oriente que se refratam na geopolítica para a América Latina e o Caribe, com o avanço de projetos societários radicalmente liberais e regressivos.

Mas aqui também se luta e se faz história como o atestam a resistência e protestos que se propagam na Bolívia, com a quarta reeleição de Evo Morales – derrotando o ex-presidente Carlos Mesa – posteriormente destituído do poder; a explosão de manifestações massivas do povo chileno contra a plataforma neoliberal privatizante do governo Sebastian Piñera, com graves efeitos nas condições de vida do povo chileno. No Equador, revoltas lideradas por comunidades originárias obrigaram o governo a recuar do aumento de 123% nos preços dos combustíveis estabelecidos em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como condição para a liberação de empréstimo de US\$ 4,2 bilhões. No Haiti disseminam protestos contra o governo do presidente Jovenel Moïse, apoiado por integrantes da Missão das Nações Unidas de Estabilização naquele país (Brasil e Argentina). No México, em 2018, a vitória do presidente López Obrado rompeu o histórico controle de partidos conservadores. Na Argentina, o ultraliberal presidente Macri é derrotado no primeiro turno com a vitória de Alberto Fernandes. Não se pode silenciar a histórica defesa do povo venezuelano às pressões norte-americanas. À luta dos povos de *Nuestra América*, nossa solidariedade.

No Brasil, o governo eleito intensifica o alinhamento político-econômico do país aos EUA, aprofundando a inserção subordinada e dependente à ordem do capital. Em resposta à crise mundial, uma política neoliberal de radical privatização de bens públicos é praticada em detrimento das maiorias. Este governo reforça o braço repressivo do Estado e a presença das Forças Armadas no controle dos poderes da República. A prisão ilegal do Presidente Lula, denunciada no mundo pela campanha “Lula Livre”, revela um Poder judiciário em flagrante tensão com a Carta Constitucional.

O atual governo confronta valores democráticos e elimina direitos conquistados com a contrarreforma trabalhista e a contrarreforma previdenciária recém-aprovada, o que redund

no desmonte da seguridade social. A disputa pelo fundo público, priorizado para o pagamento da dívida interna e externa, via superávit primário, bloqueia o desenvolvimento econômico com a sangria de recursos financeiros (Iasi, 2019). Faz, assim, crescer o desemprego, o emprego precário sem proteção e o subemprego. A privatização e mercantilização acelerada dos serviços sociais agrava a desigualdade e as condições de vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, trazendo novos desafios ao trabalho dos e das assistentes sociais. A *universidade pública, o ensino superior e o ensino técnico* sofrem cortes de verbas, pressionando sua privatização. A autonomia universitária é ameaçada por supostas “balbúrdias”, a que são reduzidas manifestações críticas à ordem instituída. O controle repressivo ameaça a razão crítica, a liberdade de pensamento no ensino, pesquisa e extensão.

Esses tempos de contrarreformas, de mercantilização universal, de culto ao individualismo e de inegável avanço do conservadorismo são também tempos de estímulo à violência, a práticas de extermínio de jovens pobres, negros, de graves violações de direitos sociais e humanos com as quais nos defrontamos cotidianamente. O assassinato de Marielle Franco, até hoje não elucidado, é exemplar dessa violência. Ela atinge trabalhadores urbanos e rurais em luta pela terra, por trabalho, moradia e direito à cidade; nações indígenas na preservação de suas terras, de seus povos e de suas tradições; afrodescendentes em luta contra as marcas históricas da herança escravocrata, o racismo, a discriminação e o preconceito; crianças e adolescentes de famílias pobres das periferias urbanas; mulheres no combate a opressão, ao assédio, ao feminicídio e pela legalização do aborto; LGBTQIs pelo respeito às diferenças e reconhecimento de sua humanidade, dentre muitos outros segmentos sociais com quem trabalhamos.

Contra todas estas agressões, diversos segmentos sociais vêm manifestando resistências. Mas temos o grande desafio de transformar essas resistências em movimentos articulados de massa, única condição de impedirmos a continuidade do desmonte e do ataque aos nossos direitos. E é no campo da luta e da defesa dos “de baixo”, que o Serviço Social se posicionou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979).

História e memória do III CBAS: resistência e renovação

O III CBAS foi a *primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos e das assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou*. Ele foi contemporâneo à Lei da Anistia, promulgada com limites, em 1979, ante a reivindicação

de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Ela é aqui lembrada para que não se esqueça e para que nunca mais aconteçam atrocidades que acompanham a ruptura do regime político democrático e das garantias constitucionais. As prisões arbitrárias e a tortura em nome da “segurança nacional”, a perda de direitos civis e políticos devastaram vidas daqueles que lutaram pela democracia e pela emancipação humana. Criminalização, repressão e tortura atingem hoje a população empobrecida e encarcerada. Nosso repúdio veemente às apologias à ditadores e torturadores.

Como já assinalo em outra ocasião, ao nível do senso comum, vem sendo difundida uma *visão mágica do III CBAS*, desvinculado da história: tanto da realidade latino-americana – em sua unidade de diferenças históricas nacionais – quanto da trajetória profissional que desencadeia o *processo da virada* ao nível da América Latina e do Caribe. São 40 anos do *momento simbólico da virada*, mas são mais de 50 anos *do processo da virada*, ao considerarmos o debate latino-americano do movimento de reconceitualização do qual somos parte. No Brasil poderíamos estender ao pré-1964, período pouco conhecido na nossa história profissional, em que se tem notícias de assistentes sociais atuando em iniciativas de alfabetização com base no método Paulo Freire, no Movimento de Educação de Base (MEB), na defesa das reformas de base, no apoio às ligas camponesas e no sindicalismo rural e urbano. Considerando que o Serviço Social no Brasil tem mais de oito décadas de existência, temos mais tempo de renovação crítica que de prevalência exclusiva da perspectiva conservadora.

Esse congresso é um marco simbólico na *recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica*. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O “*Congresso da Virada*” expressa a *luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social*.

A “virada” revela a sintonia de parcelas significativas do Serviço Social brasileiro com experiências de segmentos de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação às lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas. Assistentes Sociais participam das forças de resistência à ditadura do grande capital (IANNI, 1981), no apoio ao processo de

construção da democracia. Dentre as forças progressistas podem ser lembradas: a) a *Igreja Católica*, representada na *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)*, cuja ala mais progressista é sensível à “Teologia da Libertação” – forte aliada na defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência de Estado junto aos presos políticos. As *Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)* marcam presença nas periferias, nas favelas, junto aos migrantes, aos camponeses e assalariados rurais, aos detentos, negros, índios e trabalhadores urbanos; b) as *Associações de Moradores de Favelas* ou *Associações Comunitárias* na luta por melhorias de condições de vida nos bairros e favelas, pressionam o poder público; c) a *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* defende presos políticos e denuncia prisões arbitrárias; d) a *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)* combate a censura à imprensa no teatro, na literatura, no cinema, na música, livros, revista e jornais; e) sob a liderança da *União Nacional dos Estudantes (UNE)*, os *estudantes universitários* realizam massivas manifestações e passeatas; f) o *movimento sindical urbano e rural* defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento ao direito de greve, a autonomia sindical e as negociações coletivas; g) surgem novos partidos políticos após a reforma política de 1979, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores, em 1980, canalizando reivindicações de vários movimentos populares.

É a existência dessas forças políticas que torna possível a contestação aos representantes do poder instituído em favor dos movimentos de trabalhadores, na defesa de eleições diretas e da democracia, expressa massivamente pelos assistentes sociais brasileiros nesse Congresso.

O III CBAS foi organizado pelo então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e pelos Conselhos Regionais (CRAS) que navegavam em mares do poder. No segundo dia do evento, é feita uma assembleia paralela, com a presença de cerca de 600 participantes, sob a direção das entidades sindicais articuladas e comprometidas com os ventos latino-americanos que arejavam o Serviço Social brasileiro. Nessa assembleia emerge uma moção de substituição da Comissão de Honra do Congresso. Ela era composta por autoridades da ditadura miliar nos níveis federal, estadual e municipal, a saber: general João Figueiredo, presidente da República; Jair Soares, ministro da Previdência; Murilo Macedo, ministro do Trabalho; Paulo Maluf, governador de São Paulo; Antônio Salim Curiatti, prefeito biônico de São Paulo. A proposta foi uma nova comissão de honra formada por trabalhadores demitidos e perseguidos pela repressão, por representantes da Comissão de Anistia e do Movimento contra a Carestia (SOUZA, 2012, p. 40). A mesa de encerramento foi formada por Lula da Silva, o maior representante dos

sindicalistas, Luiza Erundina de Souza representante da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Ali destacava-se uma faixa com os dizeres: “*Por todos aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas no país*” (PEREZ, 2102, p. 90).

A “virada” envolveu a organização prévia de 22 entidades sindicais e pré-sindicais então existentes, que se somavam às forças políticas de oposição à ditadura e pela anistia: especialmente movimentos dos trabalhadores e de periferias das grandes cidades contra a carestia. As entidades sindicais no Serviço Social enfrentam o legalismo, a burocratização e o conservadorismo político, confrontam as orientações oficiais do CFAS-CRAS sintonizadas com o governo ditatorial (ABRAMIDES, 2012; ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Dimensão importante nesse processo foi o suporte latino-americano na articulação e no financiamento das entidades sindicais e associações profissionais: a presença do CELATS – à época sob a direção de Leila Lima Santos – e da ALAETS, sob a liderança do assistente social gaúcho Seno Cornely.

Nesse III CBAS incidiram, de forma decisiva, a reserva de forças acumuladas pelo Serviço Social latino-americano, a quem devemos nosso tributo. Elas remontam *ao movimento de reconceituação do Serviço Social* (1965 e 1975), que cria bases materiais, intelectuais e políticas à sua renovação. Recusa-se o assistencialismo e a benemerência. Questiona-se os fundamentos positivistas da tríade do *Social Work* norte-americano: o Serviço Social de Casos, o Serviço Social de Grupo e a Organização/Desenvolvimento de comunidade, difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria. Importa salientar que isto não significou a recusa do trabalho com indivíduos grupos e populações, realizadas a partir sob *outros parâmetros analíticos que rompem com o positivismo, o pragmatismo e submissão*. Busca-se um Serviço Social fundado nas particularidades da formação histórica da América Latina e do Caribe, denunciando as relações de dependência ante os EUA. O movimento de reconceituação está na raiz do longo processo da virada, impulsionado pela efervescência de lutas sociais na América Latina. Elas refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral.

Aquele movimento desencadeia-se no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), presidido por Seno Cornely, na busca de um “Serviço Social latino-americano”. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana

(1959), das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da Teologia da Libertação. Seguem-se os seminários subsequentes, em Montevideu, Uruguai (1966), presidido por Herman Kruse; em General Rocca, Argentina (1967), presidido por Natálio Kisnerman; em Concepción, Chile (1969) presidido por Luis Araneda; em Cochabamba, Bolívia (1970), presidido por Edy Sanches; em 1971, e, novamente em Porto Alegre, Brasil (1972), sob a presidência de Costella e em Lima (1976) (CORNELLY, 2003, p. 53).

O movimento de reconceituação (ALAYÓN, 1976, 2005; IAMAMOTO, 1987) expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa³. *Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região.

Com base teórica e metodológica eclética, teorias desenvolvimentistas polarizaram inicialmente o movimento. Mas passam também a incidir no Serviço Social latino-americano a Teologia da Libertação, a educação para a liberdade proposta por Paulo Freire aliada a experiências de educação popular e investigação-ação (Falls Borda). Somam-se as produções oriundas da luta política na América Latina (Guevara, Fidel Castro, Camilo Torres, dentre outros), ocorrendo as primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista. O movimento de Reconceituação recebe ecos da revolução cultural chinesa e da experiência soviética via prática político-partidária. Mas animam essa renovação do Serviço Social na América Latina movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantis, de mulheres, negros e moradores das periferias

³ A pesquisa “O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): Determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, por mim coordenada, juntamente com a Dra. Cláudia Mônica dos Santos (UFJF), expressa uma iniciativa nessa direção, constituindo uma rede internacional de pesquisadores em fundamentos do Serviço Social.

urbanas.

Nos anos que antecedem o III CBAS, a luta pela direção político-profissional marcou o Serviço Social brasileiro. Forças profissionais então hegemônicas reagem ao movimento desencadeado no Cone Sul (JUNQUEIRA, 1980). Os seminários de teorização do Serviço Social – especialmente os de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1975), promovidos pelo Centro Brasileiro de Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS)⁴ – são uma resposta às articulações progressistas do Serviço Social no Cone Sul (AQUINO, SILVA E VIEIRA, 2017), hipótese que aqui se incorpora. Tais iniciativas são expressões da disputa pela hegemonia por parte de orientações conservadoras e modernizantes do Serviço Social “tradicional” inspirados na filosofia aristotélico-tomista e do desenvolvimentismo. Buscava-se repensar o Serviço Social na ótica do “desenvolvimento”, voltado ao aperfeiçoamento técnico para a implementação de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política. Tais iniciativas surgem na disputa com as orientações profissionais emergentes nos países de língua hispânica.

Mas existiram experiências minoritárias integradas aos rumos do movimento de reconceitualização do Serviço Social nos países latino-americanos de língua espanhola. Pode-se referenciar a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG)⁵. Batistoni (2017 e 2019) vem demonstrando que aí se constrói um *projeto acadêmico* que abrange a formação teórico-prática e o exercício profissional. Inscrita na região ferrífera e no cinturão industrial e operário de Belo Horizonte, as forças políticas presentes no movimento operário e sindical incidem na Universidade e no movimento estudantil. O projeto da Escola de Serviço Social da UCMG confronta linhas teóricas dominantes na academia e nas entidades da categoria: na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no Conselho Federal de Assistentes Sociais e nos respectivos Conselhos Regionais (CFAS-CRAS). Encontra-se nessa experiência um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional: à sua pseudoneutralidade teórico-prática, ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, à visão dicotômica das relações sujeito-objeto (traduzidas no dualismo homem-meio),

⁴ O CBCISS é o representante nacional da *International Council of Social Welfare* (ICSW).

⁵ Para uma análise global da experiência do grupo de Belo Horizonte, ver os seguintes documentos elaborados entre 1971 e 1974: "A prática como fonte de teoria"; "Uma proposta de reestruturação da formação profissional" – publicados em Quiroga, C. (Org.) 1973; 1973a; "Teoria, Prática, Serviço Social" e "Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais" – estes últimos resgatados por Lima Santos (1982). Na perspectiva de uma leitura crítica da experiência ver: Lima & Rodrigues (1977); Netto (1991); Barbosa (1989); Rodrigues da Silva (1991).

à importação de modelos teórico operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda, críticas à visão normalizadora da sociedade com objetivos voltados a atenuar “disfunções sociais”, “desadaptações e desvios comportamentais”, noções caras às interpretações da dinâmica social de cunho funcionalista.

Para as entidades sindicais que atuam na “virada” simbolizada no memorável Congresso, o assistente social é reconhecido como *trabalhador assalariado*, funcionário de uma instituição, cuja ação condensa interesses de classe diferenciados. O Serviço Social é compreendido enquanto *parte da prática social coletiva de classes e grupos sociais com interesses contraditórios que conformam a sociedade, tendendo a ser cooptado por aqueles que são dominantes*. Reconhecem que o assistente social atua em políticas sociais públicas que traduzem intenções e interesses das classes fundamentais da sociedade e é por eles polarizada, afirmando-se a necessidade de opção em favor de interesses de uma das classes fundamentais. Esta é uma expressão da necessária dimensão política da prática profissional (LIMA, IAMAMOTO & CARVALHO, 1979).

O *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (Celats) no imediato pós-Reconceituação, desencadeia pioneiro debate sobre a relação entre política social e Serviço Social (1977-1985). Ele permite situar o Serviço Social no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado, rompendo visões restritas e autocentradas “prática do assistente social”. O Estado comparece na análise como expressão da condensação de forças sociais e as contradições das classes, e não como instrumento exclusivo de realização dos interesses da burguesia, ainda que seja um Estado burguês. (KOWARICK, 1979). As políticas sociais expressam uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital e de necessidades da reprodução da força de trabalho, na disputa dos gastos públicos. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão. Conquista relevante desse legado é a ultrapassagem de *uma visão endogenista e autoreferida do Serviço Social, prisioneira de seus muros internos*, apoiada na díade “homem-meio” e na relação “assistente social-cliente” voltada ao *ajustamento* do indivíduo à sociedade.

Como vimos afirmando, a leitura da “prática” da(o) assistente social era feita desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Quando considerados, processos históricos tendiam a ser reduzidos a um “contexto”, alheio e distinto da “prática” que a condicionaria “externamente”. Esta era lida como uma relação

singular entre o assistente social e o sujeito atendido individualmente, em grupo ou em comunidades – era desvinculada da “questão social” e das políticas sociais correspondentes. Nessa perspectiva, a formação profissional deveria privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa de que o Serviço Social é uma “profissão voltada para a intervenção no social” visando a integração social, sob influxos liberais na compreensão e condução da “prática profissional”. Esse caminho trilhado na história da profissão – que a reação conservadora busca reeditar no presente – está fadado a criar um assistente social que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo de ele ser reduzido a mero “técnico”, delegando a outros a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de frágil identidade com a profissão (IAMAMOTO, 2007).

História e desafios contemporâneos: resistência e preservação de conquistas

O Serviço Social no Brasil tem vivido *um duplo e contraditório movimento*: tanto o processo de *ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, quanto o revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, com negação da sociedade de classes (NETTO, 1996).

No lastro das lutas sociais contra a ditadura (1964-85) e pela defesa do Estado de direito, o Serviço Social brasileiro fez um radical giro na sua dimensão ética e política, cuja normativa é formada pelos seguintes documentos norteadores: a) Lei da Regulamentação da Profissão (1993); b) Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação (1996); e c) Código de Ética do Assistente Social (1993), pilares do projeto profissional brasileiro. Ele foi alimentado teoricamente pela diversificada tradição marxista⁶ no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas, organizações e movimentos sociais. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais, conflitos, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras

⁶ Debate-se o poder político com A. Gramsci, a ontologia do ser social e a estética com G. Lukács; a Escola de Frankfurt e o debate sobre a cultura; I. Mészáros, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson na leitura da história; David Harvey na geografia, Ernest Mandel no debate do capitalismo tardio, dentre outros.

O Serviço Social, enraizado na história da sociedade brasileira, tem nas múltiplas expressões da “*questão social*” que se corporificam na vida dos sujeitos, matéria de sua atuação. O Serviço Social é considerado uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrito na divisão social e técnica do trabalho*. Afirmam ABESS/CEDEPSS (1996): “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da *questão social*”

Assim o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações entre as classes sociais e seus interesses. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade –, abre-se um terreno histórico à construção de projetos profissionais diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença dessas forças sociais e políticas que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário do trabalho do assistente social.

O Serviço Social *brasileiro construiu uma orientação histórico-crítica inédita na literatura especializada mundial*. Sua adequação à realidade contemporânea e sua fecundidade é atestada numa *série de conquistas coletivas, cujo preservação requer fortalecer o arco de alianças entre os segmentos progressistas da categoria e os sujeitos trabalhadores – seus projetos, formas de organização e ações coletivas*. Dentre as conquistas pode-se citar: a) a construção de uma imagem do Serviço Social, por um contingente que hoje atinge cerca de 190 mil assistentes sociais, vinculada aos *direitos sociais e aos direitos humanos*, na negação da benemerência; b) a expansão de *espaços ocupacionais na órbita das políticas públicas (nos níveis federal, estadual e municipal)* ponte de relação com grupos de trabalhadores em suas múltiplas necessidades sociais e suas formas coletivas de luta e organização, alargando o mercado de trabalho especializado e as provocações de pesquisa; c) a ampliação das competências do(a) assistente social para além da execução de políticas, incluindo sua formulação, avaliação e financiamento; d) a qualificação do ensino de graduação apoiada nas diretrizes curriculares nacionais da ABEPSS, a excelência na formação pós-graduada (mestrado e doutorado) na universidade pública, e cursos de especialização nas áreas mais representativas do mercado de trabalho; e) o estudo das particularidades da formação social no Brasil, o conhecimento das expressões da “*questão social*” e dos sujeitos que vivenciam com os quais trabalhamos; f) a defesa das condições de trabalho, do piso salarial e da jornada de trinta horas estabelecida por lei federal que requer a defesa de sua implementação; g) a defesa do princípios

e valores éticos que guiam o Serviço Social brasileiro, aderido no cotidiano de trabalho; h) os estudos de competências e atribuições profissionais (art. 4 e 5 da Lei da Regulamentação da Profissão) nas áreas de assistência, saúde pública, educação, sociojurídica, das cidades, dentre outras; i) entidades nacionais representativas e dotadas de capilaridade nacional: a ABEPSS e o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e conselhos regionais (CFESS-CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); j) a preservação da capacidade indignar-nos ante as injustiças, discriminações, no aprendizado da luta coletiva.

A tendência *restauradora e conservadora* no Serviço Social resgata uma idealização do passado com fortes influências da filosofia aristotélica tomista mixada com o *Social Worker* (Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade), identificado como “modelo” de profissionalização. Supostamente neutro e apolítico, esse “modelo” é erigido como referência de competência técnica na “intervenção”. Reclama-se o retorno a autores clássicos e representativos do *Social Work*, evidente no chamado Serviço Social “clínico”. A perspectiva conservadora recusa o debate teórico valendo-se de denúncias político-ideológicas. Sob o signo de “politização à esquerda” ou “militantismo” – tidos como causa de suposta “desprofissionalização” do Serviço Social –, reitera-se a velha crítica conservadora à Reconceituação (NETTO, 1981). As circunstâncias históricas em que se inscreve a atividade profissional e as relações e condições de trabalho são silenciadas. Também o são a politização à direita e a militância religiosa. A crítica ideológica é direcionada exclusivamente às propostas “de esquerda”. Esse caldo cultural dispõe de aderente terreno societário à sua difusão ante a crise econômica e o desmonte das políticas públicas de Estado. O rebaixamento do nível da formação acadêmico-profissional na graduação com a expansão potenciada do ensino à distância (EAD) em moldes empresariais e formação aligeirada, oferece um solo favorável às propostas pragmáticas e conservadoras, com rebaixamento do nível teórico e de crítica.

Mas no Brasil de hoje, o conservadorismo tem *novos determinantes*: não mais no sentido tradicionalista, nostálgico do passado, com viés católico. Ele é sobrepujado pela religiosidade de raiz protestante, mais afinada com o espírito do capitalismo: da fraternidade à prosperidade. Apoiado em um governo de extrema direita, ele usa redes sociais, é autoritário, violento e neoliberal, com traços neofascistas, como alerta Lowy (2019). Estimula a organização da militância conservadora inspirada no modelo norte americano ao *Conferencia*

de Ação Política Conservadora (Conservative Political Action Conference) – CPAC⁷ com vistas às eleições e 2020. Recusando debates racionais, faz-se a defesa do armamento da população, recusa-se a descriminalização do aborto, reprime-se a “ideologia de gênero” nas escolas e o marxismo cultural nas universidades.

A defesa as riquezas naturais – das florestas, da água e do ar – subordina-se à lógica da mercantilização e da reprodução do capital, tal como se verifica na Amazônia brasileira na atualidade.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-2018) mostram que, no Brasil, a concentração de renda voltou a ampliar-se: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Em 2018, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744,00, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820,00). O índice de Gini – que mede a distribuição, concentração e desigualdade – subiu para 0,545, em 2018. Sabe-se que este índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desigual é a economia (IBGE-PNAD, 2019).

A *violência e a criminalização das classes subalternas* são recrudescidas – especialmente atingindo jovens, trabalhadores, negros – visando ainda seus movimentos e expressões coletivas. São aproximadamente 130 milhões de afrodescendentes vivendo na América Latina (21% da população), sendo 91% do total regional concentrados no Brasil e em Cuba (CEPAL, 2016). Segundo dados de 2016, 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. A taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. Nos ataques à classe trabalhadora, mulheres e jovens negras(os) são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de cor/raça, sexualidades, territórios. Os homens jovens negros são os mais atingidos por homicídios, as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil, segundo o *Atlas da Violência (IPEA, 2019)*. No Brasil, a fobia LGBTQI matou, em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, conforme denúncia da ABEPSS (2017).

O ultraliberalismo impulsiona desigualdades de todos os naipes e tem no braço repressivo do Estado e no orçamento público suportes para a segurança dos negócios. Os trabalhadores sofrem com o desmonte das políticas públicas, das reformas trabalhista e previdenciária, com crescimento do desemprego e a informalidade do emprego no setor

⁷ Sobre a CPAC, cf. JORNAL GGN (2019).

de serviços de baixa produtividade na América Latina e no Caribe (PNUD, 2016; CEPAL, 2018). A informalidade implica falta de acesso à: seguridade social, jornadas de trabalho definidas (com descanso semanal e férias remuneradas), aposentadoria e pensão, seguro-desemprego, seguro contra acidentes e doenças ocupacionais, proteção a paternidade e maternidade, e outros direitos previstos na legislação trabalhista. A informalidade atinge também o mercado de trabalho do assistente social. Além do baixo nível salarial, situações de insalubridade e de assédio moral são frequentes. A inobservância da Resolução do CFESS – nº493/ 2006 – que dispõe sobre as condições técnicas e éticas para o exercício profissional do e da assistente social é recorrente. Registra-se a carência de arquivos com chaves para a guarda de material sigiloso; salas inadequadas para observar o sigilo com presença de outras pessoas no ambiente, o que afeta o direito ao sigilo profissional. Persiste em muitas instituições empregadoras a ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador e impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais). Nesses espaços ocupacionais os (as) assistentes exercem suas competências e atribuições profissionais, resguardados(as) por lei: estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa; magistério, direção e supervisão acadêmica.

Como em um terreno social político e econômico adverso, reafirmar a defesa intransigente do projeto ético-político e do legado desses 40 anos? Diante do avanço do conservadorismo esta defesa seria uma ilusão?

A intencionalidade ético-política crítica e transformadora de nosso projeto é tensionada pelas demandas institucionais ao trabalho assalariado, que, hoje tendem a restringir recursos e o acesso aos direitos sociais. Enquanto o projeto profissional reafirma o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com a defesa dos direitos humanos e sociais dentre muitas outras orientações ético-profissionais para a condução do trabalho, as requisições institucionais são distintas. Nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, como o preenchimento de inúmeras planilhas pré-elaboradas com base em tecnologias de informática e comunicação, sobrepondo a atuação rotineira ao trabalho técnico criativo. Atividades rotineiras nos plantões, visitas domiciliares para seleção socioeconômica para o acesso a benefícios subordinam atividades educativas e em

detrimento de planos de ação. Parâmetros elevados de produtividade são impostos aos assistentes sociais, dentre muitas outras requisições. Empresas prestadoras de serviços temporários são contratadas para realizar laudos e perícias técnicas, convivendo com profissionais concursados. Este condensado de questões ilustra a tensão antes referida.

Trata-se de uma defasagem entre “teoria” e “prática”? De uma idealização do projeto profissional que se choca com a demanda técnica nos espaços ocupacionais? Da incapacidade da/o assistente social de responder aos requisitos de uma prática com qualidade?

A existência desta contradição não é uma impossibilidade, mas “é a nossa vitalidade”, como sustenta Iasi (2019). Ela atesta que não nos subordinamos passivamente as exigências do “mercado” ou do Estado brasileiro atual. A existência dessa tensão entre os propósitos do sujeito que trabalha e as determinações dos empregadores expressa nossa decisão coletiva de exercer nossa relativa autonomia e atribuir rumos técnicos e ético-políticos emancipatórios ao trabalho empreendido. Esta autonomia é historicamente condicionada pela correlação de forças políticas e resguardada pela legislação profissional. Somos trabalhadores assalariados, e dependemos do destino do conjunto da classe trabalhadora e de suas conquistas (IASI, 2019). Estamos sujeitos a alienação do trabalho inerente à condição de assalariamento: durante o período em que se trabalha o controle do trabalho é do empregador, as prioridades são por ele definidas, os meios de trabalho (financeiros, materiais, institucionais) são propriedade da instituição contratante e o recorte as expressões da “questão social” com que se trabalha são definidos pelo mandato institucional. Assim, não se trata de “culpa” da (o) assistente social e muito menos de suposta “falta de sintonia entre “teoria e prática”, ou de um “defeito da formação acadêmica”, mas de condicionantes objetivos da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho e de seu agente como trabalhador (a) assalariado (a).

Carlos Drummond de Andrade no poema *Nosso tempo* nos diz:

Este é um tempo de divisas,
tempo de gente cortada

.....

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem
São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto

.....

***A escuridão estende-se, mas não elimina
o sucedâneo da estrela nas mãos.***

Conclusões

Reconhecendo a diversidade de propostas em disputa na arena do Serviço Social brasileiro, o desafio *é manter com garra a luta pela hegemonia no Serviço Social como profissão e como disciplina científica na defesa da trajetória percorrida e das conquistas acumuladas*. Nesse universo faz-se necessário romper com as teias da *pequena política*, em termos gramscianos, como já nos alertou Coutinho (2000): a política deixa de ser pensada como “arena de luta entre propostas de sociedade”, passando a ser concebida como “simples administração do existente”, alheia à vida cotidiana dos indivíduos. O burocratismo faz renascer o devotamento à técnica, ao “como fazer” em nome da eficiência da “prática”, que é mistificada, favorecendo o obscurecimento ideológico do grande jogo político que subjaz à rotina da burocracia estatal. Importa *reforçar alianças com outros profissionais, com entidades de representação coletivas*, com fóruns de representação de políticas, de articulação de trabalhadores e movimentos sociais, de modo que suas necessidades e interesses possam adquirir visibilidade e ser reconhecidos na cena pública.

Esses tempos adversos exigem recriar o trabalho da (do) assistente social considerando tanto *sua contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas; e na sua dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais*.

“*Não soltar a mão de ninguém!*”! *Mas unir nossas mãos estreladas iluminando caminhos a percorrer; e preservar a força de nossa resistência coletiva*. Ela é potenciada na aproximação às lutas dos trabalhadores e movimentos sociais na defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas, expressando suas necessidades e aspirações na cena pública.

A defesa do Serviço Social enraizado nas particularidades e dilemas de *Nuestra América* sintonizado com a democracia é hoje abraçado por nossas entidades acadêmicas e gremiais, o que amplia nossa força: a Associação latino-americana de ensino e investigação em Serviço Social (ALAEITS), a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) – região da América Latina e Caribe – e o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS).

Termino, com o comentário de Duvivier, ator e escritor, em crônica recente. Diz ele que, em 1940, Winston Churchill, acusa àqueles que queriam negociar com o nazismo.

“Há quem alimente os crocodilos na esperança de ser comido por último”. [Os conciliadores] esquecem que não se negocia com um jacaré faminto. Quando o outro lado é o fascismo ecocida, quando o outro lado aplaude a tortura, quando o outro lado é abertamente miliciano, genocida e autocrático, a simetria com o outro lado não se chama conciliação. Chama covardia mesmo (DUVIVIER, 2019).

Não à covardia, pela construção de uma frente de esquerda na disputa pela hegemonia, enfrentando aqueles que pretendem minar nossa força, unidade e organização. Estamos juntos e juntas na maior corrente viva já reunida nessa categoria profissional. Vamos em frente colegas assistentes sociais! O canto libertário de Chico Buarque, *Apesar de você*, é hoje assumido pelo povo chileno como seu hino na insurgência. E com ele declaramos:

Apesar de você, amanhã vai ser outro dia!
Você que inventou esse Estado,
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão.
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar....

Referências bibliográficas

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, ano XVII, n. 50, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.
- ABEPSS. *Somos Assistentes Sociais prontos para “resistir e fazer brotar a flor viva!”*. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/somos-assistentes-sociais-prontos-para-existir-e-fazer-brotar-a-flor-viva-1917>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- ABRAMIDES, M. B. C. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. *Seminário Nacional do Congresso da Virada. 30 anos. 1979-2009*. Brasília: CFESS, 2012, p. 51-60.
- ABRAMIDES, M. B. C. e CABRAL, S. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latino-americano. A 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Ed., 2005.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, C. D. Mãos Dadas. In: *Carlos Drummond de Andrade. Poesia e Prosa*. Volume Único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- AQUINO, I. G. de C., SILVA, A. P. R. e VIEIRA, P. L. C. O Movimento de Reconceitualização na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição

- do CBCISS. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 151-165.
- BARBOSA, M. M. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social*: Belo Horizonte, 1960-1984. São Paulo: PUC/SP, 1989.
- BATISTONI, R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*. Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 136 – 150.
- CFESS. *Resolução do CFESS -nº493/ 2006 de 21 de agosto de 2006*. EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em: 06/04 /2020
- _____. *Serviço Social é notícia*, Brasília, Edição n. 4, Ano 4, maio de 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-ServicoSocialNoticia-Site.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018;
- _____. *Primeiro de maio: somos assistentes sociais, somos classe trabalhadora!* Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1566>. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- CEPAL *Panorama Social para América Latina*. 2016, <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41738-panorama-social-america-latina-2016-documento-informativo>>. Acesso em 25 de maio de 2018
- _____. *Panorama Social para América Latina*. 2018. Documento informativo. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>>. Acesso em: 24/04/2019.
- _____. *Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso*. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/UND_P_RBLAC_IDH2016Final.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2018.
- CORNELY, S. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: uma visão panorâmica. *Revista Temporalis* n° 7. Porto Alegre: ABEPSS, jan.-jun. 2003.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000
- DUVIVIER, G. Quem alimenta os jacarés quer ser comido por último. *Folha de São Paulo*, 16 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriuduvivier/2019/10/quem-alimenta-os-jacares-quer-ser-comido-por-ultimo.shtml>> Acesso em 17 out.2019. Acesso em: 16 de outubro de 2019.
- G1. ECONOMIA. *Concentração de renda volta a crescer no Brasil em 2018, diz IBGE*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, M.V e SANTOS, C. M. (Coord.) *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina* (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória. Rio de Janeiro: CNPQ/ UERJ, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do serviço social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-249.
- _____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, Cortez Editora, 2007.
- _____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade* n.136. Especial. São Paulo set./dez.2019, p. 439-461.
- IANNI, O *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981
- IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira (nota e estudo guiados pelo pessimismo

da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática) *Serv. Soc. Soc.* no.136 São Paulo set./dez. 2019, p.417-438.

IBGE. *PNAD Contínua 2018*: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

JORNAL GGN. *CPAC e a integração conservadora Brasil-EUA*, por Otávio Dias de Souza Ferreira. Disponível em <<https://jornalgggn.com.br/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas da Reconceitualização do Serviço Social. Uma abordagem crítica. *Serviço Social e Sociedade* n.4. São Paulo: Cortez, ano III., dez. 1982, p.1-38.

KOWARICK, L. Proceso del desarrollo del Estado en América Latina y políticas sociales. *Acción Crítica* n° 5. Celats/Alaets, abr. 1979, p. 25-31

LIMA, L.; RODRIGUEZ, R. "Metodologismo: estallido de una época", In: *Acción Crítica* n. 2, Lima (Peru); Celats, p.15-41, jul. 1977.

LIMA SANTOS, L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, L, IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. Encontro Nacional de Capacitación Continuada. Rio de Janeiro, Brasil. *Acción Crítica* n.6. Lima: Celats/Alaets, set. 1979, p. 32-37.

LOWY, M. *Walter Benjamim. Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Neofascismo: um fenômeno planetário e o caso brasileiro*. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 20/10/2019.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social* n° 50. São Paulo: Cortez, abr. 1996, p. 87-132.

_____. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade* n. 5. São Paulo: Cortez, mar.1981, p. 59-76.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Ed., 1991.

PEREZ, M. C. V. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. Seminário Nacional do Congresso da Virada. 30 anos. 1979-2009. Brasília: CFESS, 2012, p. 87-90.

PNUD-IDH 2016. Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/presscenter/pressreleases/2016/06/14/reca-da-de-millones-de-latinoamericanos-a-la-pobreza-es-evitable-con-pol-ticas-publicas-de-nueva-generaci-n-pnud.html>>. Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso>. Acesso em 28 de maio de 2018.

QUIROGA, C. (Org.). *Compendio sobre: metodología para o Trabajo Social*. Série ISI 4. Buenos Aires: ECRO, 1973.

_____. *Compendio sobre: reestructuración de la carrera de Trabajo Social*. Série ISI 4. Buenos Aires: ECRO, 1973a.

RODRIGUES DA SILVA, L. M. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.

SOUZA, L. E. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. *Seminário Nacional do Congresso da Virada*. 30 anos. 1979-2009. Brasília: CFESS, 2012, p. 39-46.

O Serviço Social na história: 40 anos de lutas e desafios

Ivanete Salete Boschetti*

RESUMO: O texto situa alguns elementos essenciais na trajetória do Serviço Social brasileiro desde o chamado “Congresso da Virada”, que aconteceu em 1979. Trata-se de revisitar 40 anos de história da profissão, embebida em suas determinações econômicas, políticas e sociais, partindo do contexto do regime autocrático instaurado em 1964, passando pelo contexto da democracia burguesa alcançada com a Constituição de 1988 e chegando em 2019 num contexto de avanço fascistizante, que traz à tona o ultraneoliberalismo, o obscurantismo, e o ataque à própria democracia burguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; XVI CBAS; Congresso da Virada, Projeto Ético-Político Profissional.

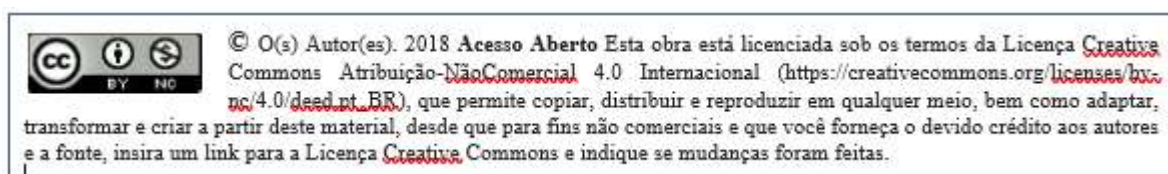
The 40 years of the "turn" of Social Work in Brazil: history, present and their challenges

ABSTRACT: The text situates some essential elements in the trajectory of Brazilian Social Work since the so-called “Congresso da Virada”, which took place in 1979. It involves revisiting 40 years of the profession's history, embedded in its economic, political and social determinations, starting from the context of the autocratic regime established in 1964, passing through the context of bourgeois democracy reached with the 1988 Constitution and arriving in 2019 in a context of fascist advancement, which brings out ultra-liberalism, obscurantism, and the attack on bourgeois democracy itself.

KEYWORDS: Social Work; XVI CBAS; Congress of turn; Professional Ethical-Political Project.

Submetido em 20/04/2020

Aprovado em 05/05/2020



* Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco (1985), mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (1993), doutora (1998) e pós-doutora (2012) em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Pesquisadora 1A do CNPq. Presidenta da ABEPSS na gestão 1999-2000. Vice-presidenta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na gestão 2005-2008 e Presidenta na gestão 2008-2011.

Introdução

Esse texto nasceu em outubro de 2019, como roteiro para palestra proferida no XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Brasília, no período de 30 de outubro a 03 de novembro de 2019. Foi um CBAS conectado ao tempo presente, e dedicado a refletir e celebrar os 40 anos que marcam a construção do Serviço Social crítico, fundamentado na perspectiva marxiana e comprometido com as lutas da classe trabalhadora. O CBAS de 1979 ficou historicamente conhecido como Congresso da Virada, pois foi um momento de inflexão que expressou a virada de hegemonia teórica e política do Serviço Social, tal como expressa no Código de Ética Profissional (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que constituem pilares estruturadores da formação e do exercício profissional.

Sobre esse texto que ora se publica em uma Revista Científica, cabem duas advertências. A primeira é seu caráter menos científico e mais histórico-político, uma vez que foi elaborado como reflexão para abrir um Congresso Profissional que celebraria as conquistas e desafios profissionais nesses quarenta anos. E a segunda, é sua natureza panorâmica e coloquial, tendo em vista sua adequação à abordagem de um longo período (1979-2019) e o tempo disponível para fazê-lo em uma conferência.

A opção, aqui, não foi reescrever a palestra em forma de artigo científico, e sim manter o texto com poucas adequações, como registro histórico do momento em que foi pronunciado. A inclusão de algumas notas de rodapé foi necessária para melhor compreensão do contexto. É, portanto, com essa expectativa que deve ser lido.

1979 – “*Nós somos porque outros/as foram antes de nós*”.

Em 40 anos, muitos e muitas fizeram história, e o Projeto Ético Político do Serviço Social só existe porque foi forjado por muitas mãos e muitas gerações, que merecem nosso permanente reconhecimento. Por isso, não podemos iniciar sem agradecer aos que lutaram e lutam pela consolidação cotidiana do nosso Projeto Ético Político Profissional. Por isso, não se trata de um agradecimento pessoal. Mas de um agradecimento coletivo do Serviço Social. Estamos aqui hoje comemorando os 40 Anos da Virada porque, parafraseando Marielle Franco, assassinada brutalmente no Rio de Janeiro em 2018, “eu sou porque nós somos”, como ela sempre dizia.

Em nome de nossas/os companheiras/os, Marilda Iamamoto, Rosalina Santa Cruz,

José Paulo Netto e Vicente Faleiros, o Serviço Social agradece aos assistentes sociais e estudantes que foram presos, torturados, mortos e exilados durante a ditadura civil-militar e colocaram suas vidas à disposição das lutas pelas liberdades democráticas

Em nome de Maria Beatriz Abramides, Socorro Cabral, Luíza Erundina, Maria Inês Bravo, agradecemos a todas as assistentes sociais que estavam nas organizações sindicais e de trabalhadores/as e organizaram o processo histórico que culminou no Congresso da Virada em 1979, com encontros prévios como o III Encontro de Entidades Sindicais do Serviço Social, e instituíram, como Comissão de Honra do III CBAS “Todos os Trabalhadores Brasileiros! Aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”, conforme a faixa colocada na mesa de abertura, após a destituição da mesa oficial composta por militares e representantes institucionais governamentais sustentáculos da ditadura em vigor.

Em nome da Larissa de Jesus, da Coordenação Nacional da ENESSO, agradecemos às estudantes de Serviço Social que sempre estiveram nas trincheiras e não fogem da luta. Em nome da Josiane Soares Santos e da Esther Lemos, atuais presidentes do CFESS e da ABEPSS, respectivamente, agradecemos a todas as gestões das nossas organizações nacionais (profissionais e acadêmicas), que cuidam, militam e trabalham incansavelmente há 40 anos para que o Projeto Ético Político Profissional seja nosso bastião contra todas as formas de exploração, opressão e resistência ao avanço do conservadorismo no Serviço Social. Em nome do CRESS/DF, que sedia este CBAS, agradecemos a todos os CRESS e aos assistentes sociais desse imenso Brasil, que labutam cotidianamente, em condições de trabalho muitas vezes insuficientes, impróprias e inadequadas, para mediar o acesso aos direitos, bens e serviços públicos.

E, pessoalmente, agradeço carinhosamente à Comissão Organizadora desse XVI CBAS (ABEPSS, CFESS, ENESSO, CRESS-DF) pelo convite para estar aqui, agora, nesse lugar, e vivenciar a emoção de partilhar com a querida Marilda Iamamoto a abertura desse icônico CBAS. Muito, muito obrigada! Tenho a convicção que, nesses 40 anos, muitas gerações honraram a “Virada” e seguem consolidando o Projeto que ali nascia, porque seguimos lutando, na maioria das vezes, em contextos muito adversos, mas sempre com garra e convicção na possibilidade de construção coletiva de uma sociedade emancipada, como afirma nosso Projeto Ético Político Profissional.

1979 – 1989 – “Apesar de você amanhã há de ser outro dia. Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia? Como vai proibir quando o galo insistir em cantar? Água nova brotando e a gente se amando sem parar” (Chico Buarque).

Vivíamos nessa década uma particular convivência entre coerção e consenso, com redução dos aparatos coercitivos instituído no pós 1964, mas que ainda explodiam bombas, a exemplo do atentado militar no Riocentro em 1981 e a forte repressão militar em Brasília em 1984, que isolou o Distrito Federal para evitar o Movimento “Pelos Diretas Já”, que sacudia o Brasil. O general Newton Cruz, do Comando Militar do Planalto, desfilou na Esplanada dos Ministérios montado sobre um cavalo branco, à frente de 6 mil militares e 116 tanques e carros de combate. Era simbólico mostrar a força militar já no contexto de derrocada da ditadura! No dia seguinte a essa brutal demonstração de poderio militar a população de Brasília promoveu um imenso buzinaço para, simbolicamente, reagir ao autoritarismo e defender as Diretas Já e a Democracia. Foi uma década de derrotas, mas também de importantes e esperançosas conquistas: a Emenda pelas “Diretas Já”¹ não foi aprovada pelo Congresso Nacional e vivemos uma transição pactuada para uma democracia que nascia sob controle, mas com intensas lutas da classe trabalhadora.

Teórica e politicamente, o Serviço Social passou a incorporar as formulações da tradição marxista, o que possibilitou intenso e sólido avanço crítico na compreensão da realidade em uma perspectiva de totalidade², sendo o livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”³ o primeiro, contundente e ainda atual, marco e referência, seguido por várias obras fundamentadas na perspectiva marxiana nos anos seguintes, que foram decisivas na elaboração das novas diretrizes curriculares de 1982, e do novo Código de Ética de 1986.

Nos 03 Congressos de Assistentes Sociais realizados nessa década – 1983, 1986, 1989 – transformamos a Virada de 1979 em mediações concretas na Construção do Projeto Ético Político Profissional e, num contexto mais favorável aos trabalhadores, estávamos ali, em todas as lutas pelas liberdades democráticas, nas ruas pelas Diretas Já, nas Greves que sacudiram o

¹ Sobre as Diretas Já, e sobre o período da Ditadura brasileira, consultar José Paulo Netto, “Pequena História da Ditadura Brasileira” (1964-1985), São Paulo, Cortez, 2014.

² Para um ótimo panorama que mostra a importante produção científica do Serviço Social brasileiro, sugerimos o livro organizado por Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.), Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo, Cortez, 2016.

³ Publicado pela Editora Cortez, São Paulo, em 1982.

país, nos movimentos contra a repressão, na defesa dos direitos sociais e da Seguridade Social na Constituinte (1987-1988), quando participamos no recolhimento das 15 milhões de assinaturas em 122 emendas populares que precisaram ser entregues ao Congresso num carrinho de rodas⁴.

Construímos um Projeto Ético Político Profissional comprometido com as lutas da classe trabalhadora e com um Projeto Societário na perspectiva de superação do capitalismo, mas entendendo a mediação do projeto profissional nas necessárias lutas e conquistas do Estado Democrático de Direitos, ainda que nos limites da Cidadania Burguesa, na qual a Constituição de 1988 foi o marco decisivo. Engrossamos as fileiras de militância no Partido dos Trabalhadores e participamos na eleição das assistentes sociais Maria Luiza Fontenelle como primeira mulher e primeira prefeita de capital eleita pelo PT em Fortaleza em 1985 e Luíza Erundina para a Prefeitura de São Paulo em 1988. E não nos esqueceremos da importante participação da Luíza Erundina como palestrante no CBAS de 1989 em Natal/RN.

Finalizamos essa década com emoção, esperança e “sem medo de ser feliz” na Campanha Presidencial de 1989, que trazia, pela primeira vez em nossa história, um candidato da classe trabalhadora, Luís Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mas também nos decepcionamos com a derrota, que viria a mudar radicalmente o futuro do PT. A vitória do candidato Fernando Collor de Mello, que viria a ser impedido três anos depois, só foi possível pelo apoio da burguesia, da grande mídia e de importante parcela da classe média.

Foi uma década de fundamentais resistências, de efervescência cultural e política, mas também de aprofundamento da dependência econômica, de intensa crise social, de agudização das desigualdades, de um tempo em que a esperança alimentava nossos corações e mentes, e acreditávamos que amanhã haveria de ser outro dia, com a água nova brotando, como diz a canção do Chico, citada no início desse item. E seguíamos “sem medo de ser feliz”.

1989 – 1999 – “A gente quer viver pleno direito, a gente quer viver todo respeito, a gente quer viver uma nação, a gente quer é ser um cidadão...” (Gonzaguinha).

Na década seguinte, a Constituição Federal aprovada no final de 1988 alimentou a crença e a ilusão que a redemocratização instauraria a cidadania burguesa no Brasil, com

⁴ Tivemos oportunidade de registrar o processo de construção da Seguridade Social e a participação do Serviço Social, no livro “Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil”. Brasília, Editora UnB e Letras Livres, 2006.

direitos amplos, com a possibilidade de construir um Estado Social à moda do *welfare state* europeu, com participação política e redução das desigualdades sociais.

Mas, a derrota nas eleições presidenciais de 1989 foi mais que uma derrota eleitoral. Foi uma derrota política que abriu as comportas do neoliberalismo, do oportunismo, e da corrupção que retirou Collor do poder no final de 1992. No campo da esquerda, as mudanças programáticas e de estratégia política no Partido dos Trabalhadores provocaram fissuras que se revelariam nessa década com a Fundação do PSTU em 1993 e do PCO em 1995⁵.

As primeiras regulamentações das três políticas constitutivas da Seguridade Social (previdência social, saúde e assistência social) foram contidas por vetos parciais (saúde e previdência) ou integrais (assistência social) do Governo Collor aos projetos de lei, e ao se instituir, restringiram a amplitude dos direitos conforme previstos na Constituição Federal: ali começava o longo e irredutível processo de contrarreformas sociais⁶.

Com a eleição e posse de Fernando Henrique Cardoso em 1994, instaura-se efetivamente o neoliberalismo no Brasil, com acelerado processo de privatização das empresas estatais, e inaugura-se a Era da privatária tucana⁷, com a redução dos espaços políticos de controle democrático, os ajustes fiscais draconianos, as contrarreformas do Estado e da previdência social, e o solidarismo primeiro damista na assistência social, que desconsiderou a LOAS aprovada em dezembro de 1993, e instaurou o Programa Comunidade Solidária como carro chefe da assistência social⁸, financiado com base em campanhas voluntárias e mobilização e engajamento da sociedade civil em atividades sociais.

Em contexto de privatizações e forte aumento do desemprego, a década de 1990 vivenciou importantes mobilizações e lutas sociais da classe trabalhadora, como a Greve dos Petroleiros (1995), das Universidades Públicas (1998) e a Marcha do MST para Brasília (1998), que foram determinantes para desgastar politicamente o Governo neoliberal de FHC. E o Serviço Social seguiu firme, atento e forte na defesa dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional: participou ativamente nos processos de regulamentação das Políticas de

⁵ Para um estudo sobre as transformações do PT, consultar Mauro Iasi, “As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento”. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

⁶ Sobre as Contrarreformas na década de 1990, ver Elaine Rossetti Behring, “Brasil em contrarreforma - desestruturação do Estado e perda de direitos”, São Paulo, Cortez, 2003.

⁷ A Privatária Tucana é o título do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr, publicado pela Geração Editorial, em 2011. Disponível para leitura em <https://privatariatucanaolivre2.files.wordpress.com/2011/12/a_privataria_tucana_-_amaury_ribeiro_jr1.pdf> .

⁸ Para uma análise crítica do Programa Comunidade Solidária, recorrer a Maria Ozanira da Silva e Silva (org.) Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo, Cortez, 2001.

Saúde, da Assistência Social, do Estatuto da Criança e Adolescente, e se posicionou firmemente contra o Programa Comunidade Solidária. Denunciou teórica e politicamente o desmonte da seguridade social em diversas publicações de livros, artigos e posicionamentos do Conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS⁹, e se aliou às principais lutas da classe trabalhadora, se engajando às principais greves e mobilizações dessa Década.

No âmbito profissional, o Serviço Social formulou uma nova regulamentação da profissão com atualização do Código de Ética (Resolução CFESS) 273/1996 e da Lei de Regulamentação Profissional (Lei Federal 8662/1993)¹⁰, que estabelecem seus princípios ético-políticos-profissionais e suas atribuições e competências, sintonizados com os princípios éticos de defesa dos direitos da classe trabalhadora, como importante mediação no fortalecimento das lutas sociais em projeção da emancipação humana. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovadas em 1996, estruturaram a formação profissional em sintonia com o Projeto Ético Político Profissional e marcaram a maturidade na produção acadêmica crítica. Essa Década viu florescer e proliferar no Serviço Social publicações de livros e artigos fundamentados na tradição marxista, sobre as mais diversas temáticas, como Serviço Social, Ética, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Questão Social, Política Social, Estado, entre tantos outros que se espalharam como referências nas ciências humanas e sociais.

Os três CBAS realizados nessa década - 1992, 1995, 1998 – formularam contundentes críticas aos governos neoliberais e assumiram intensamente a defesa dos direitos, das políticas sociais e da radicalização da democracia, como elementos fundamentais no atendimento às demandas sociais e à realização das atribuições e competências profissionais. Na década de introdução do neoliberalismo no país, a hegemonia crítica no Serviço Social brasileiro marchou na contracorrente, não fugiu da luta, e apesar das “invasões positivistas”¹¹, não se rendeu às incidências pós-modernas que se esforçavam para se infiltrar na profissão. Vinte anos após o Congresso da Virada, o Serviço Social brasileiro bradava em alto e bom som “*a gente quer viver pleno direito, a gente quer viver todo respeito, a gente quer viver uma nação, a gente quer é ser um cidadão...*” (Gonzaguinha).

⁹ Ver especialmente a Revista Temporalis n. 1. publicada pela ABEPSS em junho de 2000, com o tema “Reforma do Ensino Superior e Serviço Social”, que registra análise do Serviço Social sobre a proposta de “reforma” do Governo FHC, bem como as estratégias adotadas para combatê-la no âmbito da formação profissional. ABEPSS, Brasília, 2000.

¹⁰ Disponíveis em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

¹¹ Conforme livro de Consuelo Quiroga, *Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1991.

1999 – 2009 – A dor e a delícia de ser o que somos: classe trabalhadora.

No início dos anos 2000, vivíamos a contradição entre a alegria de eleger o primeiro presidente trabalhador pelo PT em 2003, e a decepção pela sua rendição aos mercados, expressa na “Carta ao Povo Brasileiro” divulgada na campanha eleitoral em 2002¹². A eleição trouxe consigo as contrarreformas de previdência de 2003 e 2005, que estendeu a restrição da previdência aos servidores públicos e estimulou os planos privados de seguro social¹³, e mais ajustes fiscais que custaram novas fissuras e rupturas na esquerda, com a saída de importantes militantes e intelectuais do PT, como o geógrafo Aziz Ab’Saber, Fábio Konder Comparato, e os sociólogos Francisco de Oliveira, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, o que levou à criação do PSOL em 2004.

O ambiente favorável à luta de classes da década anterior sofreu importante inflexão política, e a “democracia de cooptação”¹⁴ fragilizou as lutas sociais, que não encontraram forças de resistência organizadas à altura das contrarreformas impostas pelo Partido que era o seu, e muitas organizações da classe trabalhadora, a exemplo da CUT (Central Única dos Trabalhadores) aderiram às metamorfoses do Partido, com abandono das lutas anticapitalistas e assumindo o lugar de gestores do e para o capital.

O governo “democrático-popular” eleito assume matiz social-liberal, e fortalece o que Iasi (2019) designou de uma forma de “consciência democrática-cidadã”¹⁵, que conjugou o fortalecimento de políticas de direitos humanos, a defesa da diversidade, da tolerância aos diversos padrões de conduta religiosa, sexual, política e cultural, com o desenvolvimento de medidas antissociais, como os ajustes fiscais e redução da previdência pública e o abandono dos projetos de reformas estruturais (agrária, do trabalho, urbana, universalização da seguridade social), que seriam absolutamente fundamentais para reduzir a desigualdade, e desconcentrar a propriedade e a riqueza.

A Política de Assistência Social recebe atenção especial, e se torna o carro chefe das políticas sociais, com a instituição e expansão do Bolsa Família desde 2003, criação do SUAS

¹² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>.

¹³ Sobre as contrarreformas da previdência do Governo Lula, sugerimos o texto de Sara Granemann, A Reforma da Previdência do Governo Lula: argumentos e perspectiva de classe. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-9-Artigo-07.pdf>>.

¹⁴ O aprofundamento dessa categoria pode ser lida em Mauro Iasi, “Democracia de Cooptação e Apassivamento da Classe Trabalhadora”, disponível em <<https://praxisteoria.wordpress.com/2016/07/14/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>>.

¹⁵ Cf. o artigo “Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)”. In Revista Serviço Social e Sociedade, n.136. São Paulo, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417>.

em 2004, com forte protagonismo de assistentes sociais vinculados ao PT. Junto com a valorização do salário mínimo, estas medidas sociais possibilitaram reduzir a fome e a miséria, atender às necessidades mais básicas da classe trabalhadora e ampliar a base social e política do Lulismo nas classes trabalhadoras mais empobrecidas, mas não foram capazes de reduzir e menos ainda de suprimir as desigualdades estruturais, e a forte concentração de renda e de propriedade.

O Serviço Social se expande enormemente nessa década, como resultado da regulamentação da LDB e do novo redesenho no ensino superior provocado pelo Reuni, Prouni, Expansão do EAD¹⁶, Enade. No final da década, em 2009, éramos 87.000 profissionais. Somente em um ano formamos o correspondente a 20% do que formamos em 40 anos (entre 1936 e 1976), e já éramos o segundo maior colégio de Assistentes Sociais do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Ampliamos a atuação profissional em todas as políticas sociais, especialmente na saúde, assistência social e no chamado campo sócio-jurídico. Na previdência social, lutamos e conseguimos impedir a extinção do Serviço Social no INSS e assegurar o concurso público para 900 vagas em 2008.

O Serviço Social, ao longo dessa década, teve forte incidência na formulação e gestão da Política de Assistência Social, com a criação do SUAS e papel atuante nos Conselhos de Gestão e Controle Social das Políticas Sociais e Direitos Humanos e assumiu em seu cotidiano profissional uma intervenção pautada na defesa dos direitos da classe trabalhadora e mediação no atendimento às suas demandas e necessidades mais imediatas. A expansão profissional nas políticas sociais, contudo, ocorria na mesma medida em que aumentava a precarização na formação e no trabalho profissional.

As Organizações da categoria (ABEPSS e Conjunto CFESS/CRESS), atentas a esse movimento da realidade, investiram fortemente em regulações para aprimoramento dos mecanismos políticos e jurídico-normativos, em resposta ao processo de precarização da formação e do exercício profissional. Lançam o Projeto Ética em Movimento, asseguram a autonomia das entidades face aos Governos e Partidos, mapeiam a formação em EAD e lançam a Campanha “Educação não é Fast Food”, qualificam a atuação nos Conselhos de Direitos,

¹⁶ Larissa Dahmer Pereira vem se dedicando ao estudo da expansão de cursos de Serviço Social na modalidade à distância. Uma boa síntese está no artigo, escrito em parceria com outras autoras, intitulado “Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EAD e presenciais”, publicado na Revista Tem poralis n. 27, Brasília, ABEPSS, 2014. Disponível em [Dialnet-AnaliseComparativaEntreExpansaoDosCursosDeServicoS-5017158.pdf](#)

iniciam a realização de diversos Seminários Nacionais para debater e formular orientações para o trabalho nas políticas sociais, sendo o primeiro na área da assistência social em 2009. Lançam a primeira campanha para defender os direitos LGBTT intitulada “O Amor Fala Todas as Línguas” e a campanha contra a desigualdade social intitulada “Lutar por direitos, romper com a desigualdade”¹⁷.

O serviço Social não saiu ileso das inflexões e fissuras no campo da esquerda, e com a crise no PT instaura-se um debate sobre a possibilidade de crise de hegemonia do Projeto Ético Político, mediada pela crise das esquerdas, pela precarização da formação e do trabalho profissional. O debate rendeu algumas publicações de renomados autores do Serviço Social brasileiro e segue sendo um tema de reflexão e debate¹⁸.

Mas, atento às tendências destrutivas do capital, e com força, bússola e direção política crítica assegurada em suas principais organizações (ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO), o Serviço Social brasileiro vem lutando contra a maré, e, hegemonicamente, não se rendeu ao possibilismo, ao contrarreformismo. Ao contrário, seguiu e segue reafirmando política e teoricamente os princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional, orientado por um projeto societário anticapitalista, e construtor de mediações fundamentais no exercício profissional na defesa dos direitos sociais.

Os três CBAS realizados nessa década – 2001, 2004, 2007 – marcaram a resistência, e reafirmaram nossos princípios de luta. O Congresso de 2007 presenciou a primeira (e até hoje única) disputa de chapas no campo da esquerda para o CFESS, desde o Congresso da Virada, revelando que o Serviço Social também vivia as inflexões e rupturas na esquerda brasileira. Terminamos a década celebrando os 30 anos do Congresso da Virada, e em 2009, no mesmo Anhembi de 1979¹⁹, bradamos alto e coletivamente: “*Começaria tudo outra vez se preciso fosse... a chama em meu peito ainda queima; saiba, nada foi em vão...*” (Gonzaguinha)

Como classe trabalhadora que somos, vivemos cotidianamente as delícias das conquistas e as dores das derrotas, e sem idealismo ou devaneios, seguimos lutando sem perder a esperança, mesmo quando o tempo presente, em que completamos 40 anos da Virada nos

¹⁷ Todas as campanhas e publicações do CFESS referenciadas no texto estão disponíveis em sua página: <http://www.cfess.org.br>

¹⁸ Uma das primeiras reflexões sobre essa questão foi abordada pelo CFESS na Revista Inscrita, Ano VII, Nº X, CFESS, Brasília, 2007. Na sequência, várias publicações abordaram o tema em Revistas como Temporalis, Serviço Social e Sociedade e outras.

¹⁹ Um livro e anais do Seminário celebrativo dos “30 anos da Virada” estão disponíveis na página do CFESS, em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>>.

pareça o mais bárbaro dessas quatro décadas.

2009 – 2018 – “Sai do ovo a serpente. Fruto podre do cinismo” (Chico César).

Nessa última quadra histórica, a crise do capital, que o então Presidente Lula chamou de “marolinha” em 2008, chega com força ao Brasil e impõe a mais profunda ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora e os direitos sociais, na busca de recomposição das taxas de lucro em queda²⁰. As Jornadas de Junho de 2013 foram a mais contundente expressão de insatisfação diante da crise e de reivindicação de direitos como transporte, saúde, educação e abriram uma nova conjuntura na dinâmica da luta de classes. Por um lado, mobilizaram as forças de esquerda na busca de unidade nas lutas, por outro, provocaram reações organizadas da direita que tentaram capitalizar o movimento e iniciaram ali as primeiras manifestações antipetistas, antipartidos de esquerda e com uma falsa retórica de “antissistema”.²¹

As respostas governamentais estiveram longe de atender às reivindicações, e cederam às pressões do mercado, sobretudo no contexto dos mega-eventos, com repressão institucional legitimada pela Lei Antiterrorismo aprovada em 2016, já no contexto do processo de impeachment da Presidenta Dilma pelo Parlamento brasileiro. O processo de impedimento, hoje reconhecido por seus próprios autores como sem amparo legal²², foi um verdadeiro show de horror, ignorância, cinismo e hipocrisia, e acentuou a blindagem da democracia²³. A finalização do golpe parlamentar-jurídico, no final de 2016, com apoio da grande mídia, judiciário e grande parcela da classe média, encerrou o período da conciliação de classe entre o PT e seus aliados da burguesia e abriu as comportas para o avanço do conservadorismo, da organização da extrema direita, do neofascismo e da destruição ainda mais acelerada dos direitos sociais

²⁰ São inúmeras as análises e publicações sobre os governos petistas, suas políticas e legado. Sugerimos aqui uma síntese crítica elaborada por diversos autores, a partir de debates no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Ver Iasi, Mauro, Mansur, Isabel, Neves, Vítor (org.). “A Estratégia Democrático-Popular; um inventário crítico”. Marília/SP, Ed. Lutas Anticapital, 2019. Disponível em <https://lutasanticapital.milharal.org/files/2019/04/2019_Iasi_final.pdf>.

²¹ Muitas análises foram realizadas sobre as Jornadas de Junho de 2013 e estão disponíveis em livros, artigos e blogs de esquerda. Para uma leitura de reflexão cinco anos depois, sugerimos o sucinto e didático texto de Marcos Pestana, publicado no Blog Esquerda Online, disponível em <<https://esquerdaonline.com.br/2018/07/16/cinco-anos-de-junho-de-2013-a-perspectiva-petista-e-os-dilemas-estrategicos-da-esquerda-brasileira/>>.

²² Três anos após o Golpe, os noticiários divulgaram amplamente as declarações de Janaína Pascoal, uma das autoras do pedido, afirmando que o impeachment foi uma farsa. Ver <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/09/janaina-pascoal-admite-farsa-do-impeachment-alguem-acha-que-dilma-caiu-por-um-problema-contabil/>>.

²³ Cf. Felipe Demier, “Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil”, Rio de Janeiro, Mauad, 2017.

democraticamente conquistados.

Nessa década, a classe trabalhadora sofreu imensas derrotas políticas, talvez irrecuperáveis: os processos privatizantes nos Hospitais Universitários com a EBSHER, a derruição dos direitos e das políticas sociais com a EC 95 que estabeleceu teto de gastos por 20 anos (mas que exclui o gasto exorbitante com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública), a contrarreforma trabalhista que já está acelerando a precarização do trabalho, a lei da terceirização, a criminalização dos movimentos sociais e a truculenta repressão aos protestos e lutas em defesa dos direitos sociais. Fomos atacados duramente por bombas de gás jogadas de helicópteros, cavalos, tiros de balas de borracha e muitas prisões de manifestantes, a maioria jovens, durante os anos de 2016 e 2017, quando estávamos nas ruas contra essas medidas autoritárias e em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Conseguimos barrar a proposta de Reforma da Previdência de Temer, mas fomos derrotados/as em todas as lutas contra a EC 95, a contrarreforma trabalhista, a terceirização, o Fora Temer, o EleNão. O ano de 2018 ficará marcado na história por todas essas derrotas, pelo violento assassinato de Marielle Franco em março de 2018, ainda sem respostas sobre quem mandou matar a vereadora do Rio de Janeiro, e a prisão espetacular do ex presidente Lula pela Lava Jato em abril. Foi o ano que “quebrou o ovo da serpente”, que saíria da casca com as eleições no final de 2018.

E o Serviço Social, nessa intensa década de lutas e derrotas políticas? Reafirmamos incessantemente que o Serviço Social não é e nunca será uma “Ilha da Fantasia”, imune aos processos sociais determinados pelo capitalismo. Ao contrário, é uma profissão que nasce e se forja nas e pelas relações de classe e, como classe trabalhadora, sofremos cotidianamente os impactos das derrotas políticas dessa década.

Contudo, no início da década, e na contracorrente dos processos destrutivos dos direitos sociais, conseguimos uma conquista valorosa que não pode ser minimizada: a jornada semanal de 30 horas sem redução salarial, resultado de intensa mobilização da categoria, da linda manifestação realizada em Brasília no contexto do X CBAS em 2010, do apoio político de parlamentares de partidos da esquerda, e de alguns ministros petistas, destacadamente do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)²⁴.

Vivemos no fio da navalha na luta entre capital e trabalho, pois, de um lado, nos

²⁴ Livro que registra o processo dessa conquista foi publicado pelo CFESS, com o título “Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais”, e está disponível para acesso em <<https://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess>>.

orientamos pelo Projeto Ético Político Profissional, que luta pelos direitos da classe trabalhadora e almeja uma sociedade emancipada do capital, e de outro, trabalhamos cotidianamente nos limites impostos pelo capital, no atendimento precário e na maioria das vezes insuficiente das demandas e necessidades da classe trabalhadora, cada vez mais exaurida pela destruição dos direitos. E como trabalhadores e trabalhadoras, somos submetidos aos avassaladores processos de expropriação das nossas condições de reprodução da vida.

Mas não fugimos das lutas, e estivemos em todas as manifestações e protestos, nas ruas e nas praças, fazendo o bom combate, ainda que na defensiva para não perder os direitos conquistados: lutamos contra a EBSHER, contra a privatização da saúde, contra o desmantelamento da seguridade social, contra a PEC que se tornou a EC 95, conhecida como PEC da Morte, contra a terceirização, contra a proposta de destruição da previdência e contra a reforma trabalhista. Lutamos e nos manifestamos sucessiva e recorrentemente contra todas as formas de exploração e opressão, por meio de publicações, palestras, e organicamente, por meio dos manifestos de nossas organizações como CFESS e ABEPSS.

As contundentes campanhas do Conjunto CFESS/CRESS nessa década denunciaram que “Na Luta de Classes não há Empate”, conclamaram às lutas ao defender “Que sem Movimento não há Liberdade”, “Que nossa escolha é a resistência”, e que “No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”. Fizemos a mais bela e contundente campanha contra o racismo e reafirmamos coletivamente em inúmeros seminários sobre o Trabalho Profissional na Políticas Sociais, organizados gratuitamente pelo CFESS para assistentes sociais e estudantes, que o trabalho requer condições éticas e técnicas adequadas, para desenvolver nossas competências e atribuições com compromisso ético político com a qualidade dos serviços e atendimento das demandas da classe trabalhadora. Reiteramos em inúmeras publicações os nossos valores e princípios ético-políticos contra a exploração, o racismo, a LGBTFobia, as discriminações de todo tipo, a intolerância, sempre orientados pela disputa incansável da consciência política de profissionais e estudantes, sem fazer nenhuma concessão aos valores burgueses e pós-modernos.

Nos Congressos dessa década organizamos as maiores manifestações de assistentes sociais desde a Virada: em Brasília em 2010 marchamos na Esplanada com mais de 3000 assistentes sociais e estudantes em defesa do trabalho, dos direitos e da jornada semanal de 30 horas para assistentes sociais; em 2015, em Recife, nos juntamos ao Grito dos Excluídos para bradar nosso compromisso social e político guiado pelo Projeto Ético Político Profissional.

Encerramos a década dizendo hegemonicamente #EleNão, ainda que poucos e minoritários profissionais tenham sido contaminados com os venenos da serpente nascida nessa década. Mesmo com a derrota político-eleitoral imposta à classe trabalhadora em 2018, que levou ao poder o mais nefasto, incompetente, reacionário e ultraliberal presidente que o Brasil já teve, não vacilamos. Mesmo com perdas, não desesperamos, e acreditamos que “outras primaveras virão”, porque seguindo a canção, temos consciência para ter coragem; temos a força de saber que existimos²⁵ coletivamente e que juntos somos mais fortes. E assim nos preparamos para as lutas que viriam no ano seguinte, esse ano de 2019 em que celebramos os 40 anos da virada histórica do Serviço Social rumo à sua construção como profissão produtora de conhecimento e engajada nas lutas da classe trabalhadora.

2019 – “Mágicas mentiras pulam da cartola, nascem mitos raros, imprecisos” (Filipe Catto).

E aqui estamos nós nesse final de 2019, celebrando os 40 anos da virada no Serviço Social Brasileiro. Adormecemos em 2018, e acordamos em 2019, sob o impacto da avalanche bolsonarista que saiu das urnas em 2018, que sintoniza-se com a extrema direita e o neofascismo em âmbito mundial, que instaurou no Brasil um governo eleito sem programa, sem debates, em campanha sustentada em mentiras, fake news, mas, principalmente, sustentado, apoiado e financiado por uma direita raivosa que constitui uma orda antipetista e anticomunista virulenta.

Nesse contexto, um sussurro ecoa e nos atemoriza: essas condições colocam em xeque nosso Projeto Ético Político Profissional? A resposta não é simples e nem pode se limitar ao SIM ou ao NÃO. Se, por um lado, as condições objetivas impõem severos limites para o avanço nas lutas e conquistas sociais, e o conservadorismo, que nunca esteve ausente da profissão, se renova, se fortalece e se sustenta no avanço da extrema direita, por outro lado, ao longo dessas 4 décadas, temos lapidado o Projeto Ético Político Profissional naquilo que ele tem de essencial e determinante: a formação na graduação e pós-graduação pautada na crítica contundente ao capitalismo e à sua incapacidade civilizatória de conviver com a conquista de direitos. E intensificamos a participação ativa nas lutas da classe trabalhadora e na defesa dos nossos direitos, como necessária mediação para impor limites ao capital.

²⁵ Cf. a canção “Primavera nos Destes” de João Ricardo e João Apolinário: *Quem tem consciência para ter coragem/Quem tem a força de saber que existe/E no centro da própria engrenagem/Inventa a contra-mola que resiste/Quem não vacila mesmo derrotado/Quem já perdido nunca desespera/E envolto em tempestade decepada/Entre os dentes segura a primavera...*

Sabemos e reiteramos incansavelmente que nosso Projeto Ético Político Profissional não se limita à defesa dos direitos no capitalismo e nem estou aqui defendendo isso ou estimulando o idealismo, ao contrário, tenho a convicção que no tempo presente os valores e princípios do Projeto Ético Político Profissional pautados na projeção de uma sociedade emancipada são mais necessários e urgentes do que nunca!

A liberdade substantiva, autonomia, emancipação e defesa intransigente dos direitos humanos são fermentos imprescindíveis para lutar coletiva e individualmente em nosso trabalho cotidiano contra o reacionarismo mais tacanho desse bolsonarismo, que se move pelo discurso obscurantista contra a ciência e a razão e que ataca a educação pública; que se motiva pelo ódio contra os direitos humanos e a diversidade, embebidos num discurso fundamentalista e numa particular e reacionária interpretação da moral cristã que agride as religiões de origem africanas e mesmo os cristãos que não concordam com sua interpretação; são discursos que fomentam o extermínio da juventude negra, atacam e matam a população LGBTT.

A universalização dos direitos sociais, as lutas pela equidade e contra todas as formas de exploração, discriminação e opressão assumem caráter de luta anticapitalista nesse contexto ultra-neoliberal que se empenha para destruir e mercantilizar as conquistas civilizatórias da classe trabalhadora, necessárias à sua reprodução cotidiana, como os direitos do trabalho, saúde, a previdência pública, a cultura, o lazer, a água, a natureza, a assistência social.

A defesa das liberdades democráticas é vital para socializar a participação política, garantir a organização e manifestação livre da classe trabalhadora, impedir a repressão, a criminalização dos movimentos sociais e prisões políticas arbitrarias como a dos 23 jovens nas Jornadas de 2013, da Preta Ferreira e seu irmão do MSTC, e do Lula em 2018, para citar algumas. Mais do que nunca precisamos nos organizar, fortalecer as lutas nas ruas e nas praças, vencer o torpor e o apassivamento que tomou conta de muitas organizações sindicais que não se mobilizaram suficientemente para barrar a contrarreforma da previdência de Bolsonaro, aprovada esse ano. Mais do que nunca, o tempo presente nos exige fortalecer os movimentos sociais da classe trabalhadora e anticapitalistas.

A socialização da riqueza socialmente produzida tem nas lutas pela apropriação do fundo público uma mediação fundamental nesses tempos de privatização, de destruição de bens e serviços públicos, que constituem verdadeira usurpação do fundo público pelo capital.

O **compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual**, na perspectiva da competência profissional, só pode ser assegurado com a defesa da educação pública, laica, presencial, com formação crítica e compromisso social. É dessa formação que o reacionarismo tem medo e quer destruir com propostas como a “Escola sem Partido”, que na verdade quer uma “escola com mordaza”, a militarização das escolas, o Future-se e a educação familiar. É a ausência da formação crítica, histórica e totalizante que forja mitos imprecisos.

Estou, portanto, convencida que vivemos um tempo em que só temos uma escolha: reafirmar e reafirmar e reafirmar a opção feita há 40 anos por um projeto ético, político e profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Uma sociedade comunista.

Esse é nosso principal desafio: assegurar, coletivamente, a direção ética, política e técnico-operativa que estão nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, as competências e atribuições que estão asseguradas na Lei de Regulamentação da Profissão e os princípios e valores do Código de Ética Profissional, que atribuem materialidade ao nosso Projeto de profissão, articulado ao projeto societário de construção de uma sociedade comunista.

As “mágicas mentiras pulam da cartola”, e assim como nascem, os mitos são destruídos! Por isso, por nós, para nós, como classe trabalhadora que somos, façamos desse histórico e icônico CBAS, um espaço de luta contra todas as formas de opressão e exploração. Reafirmaremos coletivamente nos próximos dias nosso Projeto Ético Político e diremos não à exploração, não ao machismo, não à LGTBfobia, não ao racismo, não ao conservadorismo, não ao feminicídio, não à opressão, não à violência, não ao genocídio, não ao apassivamento.

Eles passarão e irão para o lixo da história porque nada há de ter sido em vão. Respiremos os ares de luta que sopram na América Latina e encantemos nossos corações. Lutemos pela revolução!

Referências bibliográficas

- ABEPSS. Revista Temporalis. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000.
- BEHRING, E. Brasil em contrarreforma - desestruturação do Estado e perda de direitos”, São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: Editora UnB e Letras Livres, 2006.
- BRASIL. Lei Federal 8662/1993. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP>>

_CFESS-SITE.pdf>.

CFESS. Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais. Disponível em <https://issuu.com/cfess/docs/livro30hcfess>.

_____. Revista inscrita, Ano VII, Nº X, CFESS, Brasília, 2007. Disponível em <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_>.

DEMIER, F. Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. FOLHA ONLINE. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>.

GRANEMANN, S. A Reforma da Previdência do Governo Lula: argumentos e perspectiva de classe. Revista Outubro, N. 9, p. 113-124, 2003. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-9-Artigo-07.pdf>>.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Revista Serviço Social e Sociedade, n.136, p. 417-438, São Paulo, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417>.

_____. Democracia de Cooptação e Apassivamento da Classe Trabalhadora. Disponível em <<https://praxisteoria.wordpress.com/2016/07/14/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>>. Acesso em 14 de julho de 2016.

_____. As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M.; MANSUR, I.; NEVES, V. (Org.). A Estratégia Democrático-Popular; um inventário crítico. Marília, Ed. Lutas Anticapital, 2019. Disponível em <https://lutasanticapital.milharal.org/files/2019/04/2019_Iasi_final.pdf>.

NETTO, J. P. Pequena História da Ditadura Brasileira. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EAD e presenciais. Revista Temporalis, n. 27, p. 181-202, Brasília, ABEPSS, 2014. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/497>.

PESTANA, M. Cinco anos de Junho de 2013: a perspectiva petista e os dilemas estratégicos da esquerda brasileira. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2018/07/16/cinco-anos-de-junho-de-2013-a-perspectiva-petista-e-os-dilemas-estrategicos-da-esquerda-brasileira/>. Acesso em 20 de julho de 2018.

QUIROGA, C. Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991

REDE BRASIL ATUAL. Janáina Paschoal admite farsa do impeachment: “Alguém acha que Dilma caiu por um problema contábil?”. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/09/janaina-paschoal-admite-farsa-do-impeachment-alguem-acha-que-dilma-caiu-por-um-problema-contabil/>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

RIBIERO JR., A. A privatária tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SILVA, M. L. O. e (Org.). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, M. O. S. e. (Org.) Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo

Marina Barbosa Pinto*
Augusto Santiago Cerqueira**

Resumo: A expansão do modo de produção capitalista tem propiciado as condições ideais para propagação de surtos de gripe que podem evoluir para pandemias, como a gripe espanhola, o caso recente da H1N1 e como é o caso atual da COVID-19. A intensificação da crise estrutural do capital tem contribuído para o aumento na taxa de ocorrência de pandemias no mundo, na medida em que se intensifica o avanço sobre o meio ambiente juntamente ao desmonte dos mecanismos de proteção social e do trabalho. As medidas de combate a expansão da pandemia da COVID-19 adotadas pela maior parte dos estados capitalistas, têm aumentado ainda mais o abismo social entre os mais ricos e mais pobres. Neste momento, são necessários: o fortalecimento do sistema de saúde e de assistência social; ações de proteção ao trabalho e da renda da população; o fortalecimento do sistema de educação, ciência e tecnologia públicas; e da luta da classe trabalhadora por uma nova sociedade.

Palavras-chave: crise econômica; pandemia; covid-19; classismo.

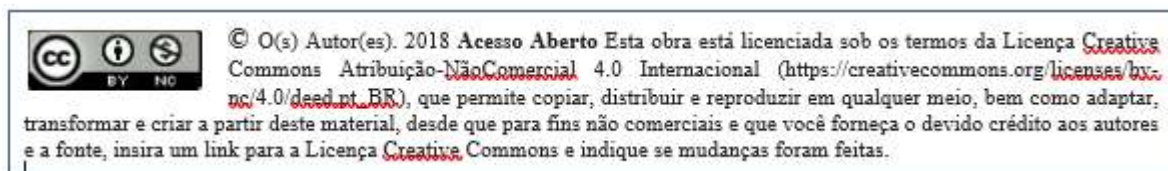
Thoughts on the COVID-19 pandemic and capitalism

Abstract: The expansion of the capitalist mode of production has provided the ideal conditions for the spread of flu outbreaks that can evolve into pandemics, such as the Spanish flu, the recent case of H1N1 and the current case of COVID-19. The intensification of the structural crisis of the capitalism has contributed to the increase in the rate of pandemics occurring in the world, due to the increased destruction of the environment together with the dismantling of social and labor protection mechanisms. The measures to contain the expansion of the COVID-19 pandemic adopted by most capitalist states, have further widened the social gap between the richest and poorest. At this moment, the following actions are needed: the strengthening of the health and social assistance system; actions to protect the population's work and income; the strengthening of the public education, science and technology system; and the working class fight for a new society.

Keywords: economic crisis; pandemic; covid-19; classism.

Submetido em 07/05/2020

Aprovado em 12/05/2020



* Doutora em História, Professora aposentada da Faculdade de Serviço Social, UFJF, Presidente da APES SSind.

** Doutor em Engenharia Elétrica, Professor Titular da Faculdade de Engenharia, UFJF, 1º Tesoureiro da APES SSind.

Introdução

A pandemia da COVID-19 surge em um momento de profunda crise econômica mundial que tem sido enfrentada pelo grande capital internacional através de soluções políticas de extrema direita com características protofascistas. A segunda década do novo milênio marca esse processo de reorganização dos Estados para a imposição grandes ataques à classe trabalhadora através do desmonte de políticas sociais; do aprofundamento da precarização do trabalho; da retirada de direitos; do avanço ainda mais voraz sobre o meio ambiente; de ataques à já frágil democracia burguesa, a ciência, a educação, as instituições de ensino e de pesquisa. Esse é o resultado da queda gradativa das taxas de lucro pós segunda guerra mundial, apontando para um processo de crise estrutural que se agudiza pós crises de 70 e dos anos 2000. Esse cenário, oferece as condições propícias para o surgimento de surtos de gripe que podem evoluir para pandemias com potenciais devastadores, seja pela expansão do modo de produção capitalista, seja pelo atual grau de enfraquecimento dos Estados e de desmonte dos mecanismos de proteção social.

Olhando para o mundo frente à COVID-19, a maior parte dos países têm adotado políticas de isolamento social como única forma de contenção da pandemia, explicitando a fraqueza e a incapacidade atual dos Estados de atender à população. O resultado dessa política é a acentuação ainda maior do recorte de classe, uma vez que boa parte da população mundial não possui as condições necessárias para realizar o isolamento devido às condições precárias de trabalho, de saúde e de moradia. Ou seja, enquanto a menor parte da população mundial pode ficar em casa em condições adequadas e com capacidade de desenvolver suas atividades de trabalho, a maior parte da população fica vulnerável ao vírus e sem acesso ao sistema de saúde, aprofundando ainda mais as desigualdades e potencializando o número de vítimas da COVID-19 em todo o mundo.

No Brasil, mesmo com um Governo genocida, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em situação de desmonte, têm sido fundamentais para que o desastre humanitário não seja ainda maior. Também têm se destacado as ações das instituições de ensino e pesquisa públicas, que de forma autônoma, têm auxiliado no combate à COVID-19 com diversas medidas como: o atendimento a população através dos hospitais universitários; participação em comitês técnicos de estados e municípios; produção de equipamentos, insumos para realização dos testes da COVID-19; desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas à pandemia; entre outras. Chegando próximo a dois meses desde a

primeira morte pela COVID-19 no país, os sistemas de saúde e funerário estão entrando em colapso em alguns estados, ligando o sinal de alerta para a evolução da pandemia no Brasil.

Como o enfrentamento da pandemia se dá sob a ótica do capital, alguns setores têm se beneficiado da pandemia, como as grandes indústrias farmacêuticas e de biotecnologia. Desta forma, se colocam também as grandes corporações do setor da educação, aproveitando-se da pandemia para lucrar com a venda de plataformas de ensino virtuais e trabalhando para implementação do ensino a distância em todos os níveis da Educação, num projeto que visa a maximização dos lucros em função da precarização do trabalho docente. Novamente, o recorte de classe fica claro e o abismo social se aprofunda em plena crise humanitária.

A pandemia da COVID-19 desnuda ainda mais o capitalismo e aponta para a urgência na mudança dos rumos na sociedade em direção ao socialismo, o que só poderá ocorrer sob as rédeas da classe trabalhadora.

Capitalismo: sua crise estrutural e a pandemia

O momento atual é revelador da dinâmica do sistema capitalista em sua face mais cruel. Desnuda a desfaçatez da escolha do lucro em detrimento da vida em dimensão proporcional ao seu caráter destrutivo, que lhe é constitutivo. Analisar este momento, requer considerar que o capitalismo experimentou uma inversão na sua curva ascendente de crescimento desde os anos 1970, quando as largas ondas de crescimento com inflexões de queda, deram lugar a longos períodos de retração com poucos momentos de recuperação. Uma das considerações a se fazer refere-se à capacidade de reinvenção de modelos para manter a taxa de lucro.

Nos últimos 40 anos, o neoliberalismo, projeto político adotado por praticamente a totalidade dos governos no planeta, foi a escolha para a busca da recuperação do crescimento da curva, com base em três eixos: primeiro a alteração do modelo de produção e circulação de mercadorias em âmbitos nacional e mundial, por meio da adoção da flexibilidade na criação de demanda e oferta; segundo da terceirização das plantas fabris e da flexibilização das relações de trabalho com destruição de direitos; alteração no modelo de Estado, com redução da sua intervenção na esfera social, mercantilização do direitos sociais; e por fim a adoção da ideologia individualista e ataque ao sentido do coletivo e da coisa pública, seja no fundamento filosófico, seja nos processos organizativos de ação e política. Derivam daí, as contrarreformas nos mais distintos campos de reconhecimento e validação de direitos, os processos de privatização diretos e indiretos, as novas concepções e metodologias de educação e pesquisa, a defesa de

modos de sobrevivência como a falsa ideia de que é possível constituir um largo espectro de indivíduos que seriam “patrões de si mesmos”.

No entanto, há que destacar que em sua fase mais avançada, com este projeto, o capitalismo condensa a máxima: junção do capital produtivo-bancário-especulativo, reordenando a economia para a esfera da circulação de capital como movimentadora de acumulação em dimensão nunca vistas. Destaca-se que este projeto significou para a classe trabalhadora mais exploração com perda dos direitos da proteção ao trabalho e retração de políticas sociais públicas necessárias à sua reprodução material. Redefinição do seu perfil com realocação do trabalho feminino, fechamento de postos de trabalho, crescimento do setor de serviços, prevalência dos contratos temporários de trabalho e utilização de mecanismo de terceirização e quarteirização para contratação de mão de obra. Esse processo rebate diretamente na forma organizativa desta classe, com consequência para os sindicatos; as lutas, em suas pautas e métodos para manter as conquistas, duramente alcançadas na história da luta de classes, e/ou avançar em mais um punhado delas.

Porém, a realidade não confirmou os prognósticos e desejo dos capitalistas internacionais e de parte das burguesias nacionais. Os organismos internacionais que organizam o capitalismo mundial a partir dos EUA, já alertaram para a incapacidade deste projeto responder a contento ao crescimento da curva de forma mais permanente e duradoura. E para além disso, avisaram que foi o promotor da ampliação do abismo entre “ricos e pobres no mundo”, ou seja, ampliou e intensificou as condições objetivas da luta de classes no planeta. E ainda, que isso poderia implicar em processos que demandariam enfrentamentos locais.

Para nossa lástima, o aprofundamento das condições objetivas para a intensificação das lutas entre os interesses antagônicos das classes não é suficiente para gerar a reação da classe trabalhadora, capaz de inverter a correlação de forças e promover a inversão da prevalência dos interesses da classe dominante. Há que se ter as condições subjetivas desenvolvidas: organização autônoma, método de luta direta, projeto estratégico de ruptura com a ordem como horizonte e constituição do sujeito coletivo com força para fazer acontecer. Ainda que muitas e duras lutas se processassem neste cenário, estas não têm sido suficientes para alavancar vitórias que encurralasse “os senhores do mando do mundo capitalista”.

O que se tem na década de 2010, após dezenas de anos de aplicação do projeto neoliberal em âmbito planetário, é a constatação de que ele não realizou seu objetivo como previsto pelos intelectuais e operadores do grande capital. Chegamos ao fim dos anos 2019 com uma pandemia

que assola o sistema mundial do capital e desnuda suas entranhas. E, ao mesmo tempo, explicita o que este projeto gerou para a classe trabalhadora.

Os dados econômicos, analisados e divulgados por estudiosos do mundo, e mesmo do campo dos dominantes, dão a conhecer que a economia mundial já vinha em processo de desaceleração desigual mundo à fora, com contração da produção nacional e de investimentos. Pelo estágio atual do capital, apoiado na financeirização da economia e na implementação de políticas draconianas de austeridade fiscal, faltam estruturas de atenção à saúde e de assistência para fazer frente à tragédia que se apresenta. Na verdade, a pandemia é produto da dinâmica do sistema e seu enfrentamento se dá de acordo com a lógica dele: vidas submetidas à capacidade de lucrar, mesmo em tempos de mortalidade em massa. Na medida em que a ocupação do espaço pelo capital produz intersecções de diferentes biomas causando maior desequilíbrio entre os seres vivos, produzindo enfermidades, combinado à destruição da natureza e sua reservas de vida; e, se soma à destruição de equipamentos, infraestrutura e políticas públicas que poderiam responder a uma calamidade desta proporção, haja vista a retirada dessa ação da esfera do Estado, abolindo políticas públicas que asseguram a atenção na perspectiva de direitos e não de produto que se compra no mercado, acessível a quem tem recurso para comprar, ou transformando-as em programas emergenciais direcionado, quando muito, aos mais pobres dos pobres.

Enfrentamos dois grandes movimentos combinados que não asseguram o enfrentamento adequado à pandemia. O primeiro é a não adoção de medidas simples como ampla testagem, acompanhamento próximo dos casos suspeitos e o isolamento horizontal efetivo para conter a crise sanitária. Ao contrário, prevalece, em muitos casos, a linha malthusiana, ou a adoção de medidas emergenciais depois do contágio já estar em franca ascensão. O outro movimento é fazer das ações de enfrentamento à pandemia uma fonte de negócios, direto ou indireto, um exemplo é a relação com hospitais e laboratórios privados, ao não serem colocados sob a jurisdição do Estado para ações frente à pandemia, o que ocorreu na maioria dos países.

A crise sanitária está diretamente associada à crise econômica. A previsão é de contração da economia mundial em torno de 3 a 5%. Em termos de economia geral é comparável à crise de 2008/2009, mas como a essa se associa o grandioso volume de dívida pública generalizado pelos países, com destaque para os do chamado primeiro mundo, é possível levar esta comparação à grande depressão dos anos 1929/1930. Essas condições levam ao fechamento de postos de trabalho e demissões; redução de salários, de consumo, de circulação das mercadorias

e de negócios com rentabilidade crescente e imediata para o capital.

No Brasil, a condição de exportador de commodities na engrenagem internacional, associada a um estado desmontado e ao aumento exponencial da pobreza e a uma forte crise política, há uma maior dificuldade para conter a crise sanitária.

A COVID-19 não é o elemento-choque que causa a crise, ela é a inflexão numa crise que já estava em curso. México, Japão, Argentina, África do Sul, já experimentavam recessão econômica. EUA e Reino Unido já tinham desaceleração; houve queda na produção industrial de 20% na Alemanha e de 12% nos EUA antes da pandemia. Com as configurações geradas pelo neoliberalismo, e em meados dessa década a ascensão do ultraliberalismo combinado com governos de extrema direita, prevalece a incapacidade dos sistemas de saúde na quase totalidade dos Estados nacionais, bem como a ausência de políticas de prevenção e mitigação adequadas apoiadas em estudos científicos, domínios dos dados, testagens e equipes de saúde a contento e com a devida proteção.

No Brasil, esse quadro, como sinalizado, se agudiza em função da desigualdade social e da crise política, num governo que escolhe a economia em detrimento da vida. Alguns elementos aprofundam a crise no Brasil: as transformações no mundo do trabalho levando a um trabalho absoluta e amplamente precarizado, e o crescimento significativo do setor de serviços (incluindo o comércio), que hoje emprega mais de 50% da força de trabalho. Esses são dois elementos que estruturam as relações sociais e de trabalho de forma mais favorável à acumulação. Isso está na base do empenho da extrema direita e de outros setores da burguesia e do empresariado, em abrir o comércio dado seu peso hoje na economia. Setor, no qual estão majoritariamente as relações precarizadas de trabalho com flexibilização de direitos. Outro componente é o assalto cada vez mais intenso ao fundo público, que no contexto da descendência da curva de lucro, gera uma dependência maior do empresariado àquele fundo. Esse fator explica a criação de diferentes formas de se apropriar privadamente do fundo público, as contrarreformas, a privatização direta e indireta de equipamentos estatais e o maior controle da força de trabalho, incluindo as proposições presentes no projeto FUTURE-SE para a educação superior.

Essas decisões têm rebatimento na economia, na forma como o Estado intervém nas relações sociais e na forma como desinveste nas políticas públicas, o que se evidencia no momento de pandemia. De fato, o objetivo estratégico é desonerar os custos do e para capital, e encontrar formas legais, alternativas e ideológicas de assegurar o equilíbrio na relação

custo/benefício para a ação do capital, apoiado na maior exploração da força de trabalho e na liberalização integral para o uso do que é público em favor do seu benefício privado, com especial atenção a estabelecer negócios onde o Estado atua com políticas e programas sociais. Mercantiliza-se a vida.

Dois áreas evidenciam esse caminho e se apresentam como centrais no combate a pandemia: o quadro de desmonte do SUS e a reconfiguração do SUAS. Ambos sistemas que são fundamentais para a reprodução da vida dos sujeitos que integram os setores mais pauperizados da classe trabalhadora. Ambas estão no quadro brutal de sucateamento e destruição das políticas e serviços públicos, que são, na prática, a forma de retornar a estes setores a riqueza socialmente produzida. Reafirmando que o capital é uma relação social e que sua materialidade se processa no cotidiano da vida e o faz na sua face mais brutal e cruel para a classe trabalhadora, compreende-se, portanto, que os limites deste sistema para tratar da totalidade da vida humana se tornam nítidos nesta pandemia. Constata-se, de forma clara e objetiva, que a ordem dominante não será capaz de responder às necessidades da humanidade, sequer em tempos de vida “supostamente normalizada” e menos ainda em tempos de pandemia de morte. Daí a necessidade de lutar neste cotidiano para superar essa ordem. No entanto, isso não depende apenas do fracasso do capitalismo, depende essencialmente da organização da classe trabalhadora e da manutenção no seu horizonte organizativo e de luta a ruptura com esta ordem. Não há unidade com a burguesia sequer para defender a vida, porque ela só defenderá as dos seus. Apenas a classe trabalhadora será capaz de universalizar a solução dos problemas, porque os reconhece e vive como problemas da humanidade.

Classe e a pandemia

Há alguns anos, organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), advertiam sobre a grande probabilidade de uma nova e devastadora epidemia e a falta de preparação dos governos do mundo para tal. Há estudos que demonstram que as novas epidemias (SARS, Ebola, os vários tipos de influências, entre outros patógenos) ocorrem devido ao modelo de agricultura e criação de animais altamente extensivo. Este modelo que diminui a distância entre o mundo rural e o urbano e fundamentalmente as barreiras naturais entre a civilização e os animais e seus respectivos, e, singulares, “habitats”, expõe a humanidade diretamente a vírus e bactérias que, até então, não se encontrava exposta. Mesmo com os alertas a sociedade, sob a égide do capitalismo, continuou e aprofundou o processo de exploração e

destruição do meio ambiente e das relações sociais humanitárias, gerando uma situação singular, ainda não vivida em tempos recentes.

O momento é de indefinições e de tensão. A realidade mudou e não temos como prever o que acontecerá no mundo, no nosso país, nos nossos locais de trabalho e nas nossas famílias durante os próximos meses e, muito menos, após a pandemia. Uma coisa é certa: a pandemia está dizimando, principalmente, populações vulnerabilizadas, como os idosos, os indígenas, os privados de liberdade, refugiados, aqueles que vivem em situação de rua, nas favelas e comunidades periféricas e, tragicamente, os profissionais de saúde.

Ilustra esta afirmação de forma contundente o que ocorre com a população negra e latina nos EUA. Grandes cidades como Nova Iorque estão entre as mais atingidas, e a doença se espalhou em todos os estados e até mesmo nos territórios marítimos.

A crise sanitária nos EUA é acentuada pela ausência de um sistema de saúde universal e gratuito para os/as trabalhadores/as moradores no país. Os custos de atendimentos médicos básicos chegam aos milhares de dólares e mesmo antes da pandemia era comum que os segmentos mais pauperizados da população se recusassem a chamar uma ambulância porque não tinham como pagar. Os “donos” dos planos de saúde e hospitais privados lucram milhões de dólares todos os anos e exercem pressão para que qualquer medida relativa à universalização do sistema de saúde seja rejeitada no Congresso.

Em todos os países do planeta a pandemia deixa nítido as profundas contradições do capitalismo e no coração do sistema essas se expressam em toda a sua profundidade. Mas a situação é ainda mais dramática para aqueles que são os mais explorados e oprimidos: negros e negras e latinos e latinas.

As condições de vida de trabalhadores negros e latinos evidenciam que boa parte desses segmentos populacionais não conseguem trabalhar de casa durante o isolamento. Visto que a maioria trabalha nos serviços essenciais, como supermercados e drogarias, e são obrigados a trabalhar mesmo sob condições inseguras e com salários que não cobrem o básico de suas necessidades.

Dados divulgados pela prefeitura de Nova Iorque mostram uma taxa de mortes para cada 100 mil pessoas de 22,8 entre os hispânicos e de 19,8 entre os negros. O mesmo índice para a população branca é de 10,2. No Bronx, distrito mais pobre da cidade e de maioria latina, já morreram mais pessoas que em todo o estado de Connecticut e a situação é igualmente dramática em bairros de maioria negra como o Queens e o Brooklyn.

As principais causas para essa mortalidade são a impossibilidade de trabalhar em casa e doenças agravantes como a hipertensão, a asma e a diabetes. Ambas são resultado das terríveis condições de pobreza e exploração em que vivem esses trabalhadores no país mais rico do mundo.

A Diretora do “*The Peoples’ Forum*”, a ativista Claudia de La Cruz afirma, na edição internacional do jornal Brasil de Fato de 22 de abril de 2020, que grande parte dos negros e latinos nos EUA sobrevive em condições socioeconômicas muito precárias e ocupam postos de trabalho com baixos salários e estão expostas a todo tipo de enfermidade. Essa realidade precária só se aprofundou. “A pandemia global está visibilizando a negligência e incompetência da administração de Trump, do sistema e suas estruturas”, declara. “Muitos latinos e negros trabalham na indústria de delivery, em fábricas, praças de alimentação, supermercados, em bancas de agricultura, no transporte público, em hospitais. Nestes espaços há alto risco de contaminação devido à escassez de materiais necessários para a prevenção. São pessoas fazendo trabalhos de grande importância, mas que não são ‘considerados essenciais’ em um momento em que não há crise”, afirma La Cruz.

Para a Oxfam, em relatório publicado em abril deste ano, a crise pode levar mais meio bilhão de pessoas para a pobreza, num contexto no qual há dois bilhões de pessoas no setor informal e só um em cada cinco desempregados têm acesso a benefícios como o seguro-desemprego. Em países de capitalismo tardio, historicamente explorados e subalternizados pelas diretrizes norte americana e europeia, como os países da América Latina e África, a situação pode ficar ainda mais grave. No Brasil, historicamente a vida dos negro/as e dos povos originários sempre valeu muito pouco. O nosso país tem sido duramente atingido pela proliferação do vírus e as consequências da crise econômica entrelaçada com a crise sanitária recairão com mais força sobre os segmentos mais pauperizados da nossa classe e sobre a população negra brasileira, em particular. Nos país, há cerca de 40 milhões de trabalhadores sem carteira assinada e cerca de 12 milhões de desempregados, e ainda segundo a Oxfam, estima-se que a crise sanitária adicione mais 2,5 milhões de pessoas entre os desempregados. Serão esses, representantes da maioria da população, os que mais sofrerão com a fome, a redução de salários, o desemprego, o adoecimento e a morte. Basta observar que 50% das moradias da população brasileira não têm acesso à serviços de esgoto sanitário, 33 milhões de brasileiros vivem sem abastecimento de água confiável, em vários estados da região norte e nas favelas em mais de 20% das moradias três ou mais pessoas vivem em um único cômodo.

E muito mais grave ainda é a situação da população de rua. Não existem números precisos sobre quantidade de moradores em situação de rua no país. Os últimos dados nacionais são de 2009, quando foi feita a última pesquisa. Mas, se tomarmos os dados de SP, como referência, pode-se avaliar a dimensão do crescimento dos moradores de rua nas grandes cidades do Brasil, nos últimos anos. Segundo censo realizado pela Prefeitura de São Paulo, a população de rua na capital paulista saltou de 15.905, em 2015, para 24.344 em 2019 - um aumento de 53% no período. Para esses, a disjunção das orientações das autoridades sanitárias é quase abissal. Os milhares de moradores de rua não podem adotar o auto isolamento e deixar de realizar suas atividades de sobrevivência e, no caso de quem vive nas e das ruas, se trancar em casa. Seu maior temor é a fome, pois além de receber ajuda de diversos moradores da região, alguns contam com o que ganham em bicos feitos nas ruas.

Enfim, se a saída da crise, de acordo com o pensamento conservador e aplicada pelos governos da grande maioria dos países combina: (i) mais recursos para a manutenção da lógica de valorização do capital fictício; e (ii) maior arrocho das condições para a classe trabalhadora, neste momento, a crise sanitária é utilizada para implementar, ainda mais profundamente, o ajuste econômico. Quem pagará a conta pelos prejuízos provocados pela crise do capitalismo contemporâneo é a classe trabalhadora e, em especial, seus setores mais pauperizados que paga com a perda, em números massivos, da vida.

As carreatas da morte, promovidas por apoiadores do governo federal não mostram só como a lógica capitalista é insana, mas sim revelam como a lógica do capital combinada com o neofascismo e o fundamentalismo religioso, marcas da atual realidade brasileira, traz a nu o capitalismo na sua forma mais opressiva e brutal.

Educação, ciência e tecnologia

A educação e a ciência e tecnologia também têm sido fortemente afetadas pelas contrarreformas neoliberais do estado implementadas a partir da década de 70, a partir das quais aprofunda-se a visão que estabelecem as primeiras como mercadorias passíveis de propriedade, abrindo-se ainda mais “oportunidades” para que o setor privado se aproprie do fundo público. A educação distancia-se cada vez mais do papel de formação de cidadãos críticos e acentua-se o caráter instrumental de treinamento de mão de obra e seu uso como um mecanismo de submissão da classe trabalhadora à ideologia dominante. As diversas contrarreformas na área da educação têm estreitado cada vez mais a formação, com especial preocupação em retirar

conteúdos das ciências humanas e sociais, buscando cada vez mais a especialização do conhecimento em áreas técnicas. Criou-se o conceito de formação de “capital humano” como forma de garantir o processo de mundialização e acumulação do capital. Concomitantemente, aprofunda-se o grau de privatização e de imposição de modelos exógenos pelos países centrais para os países de capitalismo tardio como o Brasil, tendo com um dos principais protagonistas no país a Fundação Lemann. Grandes corporações transnacionais também intensificaram suas ações na área de educação e pesquisa como o Google, através de plataformas computacionais tendenciosas e da realização de convênios com escolas e universidades ao redor do mundo.

Na área da ciência e tecnologia, o capital também avança cada vez mais em direção a maximização do lucro a qualquer custo. Para o capitalismo em crise, a pesquisa deve servir para o aumento da competitividade das empresas, ou seja, para a maximização dos lucros e não mais para o avanço do desenvolvimento humano, muito pelo contrário. Adicionalmente, com a globalização, avançou-se ainda mais no projeto de “proteção do conhecimento” através das patentes, que na realidade garantem a expansão das grandes corporações transnacionais para exploração de mão de obra barata e ampliação de mercados de consumo, sem que haja real transferência de conhecimento para os países em desenvolvimento. Mesmo nas universidades e outras instituições de pesquisa cujo financiamento é majoritariamente público, as pesquisas têm sido direcionadas cada vez mais para cumprir o papel de “aumento de competitividade” via políticas de “inovação” que sobrevalorizam a produção de patentes e o fomento as “parcerias” público privadas.

Mesmo com os grandes ataques à educação e a ciência & tecnologia, as instituições de ensino superior e de pesquisa apresentam-se muitas vezes como ilhas de resistência e de crítica por preservarem espaços para o livre pensamento e para o debate. No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, em maior grau, e os Institutos Nacionais de Ciência de Tecnologia (INCT) públicos têm exercido esse papel, ficando ainda mais claro frente à pandemia da COVID-19.

**Tabela 1: Número de mortes confirmadas pela COVID-19 por país.
Dados divulgados pela OMS em 04/05/2020.**

País	Mortes confirmadas decorrentes da COVID-19 por milhão	Número de dias após a confirmação da 5ª morte por COVID-19
Itália	478,5	69
Espanha	541,7	57
Reino Unido	426,8	54

EUA	208,7	62
Brasil	33,7	45
Coreia do Sul	4,9	71
China	3,3	100

Como se pode observar, o enfrentamento da pandemia passa por ações fortes do Estado na saúde, na educação, na ciência & tecnologia e na economia. Nos países em que as ações do Estado foram mais incisivas desde o início da pandemia, como Coreia do Sul e China, está o epicentro inicial da pandemia, tanto o número de pessoas infectadas quanto o de mortes têm sido menor do que nos países em que as ações foram tardias apoiadas em discursos falaciosos sobre a manutenção das atividades econômicas, como é o caso dos EUA, Reino Unido, Itália, Espanha e Brasil. A Tabela 1 mostra o número de mortes confirmadas pela COVID-19 por milhão de pessoas para os países anteriormente citados. Observa-se como a China e a Coreia do Sul apresentam números bastante inferiores de mortes por milhão de pessoas do que os demais países, mesmo estando em estágios mais adiantados da pandemia. A tabela também mostra que o número de mortes por milhão no Brasil tem evoluído mais lentamente do que nos países europeus e nos EUA, mas precisamos levar em consideração uma grande subnotificação de mortes no Brasil, como mostram o aumento considerável no número de sepultamentos em diversos centros urbanos e o número de mortes causadas por Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), quando comparados ao dados dos últimos anos.

Nesse momento, início de maio, os sistemas de saúde e funerário em diversos centros urbanos no país começam a entrar em colapso, como é caso de Manaus e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o Governo Federal trabalha para a desinformação da sociedade sobre a pandemia e para flexibilização da quarentena nos estados, enquanto a mesma avança em diferentes regiões do país. As ações no âmbito da economia também desnudam o caráter da atual política, quando trilhões são transferidos para o mercado financeiro e valores milhares de vezes menor são disponibilizados para a grande maioria da população mais vulnerável, em um processo em que a dificuldade de acesso excluirá boa parte das pessoas que poderiam utilizar esse auxílio. Adicionalmente, nenhuma ação mais contundente de ajuda a diversos setores da economia tem sido realizada pelo Governo Federal, como o setor de serviços que representa boa parte da economia nacional.

As experiências de combate à pandemia ao redor do mundo indicam alguns elementos em comum, como o fortalecimento do sistema de saúde e seguridade social com o forte apoio

do sistema de educação superior e de pesquisa, além da interferência do estado na economia. O sistema de saúde e seguridade social fazem o enfrentamento na linha de frente, enquanto a educação superior e institutos de pesquisa atuam com o desenvolvimento de estudos sobre as melhores formas de tratamento, na busca por vacinas, na produção de equipamentos, no desenvolvimento de estudos sobre a evolução da pandemia, dentre outros.

No Brasil, mesmo com o governo federal inerte ou até mesmo trabalhando para a disseminação descontrolada da COVID-19, o SUS e o SUAS têm tido papel fundamental no atendimento da população, mesmo em condições precárias e ao custo da vida de muitos profissionais da saúde. Também destacam-se as ações das universidades públicas, institutos federais, CEFETs e INCTs que têm atuado em diferentes frentes no combate à COVID-19, como: na produção de ventiladores mecânicos de baixo custo, na produção de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores nas linhas de frente, na produção e distribuição de álcool gel, na elaboração de análises e previsões sobre a evolução da pandemia em diferentes centros urbanos, na realização de testes para diagnóstico de COVID-19, na realização de estudos sobre o tratamento e para produção de vacinas, no desenvolvimento de ações de solidariedade, assim como na participação em comitês técnicos de estados e municípios. Isto é, instituições públicas que vêm cumprindo com sua função social mesmo quando não há uma política pública em defesa da vida por parte do governo federal, mostrando mais uma vez a importância da autonomia das instituições públicas e do trabalho dos servidores públicos. Mesmo com essas ações de importantes setores do serviço público, a política irresponsável do governo, impulsionada principalmente pelo capital financeiro, coloca em risco a vida de milhões de brasileiros, promovendo um verdadeiro genocídio.

Por outro lado, seguindo a lógica do capital, a produção de testes, as pesquisas por novos fármacos para o tratamento dos doentes e de vacinas têm sido lideradas pelas gigantes da indústria farmacêutica e de biotecnologia, que visam em primeiro lugar a maximização de seus lucros, financiadas em boa parte por recursos públicos. Na mesma linha, as grandes corporações, orientadas pela maximização de lucros, estão avançando vorazmente sobre a educação básica e superior, aproveitando o cenário propício para implementar soluções a distância na busca da homogeneização dos conteúdos e de aumentar o controle sobre a população acentuando o abismo social e precarizando ainda mais as condições de trabalho de professores e professoras.

Como consequência da crise do capital e em plena pandemia, a concentração de renda

se acentua no mundo, deixando ainda mais claro uma velha lição, o lucro de poucos burgueses é extraído do suor e do sangue da classe trabalhadora, que representa a imensa maioria da população mundial.

Considerações finais

Em um tempo tão tenebroso para a vida vale destacar as ações imediatas desenvolvidas por organizações da classe trabalhadora, movimentos sociais e associações de moradores da periferia que vem gerando processos de solidariedade. Essa é uma construção que reafirma a solidariedade de classe e cumprem um papel decisivo na possibilidade de construção de um provir de maior fôlego para enfrentarmos os ataques do capital e seus governos locais. Elas ganham potencialidade na medida em que são realizadas reafirmando o horizonte classista de organização autônoma e combativa da classe trabalhadora. Nesse sentido, nossa tarefa neste momento é estarmos envolvidos com essas ações e, concomitantemente, assim como com as ações de resistência aos ataques aos direitos e a vida da massa trabalhadora e pobre em curso no país. Ataques esses que pretendem preparar as condições para a reinvenção do capital na busca da recuperação da sua taxa de acumulação, cujo eixo histórico é a retirada cada vez maior de direitos daqueles e daquelas que vivem do seu trabalho.

Para a construção deste provir é condição romper com as proposições que atuam na perspectiva da conciliação de classe implementando uma proposta de ruptura com os agentes empresariais, sejam eles de qualquer fração da burguesia nacional e internacional. Construir um programa mínimo que unifique a esquerda brasileira em torno de pressupostos básicos que exigem enfrentar o capital e seus mandatários em diferentes frentes, incluindo a taxação das fortunas, universalização dos direitos sociais com qualidade, incluindo os direitos básicos e estratégicos do trabalho e da esfera social, fortalecimento do estado como agente da distribuição da riqueza sob a forma de políticas e serviços sociais gratuitos e de qualidade. Parecem ações simples, mas que, de fato, confrontam diretamente a sociabilidade do capital e sua ordem. Assim, só tendo como horizonte a ruptura com a ordem capitalista conseguiremos estruturar as ações mais imediatas de luta para defender os direitos e também organizar as lutas mais estratégicas que nos permitam construir outra sociabilidade apoiada na solidariedade de classe, na defesa da vida e dos direitos, na defesa ao meio ambiente, no respeito às diferenças que nos permitem construir a unidade na diversidade, considerando os não iguais em gênero, raça, opção sexual e religiosa, que em suas singularidades, constroem a particularidade de pertencer à classe

trabalhadora e, por isso, podem afirmar seus interesses e o projeto classista como os da humanidade.

Referências bibliográficas

ANDES, *Neoliberalismo e política de C&T no brasil: um balanço crítico (1995-2016)*. Cadernos ANDES, nº28, 2018.

ANDES, *Proposta do ANDES para a universidade brasileira*. Cadernos ANDES, nº2, 2013.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 2018.

BORLINI, L. M. *Há pedras no meio do caminho do SUS - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil*. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 321 - 333, 2010.

BRAGA, R. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São paulo: Boitempo, 2017.

CARCANHOLO, M. D. *Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora*. in Revista Aurora, PPGCS/UNESP, Marília, SP; v.3, nº2, 2010.

SALVADOR, E. S. *O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal*. Serv. Soc. Soc., n. 130, p. 426-446, 2017.

SODRÉ, L. *Empregos precários tornam negros e latinos mais vulneráveis à covid-19 nos EUA*. <www.brasildefato.com.br>. Acesso em 02 de maio 2020.

WHO. *Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic*. <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em 05 de maio 2020.

Pandemia e capital¹: as repercussões da Covid-19 na reprodução social

Ricardo Lara*

RESUMO: Neste artigo, no primeiro momento, situamos o debate sobre as doenças e pandemias que assolaram a humanidade. No segundo momento, problematizamos algumas repercussões da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19) na reprodução social. Propomos, em caráter introdutório, o diálogo entre a crítica epidemiológica e as relações sociais de produção, com o propósito de indicarmos caminhos possíveis de compreensão da Covid-19 pautados na análise histórica dos processos socioeconômicos.

PALAVRAS-CHAVES: Covid-19. Capital. Reprodução social.

Pandemic and capital: the repercussions of the Covid-19 on social reproduction

ABSTRACT: In this article, at first, we aim to situate the debate about some diseases that have plagued humanity. In the second moment, we problematize some repercussions of the pandemic caused by the coronavirus (Covid-19) in social reproduction. We propose, on an introductory basis, the dialogue between epidemiological criticism and social relations of production, with the purpose of indicating possible ways of understanding Covid-19 based on the historical analysis of economic and social processes.

KEYWORDS: Covid-19. Capital. Social reproduction.

Submetido em 17/05/2020

Aprovado em 10/06/2020



© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt) (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt) e indique se mudanças foram feitas.

¹ Capital é entendido aqui como *relação social de produção*, em que todas as forças produtivas de uma determinada sociedade são direcionadas para a produção de valor. No caso específico da sociedade capitalista, denominamos simplificadoramente de lucro. A maioria do esforço científico e produtivo objetiva, em última análise, a acumulação de capital.

* Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq. Editor Chefe da Revista *Katálysis*.

Introdução

As pandemias acompanham a humanidade desde sua origem. A história registra as mais diversas doenças, epidemias e pandemias as quais em determinadas particularidades históricas e situações afligiram tribos, comunidades, vilas, cidades e nações.

As doenças, com grande capacidade de disseminação e contágio, arrasaram até as mais fortificadas cidades, como foi o caso da peste antonina que atingiu Roma em 165. A pandemia que ocorreu no Império Romano se iniciou junto às tropas que estavam instaladas na Pártia, um território romano localizado na Mesopotâmia. Por essas tropas, a doença chegou em Roma em 166 e foi a causa de até duas mil mortes por dia (HAYS, 2005). Os estudos indicam que provavelmente tenha sido um surto de varíola. Estima-se que 5 milhões de pessoas morreram como consequência da peste antonina.

Ao longo da história e da formação da sociedade moderna, podemos destacar algumas doenças que se tornaram epidemias e em alguns casos pandemias. Numa ordem cronológica podemos destacar: Peste de Atenas (430-427 a.C.); Peste antonina em Roma (166); Epidemia de varíola no Japão (735-737); Peste Bubónica (1347-1353); Praga da China (1641); Epidemia de febre amarela em Nova Orleans (1853); Pandemias de cólera (ao longo do século 19); Gripe espanhola (1918-1919); Pandemia de AIDS (1980); Pandemia de SARS-1 (2002-2004); Gripe Suína (2009); Epidemia de cólera no Haiti (2010); Ebola (2013-2016); Zica Vírus (2015); Pandemia da Covid-19 (2020).

As pandemias destroem exércitos como foi o caso da gripe espanhola (1918/19) que ocorreu durante a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), chegando a causar a morte de aproximadamente 50 milhões de pessoas em todas as partes do planeta (BBC, 2020). A experiência global da gripe espanhola estima ter matado 1 a 3% da humanidade. No círculo da guerra, a gripe encontrou um lugar favorável nos acampamentos dos exércitos e nas trincheiras do campo de batalha levando à morte muitos soldados. Isto se tornou um fator importante na batalha dos impérios (DAVIS, 2020). Nos países da periferia a gripe espanhola teve repercussões diferentes:

Raramente se aprecia que uma grande proporção da mortalidade global tenha ocorrido no Punjab, Bombaim e outras partes da Índia Ocidental, onde as exportações de cereais para a Grã-Bretanha e as práticas brutais de exportação coincidiram com uma grande seca. A escassez de alimentos resultante levou dezenas de pessoas pobres à beira da inanição. Eles se tornaram vítimas de uma sinistra sinergia entre a desnutrição – que suprimiu sua resposta imunológica à infecção e produziu uma inflamação bacteriana, bem como uma pneumonia viral (DAVIS, 2020, p.7).

As pandemias são destruidoras e causam muitas mortes porque a ciência não consegue de imediato decodificá-las e muito menos tratá-las no calor de seu surto, pois a descoberta de um novo vírus e, por conseguinte, as formas de enfrentamento com medicamentos e vacinas exigem tempo de pesquisa científica.

As doenças que assolaram a humanidade nas mais diversas regiões do mundo tiveram repercussões e resultados que, de uma forma ou de outra, trouxeram mudanças significativas na reprodução social. Algumas doenças favoreceram o colonialismo e as invasões imperialistas, mudando a geopolítica do mundo. Sarampo, gripe, peste bubônica, malária, difteria, tifo, cólera e, principalmente, a varíola possibilitaram o quase extermínio dos povos originários da América após a chegada dos europeus. A população da América do Sul foi reduzida de 60 milhões de pessoas (cerca de 10% da população mundial no século 15) para apenas 6 milhões em pouco mais de cem anos. Alencastro (2000), no seu estudo sobre a formação do Brasil, enfatiza que a unificação microbiana do mundo realizada pelos europeus e a vulnerabilidade dos índios ao choque epidemiológico constituíram fatores de restrição ao cativo indígena e, inversamente, facilitou o incremento da escravidão negra. Na América, a varíola ocasionou altos índices de mortalidade:

Carreada de navios de Lisboa, a varíola (*variola major*, o único dos três tipos da doença existente na época) infecta a Bahia em 1562, quando uma “corrupção pestilencial” mata três quartos dos índios aldeados. Em seguida o mal se estende pelo Norte, por Pernambuco, e pelo Sul, por Piratininga. Houve surtos em vários quadrantes do mundo português, portanto os missionários assinam na mesma época uma “universal doença de bexigas” que invadia o Japão. De ricochete, os portos brasileiros sofrem contágio das ondas variólicas que eclodiram em Portugal entre 1597 e 1616. Deve ter ocorrido na América portuguesa a mesma relação entre morbidade e a mortalidade constatada na época nas comunidades nativas do outro lado dos Andes: 30% a 50% dos índios expostos ao mal faleciam nos primeiros dias. (ALENCASTRO, 2000, p. 1230).

Em contrapartida, a febre amarela e a revolta dos escravos no Haiti foram juntas grandes obstáculos ao domínio francês e aos projetos de Napoleão Bonaparte na América do Norte. Durante a Revolução Haitiana, a febre amarela arrasou os soldados de Napoleão, cerca de 50 mil entre soldados, oficiais, médicos e marinheiros morreram no Haiti no final do século 18 e começo do século 19 (BBC, 2020).

O continente africano também sofreu com uma peste que favoreceu a expansão colonial europeia. Entre 1888 e 1897, o vírus da peste bovina matou 90% do gado africano, deixando comunidades devastadas no Sudeste da África, na África Ocidental e no Sudoeste do continente.

A perda do rebanho levou à fome e forçou a migração dos povos locais. O caos gerado pela doença facilitou a colonização europeia em grandes áreas da África no final do século 19. Na década de 1870, apenas cerca de 10% da África estava sob controle europeu, mas em 1900 esse número subiu para cerca de 90% (BBC, 2020).

Após sumariarmos esses breves acontecimentos envolvendo doenças que se tornaram epidemias ou pandemias, notamos que elas não deixam de influenciar, por menor que seja, a economia, a política, a cultura e as relações sociais. Dificilmente uma pandemia deixa de afetar a condição de vida das sociedades atingidas. No caso da Covid-19 (coronavírus - SARS-CoV-2), doença que teve seus primeiros registros no final do ano de 2019 e, por conseguinte, sua proliferação e consequências mundiais ocorreram no ano de 2020, as repercussões sobre a classe trabalhadora mundial e brasileira foram significativas e acentuaram as condições já precárias de vida de milhões de pessoas.

Coronavírus (Covid-19) e sua repercussão nas relações socioeconômicas

O coronavírus (Covid-19) pode causar febre, dificuldades respiratórias e tosse, em alguns casos pode se assemelhar a uma gripe. O contágio da Covid-19 ocorre por meio de gotículas respiratórias, e a melhor medida encontrada para preveni-lo é o isolamento social, o que evita a aglomeração de pessoas. Os primeiros casos da doença ocorreram no final de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença (Covid-19), causada pelo novo coronavírus, constitui emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Até o dia 17 de maio de 2020, dia de elaboração deste artigo, já foram confirmados 4.635.830 casos no mundo e 311.821 mortes. O Brasil é um dos países com transmissão comunitária e confirmou 233.511 casos e 15.662 mortes pela doença. (OPAS/OMS, 2020).

Lamentavelmente, o resultado da pandemia do coronavírus (Covid-19) é catastrófico. O direito à vida tornou-se o único direito humano que as nações do mundo tiveram que incluir em suas agendas e, em seguida, a intervenção dos Estados com a relação à destinação de recursos para combater o coronavírus (Covid-19) foi o remédio para o momento. As consequências econômicas e políticas dessas medidas ainda estão em curso, mas uma das poucas certezas é que a conta não tardará a chegar para a classe trabalhadora de todos os continentes. O vírus

pode não escolher a classe social, mas as classes subalternas são as mais atingidas. Quando os desempregados, favelados, moradores de rua, comunidades quilombolas, tribos indígenas e trabalhadores informais não morrem pela doença, eles encontram as maiores dificuldades na assistência médica e nas políticas de enfrentamento da crise sanitária.

A maior parte da população urbana encontra grandes dificuldades e literalmente não apresenta condições adequadas de isolamento social, pois mora em casebres em que os espaços de moradia são apenas para o descanso corporal após uma longa e extenuante jornada de trabalho, na maioria dos casos na economia informal. Tal situação é diferente da observada na classe privilegiada, que pode escolher como trabalhar, quando trabalhar e em quais condições praticar o isolamento social para enfrentar a pandemia. Muitos privilegiados podem até ir para sua casa de campo e deixar o caldeirão ferver nas grandes metrópoles, mas alertamos que a saúde do indivíduo e da sociedade em contextos de pandemias com transmissão comunitária não proporciona imunidade para ninguém.

Uma questão que não podemos desconsiderar com toda a sua radicalidade é que a saúde do indivíduo e a saúde da sociedade não estão separadas, principalmente como são organizadas as cidades:

Tanto a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações provam, se necessário, que a saúde é, antes de mais nada, um bem público: que o estado saudável ou mórbido do corpo de cada pessoa depende em primeiro lugar do estado saudável ou mórbido do corpo social, do qual o primeiro é dependente ou um simples apêndice, e da capacidade ou não do referido corpo social se defender, por si ou através das suas instituições políticas, contra fatores patogênicos, em particular desenvolvendo um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde pública que proporcione ao segundo os meios necessários e suficientes (humanos, materiais, financeiros) (BIHR, 2020, p. 25).

Vale lembrar que muitas categorias da classe trabalhadora não pararam diante da Covid-19 e muitos receberam a própria morte como pagamento pelas suas jornadas de trabalho, exemplo disso são os profissionais de saúde. Muitos trabalhadores não têm escolha, precisam ir para *o front* na guerra contra a pandemia, pois os hospitais, as funerárias, a logística, a limpeza e higienização, os supermercados, os abates de animais, a agricultura não podem parar de produzir para manter a sobrevivência da população.

Várias análises foram e serão produzidas para explicar a origem da pandemia do coronavírus (Covid-19). Avaliamos que estabelecer relação entre epidemiologia e relações de produção, como hipótese de estudos, pode ser uma chave heurística para nos aproximarmos da

compreensão socioeconômica de mais essa pandemia. Mesmo assim, reconhecemos que há um longo caminho a ser percorrido pela ciência até chegarmos a uma conclusão precisa da origem da Covid-19 e de suas várias formas de disseminação e enfrentamento.

A coexistência dialética – entre saúde e sociedade (relações de produção) – precisa ser considerada nas análises sobre as doenças, da mesma forma como já destacamos que a saúde do indivíduo e a saúde da sociedade coexistem. Compreendemos que não são somente os processos biológicos e/ou naturais isolados que produzem doenças, mas todas as relações sociais envolvidas na produção e reprodução da vida (biológica e social) em determinadas condições históricas. Evidentemente que não podemos realizar análises baseadas em fatores hierárquicos e deterministas, mas se não questionarmos a sociedade que produz a doença, nossa resposta dificilmente terá validade histórica. Temos que superar a visão de que a doença é enfermidade do indivíduo². As doenças resultam de *processos socioepidemiológicos*. (BREILH, 2015).

Sobre a Covid-19, entre várias análises históricas que especulam sua origem, temos algumas evidências de que seu surgimento, *quando analisado não de forma isolada ao marco zero do mercado da cidade de Wuhan, pode estar relacionado ao modelo agrícola hegemônico*. (REDE BRASIL ATUAL, 2020). Alertamos que é prudente acentuarmos o “*pode estar relacionado*”.

Algumas matérias que dialogam com a crítica da economia foram produzidas por autores internacionalmente conhecidos do universo acadêmico (DAVIS, 2020; FOSTER, 2020; HARVEY, 2020; ŽIŽEK, 2020), como também ganharam destaques em editoriais autônomos como o coletivo chinês Chuang (2020) que, em nossa avaliação, apresentou análise interessante embasada em dados econômicos e dialogando com importantes produções teóricas, como o livro *Big Farms Make Big Flu: dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of Science*, do biólogo Robert Wallace (2016).

Ao final da leitura do material produzido pelo coletivo Chuang (2020), compreendemos que possíveis situações precisam ser consideradas: 1) infelizmente a humanidade está colhendo os resultados das opções de produção de alimentos e uso intensivo de agrotóxicos; 2) essa maneira de produção ativa de forma absoluta as mutações do sistema climático global e substratos microbiológicos da vida na Terra; 3) as condições de habitação e insalubridade

² A sociedade é composta por complexos de complexos, em que o próprio homem biológico é em si um complexo e, sobretudo, como complexo humano-social, jamais pode ser decomposto da condição natural e social. (LUKÁCS, 2013; LARA, 2017, p. 89).

proporcionam, com facilidade, a disseminação de doenças que se tornam pandemias no mundo globalizado³ em que vivemos. É evidente que essas conclusões não podem ser analisadas isoladamente, pois correríamos o risco de sermos acusados de darwinismo social, mas o que estamos levando em consideração é uma reflexão em que se torna prudente questionar a origem das doenças e como elas são produzidas, pois sabemos que a natureza e a humanidade coexistem reciprocamente⁴, guardadas as suas particularidades, como produto e produtor numa constante relação dialética. Por isso, “o mundo natural, incluindo o substrato microbiológico, não pode ser compreendido sem referência a como a sociedade organiza a produção (porque os dois não estão, de fato, separados)”. (CHUANG, 2020).

A produção social, o modo pelo qual os seres humanos produzem e reproduzem as suas existências, está sempre mediada por determinada forma histórica de sociedade, pois “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e *mediada* por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 43). Entender a produção como relação ineliminável (e dialética) da humanidade com a natureza (homem naturalizado e natureza humanizada)⁵ e analisar a práxis humana como contínuos (não totais) afastamentos das barreiras naturais é propor uma compreensão de produção (seja de mercadorias e ou de pandemias) em seu respectivo contexto socio-histórico.

No citado documento do coletivo Chuang (2020), chamamos a atenção para o subitem em que é abordada “a produção das pragas”. Abaixo transcrevemos uma das principais passagens do documento, numa síntese entre tradução e interpretação⁶, com a finalidade de expor um dos principais argumentos:

³ O mundo hoje está interligado, principalmente pelo terceiro complexo dinâmico e histórico analisado por Lukács (2013). O filósofo húngaro ao estudar a produção e reprodução da vida, considera três grandes complexos dinâmicos e históricos que se desenvolvem ininterruptamente no curso da evolução da humanidade. O primeiro é a diminuição da quantidade de trabalho necessário à reprodução física do homem; o segundo é o recuo das barreiras naturais pelo domínio do trabalho e a crescente socialização da sociedade (e da natureza); o terceiro, por sua vez, é a integração crescente entre as sociedades que se encontram em relação recíproca pelo mercado mundial. (LARA, 2017).

⁴ “Há muito tempo eu tinha recusado a ideia de ‘natureza’ como alheia e separada da cultura, economia e cotidiano. Eu tenho uma visão mais dialética e relacional da ligação metabólica com a natureza. O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Deste ponto de vista, não existe um verdadeiro desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas” (HARVEY, 2020, p. 15).

⁵ De acordo com Marx (2004, p. 107): “[...] a sociedade é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito”.

⁶ Cabe alertar que tivemos acesso a uma versão em inglês do documento. Por isso a tradução é livre e nossa, em que objetivamos oferecer, principalmente, uma interpretação do conteúdo.

O vírus por detrás da atual epidemia (SARS-CoV-2) foi, tal como o seu antecessor SARS-CoV em 2003, bem como a gripe aviária e a gripe suína antes dela, gerado no elo da economia e da epidemiologia. Não é por acaso que muitos destes vírus têm nomes de animais: a propagação de novas doenças na população humana é quase sempre o produto do que pode ser chamado de transferência zoonótica, que é um modo técnico de explicar que tais infeções saltam de animais para humanos [...] A ideia básica é desenvolvida por biólogos como Robert G. Wallace (2016), que defende exaustivamente a relação entre o agronegócio capitalista e a etiologia das epidemias recentes, desde a SARS ao Ebola. [...] (CHUANG, 2020; WALLACE, 2016).

O argumento arrolado acima ganha importância para compreendermos as pandemias em um mundo onde a produção em massa de alimentos e sem escrúpulo com a saúde nutricional é altamente acelerada pelas exigências de competitividade e produtividade das empresas da agricultura, sempre visando o máximo de lucro possível. Comer alimentos envenenados e *junk food* é a única condição possível para a maioria da população. Na pesquisa de Wallace (2016)⁷ é demonstrado que a origem de novos vírus resulta da penetração intensa do agronegócio na natureza e nos seus sistemas naturais microbiológicos, criando fissuras nos ecossistemas e nas espécies animais, o que pode permitir o surgimento de possíveis pandemias globais. Por esse motivo, é salutar trazer explicações como as apresentadas por Wallace (2016) e Chuang (2020). De acordo com Foster (2020), é importante entender que essa “crítica ecológica e epidemiológica” não é nova. O jovem Engels lidou extensivamente com doenças e condições epidemiológicas na época da Revolução Industrial, particularmente no seu estudo que resultou no seminal livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado originalmente em 1845. Engels denunciou o “assassinato social” provocado por doenças e epidemias, principalmente pelas condições de trabalho, habitação, alimentação, saúde e vida do proletariado.

Entretanto, não podemos deixar de expor críticas ao lago que deságua as doenças: a indústria farmacêutica. Harvey (2020, p. 18) é arguto em sua análise ao afirmar que a “indústria farmacêutica tem pouco ou nenhum interesse na pesquisa sem fins lucrativos sobre doenças

⁷ O Editorial da *Monthly Review* (2020) retoma o debate apresentado por Wallace (2016) e lembra o papel do agronegócio, da degradação ecológica e das doenças emergentes que se tornam pandemias globais. No capítulo *The Great Bird Flu Blame Game* do livro já citado, Wallace explica que toda a estrutura do agronegócio precisava ser confrontada para que essas pandemias emergentes sejam interrompidas: “A capacidade global de saúde pública deve ser reconstruída. Essa capacidade é apenas a solução mais imediata para a pobreza, desnutrição e outras manifestações de violência estrutural que promovem o surgimento e a mortalidade por doenças infecciosas, incluindo a gripe. A gripe pandêmica e interpandêmica tem o maior impacto sobre os mais pobres. E, como em qualquer infecção, uma ameaça para uma pessoa é ameaça para todos. Somente quando esses objetivos forem cumpridos, seremos capazes de nos proteger contra o H5N1 e os outros sorotipos de influenza - H5N2, H6N1, H7N2, H7N7, H9N2 [...]”. (WALLACE, 2020, p. 29; MONTHLY REVIEW, 2020).

infecciosas (como toda a classe de coronavírus conhecidos desde os anos 1960)”. Sabemos que a indústria farmacêutica raramente investe em prevenção e muito menos tem interesse em se preparar para uma crise de saúde pública e sanitária como no caso das pandemias. A prevenção não contribui para valorização dos acionistas nas bolsas de valores. A sobrevivência e saúde das classes subalternas nunca terão prioridade em relação aos lucros da indústria farmacêutica no capitalismo. De acordo com Davis (2020), na atual pandemia da Covid-19, a produção capitalista apresenta-se biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional. “Mas tal infraestrutura nunca existirá enquanto os movimentos populares não quebrarem o poder da indústria farmacêutica e dos cuidados de saúde com fins lucrativos” (DAVIS, 2020, p. 11).

O enfrentamento da pandemia está encontrando verdadeiras muralhas chinesas produzidas por uma concepção neoliberal de sociedade e Estado que nas últimas décadas foi voraz nas medidas de austeridades fiscais e redução ao máximo dos investimentos em políticas públicas. Nas sociedades altamente integradas que vivemos, a saúde do indivíduo e a saúde da sociedade nunca podem ser consideradas de maneira isolada, a concepção privatista de saúde de que cada indivíduo pode comprar “a melhor saúde” nas empresas de planos privados naufraga em contextos de pandemias. As ações dos Estados para proteger a população comprovam que a saúde é, antes de tudo, um bem público (BIHR, 2020), que a condição saudável ou doentia de cada indivíduo depende em primeiro lugar da condição saudável ou mórbida da sociedade. A capacidade da sociedade de se defender das doenças e pandemias depende de fato e unicamente de um genuíno sistema de políticas públicas de saúde, assistência social, moradia, trabalho e saneamento básico⁸.

A pandemia do coronavírus (Covid-19) apresentará ainda impactos volumosos no mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê significativa queda da renda e aumento da pobreza, um adicional de 8,8 milhões de trabalhadores em situação de pobreza. Com base em três cenários, as estimativas preliminares da OIT indicam aumento no desemprego global entre 5,3 milhões de pessoas (cenário “baixo”) e 24,7 milhões (cenário

⁸ “As autoridades públicas e os sistemas de saúde foram apanhados em quase todos os lugares com falta de funcionários. Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa tinham deixado o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública deste tipo, apesar dos riscos anteriores da SARS e do Ebola terem fornecido abundantes avisos, bem como lições convincentes sobre o que seria necessário fazer. Em muitas partes do suposto mundo ‘civilizado’, governos locais e autoridades regionais/estatais, que invariavelmente formam a linha de frente da defesa em emergências de saúde pública e segurança deste tipo, tinham sido privados de financiamento graças a uma política de austeridade destinada a financiar cortes fiscais e subsídios às corporações e aos ricos” (HARVEY, 2020, p. 17-18).

“alto”), a partir de um nível base de 188 milhões em 2019. O cenário “médio” sugere um aumento de 13 milhões de desempregados (7,4 milhões nos países de alta renda) (OIT, 2020).

Nos países da periferia do capitalismo como o Brasil, os impactos do coronavírus (Covid-19) aprofundará a tragédia da classe trabalhadora. As condições precárias de trabalho e proteção social como informalidade, intensiva exploração da força de trabalho, altos índices de adoecimentos e mortes no trabalho, investimento insuficiente de recursos nas políticas públicas são situações constitutivas da formação do mercado de trabalho brasileiro.

No Brasil, o coronavírus (Covid-19) encontrou um País historicamente campeão mundial de desigualdades sociais, e o processo de destruição dos direitos sociais estava em pleno vapor. As contrarreformas foram acentuadas nos últimos anos: Emenda Constitucional 95, que congelou o teto de gastos da União, atingindo duramente os investimentos em saúde, educação e assistência social; a contrarreforma trabalhista, que legalizou o trabalho precário em todas as suas modalidades possíveis (intermitente, remoto, terceirizado); a contrarreforma da previdência social, que impossibilitou a aposentadoria da maioria da classe trabalhadora em razão das próprias condições de empregabilidade do mercado de trabalho moldado pela contrarreforma trabalhista.

O mercado de trabalho do Brasil de hoje é composto por trabalhadores que, em alguns casos, laboram 14 horas ou mais por dia. São os trabalhadores sem direitos sociais dos mais diversos aplicativos como *Uber*, *Rappi*, *iFood*, as empregadas domésticas, os ambulantes, ou seja, de 40% a 50% dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem na informalidade ou em relações de trabalho (proteção social) fragilizadas⁹. Foram esses trabalhadores que lotaram as filas da Caixa Econômica Federal em busca dos R\$600,00¹⁰. A ideologia da meritocracia e do empreendedorismo como alternativas ao trabalho regulado foi a primeira a tombar e ser abatida na emergência da pandemia.

A sociedade brasileira precisa compreender que o projeto de nação para o Brasil antes da Covid-19 já era uma tragédia para as classes subalternas. A seguridade social foi criminosamente atacada, a proteção social ao trabalhador foi reduzida ao mínimo pelas

⁹ Antes da pandemia, a taxa de informalidade no mercado de trabalho era de 40,6% no trimestre encerrado em fevereiro, somando 38 milhões de trabalhadores. (AGENCIABRASIL, 2020).

¹⁰ O Auxílio Emergencial é um benefício destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. O benefício no valor de R\$ 600,00 será pago por três meses, para até duas pessoas da mesma família. Para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente será de R\$1.200,00. Segundo o Ministério da Cidadania, foram solicitados aproximadamente 97 milhões de auxílios emergências, desses 50 milhões de brasileiros foram considerados aptos e receberam o auxílio. O valor total do repasse foi de R\$ 35,5 bilhões. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

contrarreformas descritas acima, o mercado de trabalho estava mergulhado na precarização (o denominado trabalho precário é uma característica constitutiva de nossa formação social). Não podemos ficar reféns de um projeto de nação que se agarra na dependência e na manutenção de uma classe dominante-dominada (BAMBIRRA, 2013) com seus privilégios.

Os privilegiados já estão apresentando suas opiniões recheadas de irracionalismo e ódio de classe. Guilherme Benchimol, presidente e fundador da *XP Investimentos*, no dia 06 de maio, afirmou o seguinte:

Acompanhando um pouco os nossos números, eu diria que o Brasil está bem. Nossas curvas não estão tão exponenciais ainda, a gente vem conseguindo achatar. Teremos uma fotografia mais clara nas próximas duas a três semanas. O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta. O desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo. (MOURA, 2020).

Já estamos cansados de saber que as elites e os privilegiados no Brasil são compostos por minorias, mas sempre é importante denunciar com novos dados. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50% da população brasileira teve, em 2019, rendimento médio mensal de apenas R\$ 850. Entre os 1% mais ricos, essa média é de R\$ 28.659, ou seja, 33,7 vezes a mais. Ao considerar toda a massa de rendimentos produzida no país, aproximadamente 43% dela ficou nas mãos das pessoas entre os 10% com maiores rendimentos. Enquanto, no lado oposto da pirâmide social, a população entre os 10% com menores rendimentos deteve apenas 0,8% da massa total (AGENCIABRASIL, 2020).

As desigualdades de salários, habitação e todas as demais condições básicas de reprodução social fazem do Brasil um dos países com as piores condições de vida para a maioria da população. Como já discutimos acima sobre o policlassismo da pandemia da Covid-19 em atingir todas as classes e segmentos sociais, isso até pode ser considerado em países com iguais condições de cobertura de saúde, habitação e saneamento básico, mas no Brasil, onde o acesso a esses serviços é precário e desigual, a Covid-19 não tem nada de democrática. Assistimos atônitos pela televisão ou lemos nas mais diversas mídias as pessoas desesperadas implorando leitos hospitalares para seus familiares. Reproduzimos abaixo reportagem que ilustra a situação das classes subalternas e a Covid-19 na cidade de São Paulo, em que percebemos qual classe social acaba sendo mais atingida pela pandemia:

O bairro de Brasilândia, na zona norte de São Paulo, contabiliza o maior número de mortos pelo novo coronavírus na cidade [dados até 06/05/2020].

São 67, segundo levantamento divulgado pela prefeitura. O número é quase dez vezes maior do que a quantidade de óbitos no Morumbi (7), bairro nobre na zona sul, que é o que tem mais casos registrados: 332. No Brasil, de acordo com dados divulgados pela ONG Rede Nossa São Paulo, o fator de risco para que a covid-19 seja fatal é o endereço. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, houve um aumento de 45% nas mortes nos 20 distritos mais pobres da cidade (VESPA, 2020).

A Covid-19 acaba por ser letal nas periferias das cidades, pois os poucos leitos hospitalares, as condições precárias de moradia para praticar o isolamento social colocam a classe subalterna na trincheira da contaminação e morte. O primeiro caso de morte por Covid-19 no Rio de Janeiro ilustra de maneira trágica a situação da classe trabalhadora brasileira. No caso, foi uma empregada doméstica que percorria 120 quilômetros até a casa da patroa que tinha retornado de viagem da Itália.

Os pesquisadores Bombardi e Nepomuceno (2000) demonstraram que a Covid-19, primeiramente, alastrou-se pelas maiores capitais (São Paulo e Rio de Janeiro) em razão da circulação de pessoas de várias regiões do mundo e, por conseguinte, pela quantidade de habitantes e pela densidade demográfica, o que revela o padrão de urbanização desigual, segregacionista e nefasto para a saúde humana. Os autores também alertam, como hipótese, que muitos casos de aumento de contaminação podem estar relacionados à falta de coleta de esgoto, em função da possibilidade de contaminação “fecal-oral”. Aí a catástrofe pode ser ainda maior, pois na maior parte dos municípios do Brasil mais de 50% da população não tem esgoto coletado. Aproximadamente 6,1 milhões de domicílios não contavam, em 2019, com água diariamente, cerca de 18,4 milhões de brasileiros. Regionalmente, o acesso a esgotamento sanitário mostra acentuadas diferenças no País. No Norte, apenas 27,4% dos domicílios eram ligados à rede geral de esgoto. No Nordeste este percentual era de 47,2%. No Centro-Oeste chegava a 60%, no Sul subia para 68,7%, alcançando o maior percentual no Sudeste, com 88,9% dos domicílios com acesso à rede coletora (SILVEIRA, 2000).

Outra preocupação que se levanta aos olhos do mundo diz respeito aos povos indígenas que podem ser contaminados pela Covid-19. Historicamente, como destacamos no início deste artigo, os povos indígenas são mais suscetíveis a doenças e quase foram eliminados da América com a chegada dos europeus no século XVI. Uma das possíveis explicações sobre o maior risco de contágio dos indígenas é que eles não tiveram o mesmo contato com vários vírus como as demais populações não indígenas e, por isso, são mais suscetíveis às doenças trazidas do exterior para suas tribos. São aproximadamente 81 mil indígenas, na região amazônica, que estão em situação de vulnerabilidade, o que pode ser agravado pelas distâncias de suas tribos

aos centros urbanos que oferecem tratamentos em hospitais especializados para combater a Covid-19. O aumento do desmatamento e o garimpo ilegal nesse caso são os principais fatores de contágio.

No interior da classe trabalhadora mundial temos os trabalhadores migrantes, que no contexto das pandemias são os primeiros a sofrerem com xenofobia, racismo e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Algumas consequências da Covid-19 são apresentadas a esses trabalhadores na restrição de mobilidade quando estão em trânsito, nos centros de acolhimento com locais precários, nas dificuldades nos procedimentos de admissão e pedidos de asilo ou proteção internacional, nos acampamentos que não oferecem água potável, saneamento básico, assistência à saúde e alimentação. Ou mesmo quando nos empregos que ocupam, em alguns casos, são obrigados a continuar trabalhando apesar dos riscos à saúde¹¹. A Organização Internacional para Migrações (OIM) está monitorando algumas situações no Sudeste asiático, no leste da África e na América Latina, onde milhares de pessoas não conseguem retornar ao seu país de origem. A situação dos refugiados e imigrantes em áreas de fronteira e campos de refugiados, se já era preocupante, agora é dramática, visto que os locais estão sendo isolados (VENDRAMINI; CONDE, 2020).

Por fim, é bom reforçar que muitos estudos das ciências sociais e humanas, tão agredidas no atual contexto, são fundamentais para compreendermos o tamanho do problema que estamos enfrentando, pois para combater a Covid-19 são necessárias vigorosas políticas de saúde, habitação, assistência social, saneamento básico entre outras. No Brasil, o coronavírus (Covid-19) encontrou um País onde historicamente as pesquisas das ciências sociais e humanas já comprovavam as grandes desigualdades socioeconômicas e os processos contínuos de ataques aos direitos humanos.

Considerações finais

Gostaríamos que os dados e hipóteses destacados neste artigo não fossem válidos, mas

¹¹ Dois trabalhadores bolivianos de oficinas de costura morreram em virtude da Covid-19 em abril de 2020 na capital paulista. Destacamos as informações de Roque Pattussi, coordenador do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami): “Eles se sentiram mal. Por falta de informação, chegaram tarde ao hospital, quando não havia muito mais o que fazer. Entubaram, mas não resistiram [...] Nas oficinas de costura mais pobres, não há rádio ou televisão ligados para passar o mínimo de instrução sobre a doença. Eles acabam perdendo a vida por falta de informação adequada, avalia. Não sabem identificar os sintomas, quando devem ir a uma Unidade Básica de Saúde [...] Fazendo as contas, chegamos a 24 mil pessoas na informalidade completa, que trabalhavam também para oficinas informais”. (SAKAMOTO, 2000a).

a teoria social, em situação de pandemia como a que estamos lidando na atualidade, urge ser implacável porque analisa a realidade socio-histórica brasileira, onde as condições básicas de saúde coletiva e sanitária não foram prioridades nas agendas das políticas públicas.

Após apresentarmos algumas repercussões da Covid-19 na reprodução social, não podemos deixar de acentuar que as relações sociais pautadas na produção e acumulação de capital colocam limites gigantes para os governos e Estados tomarem decisões que privilegiam a vida e os direitos humanos diante de pandemias que atingem severamente a economia, pois, mesmo em tempos de normalidade, a saúde pública da população é preterida perante o desenvolvimento econômico.

O debate repugnante entre salvar a economia ou salvar a vida teve repercussões em todas as partes do mundo, expressão da racionalidade econômica capitalista personificada por algumas mentes. Porém, evidência certa é que a pandemia da Covid-19 acelerou a crise do capital que já estava em andamento, como também evidenciou que existe luta de classes na história contemporânea e que as classes subalternas são as mais castigadas nesses processos.

A crise mundial que estamos vivenciando no ano de 2020 ficará registrada nos anais da história, e, pelas próprias características da economia atual, as consequências tendem a ser gigantescas e sem precedentes. De acordo com Chesnais (2020), a pandemia da Covid-19 é consequência das relações do capitalismo com a natureza. Trata-se de um choque exógeno, pois o “capitalismo mundial está diante de uma parede. Ele está sendo confrontado por suas consequências sociais, mas também pelas econômicas, pelo aquecimento global e pelas tecnologias dominantes”. No futuro imediato, os países serão arrastados para recessão profunda, dentro de uma economia globalizada e fortemente hierarquizada. As previsões para a economia mundial, publicadas em abril de 2020, considerando a hipótese de diminuição da pandemia de Covid-19 no segundo semestre, apontam, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), contração de 3% no PIB mundial e de 11% no comércio mundial. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é mais pessimista e antevê recuo do comércio mundial de até 32% (CHESNAIS, 2020). Esses dados serão postos à prova nos próximos meses. A certeza que já temos é de que a pobreza e a insegurança no emprego para a maioria da população são certas e constantes. Quem sabe o sonho de Žižek (2020, p. 43) possa ainda manter nossas noites de sono: “o coronavírus também nos força a reinventar o comunismo baseado na confiança nas pessoas e na ciência”.

Portanto, redirecionar as relações de produção juntamente à riqueza socialmente

produzida pela capacidade produtiva do capitalismo contemporâneo e, por conseguinte, priorizar o investimento público na atenção internacional unificada à saúde da população, ainda que numa perspectiva reformadora, acaba sendo a única saída em curto e médio prazo para humanidade.

Referências

- AGENCIABRASIL. Informalidade cai, mas atinge 38 milhões de brasileiros. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/informalidade-cai-mas-atinge-38-milhoes-de-trabalhadores>>. Acesso em: 07 maio 2020.
- ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente Latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOMBARDI, L.; NEPOMUCENO, P. Covid-19: desigualdade social e tragédia no Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- BBC/NEWS/BRASIL. *Cinco epidemias que ajudaram a mudar o rumo da história*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BREILH, J. *Derterminación social de la salud. Hacia una salud colectiva*. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wBT_NpB-vew&feature=youtu.be>. Acesso em: 09 maio 2020.
- BIHR, A. França: pela socialização do aparato de saúde. In: DAVIS, M. *et al. Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). *Auxílio emergencial do Governo Federal*. Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/inicio>. Acesso em: 07 maio 2020.
- CHESNAIS, F. Capitalismo está diante de uma parede. Disponível em: <<https://tutameia.jor.br/capitalismo-esta-diante-de-uma-parede-diz-chesnais/>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- CHUANG. *Social contagion: microbiological class war in China*. Disponível em: <http://chuangcn.org/2020/02/social-contagion/>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. *et al. Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- FOSTER, J. B. Capitalismo de catástrofe: mudança climática, Covid-19 e crise econômica. Disponível em: <<https://envolverde.cartacapital.com.br/capitalismo-de-catastrofe-mudanca-climatica-covid-19-e-crise-economica/>>. Acesso em: 02 maio 2020.
- GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.
- GUTIERREZ, F. *81 mil indígenas estão em situação de vulnerabilidade crítica em caso de exposição a Covid-19*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/23/81-mil-indigenas-estao-em-situacao-de-vulnerabilidade-critica-em-caso-de-exposicao-a-covid-19-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 08 maio 2020.
- HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. *et al. Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- HAYS, J. N. *Epidemics and pandemics: their impacts on Human History*. Austin, Texas: Fundação Kahle, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional*

por *Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua*. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=sobre>>. Acesso em: 07 maio 2020.

LARA, R. *História e Práxis Social*: introdução aos complexos categoriais do ser social. Bauru: Canal 6, 2017. (Projeto Editorial Práxis).

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857 – 1858*. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MOURA, J. Pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml>>. Acesso em: 07 maio 2020.

MONTHLY REVIEW. *Covid-19: crisis in perspective*. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/mr-072-01-2020-05_0/>. Acesso em: 06 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>>. Acesso em: 08 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Como o COVID-19 afetará o mundo do trabalho?* Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Disponíveis em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 29 abr. 2020.

REDE BRASIL ATUAL (RBA). *Coronavírus pode ter surgido do modelo predatório do agronegócio, diz estudo*. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/04/coronavirus-agronegocio-modelo-predatorio/>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

SAKAMOTO, L. *Covid-19: Dois trabalhadores bolivianos de oficinas de costura morrem em SP*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/04/08/covid-19-dois-trabalhadores-bolivianos-de-oficinas-de-costura-morrem-em-sp.htm?cmpid=>>>. Acesso em: 08 maio 2020a.

_____. *Coronavírus: Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/06/coronavirus-brasil-mostra-que-e-projetado-para-matar-pobre-em-pandemia.htm>>. Acesso em: 08 maio 2020b.

SILVA, D. N. Grandes epidemias da história. *Brasil Escola*, 2020. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/grandes-epidemias-da-historia.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVEIRA, D. *Cerca de 18,4 milhões de brasileiros não recebem água encanada diariamente, aponta IBGE*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/cerca-de-184-milhoes-de-brasileiros-nao-recebem-agua-encanada-diariamente-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 08 maio 2020.

WALLACE, R. *Big farms make big flu: dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of science*. New York: Monthly Review Press, 2016.

VENDRAMINI, C.; CONDE, S. *Vítimas do coronavírus: a classe trabalhadora imigrante*. Disponível em: <<http://desacato.info/vitimas-do-coronavirus-a-classe-trabalhadora-imigrante-por-celia-vendramini-e-soraya-franzoni-conde/>>. Acesso em: 08 maio 2020.

VESPA, T. *Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de covid no país*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/nobrasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>>. Acesso em: 08 maio 2020.

ŽIŽEK, S. Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In: DAVIS, M. *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

Depois do vírus: onde você vai estar quando isso passar?¹

Felipe Abranches Demier*

RESUMO: O texto apresentado busca refletir sobre a nova conjuntura internacional imposta pela pandemia da COVID-19, colocando o mundo inteiro em isolamento, em tempo de espera. Questiona sobre o lugar em que cada um, individualmente e enquanto sujeitos coletivos, estará quando a pandemia passar, qual sociedade iremos construir e como base em quais valores.

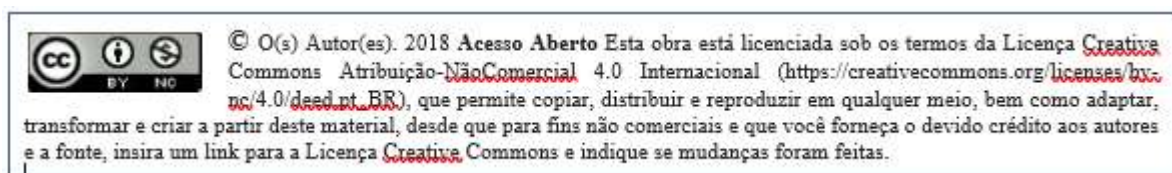
PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; Corona vírus; Pandemia; Sociedade.

After the virus: where will you be when it over?

ABSTRACT: The text presented seeks to reflect on the new international situation imposed by the COVID-19 pandemic, putting the whole world in isolation, in waiting time. Questions about the place where each one, individually and as collective subjects, will be when the pandemic is over, which society we will build and as a basis on which values.

KEYWORDS: COVID-19; Corona virus; Pandemic; Society.

Submetido em 17/04/2020
Aprovado em 05/05/2020



¹ O conteúdo deste pequeno artigo ensaístico se encontra publicado de forma fragmentada em alguns textos em minha coluna no *Esquerda Online*.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorado na UFF (2012). No ano de 2013, realizou pós-doutorado na Escola de Serviço Social da UFRJ, e, em 2014, pós-doutorado na Faculdade de Serviço Social da UERJ. Desde 2015, é professor do Departamento de Política Social (DPS) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ.

*Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer*
(Caetano e Gil em “Panis et circenses”)

Todos tensos. O Brasil, e o mundo, em compasso de espera. A morte, e não o amor, é quem está no ar. A humanidade hoje atende pelos nomes de angústia, medo e ansiedade. Alguns, que não são poucos, só atendem mesmo é pelo nome de pânico. Os piores filmes da tela quente, as distopias mais assustadoras, ganharam a vida real e o jornal nacional. O livre-mercado e a dita globalização atingiram seu ápice, e expuseram suas contradições a nu. Só não vê quem não quer, ou melhor, quase ninguém pode realmente ver.

Aqueles que, outrora, prometiam paz e integração, hoje evidenciam que, de forma epidêmica, só podem oferecer guerras e caos em proliferação, afinal, o mercado, o nosso Deus mundano, não pode parar, e até no preço do álcool gel há de se lucrar. Pensamos nos nossos pais, nos nossos filhos, nos nossos amigos. Alguns, entretanto, só pensam neles mesmos, pois foi assim que foram educados nas últimas décadas pelos hobbesianos tardios dos telejornais, que nos tomaram como meros consumidores, como ávidos empreendedores e imorais lobos, e que agora nada têm a oferecer a nós todos, nem mesmo a reles promessa de dias melhores. Não há sequer uma mentira deles a nos confortar. Trump e Bolsonaro pedem pelos seus ao Deus celestial, enquanto indiferentes se comportam face ao sofrimento dos que não dispõem de capital, indiferentes em relação àqueles cuja categoria social não vai além de um reles mortal. E, como mortais, muitos vão morrer mesmo. Sobretudo os mais velhos. Sobretudo os aposentados. Sobretudo aqueles que trabalharam *a vida inteira e agora não têm mais direito a nada*. Mas já alguns poucos, claro, e normalmente claros, vão seguir acumulando. Vão seguir lucrando. Impavidamente. Obscenamente. Mais do mesmo, só que agora com milhares e milhares de mortes, isso se tivermos sorte.

Em escala antes inimaginável, um vírus se prolifera pelos mesmos caminhos que foram abertos para a livre circulação do capital e, justamente por isso, o capital não pode agora fechá-los. A mão que faz a bomba faz o samba, já disse algum bamba, mas, nesse caso, só faz a bomba mesmo. Os deuses da Bolsa estão todos mortos, mas seguem como cadáveres insepultos, como zumbis pós-modernos, a nos perseguir. Para estancar a sangria, propõem mais sangue. Se eles não têm pão, que comam brioche, disse, outrora, uma déspota em dissonância com seu povo. Se eles não têm hospitais, não têm água potável, não têm sabão, não têm pão, não têm ovo, não têm direitos, não têm licença-doença, não têm estabilidade no emprego, não têm nada, que

morram, dizem os nossos déspotas neoliberais de hoje, para quem a terra é plana e menos vale a vida que a grana.

Só a ciência, a pesquisa, a coletividade, o planejamento e um sistema de saúde público e eficiente poderão nos salvar, e estes só o farão se, ainda que temporariamente, se libertarem das amarras do capital, da sua ganância e da sua vileza que hoje não mais erguem, mas apenas destroem e infectam coisas belas. O mundo será outro depois dessa pandemia. E nós também deveremos ser outros. O caminho dos justos não mais confundir-se-á com o caminho dos ímpios. Estamos todos à prova. Disciplina é liberdade, e, claro, ter bondade é ter coragem, ainda que as águas não andem por aqui lá muito limpas.

Vivos ou mortos, homens como Guedes já estão, para a história, absolutamente enterrados. Já muitos de nós, contudo, vivos ou mortos por susto, bala, vício ou vírus, poderemos, por meio da espécie, do “gênero humano” de Feuerbach, viver para sempre, viver sempre naqueles que virão depois de nós e que, mais dia menos dia, se lembrarão do nosso exemplo, das nossa vidas, do que propusemos, dissemos e fizemos nesses dias sombrios, e saberão que, uma hora ou outra, nessa vida real e de viés, terão que optar entre viver em um mundo igualitário e fraterno ou se esfaquear para ter um copo d’água no inferno. Para passar na prova da História, a humanidade terá que, mesmo que temporariamente, mesmo que apenas até a próxima crise, mesmo que ao menos até a próxima mutação de um morcego asiático, reprovar o capitalismo de modo enfático.

O privilégio de viver

A universalidade de um fenômeno, como a atual pandemia, ajuda a explicitar as relações contraditórias entre as particularidades que constituem essa mesma universalidade. Ainda que originariamente de natureza "biológica", a relação "coronavírus e corpo humano", por se manifestar em uma totalidade concreta, a sociedade capitalista, adquire, ou melhor, é "sobredeterminada" por, uma dimensão social. Tal dimensão é, em última análise, o estrutural antagonismo material entre as classes sociais, que por sua vez se encontra condensado no Estado capitalista, responsável pelas políticas públicas (sempre classistas) adotadas em meio à crise. Também na luta contra o coronavírus se manifesta, e não poderia ser diferente, a luta de classes.

Transportada, internacionalizada e propagada pelos setores burgueses e médios altos, mais cosmopolitas e adoradores de aeroportos, a doença tende a se difundir inicialmente nos

bairros mais abastados para, depois, vertiginosamente, se espalhar pelas regiões centrais e, sobretudo, periféricas das grandes cidades, áreas estas habitadas e/ou frequentadas pelos trabalhadores e setores populares em geral. E é justamente entre a classe trabalhadora, aquela que não dispõe daquilo que Marx chamou certa vez de "o poder dos poderes" do nosso tempo, o dinheiro, que os casos se tornarão mais volumosos, mais graves e, portanto, mais letais. Já os grandes capitalistas, os homens de grande fortuna, conquanto se constituam também em seres biologicamente humanos (apesar de em boa parte já subjetivamente desumanizados e desprovidos da virtude), possuem desproporcionalmente recursos, contatos e poderes que lhes permitirão melhor se precaver e se tratar diante do caos viral que assola o país, e que torna o caos social ainda mais caótico, para sermos pleonásticos. São eles os que têm, hoje mais do que antes, o privilégio de viver.

Do outro lado, dos lados daqueles que vivem ou tentam viver da venda da sua força de trabalho, é o medo, a angústia e a morte que se avizinham. Alguns trabalhadores, com contratos formais tanto nas empresas privadas (como os operários da construção civil e os comerciários, por exemplo), quanto no setor público (como os bancários e petroleiros, entre outros) estão compulsoriamente indo ao trabalho, e sendo colocados em risco contra a sua vontade, contra a sua vida. Já alguns trabalhadores precarizados ou informais temem que suas ausências possam ocasionar suas demissões, enquanto outros destes sabem que se não trabalharem de dia não terão o que comer à noite com suas famílias, e nem terão água, luz e gás em suas casas. Dentre o conjunto da classe de trabalhadores, muitas mulheres, em função da paralisação das escolas e creches, acabam tendo que ficar o dia inteiro no cuidado da prole, enquanto a juventude negra tem que ao mesmo tempo se precaver perante o vírus biológico e seguir se protegendo do letal vírus policial. Os trabalhadores mais empobrecidos, por sua vez, com menos acesso à saúde, habitando lugares degradados e dormindo em moradias apinhadas e sem higiene adequada, tornam-se ainda mais vulneráveis nesta pandemia, e é certamente entre eles que o vírus terá maior proliferação e levará a mais mortes. Não obstante essas inúmeras particularidades no interior da classe trabalhadora, marcada por sua heterogeneidade e complexidade, ela é um sujeito social universal, posto que estruturado por oposição ao capital na vida material e constituído subjetivamente por experiências comuns de luta contra ele. E é esta classe, como um todo, a maior vítima potencial desta pandemia que começa a grassar no Brasil, favorecida pelas posturas ultraneoliberais e neofascistas do governo Bolsonaro. Em uma palavra: existe uma determinação classista na pandemia e, por isso, justamente por isso, é necessário travarmos

uma luta, uma luta de classes, em meio a ela.

Faz-se necessário e urgente difundirmos nossas exigências e reivindicações, de modo a pressionar o Estado capitalista para que aplique políticas públicas que atendam ao conjunto da classe trabalhadora, o que significa, por óbvio, que tais políticas devem dar conta das especificidades e particularidades dos diferentes estratos que a constituem. Em um momento de crise aguda como este, o verdadeiro privilégio, o privilégio da vida, torna-se cada vez mais um privilégio de classe, um privilégio do capital. De nada adianta agora uma retórica entre nós que impute àqueles que podem trabalhar em casa uma condição de "privilegiado", nem atribuir este labéu aos trabalhadores de certas empresas privadas, aos quais foi permitido fazer rodízio. Igualmente infrutífero e divisionista é, corroborando a antiga e incontente narrativa neoliberal, taxar como "privilegiados" alguns servidores públicos que puderam suspender total ou parcialmente suas atividades. É necessário lutarmos, todos e todas, para defender a saúde e a vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras nesse momento, e isso deve ser feito com a defesa de políticas que permitam tanto ao Sistema Único de Saúde (SUS) estar pronto para recebê-los, como lhes proporcionem condições materiais para se alimentarem e viverem dignamente. Fundamental também é exigirmos melhores condições e cuidados especiais para aqueles que atuam nos serviços essenciais, em especial os trabalhadores e trabalhadoras da área da Saúde.

O privilégio, convém lembrar, não está do lado de cá, e sim do lado de lá, do lado onde o lucro vale mais que a vida. Os verdadeiros parasitas, os verdadeiros privilegiados, são eles, são aqueles que desfrutam de modo exclusivo e egoísta daquilo que deveria ser de todos, mas que no capitalismo ultraneoliberal e neofascista mostra-se cada vez mais como um privilégio, o privilégio de viver.

O lado do bem

Na Segunda Guerra, a humanidade, com milhões de mortos e milhares de resistentes, derrotou o fascismo, julgando tê-lo eliminado para todo o sempre. Décadas depois, no período que se seguiu à crise de 2008, o mesmo fascismo, que muitos julgavam sepultado, foi conjurado e trazido à vida carnal pelos adeptos do dogma neoliberal. Uma vez juntos, fascistas e neoliberais arruinaram vidas, empilharam corpos e fizeram desprotegidas milhões e milhões de pessoas que agora são alvo de uma pandemia a qual eles próprios, por meios variados, ajudam a disseminar. Parafraseando Goethe e Marx, pode-se dizer que enquanto os fascistas sempre

substituíram "a razão pela insensatez", os neoliberais, por sua vez, jogando vidas e vidas nas "águas gélidas do cálculo egoísta", parecem transformar "a praga em benção", vendo no caos viral uma inédita oportunidade de resolver, finalmente, a questão da previdência social.

A humanidade está novamente diante de um desafio histórico, e só resta a ela, caso queira dignamente se perpetuar, tratar de eliminar, de uma vez por todas, o espectro do fascismo, o que só poderá ser feito se, conjuntamente ao esmagamento da extrema-direita e seus estultos déspotas, também uma estaca política for cravada no peito dos neoliberais da nossa época. Estes, sem pudores, recorreram àqueles, mostrando que em tempos de crise, e mais ainda de pandemia, não pode ter lugar nem mesmo a sua liberal-democracia. Talvez engolindo sapos, talvez não, ambos, neoliberais e fascistas, sabem para qual classe está destinada o caixão. Ainda que velada, ainda que de máscara, a guerra está, por eles, declarada. Assim, para nós, a luta da humanidade contra a pandemia só será eficiente se for um momento da derradeira luta contra os que vivem da mais-valia.

Caberá a nós lançar luz sobre o que será potencialmente claro. Caberá a nós direcionar nossa dedicação contra as forças da escuridão. Assim, quem sabe, os véus cairão e nítidos os campos ficarão, ainda que muitos, pois já há tempos destituídos de coração, não enxergarão. Nesses dias tenebrosos que se aproximam, nessa longa noite que se inicia, nem todos os confinados serão pardos, como na felina noite de Hegel. A luta de classes assumirá, sem mais delongas e sem mais rebuços, a forma de um combate entre os que defendem a vida e os que defendem os lucros, entre os que de fato defendem o povo e os que são indiferentes à sorte do outro. Agora, para evitarmos que, mais dia menos dia, nos vejamos diante do juízo final, teremos que tomar partido na até então "eterna luta do bem contra o mal". Agora, afinal, tratar-se-á, talvez, do início da última e decisiva luta dos explorados contra o capital. Toda neutralidade não será senão a cumplicidade com o mais forte, não será senão o tácito apoio ao lado dos que têm cheiro de morte. Já os do outro lado, os que nunca tiveram nada a perder, salvo seus grilhões, agora têm mais do que um mundo a ganhar, têm um mundo a salvar. Na angústia e na penúria, no compulsório trabalho ou no lar isolado, na companhia de um amor ou fisicamente sem ninguém, muitos já estão, desde já, do lado do bem. "E você, de que lado está"?

O nosso apartamento social, a nossa obrigatória separação atual, produziu, curiosamente, mais união, mais senso de coletividade e mais consciência política universal. Salvar as vidas ou os lucros, este é o dilema que o país vive, e que muitos, antes absorvidos pelo ramerrão da vida e politicamente inertes, decidiram responder. Há uma luta de ideias em

curso, uma luta pelas consciências, uma luta de vida ou morte, e muitos nela tomam parte, tomam partido, pois está ficando cada vez mais claro para os cidadãos de todas as pólis que a política de Estado sob o capitalismo contemporâneo pode levar não só à morte dos outros, não só a dos atuais escravos, mas também às nossas e a dos nossos amigos, parentes e queridos cidadãos. As mortes que antes estavam, para muitos, apenas nas favelas, agora, sem delas saírem, invadem ou ameaçam invadir também nossas janelas.

Muitos estão decidindo se engajar de forma mais efetiva, mais ativa, mais decisiva na luta política. As campanhas de solidariedade são fundamentais, as vaquinhas online, essenciais, as conversas com amigos e conhecidos, imprescindíveis no tempo presente. No entanto, está cada vez mais evidente que a pandemia apenas agudizou nossa agonia, e que ela não vai cessar enquanto houver neofascismo e neoliberalismo. Estes vieram ao mundo para lucrar e matar, e colocaram em risco o próprio mundo. Nossa tarefa é, nada mais nada menos, a de salvá-lo. Seguirmos depois da pandemia como antes, seguirmos nas nossas questões comezinhas no reino de Abrantes, seguirmos com nossas ambições profissionais como se estas fossem vitais, será apenas uma forma de deixá-lo morrer pelas mãos dos outros, e as lamentações críticas não servirão senão para amainar a nossa culpa na hora de dormir. O mundo será outro depois da pandemia, é certo, mas depende de nós que novo mundo ele será, se melhor ou ainda pior do que o atual.

Causada por um vírus, a interrupção nas engrenagens da máquina fez cair o véu da naturalidade do seu funcionamento, mostrando que ela, a máquina, a sociabilidade burguesa, a submissão da vida à acumulação capitalista, é movida à política, e que é só pela política, portanto, que ela pode ser parada. Se a política sempre esteve, como lembrou um dramaturgo alemão de outrora, no preço do pão e do leite, agora ela está também no número de mortos que uma mutação viral nas recônditas cavernas florestais pode causar nos grandes centros urbanos do mundo. A rejeição da política nos levou, no Brasil e alhures, ao dramático momento atual, e ela está cobrando um alto preço letal, calculado em caixões e em pás de cal. Não adianta só "votar certo", não basta "fazer a sua parte" sozinho. Manifestações e atuações coletivas são indispensáveis. Uma ciência humanitária será fundamental, e uma teoria social crítica, essencial. Uma arte coletiva que reflita as contradições de um mundo à beira do caos é e será, sem dúvida, uma arma importante na luta pela sua salvação.

Contudo, as vidas e a dignidade de milhões não serão preservadas, queiramos ou não, apenas por posts de esquerda, por votos corretos a cada dois anos, por peças de teatro

comprometidas, pelo humor crítico, por grupos acadêmicos de estudos, por campanhas salariais e por teses de doutorado marxistas, embora não as possam ser sem todos estes. Somente uma organização política coletiva, capaz de sintetizar o melhor da produção cultural e científica universal, tornando-as efetivamente um instrumento para ação de milhões de trabalhadores e oprimidos pode proteger a humanidade dos seus próprios perigos, pode livrar-nos a todos dos pecados do mundo, e dar-nos, um dia, a paz. Se hoje alguns poucos vivem para militar, depois da pandemia, milhares terão que militar para que milhões possam viver. Onde você vai estar quando isso passar?

Referências bibliográficas

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelmann]*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998

DEMIER, F. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

_____. *A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017;

BENJAMIN, C.; DEMIER, F.; ARCARY, Valério. *O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

Migraciones contemporáneas: una aproximación al caso español en un contexto de avance del conservadurismo

Miguel Ángel Oliver Perelló*

RESUMEN: Partiendo del contexto actual, este artículo pretende señalar algunos de los aspectos de las migraciones contemporáneas y en particular, de la migración hacia España, en un marco europeo de crecimiento del rechazo al diferente en el que resurgen con fuerza los discursos antiinmigración en un mundo globalizado. Las políticas de extranjería centradas en el control de los flujos y el cierre de fronteras como los que se vienen produciendo en Europa, tanto para los migrantes como para los refugiados, señalan, hoy más que nunca, la necesidad de desarrollar políticas migratorias que apuesten claramente por la integración de los inmigrantes, basadas en la igualdad de derechos y la convivencia intercultural.

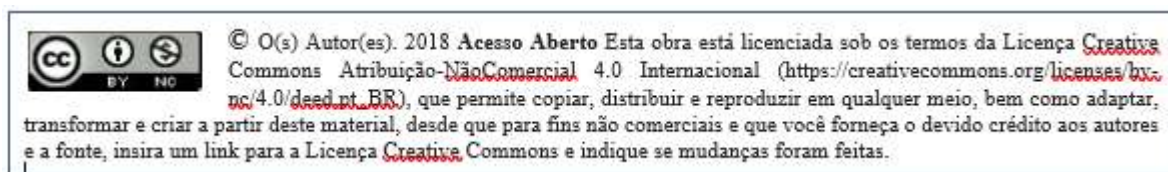
PALABRAS CLAVES: Migraciones contemporáneas; España; globalización; desplazamiento de trabajadores; conservadurismo.

Contemporary migrations: an approach to the Spanish case in a context of the advance of conservatism

ABSTRACT: On the current context, this article aims to point out some of the aspects of contemporary migration and, in particular, migration to Spain, in a European framework of growth of rejection to the different in which anti-immigration discourses reappear in a globalized world. Immigration policies focused on the control of flows and the closing of borders such as those that have been occurring in Europe, both for migrants and refugees, point out, today more than ever, the need to develop migration policies that are committed clearly for the integration of immigrants, supported by equal rights and intercultural coexistence.

KEYWORDS: Contemporary migrations; Spain; globalization; workers displacement; conservatism.

Enviado em 31/03/2020
Aprovado em 24/04/2020



* Trabajador Social. Master en Migraciones Internacionales Contemporáneas (UP Comillas). Profesor de los estudios de Grado en Trabajo Social (Universitat de les Illes Balears-UIB). España.

Introducción

“Al sistema le interesa el racismo, si el obrero le echa la culpa a la inmigración, se evitan una revolución”

Pablo Hasél, rapero y poeta catalán

En el momento de escribir el presente artículo, están sucediéndose a una velocidad de vértigo, situaciones en el conjunto del planeta que han cambiado de golpe, y esperemos que temporalmente, nuestras vidas. La aparición del coronavirus, conocido como COVID-19, que se manifestó por primera vez en diciembre del 2019 en el continente asiático, se expande de manera vertiginosa a lo largo del planeta y es declarado al poco tiempo, pandemia, por la Organización Mundial de la Salud (OMS), afectando a cientos de miles de personas de los cinco continentes. Para hacer frente a esta situación, la mayoría de los Estados responden con el cierre de sus fronteras exteriores, al mismo tiempo que toman medidas excepcionales en su interior, restringiendo la libertad de circulación de las personas, ordenando el cierre de escuelas y universidades, y limitando con el cierre de comercios, las actividades económicas no esenciales.

Una situación, que nos recuerda nuestra pertenencia a la aldea global a la que se refirieron McLuhan y Powers (1995), como a ese mundo interdependiente que muestra lo vasto y lo limitado que el planeta resulta ser al mismo tiempo. Es también en ese mundo interdependiente en el que, sin embargo, cada vez son mayores los esfuerzos por marcar fronteras entre un norte económico y un sur, entre el que existen enormes desigualdades en un contexto global en el que se acentúa el debilitamiento del Estado-nación. Un escenario de mundialización de la economía, en el que los gobiernos han perdido el control sobre los flujos de capital o de la producción con la proliferación de organizaciones transnacionales que, cruzando fronteras geográficas y políticas, imponen sus condiciones, haciendo que la soberanía de los Estados se encuentre cada vez más limitada.

En la era de la globalización, la inmigración se ha convertido en una necesidad estructural de los países con las economías más desarrolladas. Incluso en etapas con tasas de paro elevadas en las sociedades de destino, sigue habiendo una elevada dependencia de los trabajadores extranjeros (ABAD, 2002). Esta necesidad estructural en los países del norte económico - que choca paradójicamente con los esfuerzos que al mismo tiempo se realizan para controlar de manera estricta los movimientos de las personas -, intenta resolverse a través de una selección de trabajadores provenientes de determinados países y limitando al mismo

tiempo, la llegada de nacionales de las regiones más empobrecidas del planeta (ARCE, 2018). Todo ello, en función de las necesidades del mercado laboral para unos determinados sectores en el lugar de destino, aquellos tradicionalmente rechazados por los nacionales por sus malas condiciones, y a los que accederán los inmigrantes de nuevo ingreso, a los que Galbraith (1992), se referirá como *subclase funcional*.

Décadas atrás, la inmigración se concebía por parte de los países del norte como temporal, sin ningún planteamiento en relación a la permanencia o integración de las personas en los lugares de destino. Era entendida simplemente como fuerza de trabajo temporal de la que además, se podría prescindir fácilmente en función de las necesidades del mercado de trabajo. La pretensión era que las personas llegaran por un periodo de tiempo determinado y regresaran después a sus países de origen. El término, *trabajadores invitados (o gastarbeiter)*, de especial significación en países como Alemania en la década de los años 60, remarca claramente la idea de provisionalidad con que se aspiraba que fuera la estancia de los trabajadores extranjeros en las áreas de destino. Resulta obvio señalar a estas alturas, que la inmigración pretendidamente temporal se convirtió en duradera, y que así continúa siendo en la actualidad con los flujos migratorios modernos en general, con una clara voluntad de asentamiento permanente.

En 1965, el escritor suizo Max Frisch afirmó "*queríamos trabajadores, pero vinieron personas*", poniendo de manifiesto que las políticas migratorias no pueden centrarse únicamente en el control de los flujos. Sin embargo, no será hasta finales de los 80, cuando Europa se dará cuenta de que la única alternativa para la "paz social" es la articulación, por parte de los países de destino, de políticas migratorias que apuesten claramente por la integración de los inmigrantes.

En España, como en otros países del sur del continente, la inmigración aparece más tardíamente que en otros países europeos, si bien lo hará a través de un proceso muy acelerado. La primera ley de extranjería - la *Ley Orgánica 7/85, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España* -, surge desde la preocupación por el control de los extranjeros y desde un enfoque de la inmigración aún como temporal. Destaca en esta primera normativa, la ausencia de aspectos relativos a la integración de los inmigrantes, que no aparecerán de manera clara en la legislación hasta el año 2000.

Los fenómenos migratorios, constituyen el resultado de desigualdades globales que se reproducen de manera permanente, y presentan sin duda una gran complejidad por los distintos tipos de factores presentes en los mismos: de tipo económico, demográfico, político, social,

cultural, etc., representando una serie de importantes desafíos tanto para las sociedades de origen - de las que suelen salir los sectores de población más jóvenes y mejor preparados (MARTÍNEZ VEIGA, 2000, p.7) -, como para las sociedades de destino, a las que se plantean numerosos retos para la convivencia en la diversidad, y la adecuada atención de los aspectos que presenta la llegada de población inmigrante a los distintos territorios. Pero las migraciones no constituyen un fenómeno nuevo y ni tan siquiera en la actualidad los desplazamientos de población son los más numerosos que se han dado a lo largo de la historia. Basta recordar en este sentido, los cerca de 60 millones de europeos que se estima que emigraron principalmente a América, pero también a diversos países de África y Asia durante la segunda mitad del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX. Del fenómeno migratorio actual, en relación a los desplazamientos que tuvieron lugar en otros momentos de la historia, cabe destacar la omnipresencia de un capitalismo global, que al mismo tiempo que incentiva las migraciones, intenta también ponerles freno, y que además, tiene lugar paradójicamente en el caso del espacio europeo, en el marco de un territorio denominado de “libre circulación de personas”. Este carácter globalizado de las migraciones contemporáneas representa, como señala De Lucas, (2003), un verdadero desplazamiento del mundo característico del modelo de mundialización que se nos impone y que constituye un factor estructural, sistémico del mismo.

Los gobiernos de los países del norte económico, como sucede en el caso de la Unión Europea, toman medidas como el cierre de fronteras para proteger a sus trabajadores nacionales en el marco de discursos sobre la necesaria gestión de la inmigración que desde el respeto a la legalidad y mezclando conceptos como el de seguridad, evite el *efecto llamada*². Pero al mismo tiempo, los estados necesitan fuerza de trabajo para cubrir espacios laborales que, en determinados sectores, con malas condiciones laborales y asociados en algunos casos, a un desprestigio social, los trabajadores nacionales rechazan. A la existencia de áreas con elevados índices de pobreza y desigualdad, crisis económica y guerras en los países de origen, se unen otro tipo de factores en las sociedades de destino: además del comentado rechazo de los autóctonos por unos determinados puestos de trabajo, cabe destacar las elevadas posibilidades de ocupación - en el caso español -, en sectores laborales que presentan pocas exigencias de cualificación, así como la existencia de una economía informal que actúa también como imán

² Con el término *efecto llamada*, se hace referencia a las políticas de un determinado gobierno que son señaladas como incentivos para la llegada de inmigrantes: Fue un término ampliamente utilizado por el Partido Popular en la oposición en España, durante el mandato del socialista Rodríguez Zapatero, en el año 2005.

y que mantiene un importante peso en el conjunto de la actividad económica del país. Las migraciones contemporáneas, no obstante, no pueden ya interpretarse en la actualidad únicamente por la existencia de aspectos presentes en las naciones del norte y del sur, sin atender a otros elementos que forman parte del fenómeno como son los movimientos de capital - para el cual no existen las fronteras -, o la propia tecnología, en el marco de un mercado global que del mismo modo que atrae a unos pocos a unas determinadas áreas, desplaza para abaratar costes a otros, a las zonas periféricas (DE LUCAS, 2003).

Globalización, flujos migratorios y mercado de trabajo.

Como ya se ha señalado, una de las mayores paradojas de la época actual, lo constituye el hecho de que al mismo tiempo que los procesos de globalización económica incentivan el movimiento de trabajadores, de forma paralela, se pretende también limitarlos. La combinación de factores de expulsión - de diferente tipo, pero mayoritariamente de naturaleza económica -, y de factores de atracción (factores *push -pull*), tal y como señala la teoría neoclásica basada en el diferencial de oportunidades y salarios (HATTON y WILLIAMSON, 1998), representa un factor necesario - si bien no el único, como ya también se ha expuesto -, para que las migraciones se den con la intensidad que ha venido caracterizando los recientes procesos.

Las políticas de inmigración, han centrado generalmente su preocupación en el control de los flujos y en la adecuación a un mercado que concibe básicamente a los inmigrantes como trabajadores individuales para los sectores laborales abandonados por los nacionales, lo que refleja claramente una instrumentalización del fenómeno migratorio al basarse en una selección de inmigrantes, que, por otra parte, se ha venido dando desde principios del siglo XX, con las leyes de cuotas en los Estados Unidos³.

Como señala Piore (1979), la existencia de un mercado de trabajo dual en sociedades con un determinado nivel de desarrollo, supone la existencia de un segmento de trabajadores estables con un nivel de cualificación elevado y un alto nivel salarial, que coexiste con numerosos puestos de trabajo caracterizados por su precariedad, malas condiciones laborales y bajo status social. Esta dualización del mercado de trabajo como resultado de la globalización, supone que los trabajos que cuentan con peores condiciones, presentan dificultades para ser

³ Las leyes de cuotas en los Estados Unidos fue un sistema que mediante la aprobación de una serie de leyes durante el periodo de entreguerras, y que se mantuvo vigente hasta mediados los años 60, permitió la entrada de extranjeros al país basándose en criterios étnicos (ORTEGA, 2017).

cubiertos con los trabajadores nacionales, lo que hace necesario recurrir a trabajadores inmigrantes para quienes, en su primera fase del proceso migratorio, tener un trabajo del tipo que sea en las sociedades de destino, ya supone un éxito.

El mercado de trabajo constituye el eje central de las políticas migratorias basadas en las necesidades del mismo y para lo cual se han ido adoptando diferentes mecanismos que suponen una instrumentalización del inmigrante. Valga de ejemplo, las cuotas de inmigrantes que, en el caso de España, se venían estableciendo hasta principios del presente siglo, y que suponían una cuota anual cercana a las 30.000 personas, exclusivamente para ocupar aquellos empleos que no podían cubrirse en su totalidad únicamente con los trabajadores nacionales. A través de este procedimiento, supuestamente, se autorizaba a los extranjeros a entrar a España desde sus países de origen, pero en la práctica esos puestos de trabajo se cubrían mayoritariamente con inmigrantes que ya se encontraban en el país en situación irregular. Aun así, cabe recordar que el volumen de autorizaciones, resultaban insuficientes para cubrir las necesidades del mercado laboral en esos momentos, con lo que las necesidades del mismo sólo consiguieron ser cubiertas con los distintos procesos de regularización de extranjeros⁴ que tuvieron lugar entre los años 1991 a 2001, así como con la contribución del trabajo irregular.

En el caso español, la economía sumergida ha representado tradicionalmente un volumen importante en el conjunto del país, especialmente en determinados sectores, a los cuales los inmigrantes han venido accediendo en un número considerable. Es importante en este sentido, señalar de nuevo como además de los Estados, el capital, resulta determinante en las políticas y los procesos migratorios, al interesarle la existencia en los países más desarrollados, de una fuerza de trabajo abundante que, en situación de precariedad, esté dispuesta a trabajar por salarios más bajos. La facilidad de incorporación de los inmigrantes al mercado laboral a través de la economía sumergida en este sentido, formaría parte también del *efecto llamada*, sin embargo, ello resulta poco mencionado en la mayoría de los discursos políticos sobre el fenómeno migratorio y los *factores de atracción*, que evitan mostrar las contradicciones existentes en el mercado laboral y en el propio sistema capitalista.

⁴ Los procesos de regularización de extranjeros en España han tenido por objetivo eliminar o cuando menos disminuir, el volumen de personas extranjeras que se hallan en el país en situación irregular, a través de un procedimiento por el cual los inmigrantes pueden acceder a una autorización de residencia y trabajo acreditando llevar un período mínimo de seis meses residiendo en España y presentar un contrato (oferta) de trabajo.

Fenómeno migratorio en España: un proceso tardío y acelerado.

A la complejidad jurídica y normativa que en general envuelve el fenómeno migratorio, en el caso europeo se agudiza más si cabe con la comunitarización progresiva de la extranjería, que supone compartir competencias en esta materia entre la Unión Europea y los Estados miembros. En el caso español, además, hay que añadir la distribución de competencias entre las distintas administraciones públicas del Estado: el gobierno central, que ostenta la competencia exclusiva en materia de extranjería, y las comunidades autónomas y administraciones locales, a quienes corresponde el desarrollo de las políticas de integración social de inmigrantes.

Un aspecto particular entorno al fenómeno migratorio en España, lo constituye el hecho de que este ha tenido lugar a través de un proceso muy acelerado, lo que ha significado una importante transformación de la sociedad en un corto espacio de tiempo, con un considerable impacto en distintos ámbitos de la misma. Así, España, que pasó - a partir de la década de los 80, y principalmente de los años 90 del siglo XX-, de país de emigración, a país receptor de inmigrantes, llegó a situarse iniciado el siglo XXI, como uno de los países de la Unión Europea, con una de las mayores tasas de extranjeros sobre el total de población. Cabe recordar que la primera *ley de extranjería* aprobada en España - *Ley Orgánica 7/85, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España* -, no llegó hasta 1985 y surge desde la preocupación por el control de los extranjeros, con una marcada ausencia en la normativa de aspectos relativos a la integración de los inmigrantes al concebir aún la inmigración como temporal. Prueba de ello son la inexistencia en esta primera normativa de los permisos de residencia y/o trabajo por tiempo indefinido o de regulación de la reagrupación familiar⁵.

A partir del reconocimiento por parte de España en los años 90 del siglo XX, como país de inmigración, se crean las oficinas de extranjeros⁶, en 1991, y se aprueba el Plan para la Integración Social de los Inmigrantes, en 1994. En los años siguientes, se irán produciendo diversos cambios normativos en materia de extranjería, todos ellos de manera acelerada y sin excesiva planificación, como lo demuestra el hecho de que las cuatro leyes orgánicas en materia de extranjería que se irán aprobando, se tramitaron todas por el procedimiento de urgencia,

⁵ La Reagrupación Familiar es un procedimiento a través del cual, se otorga una autorización de residencia temporal a los familiares de extranjeros residentes en España, a petición de éste y siempre que se cumplan determinados requisitos como haber residido en España durante un año como mínimo y disponer de una autorización para residir otro año, poseer una vivienda adecuada y de medios económicos suficientes.

⁶ Las oficinas de extranjeros, ubicadas en las distintas provincias del Estado español, dependen de la Administración General del Estado y ostentan la competencia en materia de extranjería e inmigración.

mostrando la ausencia de una verdadera política migratoria de Estado, que venía simplemente siendo modificada a partir de criterios ideológicos, por los distintos gobiernos que se iban sucediendo en el poder.

El caso de la migración hacia España, al igual que hacia otros países del sur de Europa, para King y Zontini (2000), responde a un modelo propio representado por la importancia de sectores como el de la agricultura especializada, la construcción, el turismo o los servicios, con una fuerte segmentación sexual en los mismos y una amplia presencia del sector informal caracterizado por su precariedad. La llegada de población inmigrante a España, especialmente intensa en las últimas 3 décadas - exceptuando el paréntesis de los años de la crisis que se inició en 2008 -, ha tenido lugar, por otra parte, en un contexto de envejecimiento gradual de la población, así como de incorporación progresiva de la mujer española al mercado laboral. Este proceso de incorporación de la mujer española al trabajo, ha supuesto la sustitución de ésta en las tareas de cuidados por mujeres inmigrantes - en lo que Parella (2000), denomina *trasvase de desigualdades de clase y etnia* -, provenientes en su mayoría del continente latinoamericano, al ser éstas preferentemente y desde un prejuicio étnico, las elegidas para la realización de este tipo de tareas por encima de mujeres de procedencia africana o pertenecientes a la cultura musulmana.

Esta celeridad y la intensidad en el volumen de llegadas que ha caracterizado el proceso migratorio en España, ha significado también una mayor visibilidad del mismo en el entorno más cercano, generando estados de opinión que hacen percibir el fenómeno migratorio, de forma negativa o desmesurada. Según datos del Centro de Investigaciones Sociológicas⁷ (CIS), de diciembre de 2018, la inmigración se colocaba en el sexto lugar entre las preocupaciones de los españoles para el 12'5% de los encuestados. Monge (2019, p.6) señalará también como “una parte importante de la población considera que los inmigrantes tienen un impacto negativo en las ayudas y servicios⁸, en la economía y el mercado laboral”. La apreciación desmesurada del fenómeno migratorio, en el que la percepción del mismo difiere mucho de la realidad en los diferentes territorios, resulta por otra parte, más bien generalizada. A través del estudio

⁷ El CIS es un organismo autónomo que depende del Ministerio de la Presidencia de España y tiene como función principal la realización de estudios que aporten conocimiento sobre la sociedad española.

⁸ Con “ayudas y servicios”, se hace referencia a las prestaciones y asistencias vinculadas a los servicios sociales, del ámbito educativo, de vivienda, etc. , y a las que, en el marco de los discursos que señalan a los inmigrantes como competidores con los nacionales por el acceso a los recursos existentes, se acusa habitualmente a los primeros de ser mayores consumidores de los mismos.

realizado sobre la percepción del fenómeno migratorio en diferentes países, Ruíz (2016), expone cómo la percepción sobre el porcentaje existente de población inmigrante (24%), duplicaba la cifra real de la misma, y en algunos casos, como en los EE.UU. o Italia, la percepción se situaba en un 32% y 30%, frente al 12% y 7% real, respectivamente.

Avance de los discursos antiinmigración en un mundo globalizado.

Las manifestaciones de rechazo a la inmigración han ido incrementándose en las últimas décadas en diversos lugares del continente europeo⁹, de forma paralela al crecimiento de partidos políticos de extrema derecha, que tienen como nexo común las políticas antiinmigración enmarcadas en discursos nacionalistas y antieuropeístas. Situados a lo largo del espacio europeo, estos partidos comparten un discurso que aboga por reforzar los controles de fronteras exteriores al espacio común europeo, y restringir en su interior, el acceso de las personas inmigrantes a servicios básicos, proponiendo asimismo la expulsión de aquellos que se encuentren en situación irregular.

Este crecimiento de partidos populistas de extrema derecha en Europa, comenzó a hacerse visible a mediados de los años 80 del siglo XX, con el ascenso del *Frente Nacional* de Le Pen, en Francia; a comienzos de los 90 en Bélgica con el éxito del partido ultraconservador *Vlaams Belang*; en Holanda, primero con el *Partido por la Libertad*, y ahora con *Foro para la Democracia*; con el *Partido de la Libertad Austriaco (FPÖ)*, a principios del presente siglo; el partido *Fidesz*, de Orbán, en Hungría, que gobierna desde el 2010 y es uno de los más críticos en Europa con la inmigración; *La Liga* de Salvini en Italia, actualmente uno de los principales referentes en la lucha contra la inmigración ilegal en Europa; con *Alternativa por Alemania* - que consiguió casi el 13 por ciento de los votos en 2017 -; con el polaco *Ley y Justicia*, que consiguió ser el partido más votado en 2005 y que regresó de nuevo al poder en 2015, o con los *Verdaderos Finlandeses*, segunda fuerza política con el 17,5 por ciento de los votos en Finlandia en 2019. La lista es muy larga en un escenario europeo en el que solo Irlanda, Luxemburgo, Malta y Portugal, representan actualmente el pequeño grupo de países que están exentos de partidos de ultraderecha en sus parlamentos, y del que, lamentablemente, ya no forma parte el Estado español.

⁹ Con la crisis migratoria del 2015 en Europa, los partidos de extrema derecha se hicieron oír con fuerza y consiguieron, en algunos territorios de la Unión Europea, cerrar las fronteras para los refugiados. La Unión Europea firmaría posteriormente, en marzo de 2016, un polémico pacto con Turquía para que actúe de frontera europea y frene la llegada de inmigrantes.

Al igual que sucede en numerosos países del norte económico, también en España han ido aumentando los discursos “del miedo” que asocian la inmigración a un problema, asociándola con la realización de actos delictivos, considerándola una amenaza para la identidad cultural y la responsable en el deterioro de los servicios públicos. España, que hasta hace bien poco formaba parte del reducido grupo de países sin presencia de partidos de ultraderecha en sus parlamentos - si bien los partidos existían, estos se situaban desde el inicio de la etapa democrática en los años 80 del pasado siglo, en la marginalidad política -, rompió esta tendencia recientemente con el partido ultraderechista VOX. En las elecciones generales de 2016, VOX había conseguido tan solo un total de 47.182 votos, lo que se traduce en el 0,2 por ciento del sufragio. Solo tres años después, en las elecciones generales de noviembre de 2019, obtuvo más de 3,6 millones de votos y un total de 52 escaños, constituyéndose en la tercera fuerza del Congreso. En su ideario, VOX presenta unas propuestas en materia de inmigración¹⁰, muy claras: expulsión de inmigrantes ilegales, supresión de prestaciones sociales a este colectivo y priorización de las mismas a los nacionales, así como expulsión de extranjeros en situación legal que cometan delitos graves o sean reincidentes. Además, propone dar por terminado el estado autonómico retornando las competencias al estado central, en un esfuerzo por representar la unidad de España y el nacionalismo español, “amenazado por la llegada de inmigrantes”, en un contexto de crispación política en el país, con la situación de Cataluña¹¹ como epicentro del conflicto.

Es en este contexto, en el que la diversidad como reto parece haber pasado a ocupar un segundo plano - cuando no a desaparecer de los discursos públicos -, en el que van ganando terreno los manifiestos que señalan la inmigración como uno de los problemas urgentes a resolver por la amenaza que ello representa para la identidad nacional y como responsable de las deficiencias de los distintos sistemas de bienestar. Por supuesto, en esos discursos no aparecen las contribuciones positivas que las migraciones representan¹² económica, social y

¹⁰ Durante el estado de alarma decretado en España en fecha 14 de marzo de 2020 con motivo de la pandemia del COVID-19, VOX, en relación a los inmigrantes, ha propuesto que aquellos en situación irregular que acudan a los servicios sanitarios, tengan que abonar por ello una cantidad, así como que se proceda a la expulsión de aquellos inmigrantes que se encuentran en los centros de internamiento una vez finalice el plazo máximo de internamiento de 60 días que contempla la ley (Diario El País, 24 de marzo de 2020).

¹¹ Las aspiraciones independentistas de una parte significativa de la población de Cataluña que han llevado a la realización de un referéndum de autodeterminación, es señalado por algunos, como uno de los factores que han influido en el crecimiento de VOX, que tiene entre sus propuestas estrella la supresión de las autonomías y el retorno de las competencias al Estado central en el marco de un discurso sobre la defensa de la unidad de España.

¹² En 2011, el estudio, Inmigración y Estado de Bienestar en España (Moreno y Bruquetas, 2011), ya señalaba como lo que aportaban los inmigrantes al Estado de Bienestar era más de lo que recibían, destacando aspectos

culturalmente, tanto para los países de destino como para los países de origen, y que concretamente en el caso español, cabe destacar en relación a su aportación al crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB), a la ocupación en determinados sectores laborales en los cuales la población inmigrante representa un porcentaje muy elevado de trabajadores, sin los cuales el sostenimiento de estos resultaría ciertamente complicado, así como en el rejuvenecimiento de la población y en el aumento de las tasas de natalidad, aspectos estos últimos, que como señalan Aparicio y Tornos (2000), si bien no se consideran suficientemente válidos para resolver las dificultades del sistema de pensiones, sí que han contribuido en cualquier caso, a evitar un colapso del mismo.

La ausencia de este tipo de argumentos, sobre las aportaciones que la inmigración comporta para España, es habitual en los discursos del conjunto de partidos políticos en general, evidenciando el temor de estos a perder cuota electoral. Este temor, se pone también de manifiesto con la desaparición progresiva de la palabra *inmigración*, que hasta hace escaso tiempo se encontraba presente en distintos niveles de la administración, en consejerías o direcciones generales que ostentaban la competencia en la materia. Del mismo modo, han ido desapareciendo los planes de integración de la población inmigrante, observatorios de inmigración, etc. que existían también, tanto a nivel nacional como en diferentes regiones del estado español, y que si bien fueron extinguiéndose a lo largo de los años de crisis, una vez que esta se ha superado - al menos desde los discursos oficiales y las cifras de la macroeconomía -, ya no han vuelto a hacer acto de presencia.

La integración de inmigrantes: modelos nacionales de integración y resurgimiento del enfoque asimilacionista.

En el marco europeo, destacan como modelos nacionales de integración de inmigrantes (CARRERA, 2006; BORGES, 2013), iniciados en la década de los años 60 y 70 del pasado siglo, por una parte, el modelo francés, considerado de tipo asimilacionista, en el que el inmigrante es el diferente que debe ir desprendiéndose progresivamente de su cultura de origen y adoptar los usos del país de destino, e identificarse con el ideal republicano basado fundamentalmente en la igualdad; por otro lado, el modelo inglés, que representa el modelo

como el relativo a la sanidad, en el que el gasto sanitario que suponían los inmigrantes para el Estado era del 5%, o en relación a las pensiones, representando las personas extranjeras el 1% de los pensionistas.

multiculturalista, y que contrariamente al modelo francés no pretende una uniformidad en los inmigrantes, sino que apuesta por la heterogeneidad cultural considerada un enriquecimiento de la sociedad, y de ahí que defienda la integración étnica en cada grupo, y de estos con la mayoría. Finalmente, aunque de menor significación que los anteriores, cabe mencionar también la práctica, desarrollada fundamentalmente en Alemania en los años 60, de “trabajadores extranjeros invitados”, calificado como claramente segregacionista al basarse de manera exclusiva en la integración económica y laboral del inmigrante.

Si bien en la actualidad no son pocos los discursos que afirman que los modelos nacionales de integración están hoy en día agotados, y aun siendo la integración, entendida de forma muy diversa dentro de la Unión Europea, esta se sitúa fundamentalmente en torno al trabajo, predominando un enfoque individual de la misma basado en las necesidades del mercado laboral y en las potencialidades de integración de cada persona. Nada que resulte del todo nuevo, por otra parte, si nos atenemos a que desde la estrategia de Lisboa¹³, la política europea de integración de la población inmigrante ha tenido como eje principal, el mismo sobre el que han girado las políticas dirigidas a colectivos en riesgo de exclusión: el empleo, basándose en el supuesto de que la inserción laboral de la población inmigrante, comportará también su integración social. Hoy en día, y en términos generales, puede afirmarse que en buena parte de Europa, se asume actualmente el fracaso del multiculturalismo, se enfatizan los discursos sobre la asimilación y se reafirma la necesidad de que los inmigrantes se desenvuelvan con facilidad en la sociedad receptora y en relación al trabajo, con exigencias de implicación por su parte en la consecución de ese objetivo (URTEAGA, 2010; GARCÍA, 2015).

En el caso de España, si bien no podemos hablar de un modelo propio de integración como tal - por la ausencia también probablemente de un ideal único de lo que significa España¹⁴ entre las diferentes regiones -, Martínez (2009), se referirá al caso español como el modelo *patchwork*. Con esta denominación, el autor compara el tejido conformado por diferentes piezas unidas entre sí, con la heterogeneidad autonómica en las políticas de integración y que se

¹³ La Estrategia de Lisboa, (2000) es un plan de desarrollo de la Unión Europea aprobado por el Consejo de Europa en Lisboa, en marzo del año 2000, que entre otros, plantea una serie de objetivos para combatir los problemas de desempleo, pobreza y exclusión social que afectan a los distintos territorios en el marco de la Unión.

¹⁴ España constituye un estado descentralizado, conformado por 17 Comunidades Autónomas, complejo territorialmente y diverso en lo cultural - en el que además del castellano, existen también como lenguas cooficiales el Euskera, el Catalán y el Gallego -, y en lo histórico, con una plurinacionalidad que es aceptada por la propia Constitución Española, que reconoce nacionalidades y regiones y la existencia de territorios diferenciados con singularidad histórica (Cataluña, País Vasco y Navarra), y que supone también por todo ello, diversas interpretaciones sobre la identidad nacional.

traduce en que las bases para la misma se construyen a partir de las particulares características de cada territorio, destacando en este sentido, como un caso singular dentro de Europa.

Al margen de esta disparidad territorial, propia por otra parte de un Estado descentralizado como el español, de acuerdo con Basagoiti y Bru (2012), podemos hablar de integración - recogida como uno de los ejes centrales de la política de inmigración en la Ley Orgánica 2/2009, de 11 de diciembre -, cuando la persona inmigrante dispone en la sociedad de destino “de igualdad de condiciones, derechos obligaciones y oportunidades que los ciudadanos autóctonos, pudiendo preservar la cultura de origen” (BASAGOITI y BRU, 2012, p. 373), y que se corresponde con el enfoque jurídico, presente también en países de la Unión Europea. Destaca en este sentido, la idea de igualdad entre inmigrantes y autóctonos, señalada como objetivo fundamental, al entender que es precisamente la limitación de derechos de los primeros en relación con los nacionales, lo que representa uno de los obstáculos presentes en las relaciones de convivencia entre la población extranjera y autóctona, y que muestra la asimetría entre ambos grupos, reforzando los discursos sobre la competencia de los inmigrantes (TEZANOS, 2001; LABRADOR, 2004; BASAGOITI y BRU, 2012) para el acceso normalizado y de calidad a servicios básicos, como sanidad, educación o servicios sociales.

Consideraciones finales

Con la mundialización de la economía, las fronteras se han convertido en más permeables para el capital y más selectivas para la fuerza de trabajo atendiendo a las necesidades del mercado. A pesar de ello, las migraciones constituyen un fenómeno global, imparable, en el que las razones para emigrar son más poderosas que los muros que se levantan en los lugares de destino para evitar la entrada. En este contexto, negar el pluralismo ya definitivamente instalado en nuestras sociedades y pretender unos territorios sin inmigración, es irreal, entre otras razones porque no solo los migrantes precisan del norte económico, también éste, precisa de manera ineludible de los inmigrantes.

Las políticas migratorias reconocieron en el caso europeo, especialmente a partir de principios del presente siglo, que aun considerando el empleo como factor clave, era preciso apostar por una política de integración que tuviera como objetivos, el acceso de los inmigrantes a los bienes y servicios públicos a partir de principios de igualdad no discriminatorios. En el contexto actual, la presencia creciente de discursos de rechazo hacia la población inmigrante - que cuentan ya por otra parte, con considerables apoyos -, puede acabar conduciendo a un

retroceso en las políticas de integración que, apostando por la igualdad de derechos, en la actualidad se ven ya claramente amenazadas.

Frente a los discursos que señalan la inmigración como una amenaza, la importancia de desarrollar políticas migratorias que apuesten por una integración basada en la igualdad, radica precisamente, en que son estas las que deben servir para asegurar los valores comúnmente aceptados desde un marco constitucional de derechos que favorezca la convivencia intercultural, y que entienda que los inmigrantes, particularmente en el caso del continente europeo, son parte de la solución a algunos de sus muchos problemas.

Una vez que asumimos que la política de inmigración no puede limitarse a la regulación de los flujos migratorios, urge reforzar un Estado de Bienestar insuficientemente desarrollado en el caso español, y que, desde la crisis de 2008, se ha ido progresivamente precarizando. Este paulatino debilitamiento de los sistemas del Estado de Bienestar, sirve para reforzar los discursos que señalan a los inmigrantes como competidores desleales por unos recursos o servicios escasos, y que obvian la responsabilidad de los gobiernos y las administraciones públicas, en desarrollar una planificación adecuada de los servicios atendiendo a las necesidades del conjunto de la población que reside en los territorios.

En este sentido, resulta especialmente importante no dejarse confundir por los mensajes que desde el ideario neoliberal que pretende la desigualdad, señalan a los inmigrantes como responsables del debilitamiento continuo de nuestro sistema de bienestar, proponiendo levantar muros que eviten su entrada y negar derechos cuando ya estén dentro. Frente a ello, no cabe otra opción para la propia supervivencia de Europa, que una respuesta conjunta y contundente, que apueste por poner en marcha políticas migratorias, hoy más necesarias que nunca, basadas en una justicia global.

La actual pandemia de un virus como amenaza silenciosa, que nos sumerge en una situación de extrañeza general y de incertidumbre en relación al futuro, oculta al mismo tiempo otras pandemias existentes en nuestras sociedades basadas en la desigualdad, y en las que los problemas globales se pretenden afrontar individualmente olvidando nuestra interdependencia como humanidad y permitiendo también, que se intensifiquen los prejuicios racistas y sentimientos nacionalistas excluyentes. En este contexto, cabe exigir que, a diferencia de lo sucedido en otro tipo de crisis recientes, lo importante para los gobiernos no sea solo superar la situación actual, sino que prevalezca el “cómo” esta pretende superarse, y en este sentido, que los gobiernos tomen decisiones que no apuesten en esta ocasión por salvar el capital por encima

de las personas, ni por dejar a su suerte a una parte de la población, la más vulnerable, entre la que se encuentran los inmigrantes, cerrando fronteras exteriores o abriendo brechas interiores atendiendo a criterios de clase o de etnia.

Referencias bibliográficas

- ABAD MÁRQUEZ, L. Trabajadores inmigrantes en las economías avanzadas. La paradoja de la demanda adicional en mercados con exceso de oferta, en F. GARCÍA CASTAÑO y C. MURIEL LÓPEZ (eds.), *La inmigración en España. Contexto y alternativas*. (Ponencias del III Congreso sobre Inmigración en España), Granada: Laboratorio de Estudios Interculturales. 2002. p. 459-467.
- APARICIO, R. y TORNOS, A. *La inmigración y la economía española*. Madrid: IMSERSO. 2000.
- ARCE JIMÉNEZ, C. Migraciones, derechos humanos y vulnerabilidad. *Revista de Fomento Social*, n. 289, p. 115-140. Universidad de Loyola. Andalucía. 2018.
- BASAGOITI RODRÍGUEZ, M.; BRU MARTÍN, P. Apuntes para una intervención participativa y comunitaria en contextos de diversidad cultural. *Cuadernos de Trabajo Social*, 25 (2), p. 371-381. Universidad Complutense. Madrid. 2012.
- BORGES BLÁZQUEZ, L. Inmigración y políticas públicas de integración: la evolución de un proceso inacabado. *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho (CEFD)*, n. 28, p. 35-57. 2013. Disponible en: <https://ojs.uv.es/index.php/CEFD/article/view/3034/2650>. Acceso en: 17 de marzo de 2020.
- CARRERA, S. Programas de integración para inmigrantes. Una perspectiva comparada en la Unión Europea. *Migraciones*, n. 20, p. 37-73. Madrid. 2006.
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) diciembre de 2018. Estudio número 3234. Disponible en: http://datos.cis.es/pdf/Es3234mar_A.pdf. Acceso en: 23 de marzo de 2020
- DE LUCAS, J. Inmigración y globalización acerca de los presupuestos de una política de inmigración. *REDUR*, n. 1. Universidad de La Rioja. 2003.
- GALBRAITH, J. K. *La cultura de la satisfacción*. Madrid: Ariel. 1992
- GARCÍA JUAN, L. El discurso de la Unión europea sobre medidas de integración de inmigrantes y sus derivaciones en España. *Migraciones Internacionales*, vol. 8, p. 127-158. México: Frontera Norte. 2015.
- HATTON, T.J.; WILLIAMSON, J. G. *The age of mass migration*. Oxford University Press. Reino Unido. 1998.
- KING, R; ZONTINI, E. The role of gender in the South European immigration model. *Papers: revista de sociología*, n. 60, p.35-52. Barcelona. 2000.
- LABRADOR FERNÁNDEZ, J. Intervención social e inmigración. *Revista Portularia*, n. 4, p. 7-18. Universidad de Huelva. 2004.
- MCLUHAN, M.; POWERS, B.R. *La aldea global*. Barcelona: Gedisa Editorial.1995.
- MARTÍNEZ DE LIZARRONDO ARTOLA, A. La integración de inmigrantes en España: el modelo Patchwork. *Migraciones*, n. 26, p. 115-146. Madrid. 2009.
- MARTÍNEZ VEIGA, U. Teorías sobre las migraciones. *Migraciones & Exilios: Cuadernos de la Asociación para el estudio de los exilios y migraciones ibéricos contemporáneos*, n. 1, p. 11-26. Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). 2000.
- MONGE SARANGO, A. Percepción de la inmigración en tiempos de cólera. *Documentación Social*, n. 3. Cáritas Española. 2019.

- MORENO FUENTES, F.J.; BRUQUETAS CALLEJO, M. Inmigración y Estado de Bienestar en España. Obra Social La Caixa. *Colección Estudios Sociales*, n. 31. Barcelona. 2011.
- ORTEGA VELÁZQUEZ, E. La consolidación histórica de la migración irregular en Estados Unidos: leyes y políticas migratorias restrictivas, ineficaces y demagógicas. *Norteamérica*, Vol. 12, n. 1, p. 197-23. México. 2017.
- PARELLA RUBIO, S. El trasvase de desigualdades de clase y etnia entre mujeres: los servicios de proximidad. *Papers, revista de sociología*, n. 60, p. 275-289. Barcelona. 2000.
- PIORE, M. *Birds of passage: migrant labor in industrial societies*. Cambridge University Press. New York. 1979.
- RUÍZ, A. El fenómeno de la inmigración en los países avanzados: de la percepción a la realidad, en Dossier: *inmigración: impacto y perspectiva*. Informe mensual octubre 2016, CaixaBank, S.A. Planificación Estratégica y Estudios. Barcelona. 2016.
- TEZANOS TORTAJADA, J.F. *La sociedad dividida. Estructuras de clases y desigualdades en las sociedades tecnológicas*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2001.
- URTEAGA Olano, E. Los modelos de integración europea. *Nómadas*, n. 26, p. 17-30. EMUI EuroMed University. 2010.

La tercera interrupción en Trabajo Social: descolonizar y despatriarcalizar

Maria Eugenia Hermida*

Resumen: El artículo desarrolla la hipótesis de que el Trabajo Social se vio atravesado en las últimas cinco décadas por tres grandes interrupciones: las teorías críticas del marxismo; el enfoque de derechos, género y ciudadanía; y las teorías críticas de lo colonial y el feminismo del Sur. Analiza esta genealogía, proponiendo una crítica del eurocentrismo, el racismo y el androcentrismo como condición de una intervención social transformadora en tiempos neoliberales.

Palabras claves: Intervención social situada- Neoliberalismo- Opción descolonial- Feminismos del Sur

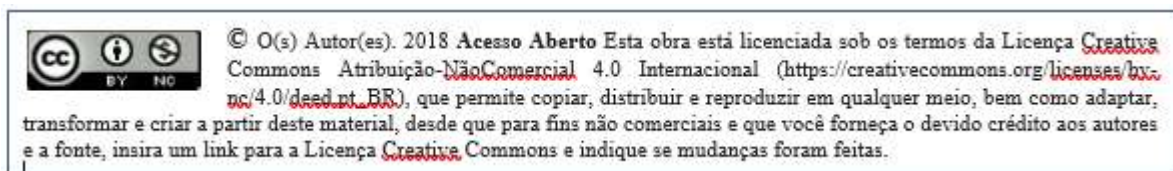
The third disruption in social work: to decolonize and depatriarchalize

Abstract: This article develops the hypothesis that Social Work was affected, in the last five decades, by three major disruptions: the critical theories from marxism; the rights, gender and citizenship approach; and the criticism of the coloniality and the Feminism from the global south. It analyzes this genealogy, and proposes the critic of eurocentrism, racism, and androcentrism as a necessary condition for a transformational social intervention in neoliberal times.

Key words: Situated social intervention, Neoliberalism, decolonial option, Feminism from the global south.

Submetido em 12/05/2020

Aprovado em 04/06/2020



* Dra. en Trabajo Social (UNR), Especialista en Docencia Universitaria (UNMDP) y Lic. en Servicio Social (UNMDP). Profesora de la Licenciatura en Trabajo Social de la UNMDP, donde se desempeña como Investigadora en temas relacionados a Feminismos y descolonialidad. Docente de posgrado. Vicedirectora de la Maestría en Políticas Sociales (UNMDP), Argentina.

Presentación

*Pero para poder plantear el problema
vamos a tener que destruir
demasiadas categorías que impiden pensar.*

Enrique Dussel, 1979

Desde hace décadas el Trabajo Social se viene preguntando cómo articular propuestas de intervención profesional transformadoras en nuestras sociedades neoliberales. ¿Por qué esta recurrencia? ¿Será que lo dicho y lo hecho hasta ahora no alcanza? ¿Será que los procesos socio-históricos que nombramos como neoliberalismo hace treinta años no son directamente homologables a los actuales? ¿Será que lo que llamamos intervención va mutando en sus contornos y contenidos? ¿Será que nuestros imaginarios de transformación¹ (y de qué es lo que debemos transformar, quiénes deben implicarse en esas transformaciones, y hacia dónde podemos/debemos dirigirlas) necesitan ser fuertemente interpelados? ¿Será, en definitiva, que “reinventar la emancipación social” (De Sousa Santos, 2006) sigue siendo nuestra tarea?

Si alguna de estas intuiciones no está errada, lo que estas páginas proponen, tendrá cierto asidero. Porque lo que este artículo pretende es indagar una forma otra de entender cuáles son las tensiones que configuran al neoliberalismo en tanto proyecto civilizatorio, y cómo desarmar esa trama que pareciera impenetrable. La apuesta es ingresar a ese *ethos* desde una perspectiva otra, en pos de hacernos cargo de la herida colonial patriarcal que supura debajo de eufemismos tales como “sociedad del conocimiento”, “sociedad postindustrial” y otras referencias, con las que desde el Norte global pretenden contarnos qué nos pasa y cómo afrontarlo.

El gesto genealógico se impone. El esfuerzo de nuestra disciplina por configurar discursos y prácticas críticas con potencial transformador no es nuevo. En este artículo propongo² esbozar algunas notas sobre tres *irrupciones/interrupciones*³ en el debate en torno de los fundamentos y perspectivas teóricas de las últimas cinco décadas en nuestramérica: las

¹ Parafraseo aquí la excelente contribución compilada por Castro Serrano (2018) que lleva ese nombre. Recomiendo particularmente la lectura de la contribución de Muñoz Arce (2018) que aporta a una lectura de las denominadas epistemologías críticas en Trabajo Social.

² Sustento el uso de la primera persona del singular para la escritura de este ensayo, en las premisas de la epistemología feminista y su crítica del positivismo. Para Hill Collins (1990) el uso de la tercera persona del singular deviene un dispositivo que busca el efecto de lectura de una supuesta omnicomprensión y neutralidad valorativa, que esconde el propio lugar de enunciación y las referencias éticas, políticas y teóricas que lo sustentan. A su vez me remito a la noción de Haraway (1995) de conocimiento situado, otorgándole estatuto epistemológico a la primera persona del singular, recuperando las trayectorias biográficas como lugares de enunciación y producción de conocimientos.

³ La noción de i(nte)rrupción en tanto neologismo que he creado para articular los sentidos de los términos irrupción e interrupción, será retomada en las conclusiones de este artículo.

que tuvieron lugar a partir de la década sesenta en el marco de movimiento de Reconceptualización, las vinculadas al enfoque de derechos y de género, que de manera incipiente en los ochenta, y de forma más sistemática en los noventa, se insertaron en el discurso profesional junto con la noción de construcción de ciudadanía, y una tercera i(nte)rrupción, más reciente⁴ que problematiza la colonialidad y el patriarcado desde una impronta racializada y situada.

Las perspectivas críticas en Trabajo Social, desde la Reconceptualización a la fecha, nos han advertido que nuestra capacidad de transformación se juega en el compromiso y lucha contra el capitalismo y sus efectos. Aquel movimiento heterogéneo y violentamente interrumpido por diversas dictaduras cívico – militares en nuestro continente, nos dejó como sedimento una significación del Trabajo social desde la perspectiva del marxismo.

El enfoque basado en Derechos Humanos de fines de siglo XX⁵, por su parte, ha ganado un lugar de consenso en nuestra disciplina, erigiéndose en referencia para el ejercicio profesional latinoamericano e internacional. Este enfoque, junto a las teorías ciudadanistas y al denominado enfoque de género, se consolidaron en la década del noventa como perspectivas jurídicas y académicas de relevancia, con fuerte impacto en nuestra profesión, logrando un consenso que se plasma en nuestras diversas plataformas normativas (códigos de ética, leyes de ejercicio profesional, políticas curriculares, etc.).

En este ensayo, quiero detenerme en una tercera i(nte)rrupción de este esbozo de genealogía. En los inicios del siglo XXI, un corpus otro de preguntas y conjeturas atraviesa el debate disciplinar. Me refiero a un conjunto heterogéneo de perspectivas, saberes y prácticas, que podemos sintetizar como crítica pos/des colonial (cuando el ordenador de las producciones

⁴ En artículos previos escritos de manera individual y en co-autoría con Paula Meschini, hemos indagado en los antecedentes que la cuestión colonial tuviera en los debates disciplinares. Al respecto sostuvimos la hipótesis de que ya el movimiento reconceptualizador, articuló discursos de crítica al capital vinculados a la tradición marxista (en un contexto muy complejo de acceso a la obra de Marx, y de los teóricos marxista en esas décadas del 60 y 70 se erigían como referencia de la teoría crítica) con discursos de crítica a la cuestión colonial. Esta última referencia se sustenta en la publicación de autores como Rodolfo Kush en la revista Hoy en Servicio Social, y en las propias trayectorias biográficas de los integrantes del movimiento que en muchos casos provenían de espacios de militancia atravesados por las consignas de la teología de la liberación y la filosofía de la liberación. Con la vuelta de la democracia, el legado que se consolidó fue el marxista, invisibilizando en muchos casos la presencia de referencias críticas de la colonialidad, así como de debates vinculados con la izquierda nacional y popular.

⁵ Tal como afirmamos en Hermida y Meschini (2017), el concepto de enfoque de derechos o enfoque basado en los derechos humanos (EBDH) se sistematiza como propuesta conceptual a fines del siglo XX en el marco de la Organización de Naciones Unidas tomando como base las teorías de desarrollo y el acervo de categorías surgidas en el campo académico y político en relación con los Derechos Humanos. Entiendo que en Argentina la expresión enfoque de derechos es resemantizada desde el Trabajo Social, y a este punto volveré en las conclusiones de este artículo.

se centra en la herida colonial) y feminismos del Sur (cuando el centro está en la herida patriarcal). Estos *locus* de enunciación tienen la particularidad, no solo de interrogarse por la raza, el género y la orientación sexual como dispositivos de control de los cuerpos y las poblaciones, sino de hacerlo a partir del recupero de saberes de los propios pueblos atravesados por esa colonialidad y ese patriarcado, es decir por el Sur global, en diálogo y tensión (y no en reproducción) con otros saberes críticos de otras partes del globo.

¿Cómo luchamos contra el capital (como nos enseñó la reconceptualización) en estos tiempos neoliberales, y cómo garantizamos derechos (cómo nos indicó el enfoque de género y el de derechos), en este estadio del capitalismo? Hablamos de un neoliberalismo que se define por la internacionalización financiera, la concentración cada vez más escandalosa del capital, desigualdades alarmantes, desmantelamiento de políticas de protección social, aumento descontrolado de la violencia de género y los femicidios, crecimiento de manifestaciones neofascistas, expresadas centralmente hacia poblaciones racializadas y del colectivo LGTBI+, reconfiguración de la estructura social y productiva (que anuncia que el trabajo tal y como lo conocemos no será mas el ordenador de la vida común en tanto nuestras sociedades ya no serán las sociedades “salariales” del siglo XX), y consolidación de una cultura individualista, consumista y meritocrática que lejos de cuestionar este orden social neoliberal, lo legitima con sus practicas cotidianas. Viendo así las cosas, pareciera que no hay salida. O peor aun, que nuestra realidad no tiene otra chance más que empeorar.

Sin embargo, posición no esa. Y aquí me valgo de los aportes de Boaventura De Sousa Santos, quien afirma que “... tenemos unas teorías que nos dicen que no hay alternativa, cuando en realidad hay muchas alternativas. La gente sigue luchando por cosas nuevas, y ellos sí piensan que hay alternativas nuevas” (2006:19). El portugués se refiere aquí a lo que denominará “producción de ausencias” por parte del *locus* de enunciación (Mignolo, 1995) representado por las teorías eurocéntricas en sus diversas expresiones. Creo que esas experiencias y esas alternativas, no son invisibles. Antes bien, están invisibilizadas. De ahí la necesidad de movernos, de mirar desde otro lugar para ver otras cosas, que quedaban fuera de nuestro campo epistémico-visual. Si nos quedamos mirando desde donde siempre vimos, probablemente, nuestro deseo de transformar la realidad, quede obturado. Por eso, para visibilizar esas alternativas, es que creo que esta tercera i(nte)rrupción de la crítica feminista situada y pos/descolonial puede aportar a nuestro *campo disciplinar/profesional* (Cazzaniga, 2015). Entonces, en estas páginas intentaré retomar y desplegar la siguiente hipótesis:

1. El Trabajo Social se vio movilizado en las últimas cinco décadas por tres grandes i(nte)rrupciones: teorías críticas provenientes del marxismo, el enfoque de derechos y de género, de corte ciudadanista, y las teorías críticas de lo colonial y el patriarcado.

2. Esta tercera irrupción/ interrupción nos devuelve a las anteriores, para interrogarlas en sus potencia emancipadora latente, y en sus potenciales sesgos eurocéntricos, androcéntricos, y raciales.

3. Y de esta manera nos trae a un presente que se ensancha en sus posibilidades de transformación, en tanto logramos (con)movernos hacia un *locus* de enunciación situado en la herida colonial patriarcal, desde la cual reinventar la intervención social.

Los apartados que siguen, puntualizarán algunas reflexiones que fundamenten estos enunciados, poniéndolos en acto a partir de ejercitar la crítica que nos proponen.

Sobre el neoliberalismo como texto desde el cual situar la intervención

Propongo aquí pensar el *neoliberalismo como texto*, buscando una diferenciación respecto de la idea de *neoliberalismo como contexto*. Valen dos aclaraciones no menores: qué (no) es el contexto, y qué (no) es neoliberalismo.

Sabemos de la importancia de con-textualizar. Sin embargo, creo que la propia idea de con-texto es engañosa. Porque nos da la impresión de estar “alrededor”, como algo ajeno que condiciona en mayor o menor medida al texto, objeto o sujeto “contextualizado”.

Quiero diferenciar mi parecer sobre qué es el contexto, de otras tres posiciones: la *determinista* (donde el contexto es causa, origen y destino, determinándonos), la *voluntarista* (el contexto es apenas un dato de color, lo que importa es la propia voluntad –esta idea por ejemplo opera en la meritocracia-), y una que podríamos llamar *analítica-pseudo-neutral* (está el texto -u objeto o sujeto- y está el contexto –divisible en lo económico, lo político, lo cultural, lo familiar, y otros aspectos que configuren la grilla que queramos utilizar, y estos aspectos están, alrededor, condicionando en diferentes niveles y formas.)

Pues bien: para mi no ocurre ninguna de estas tres cosas. Para mi el contexto es inescindible del proceso a analizar. No está afuera. Está adentro. Si bien podemos objetivarlo para estudiarlo, y podemos construir abstracciones que nos permitan aprehenderlo (categorías, ideas, representaciones) esas abstracciones no se mantienen por fuera. Ya lo decían Lacan y Althusser (y Karsz en Trabajo Social): la ideología se anuda con el inconsciente. El patriarcado, por ejemplo, ¿está fuera o está dentro de nosotras? Está afuera en tanto abstracción que nos

permite objetivar todo un sistema de opresiones. Pero ese sistema se articula en lo que Marx llama lo concreto, espacio de múltiples determinaciones, un concreto que no es lo inmediato a lo que nos acercamos de manera irreflexiva, un concreto que es lo material pensado. Llamo a esta cuarta posición para lidiar con la idea de contexto, la de un *pensar situado*.

En efecto, los procesos históricos son constitutivos de los discursos que en ellos emergen, y viceversa. Esto no implica que cada teoría solo sirva para un momento y lugar determinado, pero sí que ese lugar y ese momento determinado fueron la materia prima de esas reflexiones, están ahí dentro de los propios conceptos, y no por fuera decorándolos como un marco.

Como plantea Angenot (2010), el discurso social imperante configura los límites de lo decible y lo pensable. El contexto opera como frontera entre lo que funge como sentido y lo que nuestros imaginarios no pueden alcanzar. Ahora bien, entiendo que parte del trabajo intelectual opera justamente ahí, cuestionando esa frontera, esos límites. Cuando los feminismos situados y el giro decolonial nos proponen la idea de re(ex)istir y de re-existencia (Maldonado Torres, 2017; Walsh, 2017), creo que apuntan a ese descentramiento, a implosionar la idea de contexto como variables estructurales externas determinantes, y en este solapamiento entre resistencia y existencia que retorna, hacer ese doble movimiento: *resistir* a lo dado para no morir, y *volver a existir*, a habitar la vida. Esa re-existencia nos permite volver porosos esos límites de lo decible y lo pensable, habilitando lo otro pasado silenciado y lo otro por venir que aun no podemos entender, aunque sí experimentar como intuición, como ensayo, como sueño.

Entonces el neoliberalismo no es contexto. Es texto. Evoco aquí la etimología que anuda la noción de texto a tejido. Esto supone que está imbricado en nuestro devenir histórico y subjetivo. Y también que, en cuanto texto es legible, desentrañable, y en cuanto tejido plausible de ser destejido. Aquí emerge otra vez la noción de alternativa. Que no es menor para el Trabajo Social. Una concepción teórica que dice (o deja entrever) que no hay alternativa, es por definición conservadora, por más crítica que se autodefina.

En los debates políticos y en diversos campos de la ciencias sociales han sido notorias las dificultades para formular alternativas teóricas y políticas a la primacía total del mercado, cuya defensa más coherente a sido formulara por el neoliberalismo. Estas dificultades se deben, en una importante medida, al hecho de que el neoliberalismo es debatido y confrontado como una teoría económica, cuando en realidad debe ser comprendido como el discurso hegemónico de un modelo civilizatorio.(Lander, 2011: 19)

En primer lugar, siguiendo a Lander, tenemos entonces que el neoliberalismo es

discurso, pero no solo un discurso teórico relativo a las peculiaridades económicas de esta fase del capitalismo, sino un discurso hegemónico en tanto *ethos* civilizatorio. Reivindico el carácter performativo del discurso, su capacidad de hacer cosas. El *ethos* neoliberal nos predispone a prácticas de consumo, de meritocracia, de competencia, de violencia, de extractivismo. Configura nuestras percepciones desde la lógica binaria jerarquizante de la modernidad. Las palabras no son meras representaciones, producen, y no solo las decimos, sino que también nos dicen, nos definen, nos permiten (o no) aprehendernos a nosotros mismos, a los otros, a nuestro entorno. Nos hieren, nos aplastan, nos empujan.

De esta forma vemos como el neoliberalismo, no solo opera configurando las grandes definiciones macroeconómicas, sino las singulares voluntades que se avienen a legitimarlo, y a reproducirlo. Entonces para mí el neoliberalismo es la forma como nominamos a la colonialidad del ser (Mignolo), del poder (Quijano), del saber (Lander) y de género (Lugones), en acto en nuestras sociedades contemporáneas y en nuestras corporalidades.

En segundo término, Lander, en coincidencia con De Sousa Santos, nos ofrece un diagnóstico respecto de los límites de las teorías modernas para concebir alternativas al neoliberalismo. Esto no es un problema menor para el Trabajo Social. Y es aquí donde muy sucintamente quiero aludir al concepto de intervención social situada.

Toda intervención está situada, por definición. Porque siempre opera en una situación, y en los límites que sobre esta se construyen. Y aquí está esta el punto. Si, como Cazzaniga (2015) sostiene, la intervención es una pregunta teórica que le hacemos a la realidad, cabe el interrogante: ¿qué preguntas nos habilitan estas teorías que nos dejan sin alternativas? No me refiero a un enfoque epistemológico en particular, sino a las prácticas discursivas que vamos construyendo, más o menos fundadas en determinadas teorías, que nos llevan a aplastar la densidad, la riqueza y las tensiones de determinados aportes conceptuales. Por ejemplo, los usos que se hacen de nociones tales como que el Estado es el Leviatán (Hobbes) o que es la escribanía de los propietarios de los medios de producción (Marx) o que las instituciones en las que trabajamos son Aparatos Ideológicos del Estado para la reproducción de la superestructura (Althusser), producen en ocasiones determinados deslizamientos de sentidos, que nos predisponen más a pensar que no hay alternativa, o que es menester esperar determinadas condiciones históricas y materiales que no dependen de nuestra agencia, por lo que solo nos resta aguardar, o hacer lo poco, poquísimo que podamos... ¿Dicen esto estas teorías? Yo creo que no. Pero aquí lo que falla son precisamente las mediaciones que nuestra situacionalidad nos

reclama. Chacrabarty (2007) nos dice que las teorías que se pretenden universales deben ser provincializadas, es decir, devueltas a su contexto (que como dijimos es constitutivo), para ver que esa historia que las parió sigue operando allí, y eso es parte de su riqueza pero también de sus límites. Los límites de lo decible y lo pensable que como dijimos con Angenot (2010), operan en toda situación. Algunas producciones llevaron esos límites tan lejos que no dejan de conmovernos, y por eso las abrazamos, porque permiten pensar lo que hasta ese momento era materialmente impensable. De ahí su capacidad. Pero ninguna teoría está en un punto cero, desde el cual ver todo de manera equidistante e imparcial. Es que más allá de las opciones, privilegios o subalternidades de clase, de género, nacionalidad o raza de quienes vehiculizan escribiendo estas ideas, los sesgos, límites, y singularidades del momento y lugar de producción están allí, latiendo en cada concepto.

Por eso, si bien toda intervención está situada, en términos de que se da en un lugar y momento dado, para mí una intervención situada es aquella que *se sabe situada*. Que problematiza esa situacionalidad. Que sabe que eso que llamamos situación es una construcción que emerge del cruce de determinadas realidades materiales y determinadas significaciones que sobre esas realidades hacemos. Lo que es y desde donde lo vemos, no son dos partes escindibles. Las significaciones nos condicionan qué entra o no como materialidad en la situación. Por ejemplo: tramitar el acceso gratuito a hormonas para un proceso de transición sexo-genérica ¿es un derecho? Dependerá de la concepción de género, de derechos, de salud, de identidad, que esté consagrada en la norma, en el sujeto que demanda o no, y en el imaginario de las profesiones e instituciones que intervienen.

Y en ese marco, creo que al tomar como código de comprensión de nuestras situaciones de intervención las teorías del Norte, sin revisar su propio carácter situado, podemos caer en distorsionar nuestra realidad al pasarla por su lente. Podemos aplastar, agrandar o invisibilizar procesos, problemas y alternativas. Por ejemplo, frente a una práctica de gestión de alimentos en un territorio, podemos ver asistencialismo demagógico, o sororidad/ solidaridad, o caridad, o derechos en acto desde una articulación instituido/ instituyente entre el Estado y las organizaciones populares. ¿De qué dependerá? ¿De la materialidad de los hechos? ¿De las teorías con que los miramos? Creo que de las dos cosas en tensión/ articulación. Situar se implica avenirse a una forma de percibir y tramitar estas dos dimensiones inescindibles: lo que vemos y desde qué teorías lo decodificamos.

Cuando propongo una intervención situada, en estos tiempos neoliberales, como

condición para un Trabajo Social crítico y transformador, digo que situarnos desde el locus de enunciación de la crítica pos/ des colonial y feminista del sur, nos ofrece algunas chances más para concebir, gestar y parir esas alternativas urgentes e in-surgentes (Walsh, 2017).

Sobre la tercera i(nte)rrupción y su carácter ch'ixi y no binario

No voy a extenderme en una caracterización de las dos primeras i(nte)rrupciones, que ya son conocidas y han sido caracterizadas en diversas producciones. Prefiero centrarme en la tercera, para apuntar dos cuestiones: de qué hablamos cuando nos referimos a una crítica de lo colonial y de lo patriarcal, y cuáles son las líneas centrales y genealogías que podemos ubicar dentro de este *locus*.

Lo primero se nos presenta más complejo de lo que parece. Cuando propongo un Trabajo Social Descolonial, intento no estabilizar esta idea en una definición. Porque las definiciones pueden obturar lo vivo de una categoría. Opera cierta dosis de violencia epistémica. Es que todo concepto es un campo de lucha, y su definición es el resultado de esa batalla. Prefiero dejar entreabierta la puerta, no ajusticiar los sentidos menores que aun habitan en el campo de lo des/ pos/ colonial como noción. Pero sí me interesa defender un núcleo de compromisos éticos y políticos que contiene la cuestión de lo colonial, relativos al señalamiento irrenunciable a todas las violencias que abren, profundizan e infectan la herida colonial y patriarcal en nuestro continente.

Lo importante es no clausurar el debate. En esa línea va el gesto de proponer un Trabajo Social de(s)colonial – y no decolonial-. La “s” aquí tiene estatuto epistémico y político⁶. Alude a pensar esta opción como una práctica académica que se anude a los activismos, militancias, iniciativas instituidas e instituyentes de descolonización de nuestras realidades.

Podemos empezar afirmando que lo descolonial es aquí un tiempo / espacio abierto donde habilitar lo que las mujeres hemos ejercido por siglos, esa práctica del “trafico de saberes” (Alvarado, 2017), de la ronda, del susurro, de la búsqueda de respuestas a veces más sistemática, otras veces mas intuitiva, del sentipensar, del compromiso vital. No es un sistema filosófico a la europea, ordenado, sin fisuras, total, a aplicar sobre porciones de realidad codificadas como objetos de estudio. Es un gesto, un lugar otro, una opción, una inflexión,

6 En la trilogía de la colección *Indisciplina(s)* en la que participamos con nuestro volumen “Trabajo Social y Descolonialidad” (Hermida y Meschini, 2017), incluimos una separata denominada “Acerca de la distinción decolonial/ descolonial” donde se ofrecen mayores precisiones sobre los alcances de estos términos.

donde hay lugar para el ensayo, donde hay tiempo para la escucha, donde el camino importa.

Aquí me auxilia la metáfora de la socióloga boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui (2010) respecto de lo *ch'ixi*:

Lo mestizo y lo *ch'ixi* “da cuenta de una realidad donde “coexisten en paralelo múltiples diferencias culturales, que no se funden sino que antagonizan o se complementan”. Una mezcla no exenta de conflicto, ya que “cada diferencia se reproduce a sí misma desde la profundidad del pasado y se relaciona con las otras de forma contenciosa. (Prólogo de Tinta Limón en Cusicanqui, 2010: 7)

Pensar lo pos/ des/ colonial como práctica discursiva, nos lleva a reconocerlo como un *locus* de enunciación *ch'ixi*, donde diversas aproximaciones teóricas y saberes otros conviven de forma contenciosa pero no violenta. Estamos aquí muy lejos de eclecticismo. El eclecticismo tiene dos características: se inscribe dentro del discurso moderno de la coherencia epistémica derivada de la lógica formal, las pretensiones de sistematicidad, de totalidad, y de binarismo fuera/dentro. Y en segundo término, desconoce su propia confusión. No percibe las flagrantes contradicciones que sus cruces generan. Lo *ch'ixi*, por el contrario, no pretende construir un sistema homogéneo y ordenado. Replica el gesto vital de las diferencias constitutivas no sintetizables. Reconoce las disparidades y tensiones, las celebra en su potencia productiva, y limita el gesto moderno de aniquilarlas. No propone ni el orden lineal ni la dialéctica como salidas. En este sentido se ve una coincidencia con la propuesta metodológica de la filosofía de la liberación: la analéctica de Dussel⁷.

Entonces esta tercera i(nte)rrupción en el campo disciplinar / profesional del Trabajo Social que se dio desde los inicios de este siglo XXI, es un corpus de ideas que podemos caracterizar como *ch'ixi*, y también como *no binario*.

No voy a desarrollar aquí la crítica al binarismo y el dualismo jerarquizante que los feminismos no hegemónicos nos han legado. Pero en principio me sitúo, diciendo que la entiendo desde una genealogía trans /feminista situada: la crítica del pensamiento heterocentrado (Witting, 1992), la urgencia de deshacer el género (Butler, 2019), la maravillosa metáfora del uranismo para cuestionar el binarismo sexual que nos propone Preciado (2019), la pluralidad ginecrática en diversas culturas no modernas que releva Lugones (2014), el legado

⁷ Reconocido como el método de la filosofía de la liberación, la analéctica hace una crítica de los límites de la dialéctica, en tanto esta propende a la unidad de los diferentes, en la totalidad del ser. La analéctica por el contrario, se sitúa más allá de la totalidad, para ir hacia la exterioridad de ésta, en busca del Otro de la modernidad colonial. (Dussel, 1996)

de experiencias y saberes de la lucha trans⁸, y la propia teoría de la interseccionalidad (Crenshaw) en su capacidad de hacer estallar los planteos dicotómicos que tanto daño le hacen a nuestras estrategias de intervención.

Sabemos que el feminismo es un conjunto heterogéneo de movimientos políticos y sociales. Sabemos que tienen como objetivo la liberación de las mujeres y la reivindicación de sus derechos. Pero ya aquí, en esta frase que parece incontestable, tenemos un tema enorme para discutir: el del sujeto de los feminismos. Si hablamos de liberación de “las mujeres”, ¿qué entendemos por mujeres? Sé que es una digresión respecto del tema central de este artículo, pero dados los embates que el colectivo trans y las identidades no binarias están sufriendo, ya no solo desde la derecha misógina, sino desde posiciones que se definen como feministas, es que quiero al menos apuntar unas líneas sobre este tema.

La noción de mujer parece ser, en efecto, uno de los dispositivos más feroces y eficaces del patriarcado. Bajo este concepto se esconden miles de estereotipos y mandatos. Tenemos la obligación ética, política y teórica de deconstruir esta eficaz herramienta del patriarcado que es la idea hegemónica de mujer. Los diferentes efectos que la noción de mujer produce en nuestras subjetividades, no son inconexos. Sostienen la trama que denominamos patriarcado.

Amplíemos un poco la deconstrucción de la categoría mujer. Veremos que no solo es un instrumento del patriarcado en su carácter androcéntrico y misógino, sino también del capitalismo, el colonialismo y el hetero-cis-centrismo. Del capitalismo porque no opera de igual manera la noción de mujer en todas las clases sociales. Y porque a su vez el desligue producción / reproducción es central para la acumulación de capital, tal como nos enseñara Federici (2010). Del colonialismo porque la noción hegemónica de mujer es sin dudas blanca y subalternizante de las identidades indígenas y de color (Lugones, 2011). Y del hetero-cis-centrismo, porque la mujer en términos abstractos es por definición cis -no trans- y hetero -no lesbiana, ni otra expresión disidente- (Witting, 1992; Butler, 2019; Platero, 2012).

Lo que nos muestra esta discusión respecto de la noción de mujer, como uno de los debates centrales que nos ofrece un pensamiento no binario, es que es muy difícil (y hasta en

⁸ Creo que en este listado de prácticas de ruptura con el binarismo, la historia de la lucha trans es la más relevante. Y creo que a su vez, aun no hemos descubierto el potencial epistémico y político que esta apuesta a romper el binarismo sexual contiene. Creo incluso que es la experiencia histórica que mejor ha cuestionado la filosofía cartesiana desde su surgimiento. Lo trans nos permite alternativas de subversión de múltiples espacios de opresión que desbordan la cuestión sexo-genérica al cuestionar todo tipo de binarismo. Podemos pensar por ejemplo una pedagogía trans, que no implica una pedagogía “para trans”, sino una pedagogía que se cuestione su heterocentrismo y su binarismo hombre-mujer, pero también su binarismo teoría-práctica, docente-estudiante, aprender- enseñar, etc.

algún punto riesgoso) pensar el feminismo como una corriente “separada” de otros discursos emancipadores que problematizan otras aristas de la injusticia estructural en la que vivimos. Este ejercicio nos permite explicitar que estas tres i(nte)rrupciones a las que aludimos, no pueden pensarse ni como artefactos totalmente desconectados entre sí, ni como instancias linealmente articulables. Sus cruces suponen un arduo trabajo epistémico y político, pero que a mi entender es irrenunciable. Porque si no nos interrogamos sobre estas estas cruces, quizás esto suponga que estamos olvidando cuestionar que la noción de mujer requiere ser deconstruida en múltiples aspectos, y que si no lo hacemos, quizás estemos pensando desde un feminismo blanco, colonial, capitalista, cis-heterocentrado. En este punto cabe entonces la pregunta ¿podemos llamar feminista a un planteo que no problematiza las otras opresiones?

Los feminismos buscan cuestionar la dominación y la violencia por cuestiones de género. Y acá nos encontramos con otro gran problema: cuando hablamos de la dominación hacia las mujeres y disidencias, ¿es la dominación de los varones de lo que estamos hablando? Probablemente sí, para la muchas de las corrientes feministas. Pero también hay otras voces del feminismo que enfatizan en el carácter sistémico de esta violencia. Un ejemplo es la idea de Rita Segato de que el hombre también es víctima del patriarcado. Esto incomoda. Nos hace ruido. Pero la invitación de esta tercera i(nte)rrupción descolonial feminista, es a habitar la incomodidad. Detengámonos un poco entonces en esta idea. Lejos de des-responsabilizar las acciones de los hombres que ejercen violencia, esta mirada, al menos como yo la entiendo, nos invita a pensar qué lógicas están operando para configurar determinadas masculinidades hegemónicas que derivan en una multiplicación desesperante de situaciones de violencia llegando al extremo del femicidio, que hasta es conceptualizado por algunas intelectuales como un nuevo genocidio silenciado. Quiero decir, que esta propuesta sugiere un deslizamiento de la idea de que el problema son “los varones” a la idea de que el problema es la “construcción de masculinidades violentas”. La premisa sería que el patriarcado colonial capitalista construye una idea de varón y de mujer hegemónicas, y que deconstruir las aristas materiales y simbólicas de estos dos artefactos que son la noción de varón y de mujer, es central para construir un mundo otro.

Estos debates tienen consecuencias muy concretas. Por ejemplo, si pensamos que el problema no son los varones (idea que también habría que revisar en términos de cierto biologicismo) sino un sistema que configura subjetividades masculinas que materializan la violencia, entonces emerge todo un campo de problematización e intervención: el de las

denominadas nuevas masculinidades. El tema es complejísimo y nos lleva al debate candente que en la doctrina jurídica y normativa se decodifica en términos del garantismo o punitivismo, y en términos de datos estadísticos en la incontestable tasa de reincidencia de los violentos. Efectivamente, algo emerge como síntoma para recordarnos que todo pensamiento lineal tiene su límite: ¿qué ocurre con las violencias de género en parejas o relaciones sexo-afectivas no heterosexuales? ¿Cómo dar sentido, y fundamento a intervenciones en esas situaciones si nos mantenemos atados de manos y neuronas por el pensamiento binario varón-mujer?

Este no binarismo de la i(nte)rrupción pos/ des colonial y feminista, nos permite no sólo revisar la cuestión de género. Retorna sobre la propia idea de lo colonial, planteando que no hay “lo colonial” y lo “no colonial”. Me remito aquí a la noción de abigarramiento (Zavaleta Mercado, 1986), con la que se describe lo nuestroamericano. Esta noción se sitúa muy lejos de ese “crisol de razas” con que las teorías eurocéntricas aluden a nuestro continente. Este eufemismo oculta el sangriento genocidio perpetrado, y la constante opresión imperialista sobre nuestra tierra (tanto en tiempos de la colonia como a posteriori de las independencias nacionales). Pensarnos como sociedades abigarradas, nos permite romper con la romantización de un tiempo ancestral paradisíaco y perdido al cual retornar. Esta idea, además de imposible, es riesgosa, y de hecho, a mi entender, es Modernidad pura en acto. Solamente subvierte el lugar de la utopía: ya no el progreso lineal a un futuro perfecto reificado, sino el retorno lineal, a un pasado perfecto reificado a imagen y semejanza de los valores modernos, pero folclorizado.

En nuestro presente se anudan lógicas, experiencias, temporalidades, problemas y sueños diversos. Como capas, lo racial, lo indígena, lo trabajador, lo popular, lo sexual-genérico, lo etario, lo comunitario, operan generando ese “concreto, unidad de lo diverso, espacio de múltiples determinaciones” (Marx, 2011:51), pero que articulándolo con la noción de lo *ch'ixi*, no busca síntesis dialéctica, sino que deja abierta la diferencia⁹.

Tenemos hasta aquí que lo que denominamos tercera i(nte)rrupción es una formación discursiva heterogénea, *ch'ixi*, que se nos ofrece como una opción frente al pensamiento binario

⁹ Estas reflexiones en torno a lo abigarrado de nuestramérica, y la compleja relación que con la Modernidad plantean las diversas teorías de lo colonial, nos llevan al concepto de transmodernidad de Dussel: “Así el concepto estricto de “trans-moderno” quiere indicar esa radical novedad que significa la irrupción, como desde la Nada, Exterioridad alternativa de lo siempre Distinto, de culturas universales en proceso de desarrollo, que asumen los desafíos de la Modernidad (...) pero que responde desde otro lugar. Desde el lugar de sus propias experiencias culturales, distinto a lo europeo-norteamericano, y por ello con capacidad de responder con soluciones absolutamente imposibles para la sola cultura moderna.”(2012: 63) Cito esta noción para ilustrar que de lo que se trata aquí, al menos desde mi visión, no es de un planteo antimoderno irracional, sino de una profunda crítica del carácter patriarcal y colonial de la Modernidad, y la necesidad de reinventar la emancipación a partir de ellos saberes de nuestros pueblos.

moderno, y que nos permite una hermenéutica de lo abigarrado de nuestramérica. Estas características son congruentes con la pluriversidad de teorías que conforman este corpus posdes colonial feminista.

Sobre la tercera i(nte)rrupción y sus genealogías

Creo que como trabajadora social me es más útil y significativo armar mi mesa de trabajo, pensando en términos de corpus y no de canon. Como plantean Cazzaniga (2015) y González Saibene (2017) nuestro carácter inespecífico en tanto disciplina, nuestra impronta transdisciplinaria, lejos de ser un problema es una potencialidad. Habitarla supone ejercer tanto la crítica como la libertad¹⁰.

No quiero repetir lo que ya he dicho en escritos previos, relativo a las complejas genealogías de la crítica de lo colonial. Simplemente sintetizaré lo que a mi modo de ver constituyen las improntas más potentes dentro de esta compleja formación discursiva apuntando algunos breves datos sobre la teoría poscolonial, el giro decolonial, el pensamiento latinoamericano liberacionista, y los feminismos situados. Quizás sea una cartografía valiosa, para delimitar qué herramientas me parecen más potentes para un Trabajo Social feminista y descolonial.

¹⁰ Ahora bien, creo relevante expresar que en este marco que asume una posición pluriversa, planteo límites precisos: no me interesa quemar bibliotecas, y no soy macartista. Quiero con esta alusión más política que académica, sintetizar una posición que desarrollé con algo más de detalle en Hermida (2017). Es que dentro del denominado “giro decolonial”, hay un número no menor de autorxs que proponen una renuncia a Marx aludiendo un irremediable sesgo eurocéntrico-colonial en su prosa. Frente a esta cuestión, dentro de las tradiciones marxistas latinoamericanas, tenemos otra posición, como fuera la del Che Guevara y su opinión sobre los decires de Marx respecto de nuestra América.: *"A Marx, como pensador, como investigador de las doctrinas sociales y del sistema capitalista que le tocó vivir, pueden, evidentemente, objetársele ciertas incorrecciones. Nosotros, los latinoamericanos, podemos, por ejemplo, no estar de acuerdo con su interpretación de Bolívar o con el análisis que hicieran Engels y él de los mexicanos, dando por sentadas incluso ciertas teorías de las razas o las nacionalidades inadmisibles hoy. (...) Pero los grandes hombres descubridores de verdades luminosas viven a pesar de sus pequeñas faltas, y estas sirven solamente para demostrarnos que son humanos, es decir, seres que pueden incurrir en errores, aun con la clara conciencia de la altura alcanzada por estos gigantes del pensamiento."* (Guevara, 1960 en Zea, 1983: 59) Observo aquí que uno de los puntos aun abierto al debate, es si la obra de Marx está irremediablemente sesgada por su carácter eurocéntrico, o si esta desviación es una “pequeña falta” al decir de Guevara, un condicionante contextual que podemos salvar para recuperar el valor de esta teoría. Mi posición es que no es siquiera posible una ciencia social crítica sin Marx. En este punto recuerdo los dichos de Foucault, cuando afirmaba que él pensaba con Marx, aunque no lo citara explícitamente: *"Cito a Marx sin decirlo, sin poner comiullas, y como ellos no son capaces de reconocer los textos de Marx, paso por se el que no cita a Marx. ¿Acaso un físico al hacer física experimenta la necesidad de citar a Newton o Einstein?"* (Foucault, 1994: 752-753 en Touboul, 2007: 82). En definitiva, a mi entender, de lo que se trata, siguiendo a De Sousa Santos (2006) es re-trabajar epistémicamente las teorías nor-eurocéntricas (y las nuestras propias también, ya que son productos falibles e incompletos como todo trabajo humano), aportando a la nunca cerrada tarea de revisar a qué subalternidades fueron sensibles, y qué privilegios les fue imposible objetivar y deconstruir, por los límites materiales de su contexto socio-histórico.

La teoría poscolonial, iniciada en los ochenta, estuvo constituida por el Grupo de estudios subalternos sudasiáticos (Guha, Bhabha, Chacrabarty, Spivak) y los aportes del lúcido Edward Said. ¿Qué opera como sustrato de esa línea? Por un lado el clima intelectual francés (el postestructuralismo, la deconstrucción, el psicoanálisis lacaniano, la obra de Foucault), por otro lado Gramsci (de ahí lo de estudios subalternos), y como último condimento, no menor, las propias trayectorias biográficas de este grupo. Ellxs comparten el hecho de venir de colonias o ex colonias, estudiar en metrópolis, despertar a la crítica de la mano del marxismo, retornar a sus países con sus nuevas herramientas teóricas, y descubrir el sesgo eurocéntrico que las mismas ponen en acto con las consecuentes distorsiones y violencias interpretativas, al hacerlas jugar con sus pasados y presentes subalternos coloniales.

La otra línea, el giro decolonial, si bien tiene antecedentes previos, surge como tal en el primer lustro del siglo XXI, con el grupo denominado Proyecto modernidad/ colonialidad/ decolonialidad (Mignolo, Quijano, Palermo, Grosfoguel, Castro Gomez, Maldonado Torres, entre otros/as). Este grupo plantea una diferencia de peso respecto de la teoría poscolonial: no comulga con la decisión de hacer uso del arsenal teórico de la deconstrucción, el postestructuralismo y el marxismo gramsciano. Plantean que lo decolonial es un movimiento concomitante a lo colonial, y por tanto presente desde 1492. La inflexión decolonial sería “novedosa” en tanto esfuerzo de sistematización de un conjunto de premisas y formas de sentir, pensar y hacer, pero que no se escinde de esos cinco siglos de luchas. Reivindican una genealogía otra, que rebasa los límites de la academia, incluyendo como primeras referencias de esta corriente al propio Felipe Guaman Poma de Ayala, cronista andino del siglo XVI, pasando por experiencias de lucha colectiva, y referentes destacados del pensamiento latinoamericano de diversos puntos y momentos históricos.

Si el giro decolonial le critica cierta europeización a la teoría poscolonial (entendiéndola como una versión de un posestructuralismo preocupado por lo colonial), la teoría poscolonial, hace lo propio con el giro decolonial, señalando que sus intervenciones pretendidamente situadas, construyen generalidades que abonan a una geopolítica del conocimiento global, perdiendo de vista las prácticas concretas de los colectivos, de los pueblos, sus imaginarios, sus formas singulares de concebir la vida, vivirla, defenderla. Advierten un sesgo doctrinal, un exceso de lenguaje normativo sobre los males de la modernidad, que olvida el propio lugar de poder que en tanto colectivo académico ocupan sus referentes. Y una cierta renuncia a ocuparse de la materialidad de los diversos y singulares procesos latinoamericanos y sus muy diferentes

contornos.

Por otra parte, encontramos la Epistemología del Sur de Boaventura de Sousa Santos, y más atrás en la historia, la Filosofía de la Liberación de Enrique Dussel, los marxismos latinoamericanos (siendo paradigmático el caso de Mariategui), la Pedagogía del Oprimido de Paula Freire, el Pensamiento Latinoamericano, el Pensamiento Nacional (que para el caso argentino incluye en mi visión a Arturo Jauretche, Rodolfo Walsh, John W. Cooke, Rodolfo Kusch, Hernandez Arregui, entre otros tantos) y las tradiciones ancentrales, indigenistas.

Luego está una suerte de no-grupo contemporáneo, las voces díscolas que no se inscriben en ninguna de estas dos tradiciones, pero que claramente comparten lo que sería una raíz común de toda crítica de lo colonial: la convicción de que la colonización y la colonialidad no fueron “errores de calculo” o “daños colaterales” de la Modernidad, sino parte de su gesto constitutivo. Y que la raza y el color son dispositivos prioritarios de control y sometimiento, teniendo prioridad histórica, epistémica, y en algunos casos hasta ontológica, respecto de otros dispositivos de control, como la clase. Estoy pensando en un conjunto no necesariamente agrupable de autorxs entre los que destaco a Rita Segato, Alvaro García Linera, Silvia Rivera Cusicanqui.¹¹

Y estos nombres me acercan la certeza de que no es posible la pregunta por lo colonial racial sin la pregunta concomitante por lo androcéntrico cis-centrado patriarcal. Así, si entramos a cartografiar el pensamiento situado, no por el lado de la pregunta por lo colonial, sino por la pregunta por el patriarcado, los caminos se multiplican y con ellos sus cruces.

Hablamos de los feminismos no blancos, críticos del eurocentrismo, del gesto burgués, situados. Nos referimos al feminismo negro o de color (bell Hooks, Crenshaw, Hill Collins), feminismo comunitario (Cabnal, Paredes), feminismo lationamericano (Gargarelo), feminismo fronterizo/ chicano (Anzaldúa), feminismos indígenas (o movimientos de mujeres indígenas ya que muchos de ellos se reconocen antipatriarcales más no necesariamente feministas), transfeminismos, feminismo descolonial (Espinosa), feminismo poscolonial (Bidaseca), entre otras expresiones. En mi visión, los aportes vinculados a la teoría queer (Butler y Preciado) y la teoría cyborg (Haraway) son parte de este conjunto de herramientas situadas. No solo porque

¹¹ Tuve la oportunidad de escuchar al querido Alfredo Carballeda en diversas disertaciones, en las que amplía aun más estas genealogías, a partir de recuperar aportes de grandes artistas plásticos, escritores, dramaturgos nacionales y latinoamericanos, así como referentes políticos de diferentes momentos de la historia colonial e independentista argentina. Con esto quiero advertir que estas genealogías son móviles y están en constante redefinición. El criterio ordenador es siempre la pregunta por el presente y por las narrativas de un pasado que puedan aportarnos a comprender los dolores e injusticias de hoy y transformarlas.

expresamente se interrogan por lo racial en sus articulaciones con el género, sino porque hacen visibles esas alternativas al neoliberalismo que los cuerpos insurgentes están ya generando.

En esta línea quiero explicitar tres posiciones respecto de los feminismos situados y sus genealogías. La primera es que elijo utilizar el sintagma feminismos del Sur como una expresión que tiende a minimizar el sesgo arbitrario de las fronteras epistémicas cerradas, para alojar todo aquel feminismo que se interroga por el carácter constitutivo e inescindible de la herida patriarcal -incluyendo aquí los lastres del androcentrismo, el heterocentrismo, el adultocentrismo y el pensamiento binario), la colonial-racial, y la de clase.

La segunda es que para mí muchas de las experiencias que forjaron una crítica activa del patriarcado colonial y sus efectos, no fueron concebidas ni puestas en acto desde un auto-registro de lo feminista en tanto tal. Quiero decir que el feminismo es más largo, ancho y profundo que su propio nombre. Creo que la historia del feminismo no es la historia del movimiento feminista, sino la de las luchas de mujeres y disidencias, cuerpos singulares y colectivos que resistieron los embates de la masculinidad hegemónica en términos de prácticas sexuales, políticas, culturales, sanitarias, epistémicas, educativas, económicas.

Esta cartografía provisoria, nos permite comprender algo mejor a qué aludo cuando hablo de lo colonial y lo patriarcal, sin por eso pretender estabilizarse como un recorrido canónico de voces autorizadas sobre el tema.

Sobre la tercera irrupción y cómo interroga a las “anteriores”

Pocas veces reparamos en los problemas políticos y epistémicos que el cruce de formaciones discursivas representa. La forma de organización de las ciencias sociales tal como Wallerstein (2004) la ha descrito, genera un conjunto de desafíos difíciles de franquear. La división del orden social en objetos “reificados” y escindidos unos de otros y su concomitante método – porque sin método no hay ciencia-, es uno de los lastres modernos que obstaculizan comprensiones críticas y transformadoras. Así es como tenemos distribuido el pasado para la Historia, lo político para la Ciencia Política, lo económico para la Economía, lo social para la Sociología, el inconsciente o la conducta -según el enfoque- para la Psicología, la otredad no moderna para la Antropología, y para nuestra profesión la aplicación de estos saberes.

Décadas mal invirtió el Trabajo Social en buscar su objeto perdido y en inventar (o traducir) un método como propio. Digo que esto fue una pérdida de tiempo, en el sentido de que había una pregunta previa, que era si esta definición de ciencia, esta primacía del método

definido y el objeto recortado, eran el mejor camino. Pero los límites de la Modernidad nos dificultaron hacernos esta pregunta. Hoy sí podemos hacerla. Por eso elegimos hablar también del Trabajo Social como indisciplina (Martínez y Agüero, 2017).

Esto implica entre otras cuestiones, revisar la idea de la organización de nuestros debates en paradigmas cerrados e incommensurables, que se desarrollen en paralelo, sin imbricaciones ni cruces. Creo que debemos resistir a esta impronta neoliberal de hiperespecialización y competitividad académica, y pensar el carácter pluriverso de nuestra disciplina como una potencialidad a profundizar desde un ejercicio dialógico donde la diversidad sea celebrada y donde abonar al *desacuerdo* (Rancière, 2012) como experiencia de enriquecimiento de nuestro campo profesional.

En esa línea es que quiero explicitar que estas tres i(nte)rrupciones, no deben ser leídas como tres compartimentos estancos, que ingresaron a la historia disciplinar en etapas que tuvieron su principio y su fin, sino como prácticas discursivas concomitantes, en las que podemos trazar articulaciones productivas y diferencias sustantivas, que nos permitan a su vez intervenirlas, problematizarlas, descolonizarlas, despatriarcalizarlas, reconocer sus sesgos liberales, de clase, su capacidad de obturar o acompañar procesos específicos. Los diálogos y las confrontaciones posibles son múltiples. Enuncio sólo dos cruces entre i(nte)rrupciones que podemos ensayar¹².

Por un lado, quiero clarificar por qué desacoplo el enfoque de género, al cual sitúo en la segunda i(nte)rrupción, de los feminismos situados, de la tercera i(nte)rrupción, y por qué no tomo las olas feministas como parte de la genealogía de estas teorías antipatriarcales del Sur. Es que creo que son dos cosas distintas. No niego con esto las relaciones que seguramente podemos trazar. Pero cuando hablo del enfoque de género, entiendo que el mismo se remite a corrientes más atravesadas por la mirada liberal y nor-eurocéntrica; más preocupado por la agenda que impulsara Bety Friedan (y el tedio de las mujeres blancas de clase de media de EEUU, y su mística femenina, y su “problema que no tiene nombre”) que la de bell Hooks (y las innominables situaciones de desigualdad de las mujeres afrodescendientes norteamericanas). Con esto no quito en absoluto el valor de herramientas imprescindibles como

¹² Un tercer cruce que he abordado, es entre la primera y la tercera i(nte)rrupción a partir de revisar la dimensión latinoamericanista silenciada de la Reconceptualización (Hermida y Meschini, 2018), y la apuesta a ensayar cruces entre el marxismo y el pensamiento situado (Hermida, 2017). Algo de esas reflexiones han sido citadas en este artículo en los apartados previos.

son la Convención de Belén do Para¹³, y las leyes nacionales de género. Estas normas, y otras tantas cuyo sustento es el enfoque de género, son conquistas del movimiento feminista y cumplen un rol fundamental en la protección de la vida de las mujeres, las disidencias, y su desarrollo. Pero creo que ellas nos invitan a la tarea de su interpelación, en términos de ubicar qué de estos dispositivos, aun no se ha interrogado por la cuestión colonial, racial y de clase. En ese punto, creo que el Trabajo Social tiene mucho para brindar. La pregunta por el Estado, por la Ley, por la norma, es un tema “maldito” para muchxs autorxs feministas y descoloniales, como lo es para muchxs autorxs posestructurales y marxistas. Para el Trabajo Social por su parte, es un núcleo central de su agenda. Quiero decir que más allá de nuestra posición, no podemos obviarlo porque intervenimos justamente allí. Rescato la Álvaro García Linera, y su apuesta por un Estado otro, y a Rita Segato, y su idea de un Buen Estado¹⁴, descolonizado, despatriarcalizado. Estas y otras reflexiones, nos permiten bregar por una torción de lo instituido para que, lejos de profundizar la herida colonial patriarcal, se ocupe en desactivar sus violencias y habilitar los cuidados y oportunidades que nuestros pueblos requieren.

En segundo lugar, y en relación con lo que acabo de apuntar, recupero brevemente algo en lo que vengo trabajando, que son los aportes que desde el Trabajo Social hemos hecho a la academia y a la política pública (quizás sin tomar nota de los mismos) respecto de la segunda i(nte)rrupción, el enfoque de derechos. Tal como advertimos en Hermida y Meschini (2017) el Trabajo Social entiende este enfoque como una perspectiva que se nutre de las experiencias de lucha y organización en pos de conquistas sociales y que fueran reprimidas durante la última dictadura cívico militar (1976-1982), así como los procesos d organización colectiva y resistencia a la dictadura del mercado que el neoliberalismo implantó en nuestro país llevándolo a la explosión de su crisis en 2001. También se vincula con las propuestas denominadas garantistas, en clara confrontación con las perspectivas, de “mano dura” o que promueven la ausencia del Estado y a la mano invisible del Mercado como reguladora de lo social. De esta forma el enfoque de derechos en los inicios del siglo XXI en Argentina, pasó a convertirse en

¹³ La Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (denominada Convención Belém do Pará, por el lugar en el que fue aprobada en junio de 1994), fue el primer tratado internacional del mundo de Derechos Humanos que abordó de manera específica la temática de la violencia contra las mujeres, consagrando el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia tanto en el ámbito privado como en el público.

¹⁴ “¿Tenemos alguna forma de habitar de forma descolonial aun dentro de la matriz de ese Estado e inducirlo actuar de una forma conveniente a la recomposición de las comunidades? ¿Es posible transformarlo en un estado restituidor del fuero interno y, con esto, de la historia propia?” (Segato, 2010:10) Creo que el Trabajo Social necesita tomar esta pregunta y hacer todos los movimientos necesarios para encontrar claves de esa transformación de la estatalidad en clave feminista y descolonial.

una categoría política o perspectiva que busca reconstruir el lazo social a través de la presencia activa del Estado en políticas públicas de asistencia, reparación, promoción y garantía de derechos humanos, sociales y populares. La consagración del cambio del Día del Trabajador Social Argentino al 10 de diciembre, día de los Derechos Humanos, va en esta línea. En síntesis, la hipótesis que vengo trabajando durante el último año, es que estamos aportando y mucho como colectivo profesional, en una contienda entre una mirada *liberal* de entender los derechos, y otra *popular* (Hermida, 2019). Creo que cuando decimos que trabajamos desde un enfoque de derechos, pocas veces nos remitimos a los estándares de los organismos internacionales que miden indicadores de desarrollo erigidos desde el Norte global. Las más de las veces, nos referimos a que construimos lazo social, reivindicamos las formas de ver y entender determinado proceso por parte de los sujetos protagonistas del mismo, habilitamos el acceso a lo común que se reconoce a partir de la noción de derecho entendida como justicia social, legitimamos discursos menores, reinventamos un dispositivo, etc.¹⁵

Cualquier tema de la agenda del Trabajo Social puede ser leído desde estas tres claves, con resultados diferentes. Habrá que ver si esas diferencias pueden o no conjugarse, interpelarse mutuamente, reformularse en nuevos planteos. Si trascendemos la inercia neoliberal académica de favorecer guetos epistémicos, para habilitar la ronda y la conversa, los sujetos de la intervención del Trabajo Social serán los primeros beneficiados, y las alternativas que tanto necesitamos a este presente neoliberal se irán perfilando con mayor potencia.

In-concluir: habitar la tensión irrupción- interrupción.

Como todo escrito, si cumplió su cometido, una vez finalizado reclama ser destejido para volverse a tejer. Porque escribir es un viaje. Nos disloca, y ya el lugar de enunciación del inicio no es el mismo que el de destino.

El objetivo de estas páginas fue presentar algunas notas sobre una intervención situada en tiempos neoliberales. Para esto se ubicaron los aportes de la crítica de lo pos/ des colonial y de los feminismos del Sur en tanto locus de enunciación con potencia para una crítica y transformación de este presente atravesado por la herida colonial patriarcal.

En ese marco señalé lo que di en llamar “i(nter)rupciones”, en alusión al par irrupciones/

¹⁵ Recomiendo los aportes de Segato (2004) en relación con la alteridad, la ética y la dimensión universal de los derechos. Esta es una interpelación que desde la tercera i(nte)rrupción se hace a la segunda, y que me parece por demás relevante y productiva para nuestra profesión.

interrupciones. La primera, vinculada a la reconceptualización, la segunda asociada al enfoque de derechos, y la tercera relativa a la crítica de lo colonial y lo patriarcal. Centrándome en la tercera, sus características y genealogías, me detuve en su carácter *ch'ixi* y no binario, y ensayé algunas hipótesis relativas a los dislocamientos y cruces que pueden generarse en relación con las otras irrupciones.

Reservé para esta conclusión, que mas que cerrar, abre, una última intervención, que intenta reflejar a qué aludo cuando afirmo que descolonizar y despatriarcalizar no suponen prácticas que se orienten solo para “afuera”, sino que remiten en primer término a visitar nuestras propias formas de ver y hacer.

Pongamos el foco en las nociones mismas de irrupción e interrupción. En ambas están operando una serie de juicios previos. Es que como dirá Chacrabarty (2007) ninguna teoría, y esto incluye a la teoría crítica, está exenta de prejuicios. Etimológicamente, la irrupción supone un acto violento, que desde una exterioridad se ejerce hacia el interior de otro espacio. Esto supone dos cuestiones. La primera es que si entiendo los tres movimientos antedichos como irrupciones, esto implicará presuponer que los enfoques vienen desde afuera. Irrumpen desde un espacio otro, hacia el interior del Trabajo Social. Desde las premisas de la epistemología feminista (Hill Collins, 1990) esta concepción de que el conocimiento emerge de la confrontación, litigio y refutación, es criticada. El feminismo nos propone formas otras de entender la emergencia de saberes, donde el diálogo, la contienda no violenta, la permanencia abierta de la diferencia, son centrales. Pareciera que la noción de irrupción no le hace justicia a estas premisas feministas.

A su vez, y en tanto el Trabajo Social emerge como campo feminizado, pareciera que aquí se replica el carácter androcéntrico de la Biología, que tal como Maffia (2007) advierte, para hablarnos de la reproducción sexual, aludirá a células *pasivas* (óvulos) y *activas* (espermatozoides). Y así estaría el feminizado Trabajo Social, a la espera de una teoría *activa* crítica que fecunde su campo, primero a partir de la “recepción” de las teorías marxistas, luego de las teorías ciudadanistas y de derechos, y por último de las teorías descoloniales feministas. En ese marco es que me surgió la necesidad de intervenir el propio concepto de irrupción, para desestabilizar su sesgo patriarcal y colonial, a partir de incrustar allí también la noción de interrupción.

Interrumpir, etimológicamente, nos remite a cortar la continuidad. Tiene también cierto sesgo violento, porque supone separar-y por tanto romper- en pedazos, pero para poner un

espacio entre ellos. Creo que los tres momentos relevados supusieron verdaderas interrupciones en el devenir disciplinar. Algo se rompió, pero también un espacio nuevo se habilitó. Una bocanada de aire entre nuestros viejos litigios, nos permitió reencuadrar las discusiones a partir de cambiar la posición, el lugar desde donde mirábamos. Hay también algo del orden de la suspensión en la interrupción. Un tiempo que parece infértil, plagado de dudas, de más búsquedas que certezas, de esfuerzos de adecuación, de duelos por las ideas que dejamos ir. Pero también allí se juega la reflexividad, en esa temporalidad otra que habilitan estos quiebres de lo continuo que se repite.

Interrumpir comparte su prefijo con intervenir. Nuevamente aparece en estos dos términos como en irrumpir, lo extraño que interfiere, con la impronta potencial de violencia que esto conlleva. Es que el Trabajo Social, como todo artefacto de la Modernidad tiene la pretensión del torcer el curso “natural” de las cosas. La propia idea de emancipación, de crítica y de transformación van en esa línea. Es el gesto kantiano por excelencia. El punto aquí, tal como refiere Dussel al abogar por una transmodernidad, es no renunciar al deseo de bregar por un mundo otro, sino antes bien, propender a un cambio en el repertorio de preguntas y respuestas que la modernidad colonial patriarcal nos habilitó como únicas posibles para gestar esas transformaciones.

Vemos en este pequeño ejercicio los límites de las nociones de irrupción, interrupción, intervención. Vemos también la necesidad que tenemos de ellas, a falta de otras mejores. Pero vemos también que quizás, solo haciendo esta vuelta por los aportes de los feminismos y la descolonización, estas límites se nos tornan más visibles. Y al advertirnos de los mismos es que podemos hacer algo con esto.

A su vez, me veo en la necesidad de explicitar el riesgo de una mirada desinvertida de conflicto. Si bien el feminismo negro de Hill Collins apuesta al diálogo por sobre la confrontación; si bien Rita Segato nos habla de una forma otra de lo político desde el feminismo (donde lo domestico, lo afectivo, se hagan visibles y operen a la par – y sobre los límites de lo lógico, lo racional, lo objetivo), también es cierto que la vida misma es conflicto y violencia. Una expectativa de armonización total además de irreal y romantizada, es riesgosa en momentos donde la colonialidad del poder ensaya las más complejas y bien pertrechadas estrategias de subalternización de los cuerpos. Pensar que es posible descolonizar y despatriarcalizar sin hacernos la pregunta por el poder, además de una ingenuidad es una irresponsabilidad intelectual. En esta tensión queda mucho por explorar. Creo que realmente tenemos que

irrumper (romper) los binarismos afecto- razón, paz- violencia, y recuperar el legado de las teorías agonistas¹⁶ desde un pensar situado y feminista.

Por ultimo, podemos pensar estas tres i(nte)rrupciones, no como ingresos violentos hacia nuestro campo disciplinar, sino como irrupciones de nuestra profesión en el orden social hegemónico. En efecto, el re(ex)istir no puede ejercerse sin poner en jaque un conjunto de dispositivos de control y opresión, es decir, sin irrumper en el *statu quo* y sus dispositivos.

Y así es como terminamos donde empezamos: con Dussel, pero haciendo una lectura otra de la cita que encabeza este ensayo. Hay que irrumper en las categorías que nos impiden pensar, para poder ver esas experiencias otras que habilitan la justicia social y una vida digna. Pero esas categorías que nos impiden pensar no siempre ni solo son las del enfoque con el que no comulgo. Son parte también de mi subjetividad, de mis textos “de cabecera”, y requieren aguzar mi reflexividad, a través del encuentro y el debate colectivo. Puede operar aquí la noción derrideana de deconstrucción (como un destruir que no es menos un romper y mas un desestabilizar para recrear).

Creo que estamos en condiciones de decir que nuestra disciplina no es una repetidora ni aplicadora de saberes de otras disciplinas. Ni tampoco es una isla autosuficiente que recorta su porción de realidad para intervenir sobre ella haciendo oídos sordos de las múltiples complejidades del orden social contemporáneo. Antes bien, nuestra disciplina es a la vez transdisciplina, indisciplina y campo profesional. Y en sus derivas cotidianas recupera una perspectiva otra, que permite cuestionar una parte importante de los aportes que la teoría poscolonial, el giro descolonial, y los feminismos del Sur proponen, volviéndose así sujeto de enunciación. Aquí suena el eco de la pregunta de Spivak, ¿puede hablar el subalterno?. Y frente a ella, mi contingente respuesta: en tanto las disciplinas y prácticas sociales feminizadas visibilicemos enunciándolas nuestras preguntas y saberes, algo del orden de lo patriarcal, será desarticulado. Quizás, podamos revisar nuestra propia historia de irrupciones, y mas aun, reconocer que donde vimos solo irrupciones también hubo potencia creativa. Y esto nos lleva a preguntarnos: ¿qué pasa cuando esta crítica pos des colonial y feminista intersecta con nuestro campo profesional/disciplinar? La relación aquí tampoco puede ser de aplicación. No implica cambiar un marco teórico por otro. Estas interpelaciones que la critica del colonialismo y el patriarcado nos señalan como contenido, se vuelven forma en tanto modo de relacionarnos con

¹⁶ Por mas vueltas epistémicas que dé, siempre termino volviendo a Laclau, a Mouffe, a los aportes de los distintos autores del posfundacionalismo (Marchart,2009). Hay allí, aportes de gran valor, que merecen ser cuidadosamente revisitados, recuperados, reconfigurados desde un dialogo con los feminismos y el pensamiento latinoamericano.

nuestras referencias conceptuales. No ya para aplicar sus tesis y métodos, sino a modo de conversa, de ronda, de intercambio e interpelación. Tal como enunciara previamente, hay dos puntos a mi entender donde el Trabajo Social moviliza más tensiones: el del crítica del Estado y el de la historización de los pasados litigantes y sus referencias.¹⁷ No voy a detenerme aquí en estas líneas de discusión. Simplemente decir, que en tanto exploremos las posibilidades de esta inflexión descolonial, veremos que es más una opción que una irrupción, y que puede convertirse en gestación de prácticas y discursos otros, en tanto nos animemos a habitar nuestras instituciones, nuestra disciplina, y nuestro propio cuerpo. Habitarlos supondrá la posibilidad de ver todo lo que “no encaja”, lo que no se explica con nuestras teorías disponibles, y supondrá también re-conocer nuestro deseo y su potencia política para la transformación.

En definitiva, lo que quiero decir es que el Trabajo Social descolonial y feminista, es un devenir, no un sistema de premisas extrapolado de otro sitio, y bien dispuesto para darnos las respuestas. No hay protocolos. Hay pistas y, a mi entender, una gran capacidad heurística para reinventar nuestro oficio y encontrar esas alternativas al neoliberalismo, al neofascismo, al patriarcado y a la colonialidad, que necesitamos con urgencia. Si como saldo de este recorrido, algún signo de pregunta fue puesto sobre el sentido común (social o disciplinar), la tarea habrá sido hecha.

Referencias bibliográficas

- ALVARADO, M. “Interrupciones en Nuestra América, con voz de mujeres.” En ALVARADO, M. y DE OTO, A. (editores). *Metodologías en contexto. Metodologías en contexto : intervenciones en perspectiva feminista, poscolonial, latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2017 (págs 33-48)
- ANGENOT, M. *El discurso social. Los límites de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2010
- CAZZANIGA, S. “Trabajo social: entre diferencias y potencialidades.” *Tendencias & Retos*, 20(1), 93-104, 2015
- CHAKRABARTY, D. *Al margen de Europa. Pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets Editores, 2007
- CUSICANQUI, S. *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. Disponible en: <<https://chixinakax.files.wordpress.com/2010/07/silvia-rivera-cusicanqui.pdf>>
- DE SOUSA SANTOS, B. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*.

¹⁷ Digo esto porque depende de qué entendamos por crítica, reconoceremos o no determinadas experiencias históricas como transformadoras o no. En nuestro país esto se ve de manera muy clara en el desconocimiento que determinadas teorías eurocéntricas tienen de las experiencias de lucha y organización vinculadas al campo nacional y popular, a las que tildan de reformistas o reaccionarias, desconociendo las profundas transformaciones que generaron en términos de justicia social y acceso a derechos de sectores subalternos, mujeres y disidencias.

- Encuentros en Buenos Aires*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- DUSSEL, E. “Transmodernidad e Interculturalidad: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación” En: LANDER, E. (op.cit).
- _____. *Filosofía de la Liberación*. Bogotá: Nueva América, 1996.
- FEDERICI, S. *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva*. Traducción: Verónica Hendel y Leopoldo Sebastián Touza. Madrid: Traficantes de sueños
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Volumen II. Gallimard: Paris, 1994.
- GONZALEZ SAIBENE, A. “Conocimiento, intervención, transformación”. En: CAZZANIGA (comp). *Entramados conceptuales en Trabajo Social: categorías y problemáticas de la intervención profesional*. 1ra reimpresión. Paraná: Fundación La Hendija, 2017
- GUEVARA, E. “Notas para el estudio de la ideología de la Revolución Cubana” *Verde Olivo*, 8 de octubre, 1960, La Habana.
- HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid, Cátedra, 1995.
- HERMIDA, M. “Cruces entre marxismo y pensamiento nuestroamericano para un Trabajo Social situado y crítico.” Ponencia presentada en el Encuentro de la región Cono Sur de ALAEITS Dilemas y desafíos para la formación y la intervención en contextos neoliberales. Santa Fe, 31 de mayo y 1 de junio de 2018. UNL, 2018.
- HERMIDA, M. y MESCHINI, P. “Rupturas epistemológicas con el pensamiento eurocentrado en el Trabajo Social argentino.” *Revista Escenarios*. UNLP. ISSN 1666-3942. N° 25., 2018
- _____. *Trabajo Social Trabajo Social y Descolonialidad. Epistemologías insurgentes para la intervención en lo social*. Mar del Plata: EUDEM, 2017.
- HIL COLLINS, P. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990.
- LANDER, E. *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos*. En su: LANDER, E (comp) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. 2° edición. Buenos Aires: CICCUS-CLACSO, 2011.
- MAFFIA, D. “Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia.” *Revista Venezolana de estudios de la mujer*. Vol. 12. N°28. Pp. 63-88, 2007. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4136262>>.
- MALDONADO TORRES, N. El arte como territorio de re-existencia: una aproximación decolonial. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales VIII*, pp. 26 – 28. Recuperado en <<https://iberoamericasocial.com/arte-territorio-re-existencia-una-aproximacion-decolonial>, 2017>
- MARCHART, O. *El pensamiento político posfundacional: la diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2009
- MARTINEZ, S y AGÜERO, J. El trabajo social emancipador como aporte a los procesos de decolonialidad. En: HERMIDA, M y MESCHINI, P. (op.cit). (págs 103-119)
- MIGNOLO, W. “La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales.” *CELEHIS : Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, [S.l.], n. 4-5, p. 265-290, nov. 1995. <URL: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/celehis/article/view/403/411>>
- MUÑOZ ARCE, G. *Epistemologías críticas e intervención social*. En: CASTRO SERRA, B. *Imaginario de transformación: el Trabajo Social revisitado*. Santiago de Chile: RIL editoriales-Universidad Andrés Bello, 2018
- PLATERO, Raquel (Lucas) (2012) *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra,
- PRECIADO, P. (B). *Un apartamento en Urano. Crónicas del cruce*. CABA: Anagrama, 2019.
- RANCIÈRE, J. *El desacuerdo. Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2012.

SEGATO, R. *Antropología y Derechos Humanos: alteridad y ética en el movimiento de los Derechos Universales*. Brasilia, 2004. URL: <http://www.uba.ar/archivos_ddhh/image/Segato%20-%20Antropolog%C3%ADa%20y%20DDHH.pdf>

SEGATO, R. "Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial." En: Quijano, A. y Mejía Navarrete, J. (eds.) *La Cuestión Descolonial y la Colonialidad del Poder*. Lima: Universidad Ricardo Palma.

TOUBOUL, H. Foucault y Habermas: pensamientos posmetafísicos, pensamientos posmarxistas. CUSSET, I. y HABER, S. (dir) *Habermas/ Foucault. Trayectorias cruzadas, confrontaciones críticas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2007. (pp. 77-92)

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. 4° edición. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 2004.

WALSH, C. (edit). *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir. (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Serie Pensamiento decolonial. Quito: Abya Yala, 2017

WITTING, M. El pensamiento heterosexual. En su: *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: EGALES, 1992.

ZAVALETA MERCADO, R. *Lo nacional-popular en Bolivia*. Mexico: Siglo Veintiuno. Editores, 1986.

ZEA, L. "Visión de Marx sobre América Latina." *Revista Nueva Sociedad*, n° 66 mayo-junio 1983, pp. 59-66. URL: <http://nuso.org/media/articles/downloads/1062_1.pdf>.

Fecha de consulta: 15/ 02/1

Ofensiva conservadora na educação superior e os desafios à formação em Serviço Social no Brasil

Sandra de Faria*
Sarah Medeiros Avelar**

RESUMO: O artigo problematiza a contrarreforma da educação superior no Brasil e o seu alvo de mudança estrutural e conceitual de universidade. Objetiva contribuir com o debate crítico-analítico sobre o projeto de formação profissional propugnado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996 e a configuração do Serviço Social como área de conhecimento e avanço qualitativo inserido no contexto contraditório da Universidade. A proposta de discussão advém da hipótese de que a expansão dos cursos de Serviço Social sob a lógica privatista mercantil, com forte apelo aos valores do neoconservadorismo, é uma tendência incompatível e antípoda dos princípios, diretrizes, núcleos de fundamentação e conteúdos postulados nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1996.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação Superior; Mercantilização; Financeirização; Conservadorismo.

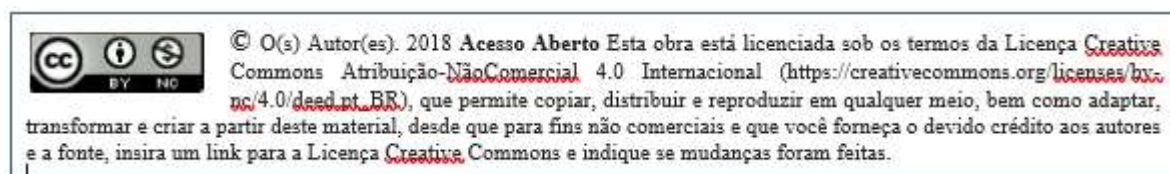
Conservative offensive in higher education and the challenges to training in Social Work in Brazil

ABSTRACT: The article discusses the counter-reform of higher education in Brazil and its target for structural and conceptual change in the university. It aims to contribute to the critical-analytical discussion on the professional training project advocated in the 1996 National Curriculum Guidelines and the configuration of Social Work as an area of knowledge and qualitative advancement inserted in the contradictory context of the University. The discussion proposal stems from the hypothesis that the expansion of Social Service courses under the mercantile privatist logic, with a strong appeal to the values of neoconservatism, is an incompatible and antipode trend of the principles, guidelines, foundations and content postulated in the Curricular Guidelines 1996 Nationals.

KEYWORDS: Social Work; Higher education; Commodification; Financialization; Conservatism.

Submetido em 24/04/2020

Aprovado em 13/05/2020



* Doutora em Serviço Social. Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Social e Fundamentos do Serviço Social.

** Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Introdução

É fato que, nas últimas décadas, a formação profissional em Serviço Social tem enfrentado novos desafios conjunturais, político-pedagógicos e educacionais, especialmente quanto à expansão de instituições de ensino, de cursos de graduação e de vagas, de características predominantemente de compra e venda de serviços privados, e ao significativo crescimento do ensino na modalidade à distância (EAD), primeiramente nos cursos de licenciaturas, com o objetivo de formar professores, depois, expandindo-se para outros cursos, incluindo o de Serviço Social.

A expansão dos cursos de graduação com acento na estratégia de crescimento das modalidades à distância e semipresenciais, ordenada sob a lógica da prestação de serviços e monopolizada por instituições de ensino superior privadas mercantis é uma alteração compatível com o mercado, como bem explicita Iamamoto (2015, p. 438):

Essa tendência é compatível com a premissa de que o mercado – leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República. Ela tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo os critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo em que comprime o espaço público e amplia o espaço privado.

Em poucas partes do mundo se sobressai, nos indicadores da educação superior, como se verifica no Brasil, a realidade de uma expansão induzida pelo Estado, com amplo apoio de programas de financiamento e suporte legal às instituições de ensino superior privadas mercantis.

Essa realidade de massificação e mercantilização da educação superior pode ser verificada nos últimos censos do país. O Censo de 2018 demonstrou que 88,2% das instituições de educação superior são privadas. São 299 IES públicas para 2.238 IES privadas. Em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 83,1% em instituições privadas (INEP, 2019). Pelo documento, observa-se ainda que o aumento no número de ingressantes em 2018 em relação a 2017 foi sustentado pelo significativo aumento nos cursos na modalidade à distância, compensando a queda registrada nos cursos presenciais. Chamam atenção os dados estatísticos de 2008 a 2018: o número de ingressos variou positivamente a 10,6% nos cursos presenciais de graduação e triplicou (196,6%) nos cursos à distância. E, ainda, enquanto o percentual dos ingressantes em cursos de graduação à distância em 2008 era de 19,8%, esse percentual, em 2018, foi para quase 40% (INEP, 2019).

Esses são alguns dos indicadores do cenário da educação superior no Brasil e ajudam a explicar por que, nas últimas décadas, muitas IES se reestruturaram, alterando sua natureza jurídica de “sem fins lucrativos” para “com fins lucrativos”, num claro movimento de aprofundamento da relação entre educação, desnacionalização e financeirização.

Trata-se de instituições de organização pulverizada e capacidade de atender a interesses corporativos e constituir oligopólios por meio de fusões e negociações de suas ações em bolsa de valores (CHAVES, 2010). São organizações e grupos amplamente favorecidos pela flexibilidade e (des)regulamentação jurídica e institucional do direito universal à educação laica e democrática, uma reivindicação histórica de movimentos em defesa da educação a ser conferida por políticas educacionais públicas.

A educação é cada vez mais modelada para atender às necessidades do mercado, ordenada pelos ajustes e políticas de austeridade, medidas socioeconômicas e ideológicas de enfrentamento da crise de rentabilidade e acumulação do capital (ANTUNES, 1999). Configuram-se, na educação superior, as ídeo-políticas de uma universidade operacional (CHAUÍ, 2003), empresarial e flexível, sintonizada com a lógica do mercado e dos negócios, com os interesses dos grandes grupos privados empresariais mercantis, internacionais e nacionais.

Do ponto de vista organizacional e do mercado, são empresas de educação com acentuada atuação competitiva, com cursos, matrículas e contratos flexíveis e com o trabalho docente, na maioria delas, objetivado em redes de computadores com a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no setor de serviços.

Sobre o discurso pedagógico da acumulação flexível, Kuenzer (2018, p. 338) analisa que “a aprendizagem flexível surge como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada”.

Essas mudanças são centrais na arquitetura organizacional dessas IES, nas relações de trabalho e de poder, assim como na capacidade de atender ao mercado. Segundo Chaves (2015, p. 430), “o estímulo à competitividade entre as instituições, direcionando-as para o mercado, com a finalidade de contenção dos gastos públicos, passa a ser a tônica das propostas e projetos dos sucessivos governos neoliberais instalados no mundo do capital”.

Um contexto histórico no qual se generalizam os ataques à universidade pública, em que são agenciadas contrarreformas trabalhistas com foco no funcionalismo público, incluindo

a precarização das condições de trabalho e a flexibilização dos contratos e concursos de docentes da educação superior, e em que se intensifica a terceirização na gestão universitária pública. Isso enquanto as IES privadas mercantis abastecem o mercado com o barateamento de cursos de graduação – licenciaturas e bacharelados a preços abjetos.

Ou seja, o que se enfatiza é a ideia de que a legalização e a expansão de instituições privadas com fins lucrativos e para fins comerciais estão coligadas à desnacionalização e a financeirização da educação superior. São empresas de ensino superior com prioridade para a obtenção de lucros financeiros no mercado de capitais e, claro, com o sequestro dos fundos públicos. Assim, não faz nenhum sentido para essas IES a defesa da autonomia universitária e da liberdade intelectual assim como o desenvolvimento da extensão, da pesquisa e da produção do conhecimento científico e tecnológico de interesse social.

A proposta dessa discussão advém da hipótese de que a expansão dos cursos de Serviço Social sob essa lógica privatista mercantil, com forte apelo aos valores do neoconservadorismo, é uma tendência incompatível e antípoda dos princípios, diretrizes, núcleos de fundamentação e conteúdos postulados nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Nesse sentido, propõe-se, mais de duas décadas depois, seguir corroborando com as reflexões de Netto (1996): a direção estratégica do projeto ético-político mantém-se no centro dos embates e polêmicas profissionais. Obviamente, os embates se modificam quando um discurso de claro cunho ideo-político, neoconservador e ultraliberal se diz contrário ao projeto ético-político-profissional, à pesquisa científica e à teorização histórica e analítica que subjazem aos fundamentos de uma formação profissional que implica em “apreensão crítica do processo histórico como totalidade e a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país” (ABEPSS, 1996).

Neoliberalismo, ofensiva conservadora e financeirização da educação superior.

No Brasil, as reformas e contrarreformas instauradas por governos liberais/neoliberais deixaram um profundo lastro de mercantilização da educação superior, convertida em produto de valor “acessível” por meio da diversificação na configuração das IES – priorizam-se faculdades e centros universitários e alternativas de modalidades de ofertas de cursos de

graduação semipresenciais e à distância.

Nos últimos governos, a política tem sido a de imprimir uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira, estimulando a sua privatização, segundo o que Chauí (1995; 1999) denomina de “Universidade Operacional” ou “Universidade de Resultados e Serviços”. Essa outra concepção de universidade é condizente com as recomendações dos organismos multilaterais, que tiveram abrigo nos Governos Cardoso com sua Reforma do Estado e se afirmam no atual governo (IAMAMOTO, 2015, p.433).

As orientações dos organismos internacionais e governos nacionais para a educação superior – diversificação institucional, flexibilidade nas modalidades e organização dos cursos, currículos e minimização dos conteúdos de formação, expansão exponencial de instituições privadas mercantis, prioridade para o ensino à distância e semipresencial - asseguram a institucionalização de uma educação superior, na lógica mercantil, como serviço e não como direito social. O trato comercial da educação superior instaura um processo de massificação mercantilizadora (SGUISSARDI, 2015). E essa combinação nefasta entre massificação e mercantilização aprofunda a desigualdade social no Brasil, acentuando a enorme dívida social no acesso e na permanência na educação superior.

Quanto ao acesso à educação superior, o fator determinante que mantém o Brasil no terço de menor cobertura ou taxa líquida dentre os países da América Latina, apesar de ser a 7ª economia (PIB) do planeta, é a imensa desigualdade social que aqui se verifica. É ela, certamente, como amplamente demonstrado, o principal fator de produção da expansão elitista da educação superior, tanto na graduação como na pós-graduação. E aqui vale chamar a atenção para o duplo sentido do elitismo: a) como pertencimento a uma população, que não chega a 1/5 do total da faixa etária adequada que tem acesso à educação superior; e como qualidade superior de formação, que somente é possível em raros casos na graduação e na pós-graduação, está acessível a menos de 5% dos concluintes da graduação (SGUISSARDI, 2015, p. 870).

A educação superior mercantilizada é respaldada por lei, com mecanismos predominantes em governos neoliberais/ultraliberais e, como bem analisa Chaves, situa-se dentro das novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional:

É oportuno ressaltar que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo de Instituições de Ensino Superior - IES mercantis, fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros, etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização”. O fenômeno tomou grandes proporções na economia americana e tornou-se bastante evidente nos países desenvolvidos (CHAVES, 2016, p. 2).

Em características mais gerais, são as mudanças radicais que operaram no contexto

histórico pós-1973/1974, demarcado por um esgotamento da chamada “Era de Ouro” (pós-Segunda Guerra), como bem apreendeu Hobsbawm (1995). Com a emergência da crise manifestada na queda tendencial da taxa de lucro, evidenciou-se certo esgotamento do padrão de acumulação sustentado no binômio fordismo/taylorismo, desencadeando, também, a ruptura com o ideário social-democrata, expresso no compromisso social do Welfare State.

O neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem dos setores produtivos estatais compõem, com o intenso processo de reestruturação da produção com predominância no toyotismo, as estratégias de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. São os ajustes, as medidas socioeconômicas e ideológicas de enfrentamento da crise de rentabilidade e acumulação do capital (ANTUNES, 1999; 2018).

Essas experiências representaram e representam o trânsito para um regime de acumulação flexível, apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, na especialização flexível, flexibilidade dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

O esboço de Harvey de interpretação teórica da transição do regime de acumulação dominante do capitalismo enfatiza que a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo e suas características “mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova” (HARVEY, 1993, p. 12).

No ensino superior, por exemplo, os cursos aligeirados, flexíveis e a oferta de uma formação com o menor custo adequam a educação a esse processo de acumulação flexível. “A educação requisitada pelo capital deve ser ‘ágil’, ‘flexível’ e ‘enxuta’, como são as empresas geridas pelo sistema toyotista. Não foi por acaso que as grandes corporações inventaram a ‘universidade corporativa” (ANTUNES e PINTO, 2017, p. 100).

No campo da educação superior, a diversificação e a flexibilidade dos arranjos institucionais e as fusões tornaram factível a investida no mercado financeiro para um grupo de instituições. No Brasil, algumas das principais empresas de ensino de capital aberto atuam, inclusive, no segmento educacional da BM & Bovespa. Destacam-se, nesse segmento, os grupos: Kroton (marcas: Anhanguera, Unopar e Pitágoras), Estácio, Unip, Laureate (marcas: FMU, Anhembi-Morumbi, UniRitter), Cruzeiro do Sul Educacional (marcas: Universidade Cruzeiro do Sul, Colégio Alto Padrão), Ser Educacional (marcas: Uni Nassau, Univeritas), Uninove, Anima, Unicesumar, Adtalem Global Education (marcas: Damásio, Ibmecc e Wyden).

Empresas e grupos internacionais como Laureate Educacional – conglomerado norte-americano com inserção em diversos países.

Pela discussão de Mancebo (2019; 2017) sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, particularmente sobre o regime de acumulação flexível e as demandas que geram para a formação, compreende-se por que a educação superior no Brasil bem exemplifica a flexibilização no campo educacional.

Atualmente, na educação superior brasileira, a tendência à flexibilização do sistema é uma realidade, designada oficialmente como educação terciária – termo proposto pelo Banco Mundial, em título de 2003 –, que confunde, não raramente, a educação superior com ensino pós-secundário, compreendendo: tutorias remotas, encurtamento de carreiras, flexibilização de currículos, importação de modelos educativos baseados na “aquisição de competências profissionais”, certificação de saberes e destrezas, reciclagem de competências. Mesmo a designação do trabalho do professor propriamente dito vem sendo transmutado de trabalho docente para “facilitador”, “animador”, “tutor” e “monitor”, dentre outras novidades (MANCEBO, 2019, p. 21).

A educação superior flexível e mercantilizada é um investimento lucrativo. Daí que sua localização e as modalidades semipresencial e à distância sejam estratégicas para que se possa polarizar economicamente uma região nos seus diversos níveis.

Nessa conjuntura, a educação a distância realiza uma importante tarefa no setor educacional mercantil, imediatamente privado e com apoio direto do Estado, apresentando-se como um nicho de mercado altamente lucrativo, institucionalmente organizado em conformidade à racionalidade administrativa empresarial (MARTINS e VALE, 2019, p. 57).

Nesse sentido, a expansão do sistema com diversificação e diferenciação de tipos de instituição e a configuração da universidade operacional visam a assegurar uma dinâmica e um funcionamento organizacional que patenteiem a cultura incorporada às características típicas de mercadoria, cultura de consumo e sensibilidade consumidora.

O padrão flexível pretendido pelo grande capital para a instituição universitária é o de submeter todas as suas funções de ensino, pesquisa e extensão à dinâmica do mercado, garantir o produtivismo do *ethos* capitalista com a ciência cada vez mais confinada às exigências da inovação e da tecnologia, com ela própria convertida em produto mercantil. No atual contexto, “uma escola ampla no restrito espaço do ideário e da programática burguesa, uma educação moldada pelos ‘valores do mercado’, por sua ‘filosofia’ utilitarista, eis a nova dogmática da educação da era do capital flexível” (ANTUNES e PINTO, 2017, p. 97)

Nesse sentido, é possível entender por que as estratégias de Estado para a pesquisa e a pós-graduação passam a privilegiar o desenvolvimento de projetos de investigações na fronteira

do conhecimento e em áreas e campos científicos com potencial de inovação, tendo em vista a produção de patentes e a prestação de serviços, de preferência com cooperação internacional, com possibilidade de produção em larga escala e em breve espaço de tempo.

Mudanças que levam ao esvaziamento da formação como núcleo central do trabalho na universidade, a subordinação de suas funções e de seus resultados a sistemas de inovação dos países sob o comando de políticas macroeconômicas. As atividades de pesquisa e os financiamentos passam a ser obtidos por editais e parcerias com organizações externas, com prioridade para a oferta e a criação de startups, empresas juniores e pesquisas associadas às novas tecnologias de informação. As mudanças nos sistemas de avaliação passam a acentuar a importância dos rankings nacionais e internacionais, a excelência, a produtividade, o prestígio e a competitividade, criando a “universidade de classe mundial” como um modelo de referência. No que se refere à formação de recursos humanos, são instituídos mecanismos de flexibilidade da pós-graduação *stricto sensu*, com os mestrados profissionais e, mais recentemente, a pós-graduação à distância.

A flexibilização dos processos de associação entre instituições, a constituição de diversas formas legais de consórcios ou parcerias entre instituições públicas e privadas e a flexibilização das fontes de financiamento servem à desnacionalização e à financeirização da educação. O experimento da ‘universidade corporativa’ é propagado para todo o espaço da educação formal, “em todos os seus níveis, do ensino básico à pós-graduação” (ANTUNES e PINTO, 2017, p.100).

Nesses moldes capitalistas e nessa direção, dentro da lógica mercantil e financeira, a universidade operacional, empresarial e mercantil é útil, funcional e orgânica à era da acumulação flexível do capital (HARVEY, 1993). Como sumaria Chauí (2003, p.11), “em outras palavras: a absorção do espaço-tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduz ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a formação”.

O racionalismo mercantil e as contrarreformas da educação formulam uma concepção de educação flexibilizada.

Essa é a moldura que as chamadas ‘reformas da educação’ trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma ‘educação’) flexibilizada para atender às exigências e aos imperativos empresariais; uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho ‘polivalente’, ‘multifuncional’ e flexível. Não é difícil perceber que a ‘educação’ instrumental do século XXI, desenhada pelos capitais em sua fase mais destrutiva, não poderá desenvolver um sentido humanista e crítico, que deve singularizar as *ciências humanas*; ao contrário, poderá concebê-las como

decalque das ciências exatas, como um prolongamento residual quiçá desnecessário (ANTUNES e PINTO, 2017, p. 104, grifo dos autores).

Nessa Investigar, analisar e inquerir criticamente esse contexto de profunda transformação na educação superior e, em particular, no campo da formação profissional em Serviço Social são um imperativo que requer, com certeza, cada vez mais esforços teórico-analíticos coletivos, norteados por uma concepção de educação humanista, crítica e omnilateral.

Os Fundamentos do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996.

Nas duas últimas décadas, a formação profissional em Serviço Social tem enfrentado novos desafios conjunturais, político-pedagógicos e educacionais. A expansão da educação superior no Brasil nos governos de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff sustentou, com apoio político e financeiro governamental, a rede institucional privada em detrimento de investimentos nas universidades públicas, conforme analisou Boschetti (2004). A crescente oferta de instituições de ensino impactou também na oferta de cursos e vagas disponíveis para o Curso de Serviço Social.

Em artigo publicado em 1996, Netto analisou as transformações societárias e os rumos que o Serviço Social percorreria a partir dos anos de 1990, apontando que o debate profissional caminharia, em curto/médio prazos, em torno da direção social que se afirmou nas décadas de 80 e 90. E ressaltou que “o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revê-la” (NETTO, 1996, p. 117).

Para contribuir com o debate crítico-analítico sobre o projeto de formação profissional propugnado nas Diretrizes Curriculares de 1996 e o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento e avanços qualitativos conquistados e legitimados no contexto contraditório da Universidade, é preciso, mesmo que de modo resumido, percorrer os vetores e as linhas de forças que propiciaram a consolidação do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a afirmação de uma direção social estratégica em uma vertente de ruptura com o conservadorismo.

É exatamente aí que o conservadorismo e as proposições pós-modernas se dão as mãos: o combate e a crítica ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se constituiu contra o conservadorismo. Eis porque, aqui, investir na pós-

modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo (NETTO, 1996, p. 118).

No Brasil, as tendências críticas que despontaram, dentro e fora dos espaços acadêmicos, a partir da década de 1970, se aprofundaram nas décadas de 1980 e 1990 no sentido de, progressivamente, saturar as várias instâncias de organização da profissão (sindical, profissional e acadêmica) numa direção social que, ao explicitar a sua dimensão política, abriria um caminho divisor na sua trajetória.

O caminho afirmaria um Serviço Social maduro, sob os contornos de um debate cultural e da compreensão de que as diferenciações e as tendências na profissão não se fazem inteligíveis em termos estritamente metodológicos, mas também nas determinações ideo-culturais, que influenciam as direções sociais que se movem como campos de alternativas na profissão.

Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, a ampliação e a redefinição da organização profissional foram altamente reforçadas como exigência para se alcançar a construção de um projeto coletivo do Serviço Social. As entidades representativas da categoria impulsionaram o processo e avançaram na confluência entre os vetores políticos e os teóricos, fortalecendo o reconhecimento e a afirmação acadêmica da área, a constituição de um corpus teórico na área e o processo de organização política dos assistentes sociais (FARIA, 2014).

Um conjunto de conquistas e avanços teóricos, incontestavelmente, pôs em movimento uma vertente e um projeto de ruptura com o conservadorismo no horizonte da emancipação humana (ABRAMIDES, 2019). Apesar de sua extrema diversidade, o projeto profissional que ganhou vigor, materialidade e legitimidade apresenta fundamentos sócio-histórico, teórico-metodológico e ético-políticos de uma nova cultura com enfoque nas análises históricas sobre a sociedade capitalista, a questão social e as dimensões profissionais.

O resgate dos pontos de conexão, das confluências e das contradições e limites que marcaram a profissão oferece os elementos que possibilitam apreender que o projeto ético-político profissional foi e é, efetivamente, uma conquista do Serviço Social brasileiro, um projeto original, inédito e não episódico, em decorrência dos seus vínculos com a organização profissional fundada nos princípios da livre e autônoma organização dos trabalhadores, da liberdade e autonomia sindical, da criação de sindicatos classistas e de luta.

Assim ao prevalecer um projeto profissional amplo e estratégico que, “exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira” (NETTO, 1996, p. 108), se afirmaria entrelaçado às tendências da organização política da

categoria, das diretrizes para a formação acadêmica do assistente social, com as contribuições da pesquisa e da produção de conhecimentos ancoradas na ontologia marxista e, fundamentalmente, comprometido com o desenvolvimento de uma nova legitimidade social das alterações conquistadas como competências socioprofissionais.

Esses traços contam favoravelmente para o desenvolvimento da investigação/pesquisa social no Serviço Social brasileiro à medida que também estimulam a explicitação das tradições teóricas, ideológicas, axiológicas e políticas que informam as distintas vertentes do pensamento social (positivismo e a tradição positivista, a fenomenologia, a teoria social de Marx e a tradição marxista).

A reformulação dos fóruns e das pautas profissionais ao mesmo tempo subsidia o processo de revisão da formação profissional, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e coloca novas exigências para a ABEPSS, em particular.

Na construção dessa direção social se instauram os vetores que, juntos, contribuem para repensar os fundamentos teórico-metodológicos de interpretação da profissão, enraizados na análise do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Do ponto de vista da profissão, é incontestável a importância da produção teórica que analisa o pensamento conservador no Serviço Social. No momento em que, na pesquisa e na produção de conhecimento, constrói-se a análise crítica do universo cultural conservador do qual o Serviço Social é herdeiro, permite-se a incorporação de novas abordagens e conteúdos na formação profissional assim como a configuração e a formulação de novos projetos profissionais.

Conforme Netto (1991), a reflexão profissional no Brasil desenvolveu, entre as décadas de 60, 70 e 80, três direções principais por ele denominadas de perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização conservadora e de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

As suas reflexões sobre as vertentes teórico-profissionais intensificaram o debate profissional ao projetar que

verificar-se-á o desenvolvimento de uma vertente neoconservadora, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna (...)” e “assistir-se-á um florescimento de vertentes aparentemente radicais, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa fundada seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica, (...) seja no relativismo mais primário. (NETTO, 1996, p. 127).

No âmbito da formação profissional, é exatamente nas décadas que separam o artigo de

Netto (1996) dos dias atuais que se registram os resultados da expansão na educação superior no Serviço Social com a abertura de cursos na modalidade EAD, com números de vagas desordenados e criados, em sua maioria, por IES privadas mercantis.

Os estudos realizados por Pereira e Souza (2019) evidenciam que, no final da segunda década do século XXI

a maioria das matrículas dos cursos de Serviço Social encontra-se em cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EaD e, nos cursos presenciais, a maior parte encontra-se em IES mercantis. Essa caracterização nos leva a questionar o perfil de profissional que vem sendo formado nas duas últimas décadas, em um contexto de profunda mercantilização do ensino superior brasileiro e de uso intensivo do EaD como estratégia de expansão e maximização de lucros (PEREIRA e SOUZA, 2019, p. 213).

Nos embates que se movimentam nos espaços de formação, no trabalho profissional e nos movimentos e organizações das/dos assistentes sociais e do movimento estudantil, observam-se os efeitos de um movimento irregular, porém inequívoco, de crescimento da modalidade de ensino à distância.

A despeito do movimento irregular, durante o período considerado entre o ponto inicial e o final, foi possível verificar uma ampliação significativa de 198,18% do número de matrículas em cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EaD; um percentual claramente superior que os 15,15% dos cursos de Serviço Social presenciais. (PEREIRA e SOUZA, 2019, p.124).

Na perspectiva dos fundamentos históricos e analíticos do Serviço Social, vêm-se desenvolvendo estudos e investigações com a finalidade de desvelar os processos, mudanças e contradições inerentes à relação trabalho e educação sob as exigências e determinantes do padrão de acumulação flexível. Nos termos de Pereira e Souza, é necessário aprofundar o conhecimento “de como efetivamente vem se desenrolando o processo formativo dos assistentes sociais brasileiros, o que nos auxiliará a fornecer pistas e estratégias para enfrentar os inúmeros limites e desafios ao processo formativo” (PEREIRA e SOUZA, 2019, p. 114).

Uma prioridade inscrita na agenda nacional de investigação e produção de conhecimentos críticos, pertinente à graduação e, em especial, aos programas de pós-graduação stricto sensu, grupos de pesquisas e grupos temáticos de pesquisa da ABEPSS, considera os desafios à formação profissional na seguinte medida

Talvez a mais importante mudança trazida pelas novas bases materiais de produção seja a mudança de eixo na relação entre trabalho e educação, que deixa de priorizar os modos de fazer para contemplar a *articulação* entre as diferentes formas e intensidades de conhecimento, tácito e científico, com foco no enfrentamento de situações não previstas. (KUENZER, 2016, p. 40).

A pesquisa de Pereira e Souza sobre a formação profissional em Serviço Social analisa uma década de expansão, de 2007 a 2017, com base em indicadores quanto ao número de cursos presenciais e cursos em EAD, número de vagas ofertadas em cursos de Serviço Social presenciais e vagas ofertadas em curso na modalidade EAD, número de matrículas em cursos presenciais e a distância e número de ingressos e de concluintes nas duas modalidades (PEREIRA e SOUZA, 2019).

No decurso de uma década de expansão, conferem as autoras, “na área do Serviço Social, o processo de mercantilização assinalado impactou transversalmente a profissão e trouxe consequências que ainda merecem pesquisas de forma mais aprofundada” (PEREIRA e SOUZA, 2019, p. 113).

Exemplifica o raciocínio das autoras sobre o mercado educacional no Serviço Social o número exponencial, geométrico de vagas ofertadas na modalidade de cursos à distância. Nos cursos presenciais, as vagas ofertadas em 2007 estavam na faixa de 30.331. Em 2017, foram 49.081 vagas, o que representa um crescimento de 61,81%. Em outro patamar, o número de vagas ofertadas em cursos de Serviço Social EAD registrou um crescimento, no mesmo período, de 156,37%: em 2007, como oferta efetiva de vagas, o número era de 51.836; em 2017, foram ofertadas 132.895 vagas. (PEREIRA e SOUZA, 2019).

Diante da importância inegável das Diretrizes Curriculares para a formação profissional de assistentes sociais no Brasil e os desafios postos pela expansão mercantil da educação, é mister aprofundar, renovar e avançar nas investigações e teorização dos fundamentos norteadores da análise do significado social e histórico da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. “Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social entendido no quadro das relações entre as classes e destas com o Estado” (ABEPSS, 1996, p.5).

Na particularidade da sociedade brasileira, o projeto de formação do Serviço Social concebe as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como dimensões e núcleos dos fundamentos do Serviço Social: o primeiro, fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o segundo, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e o terceiro, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional – todos eles confirmados nas Diretrizes da ABEPSS:

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional, remete, diretamente, a um núcleo de conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem nos Núcleos de Fundamentação constitutivos da formação profissional. (ABEPSS, 1996, p. 8).

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social sobrelevam a relação entre formação, áreas de conhecimento, conteúdos e componentes curriculares na perspectiva dos núcleos de fundamentos. No conjunto, destacam-se os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço social:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às questões sociais nos diferentes contextos históricos. (ABEPSS, 1996, p. 17)

Os conteúdos, as disciplinas e os núcleos de fundamentos inseridos nas matrizes curriculares das IES abordam muito mais que a historiografia da profissão.

As disciplinas de Fundamentos, ao trazerem em cena a história da profissão, fazem-no de forma articulada com os núcleos que fundamentam as diretrizes curriculares. Ou seja, não se esgotam em si mesmas, remetem a uma abordagem do conteúdo cujo veio articulador é a história, mas a “história ético-política” que leva em conta o aprofundamento do processo histórico de forma integral e não de forma parcial e intrínseca (Gramsci, 1999), resgatando o movimento integral da sociedade em todas as suas determinações, e, neste, o movimento da própria profissão. É nesse olhar, essa compreensão da sociedade, da história e da própria profissão que permite dar suporte e conteúdo às disciplinas. Estuda-se a história, mas com um olhar particular, voltado à identificação das questões sociais e de suas determinações nas diferentes conjunturas históricas e políticas. (SIMIONATO, 2004, p. 34).

As Diretrizes dispõem que cada IES pode elaborar seu currículo pleno, mas seguindo as normas aprovadas para o Curso de Serviço Social: respeito à lógica da formação profissional com a prioridade ontológica da totalidade na apreensão da sociabilidade burguesa como questão central no estudo do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Ou seja, demarcando, sobremaneira, a sua diferença com a retórica da flexibilização curricular e de conteúdo, marca dos cursos eles próprios flexíveis.

Esse princípio constava nas diretrizes da ABEPSS como “flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários, estágio, atividades complementares. Evidente que não se trata de flexibilizar os conteúdos, e sim dar maior maleabilidade na organização dos conteúdos e assegurar as especificidades regionais. (BOSCHETTI, 2004, p. 24).

Na lógica de uma educação mercantil e massificante, delineiam-se problemas, desafios e embates advindos de processos judiciais movidos por corporações educacionais contra o CFESS e sua atuação em defesa das Diretrizes Curriculares, dos princípios éticos norteadores da profissão por meio do Código de Ética do Assistente Social e das conquistas a partir da Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão.

Na dimensão pedagógica, enfrentam-se as contradições de uma expansão de cursos de graduação de Serviço Social com base em currículos frágeis e com exigências de um perfil profissional moldado pela lógica mercadológica e pela instrumentalização tecnocrática do conhecimento científico e dos saberes profissionais (AVELAR, 2019).

Respaldo em Kuenzer (2016), é possível assinalar que o que não se revela no discurso pedagógico da acumulação flexível se processa em metodologias de aprendizagens e de formação de subjetividades flexíveis que derivam da negação da práxis como possibilidade de transformação, princípio que fundamenta as teorias pós-modernas.

Para a formação profissional e a cultura intelectual da profissão, consolidadas ao longo de sua renovação teórico-metodológica e ética, abrem-se lacunas no nível da graduação, na aprendizagem e no perfil profissional, com base na fragmentação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos e o conhecimento científico e intelectual acumulado pela teorização na área de Serviço Social (NONATO, 2017).

Assim, é necessário indagar e pensar sobre processos pedagógicos de formação em um contexto em que se processa um conjunto de estratégias de mercantilização e financeirização da educação associada a uma cultura regressiva, conforme criva Antunes (2018), de devastação dos direitos do trabalho, dos direitos sociais e de forte apelo aos valores do neoconservadorismo.

Nas contribuições analíticas de Kuenzer (2016), são processos de aprendizagem que definem os contornos da subjetividade flexível, objeto dos processos pedagógicos de formação que visam à reprodução ampliada do capital.

Diante do exposto, entende-se que o conteúdo abertamente ideológico e político de um tipo de discurso que objetiva pôr em causa os valores que incidem sobre a formação e o trabalho profissional ao se projetarem as possibilidades históricas de um futuro de educação para além da sociabilidade burguesa precisa ser desvelado com o mesmo rigor teórico-metodológico com que, no Brasil, se desenvolve a capacidade de reflexão e de crítica do pensamento conservador contemporâneo no universo cultural do Serviço Social, sua institucionalidade e reatualizações.

Assim, é necessário dar continuidade aos debates e às polêmicas profissionais adensados pela racionalidade teórica crítico-dialética que orienta o crescente domínio dos conhecimentos científicos que desmitificam as expressões conservadoras e neoconservadoras de uma ordem societária que opera com a socialização de um mundo fetichizado por meio da educação, da mídia, do desenvolvimento de um sistema mundial de informações e com novos padrões de

produção e acumulação do capital.

Tal representa também resistir e potencializar, na categoria profissional, na articulação teórica e política, uma concepção de educação humanista, ilustrada, democrática e universal, a defesa da universidade pública como instituição social em contraposição à universidade operacional, empresarial, mercantil e útil ao padrão de acumulação flexível do capital. Conforme sumariou Pereira (2016), o cultivo, no Serviço Social, de uma cultura de oposição ao conservadorismo tem conseguido persistir e manter viva a disposição de fazer frente ao radicalismo burguês. “E com essa tendência – que não é unânime, mas historicamente persistente –, ele tem sido um profícuo “ponto fora da curva” das profissões sucumbentes ao conservadorismo” (PEREIRA, 2016, p. 414).

Considerações finais

No Brasil, as múltiplas alterações e desregulações na legislação educacional são contrarreformas com a finalidade de derrubar barreiras constitucionais, jurídicas e sociais e, ao mesmo tempo, criar condições legais e institucionais para a expansão de uma educação superior privada e mercantil, de venda massificada de um ensino sem pesquisa e extensão, desprovido de abordagens e dimensões educativas múltiplas e existentes no ato formativo e de aprendizagem.

Na universidade-empresa, como uma mercadoria de um negócio privado, é suprimida da formação a coexistência entre as possibilidades de uma educação que contempla a formação profissional integral e que valoriza a perspectiva sócio-histórica do conhecimento científico, para favorecer, exclusivamente, o consumo e a repetição de conteúdos e reprodução de modelos.

No Serviço Social, no que se refere à lógica contemporânea do pensamento conservador, a expansão e a oferta de cursos de graduação - principalmente os da modalidade à distância - contrapõem-se ao projeto profissional norteador da formação profissional.

Há, na categoria, com a coordenação e a representatividade das entidades do Serviço Social, um constante debate sobre como essa forma de ensino precariza a formação profissional do assistente social, seja na graduação presencial ou à distância. A ABEPSS produziu, no decorrer desses anos, campanhas públicas e elucidativas de seu posicionamento bem como grupos de trabalhos e de discussão para analisar a relação entre essa modalidade de ensino e a formação profissional em Serviço Social.

O conjunto CFESS-CRESS juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, e a partir do intenso debate sobre a formação profissional, elaboraram um documento, em dois volumes, sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e o Serviço Social. Nesses documentos, se condensam todas as discussões e o posicionamento da categoria sobre o ensino à distância não ser compatível com o Serviço Social.

Em 2011, foi lançada, também pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, com apoio do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), a campanha nacional “CFESS Manifesta” em defesa da formação de qualidade – “Educação não é FastFood: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” –, um manifesto crítico à contrarreforma universitária e seu caráter mercantil de ensino e à proliferação sem controle de cursos na modalidade à distância. Os seus conteúdos expressaram o compromisso das entidades com a educação superior laica, pública e de qualidade, orientada a atender às necessidades da população e a enfrentar a precarização e a mercantilização das políticas sociais e as desigualdades no país.

Na atual conjuntura em que se encontra o debate sobre a formação profissional, marcado pela regressão de direitos e pelo acirramento dos ataques às universidades públicas e federais, foi também fundamental o lançamento, em maio de 2019, ainda pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, da campanha “Graduação em Serviço Social só se for legal, crítica e ética”. Essa iniciativa teve o objetivo de reafirmar as Diretrizes Curriculares, os princípios éticos que norteiam a profissão através do Código de Ética do Assistente Social e as conquistas a partir da Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão.

As reflexões formuladas sobre a direção estratégica do projeto ético-político-profissional reafirmam, no atual contexto histórico do Brasil, o imperativo de preservar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Serviço Social, defender a investigação rigorosa, sistemática e a produção de conhecimentos na área ancoradas nos fundamentos da Teoria Social de Marx, da tradição marxista e no pensamento crítico e fortalecer a resistência coletiva, classista e de lutas concretas

E, em particular, é preciso desvelar rigorosamente o modo pelo qual o capital vem enfrentando a sua crise de acumulação latente e evidente no pós-70, o que implica também em mudanças na esfera do jurídico-político. Os vínculos do Estado e do direito social com a organização do capitalismo monopolista e suas estratégias para administrar e enfrentar a crise de acumulação que assola os países centrais e periféricos acentuam a sua configuração

burguesa, seu caráter de classe, justificam o redimensionamento de sua ação e o encolhimento de suas funções pela flexibilização e na desregulamentação.

A universidade operacional se enquadra de modo funcional e orgânico no padrão de acumulação flexível do capital. Um contexto histórico de projeção e mistificação *da sensibilidade consumidora* (NETTO, 1996) e da *soberania do consumidor* (MÉSZÁROS, 1999), que produz falsas contraposições entre políticas neoliberais e social-democratas (VIEIRA, 1997) e é criador da ambiência para a mitologia do mercado como regulador geral das relações societárias.

Cabe assinalar que não é necessário ter uma perspectiva marxista para inferir que o Serviço Social se configura como uma profissão imersa no movimento vivo da sociedade, notadamente das relações entre o Estado e a sociedade, que condicionam os seus avanços, tendências e limites.

No entanto, do ponto de vista do método em Marx, a análise de situações concretas e, conseqüentemente, do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, é central para estabelecer as particularidades observadas na trajetória do Serviço Social no Brasil.

O Serviço Social, quando analisado no contexto socioeconômico e das orientações que foram implementadas no país nas últimas décadas, requer dos seus profissionais, pesquisadores e intelectuais um debate e uma investigação que levem em conta o aprofundamento analítico da concretude, das bases materiais e da dinâmica das transformações societárias.

Conforme Mota (1998), identificar as mediações que conectam a experiência profissional às mudanças em curso é explicar o modo como se traduzem e o seu impacto na particularidade da profissão. E nessa perspectiva analítica avançar, renovar e aprofundar na ruptura com o conservadorismo afirmada como uma linha de força manifesta no contexto da renovação do Serviço Social brasileiro, ao confluir a aproximação com a tradição marxista e a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996.
- ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- _____. *O privilégio da servidão*. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R.; PINTO, G. A. *A fábrica da educação: da especialização taylorista à*

- flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.
- AVELAR, S. M. *Formação Profissional, Fundamentos do Serviço Social e Ofensiva Conservadora na Educação Superior: a expansão dos cursos de serviço social no estado de Goiás*. 2019, 129 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-Goiás, 2019.
- BOSCHETTI, I. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação. In *O Ensino e Trabalho Profissional: desafio para afirmação das diretrizes curriculares do projeto ético-político*. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 4, nº8 (jul./dez. 2004). Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003.
- CHAVES, V. L. J. *Financeirização e Expansão do Ensino Superior privado-mercantil no Brasil*. Disponível em http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/8-Vera-Jacob-Chaves_Financeirizac_a_o-e-Expansao-do-Ensino-Superior-privado-mercantil.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.
- _____. Expansão da privatização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Revista Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010 481. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 07 mar. 2020.
- _____. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. *Revista Educação Temática Digital*, v. 17, n.2, pag. 427-441, 2015. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v17i2.8635212>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- FARIA, S. de. Reflexões contemporâneas sobre pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, v. 24, nº 2. Serviço Social Latino-Americano: Questões Contemporâneas. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 505-527, jul/dez. 2014.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. O Breve Século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- KUENZER, A. Z. *A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho*. In: Trabalho Necessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 14, Nº 25, 2016
- MANCIBO, D. Acumulação flexível e educação superior: qual formação e para que força de trabalho? In *O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década*. VALE, A.A. do; PEREIRA, L.D. (organizadoras). 1. ed. -Rio de Janeiro: E-papers, p. 16-27 2019.
- _____. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In: AZEVEDO, M. L. N. de; ROTHEN, J. C.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SOUSA, J. V. de (Orgs.). *Política de educação superior brasileira: apontamentos e perspectivas*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 101-120.2017.
- MARTINS, T. B.; VALE, A. A. do. A subsunção do trabalho docente na EaD e as políticas de desregulamentação do ensino superior brasileiro. In *O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década*. VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. (Org.). 1. ed. -Rio de Janeiro: E-papers, p. 54 – 69. 2019.
- MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MOTA, A. E. (Org.) *A nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- MÉSZARÓS, I. *O Poder da Ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós - 64. São

Paulo: Ed. Cortez, 1991.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 50, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012

_____. Para uma nova história do Serviço Social no Brasil. In: *Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. OLIVEIRA E SILVA, M. L. (Org.). São Paulo: Cortez, 2016.

NONATO, P. R. *Formação em Serviço Social e a lógica da expansão do ensino superior brasileiro: um estudo dos cursos na modalidade a distância em Goiás*. 2018, 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-Goiás, 2018.

PEREIRA, P. A. P. Serviço Social: um *enfant terrible* na institucionalidade burguesa? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 127, p. 413-429, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.078>

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V.de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. In *O ensino a distância na formação em Serviço Social: análise de uma década*. VALE, A. A. do; PEREIRA, L.D. (organizadoras). 1. ed. -Rio de Janeiro: E-papers, p. 109-137. 2019

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação Social*, Campinas. v.36, nº133, p. 867-889, out-dez. 2015.

SIMIONATTO, I. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. In *O Ensino e Trabalho Profissional: desafio para afirmação das diretrizes curriculares do projeto ético-político*. *Revista Temporalis*. Ano 4, n. 8 (jul./dez. 2004). Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.

VIEIRA, E. As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: Avanços e Retrocessos. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº. 53. São Paulo: Cortez, 1997.

Residência Multiprofissional: notas sobre uma formação através do trabalho em saúde

Letícia Batista Silva*

Resumo: Este ensaio tem por objetivo apresentar problematizações que conectam a Residência com a totalidade social e histórica em que a mesma se insere. Trata centralmente de duas questões que podem contribuir com o debate crítico no âmbito da modalidade Residência: a questão do financiamento e sua relação com o trabalho em saúde; e uma discussão acerca da condição de assalariamento do trabalhador da saúde e do residente enquanto trabalhador em formação. Parte do entendimento de que as Residências Multiprofissionais em Saúde são uma modalidade de formação que se realiza através e pelo trabalho em saúde, e ocupa estratégico na qualificação dos trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras Chave: Residência; Saúde; Trabalho em Saúde.

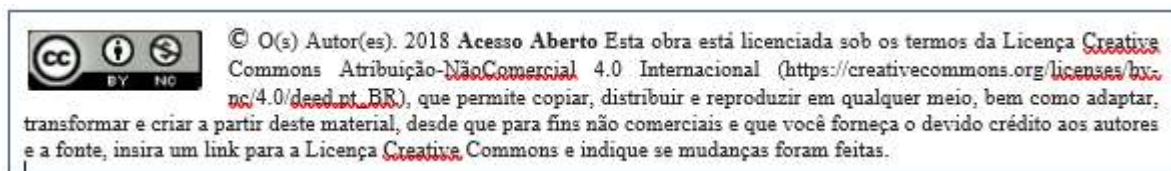
Multiprofessional Residence: notes on training through health work

Abstract: This essay aims to present problematizations that connect the Residence with the social and historical totality in which it is inserted. It deals centrally with two issues that can contribute to the critical debate in the Residency modality: the issue of financing and its relationship with health work; and a discussion about the salaried condition of the health worker and the resident as a worker in training. It is part of the understanding that Multiprofessional Residences in Health are a training modality that is performed through and through health work, and occupies a strategic position in the qualification of workers for the Unified Health System (SUS).

Keywords: Residency; Health; Health Work.

Submissão em 18/06/2019

Aprovado em 03/03/2020



* Graduação em Serviço Social pela UNISINOS/RS, Especialização em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde pela ENSP/FIOCRUZ, Mestre em Serviço Social pela UFRJ e Doutora em Serviço Social, com ênfase em Trabalho e Política Social pela UERJ. Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). Também é Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense UFF/Niterói. Membro Pesquisadora do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social - NUTSS.

Introdução

A Residência Multiprofissional é uma formação em nível de pós-graduação lato senso – uma especialização. Contudo, há um conjunto de especificidades na modalidade Residência, dentre elas destaque: a) o fato de que a carga horária mínima para a certificação de uma especialização é de 360 (trezentos e sessenta) horas, já a Residência em Saúde tem uma duração de dois anos, equivalente a uma carga horária mínima total de 5.760 (cinco mil setecentos e sessenta) horas; b) a Residência é uma modalidade de ensino em serviço interministerial, normatizada e acompanhada pelos Ministérios da Educação e da Saúde, sendo a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional da Saúde um tipo de espaço-síntese entre o processo interministerial e sua relação com os programas (coordenadores, tutores, preceptores e residentes) e com as entidades de representação das categorias profissionais (via Câmaras Técnica); c) a Residência em Saúde é uma modalidade de formação que se realiza através e pelo trabalho em saúde.

A opção neste ensaio não será por tratar esses pontos, acima destacados, como tópicos, mas sim de analisá-los a luz de um processo de implicação mútua que tem seu desfecho no cotidiano dos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como questão medular a afirmativa de que a Residência em Saúde é uma modalidade de formação que se realiza através e pelo trabalho em saúde.

Essa afirmação contém em si um complexo de questões em movimento. Em que pese a Residência ser uma modalidade de formação tipo especialização, ela não opera em termos específicos, pois se realiza como formação na mediação entre ensino/educação, saúde e trabalho.

Neste sentido, nosso objetivo neste ensaio é apresentar problematizações que conectam a Residência com a totalidade social e histórica em que a mesma se insere, para tanto nossa opção foi de tratar duas questões que podem contribuir com o debate crítico no âmbito da modalidade Residência: a questão do financiamento e sua relação com o trabalho em saúde; e uma discussão acerca da condição de assalariamento do trabalhador da saúde e do residente enquanto trabalhador em formação.

Longe que esgotar qualquer discussão, o que buscamos com este ensaio é contribuir com observações que consideram as contradições postas na modalidade Residência como expressão do próprio Sistema de Saúde brasileiro.

Trabalho em saúde: uma problematização acerca do financiamento

O trabalho em saúde é uma atividade essencial à vida de homens e mulheres e inscreve-se na esfera de produção não material (MENDES-GONÇALVES, 1992). Pensando o Sistema Único de Saúde (SUS), a finalidade do trabalho em saúde é o atendimento às necessidades de saúde, estas entendidas como necessidades que se constituem social e historicamente e que se manifestam nas dimensões individual e/ou coletiva.

No processo de saúde-doença existe um caráter social e uma determinação histórica (LAURELL, 1983; LAURELL; NORIEGA, 1989). Além disso, o trabalho em saúde não é um dado em si, uma abstração apartada da realidade; ao contrário, é – nos marcos do modo de produção capitalista – um tipo de trabalho que participa do processo de reprodução social, como também de forma indireta da valorização do capital.

E o campo de realização desse trabalho? O lócus é a política de saúde brasileira. Como apontado por Bravo (1999; 2007), desde sua instituição – na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde – o SUS convive com dois projetos em disputa: “o projeto de reforma sanitária, construído na década de 1980 e inscrito na Constituição Brasileira de 1988, e o projeto de saúde articulada ao mercado ou privatista, hegemônico na segunda metade da década de 1990” (BRAVO, 2007, p.101).

A política de saúde ainda que tenha se constituído como universal, tem no seu interior desde a criação do SUS, uma disputa entre interesses públicos e privados e essa relação traz repercussões para a formação e o trabalho desenvolvidos na saúde.

As características do (des)financiamento do SUS são elementos-chave para a compreensão do apequenamento do SUS em sua dimensão pública e universal, em razão de que um financiamento adequado e estável é uma condição inegociável para que a política de saúde possa cumprir sua finalidade, ou seja, atender as necessidades de saúde da população brasileira, sendo a formação em saúde um ponto estratégico para a sustentação do próprio SUS.

O trabalho e a formação em saúde exigem uma série de meios para sua realização, sejam recursos humanos qualificados, meios físicos, materiais de consumo, tempo, mobilidade etc. A Residência é uma modalidade de formação que tem a característica de realizar-se através do trabalho em saúde, ou seja, é uma formação pelo trabalho em saúde. Em se tratando de políticas sociais públicas, é primordial destacar que a dimensão econômica se concretizada no perfil de financiamento, pois cria, dificulta ou impossibilita as condições objetivas e necessárias para a prática cotidiana desse tipo de trabalho, assim como da formação.

Santos (2013) aponta o subfinanciamento federal como um dos obstáculos históricos ao pleno desenvolvimento do SUS como direito social. Segundo Santos, o subfinanciamento tem como consequências: o desinvestimento em equipamentos diagnóstico e terapêutico, especialmente na atenção básica e média complexidade; esse subfinanciamento federal atinge os níveis de atenção de forma desigual, sendo os repasses a municípios e Estados fragmentados e numa lógica de programas e projetos e não com base na real necessidade de saúde; há limitações (impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) na quantidade de trabalhadores na saúde, bem como uma gestão do trabalho, pois esta se caracteriza pela precarização do trabalho em saúde via terceirização.

A esse contexto soma-se a Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada pela Ementa Constitucional 27/2000. A DRU fere princípios constitucionais ao desvincular parcelas da receita arrecadada de finalidades fundamentais ao desenvolvimento do país no âmbito dos direitos sociais (SCAFF, 2004). Ou seja, a DRU desvia recursos que haviam sido destinados à saúde, educação, assistência social e previdência. Diferente dos processos de desvinculação que a precederam, a DRU nem sequer refere quais seriam essas finalidades fundamentais de interesse social.

Conforme Salvador (2010), os recursos da DRU têm sido utilizados, num processo de ajuste estrutural, para a composição do superávit primário, promovendo a diminuição do gasto público referente às políticas de seguridade social e educação em favor do pagamento de juros da dívida externa brasileira.

Analisando os efeitos da DRU, em publicação no ano de 2004, Scaff faz observações que permanecem atuais:

[...] entendo que o procedimento que vem sendo adotado pelo Governo Federal para tratar desta matéria malferir a Constituição e a coloca em um patamar idêntico ao de uma norma inoportuna, que impede a gestão financeira saudável do Brasil. É a tese da ingovernabilidade que paira como ameaça à concretização constitucional desde sua promulgação. A classe dirigente brasileira se comporta como se a Constituição pudesse, e devesse, ser afastada para a concretização de seus objetivos de governo, e não que o exercício do governo devesse estar subsumido às normas constitucionais. A ideia de Supremacia da Constituição não encontra guarida na cultura técnico-burocrática brasileira (SCAFF, 2004, p. 49-50).

O processo de desvinculação das receitas fere a lógica de direitos sociais impressa na Constituição Federal de 1988 ao transferir recursos destinados à seguridade social e educação para o pagamento dos juros da dívida brasileira. Ou seja, explicitando na política econômica a

relação de tensão entre os direitos sociais públicos e o incremento do mercado.

Netto ao apontar eixos que tangenciam o sentido do público e privado no capitalismo em sua fase imperialista, nos apresenta direções que podem ser tomadas como fundamentais na observação na política de saúde. Segundo Netto,

A mercantilização universal das relações sociais [...] num primeiro instante monetariza as interações humanas e redundante, com a consolidação da ordem monopólica, na medida delas pelas instituições que plasmam os serviços – e estes se organizam crescentemente segundo a estrutura do monopólio (NETTO, 1996, p. 35).

Andreazzi (2012) esclarece a dinâmica entre público e privado no SUS como inscrita numa relação que se estabelece entre o Estado e o mercado. Conforme a autora,

Trata-se de um frágil, fugaz e mutante ponto arbitrário de corte temporal e geográfico de unidade de luta de contrários, pois mercado e Estado se complementam e disputam ao mesmo tempo. Processo que decorre da dinâmica de cooperação ou extração de excedente a partir dos diversos bens e serviços necessários à produção do cuidado em saúde e da competição entre seus respectivos agentes. E da dinâmica de reprodução da ordem através desse instrumento privilegiado que é o Estado, a partir da luta de classes existente em uma determinada formação social (ANDREAZZI, 2012, p. 31).

Nesse sentido, além do apequenamento das condições de existência e desenvolvimento de um SUS público, estatal e universal, na política de saúde brasileira, vem se produzindo um movimento objetivo de financiamento público da iniciativa privada e, ao mesmo tempo, de incentivo à mercantilização da saúde. Ou seja, não se trata apenas da existência da oferta de serviços privados suplementares, mas do financiamento desses serviços via renúncia fiscal.

O tema renúncia fiscal vem sendo analisado por autores como Dain et al. (2002), Sayd (2003), Ocké-Reis e Sophia (2009), Ocké-Reis e Santos (2011), Ocké-Reis (2013, 2014), Mendes e Weiller (2015). De forma geral, esses autores apresentam elementos que apontam a renúncia fiscal aos planos e seguros privados de saúde como fomentadora de iniquidades no campo da saúde.

Os autores apontam, também, a necessidade de detalhamento acerca das informações da renúncia fiscal no Brasil, assim como a urgência de que esses dados de gasto tributário sejam integrados aos gastos públicos, dando visibilidade à questão. Esta questão apresentada pelos autores reitera a interpretação de que na dinâmica da sociedade brasileira, historicamente, há um obscurecimento dos critérios do gasto público, característico de uma sociedade com limitada participação social no que se refere à definição de prioridades de gasto público.

A renúncia fiscal na saúde acontece através da dedução de gastos no Imposto de Renda

(IR). São deduções individuais no modelo completo de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referentes à contratação de planos de saúde e/ou despesas médicas/laboratoriais/hospitalares, e são dedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), os gastos das empresas com os planos de saúde coletivos. A renúncia fiscal se dá, também, através de concessões fiscais às entidades privadas sem fins lucrativos (dentre tantos outros, Hospital Israelita Albert Einstein, Sociedade Beneficente de Senhoras, Hospital Sirio-Libanês, Hospital Moinhos de Vento, Hospital do Coração e as Santas Casas de Misericórdia) e à indústria químico-farmacêutica.

Sobre os planos de saúde, Ocké-Reis (2014) entende que uma das contradições postas ao relacionar o padrão de financiamento do SUS com a renúncia fiscal aos planos de saúde reside no fato de que os gastos com os planos diminuem os gastos de estratos superiores de renda e, pela mesma via, concedem recursos a uma atividade econômica lucrativa, e esse movimento se dá com prejuízo às ações do SUS que deveriam receber esses recursos públicos.

Andreazzi (2014) aponta elementos que complexificam o processo de financeirização na saúde. Segundo a autora,

A financeirização do capital traz uma maior complexidade à questão, pois as empresas de saúde, especialmente pela sua taxa de inovação, se tornam importantes para a reprodução geral do capital, numa economia estagnada. Ou seja, muitas empresas contratadoras de planos privados de saúde podem também ser grandes investidoras do mercado de ações e auferirem rendimentos financeiros de empresas seguradoras (ANDREAZZI, 2014, p. 58).

Identifica-se, nesse contexto, um determinado padrão de ação estatal que restringe o orçamento destinado à saúde pública e, ao mesmo tempo, concede subsídios ao setor privado de saúde. Esse padrão relaciona-se com o movimento do capital no setor saúde. Como advertem Bravo e Menezes,

O preceito constitucional da saúde como direito é ferido, ao ser substituído por uma abordagem da saúde como mercadoria a ser mais amplamente consumida, especialmente para as chamadas classes C e D, para impulsionar o atual modelo de desenvolvimento. Essa medida pode ser a formalização final para a instituição de um seguro saúde e para a criação de um Sistema Nacional de Saúde integrado com o setor privado, tendo como consequência acabar com o SUS ou torná-lo um sistema focalizado, consagrando o processo de universalização excludente, que vem ocorrendo desde os anos 1990 com a saída dos trabalhadores mais bem remunerados, que foram impulsionados à compra de serviços no mercado privado devido ao sucateamento do SUS (BRAVO; MENEZES, 2013, p.38-39).

Nesse sentido, a renúncia fiscal realizada pelo Estado brasileiro, a desvinculação das receitas e outras formas de privatização se inscrevem no debate mais amplo acerca da relação

entre público e privado, ou seja, são elementos que materializam a existência de dois projetos em curso e desenvolvimento – o projeto privatista e a projeto da Reforma Sanitária.

É importante destacar que no Brasil esse “financiamento público do privado” acontece numa dinâmica orçamentária que reforça as desigualdades sociais. Como esclarecido por Salvador, no Brasil “o orçamento é financiado pelos pobres via impostos sobre o salário e por meio de tributos indiretos, sendo apropriado pelos mais ricos, via transferência de recursos para o mercado financeiro e acumulação de capital” (SALVADOR, 2012, p. 10).

Em que pese a regulamentação da EC29, através da Lei 141/2012, os recursos financeiros destinados ao SUS permaneceram insuficientes. Como apontou Mendes (2012), o gasto SUS que era 2,89% do PIB em 2000, passou a 3,9% do PIB, em 2012 (sendo 1,8% da União, 1,1% dos Municípios e 1,0% dos Estados). Estudos de Mendes (2012, 2015) afirmam a insuficiência desses valores para a sustentação de um sistema universal e integral. Na síntese do autor,

O problemático financiamento do SUS, nesse cenário do capitalismo contemporâneo em crise, transcorreu sobre um longo processo de tensões. No plano interno da economia brasileira, as decisões de uma política econômica restritiva/neoliberal, mantiveram-se muito firme durante todos os anos 1990 e 2000. Sob essa condução, assistiu-se à fragilidade do financiamento da seguridade social, ao perder recursos de forma sistemática por meio do mecanismo da DRU e sua renovação periódica nesses anos. Acrescente-se a esse quadro, as medidas do governo federal para remanejamentos e cortes no orçamento da seguridade social e da saúde, em particular, muitas vezes justificados pelos problemas de caixa ou pelos riscos que as contas gerais do governo sofriam, em razão de problemas para assegurar uma escala de superávit primário condizente com as exigências do mundo da finança e com os interesses das classes dominantes em enfrentarem a queda da lucratividade no âmbito da produção (MENDES, 2015, p.79).

O tensionamento da coexistência entre interesses privados e públicos atua fortemente nas bases materiais e subjetivas do trabalho em saúde no SUS e, por conseguinte, nas bases para o desenvolvimento da Residência Multiprofissional em Saúde. Ou seja, ainda que a Residência seja formação em saúde, é essencial analisá-la como um terreno e expressão de múltiplas dimensões que tocam e interagem com esta formação “pelo” e “para o” trabalho em saúde.

Na Residência atuam mutuamente vários sujeitos: as instituições, os coordenadores de programa, os docentes, os tutores, os preceptores, os demais trabalhadores inseridos nos serviços, os usuários e os residentes. Todos esses não são sujeitos em abstrato, estão submetido às contingências objetivas do processo de reestruturação produtiva na saúde, processo este

mercado, dentre outras questões, pela privatização dos serviços, desoneração fiscal, intensificação do trabalho em saúde, precarização dos vínculos e das condições para sua realização no SUS.

Cumprir destacar que até 2009 o financiamento de bolsas para os programas de Residências (médica, uni e multiprofissional) era realizado pelo Ministério da Saúde. Tal cenário se altera em 2009 quando o Ministério da Educação lança o projeto “Implantação do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da rede de Hospitais Universitários Federais”. A partir de 2010, com a participação do MEC, há o aumento do número de bolsas e, também, um novo perfil dos programas de Residência, agora voltados para a atuação em hospitais (BRASIL, 2014).

No que se refere ao financiamento das bolsas na viragem de foco para as Residências hospitalares, Silva (2018) aponta que houve um aumento de cerca de 700% no financiamento de bolsa para a Residência entre os anos de 2010 e 2014. Tal dado aponta o caráter estratégico da formação Residência.

No que se refere aos rumos da gestão do trabalho em saúde nas instituições vinculadas ao MEC, é fundamental destacar a Portaria MEC nº 442 de 2012, pois nesta Portaria foi delegada à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) o exercício das competências previstas nos incisos VII a IX do Art. 18 do Decreto nº 7.690/2012. Ou seja, passou à competência da EBSERH: coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de gestão dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior; apoiar tecnicamente e elaborar instrumentos de melhoria da gestão dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior; elaborar matriz de distribuição de recursos para os hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior, baseada nas informações prestadas pelos hospitais.

Segundo a avaliação do MEC, manifestada no documento “A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014”:

[...] o governo federal criou a EBSERH, como parte de um conjunto de *medidas para viabilizar a reestruturação dos hospitais universitários federais*. Desde 2010, por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), foram adotadas medidas que contemplam a reestruturação física e tecnológica das unidades, com a modernização do parque tecnológico, a revisão do financiamento da rede, com aumento progressivo do orçamento destinado às instituições, a melhoria dos processos de gestão, a recuperação do quadro de recursos humanos dos hospitais e o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como a assistência à saúde (BRASIL, 2014, p.18,

grifos nossos).

Como já dito, a partir de 2010 há uma expansão dos programas de Residência, a partir do aumento da participação do MEC no financiamento de bolsas. Essa expansão ocorreu principalmente nos programas de Residência desenvolvidos em hospitais federais de ensino. Em 2011, negando a autonomia universitária, a gestão estatal e o controle social democrático da gestão pública, o governo apresenta a EBSEH como “modelo para os hospitais universitários federais”. Na análise de Correia (2014),

A entrega dos Hospitais Universitários (HUs) para uma empresa com personalidade jurídica de direito privado rompe com o caráter eminentemente público da Universidade e permite que a lógica do setor privado seja predominante neste espaço. Está em jogo a quebra da autonomia universitária, da liberdade de ensinar, estudar e pesquisar, em um Hospital Universitário, a partir da necessidade em saúde e do processo de formação profissional. A predominância da lógica mercantil, neste espaço, leva à priorização dos interesses do mercado privado da educação e da saúde, da indústria de equipamentos e medicamentos (CORREIA, 2014, p.46).

Nessa perspectiva, a EBSEH é mais uma das formas que materializam da disputa entre os interesses privados e públicos presentes no Estado brasileiro e, neste caso, no cotidiano do SUS e da modalidade Residência, numa questão estratégica: nos sentidos da formação e do trabalho, justamente no encontro entre as políticas de educação e saúde. Como apontou Cardoso (2014),

A EBSEH representa a redução do Estado enquanto responsável pelas políticas de educação superior no país assim como seus frutos para a população, já que por sua lógica não seria mais responsabilidade do Estado promover a saúde, por exemplo, mas sim financiá-la e oferecê-la como parceria entre o Estado e o capital, sob a forma de contratos de gestão. [...] realiza-se uma enorme reconfiguração do Estado com o singelo argumento de que se está apenas a regulamentar algo que há muito já devia ter sido feito (CARDOSO, 2014, p. 40).

Intensificadas na conjuntura mais recente, as contrarreformas na saúde e na educação, expressam, em termos de Residência e de formação no campo da saúde em geral, um quadro agudo e sobreposto de precarização da universidade pública, acompanhado da ampliação do ensino privado e de baixa qualidade, somado a precarização dos serviços e condições de trabalho no SUS.

Ampliando e reeditando os processos de financeirização dos recursos do fundo público, entra em tela a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95, antiga Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016), proposta no primeiro mês do governo golpista de Temer. Além do congelamento dos gastos públicos por vinte anos, no que tange à saúde e a educação, há a desvinculação das

despesas primárias. Significa que o percentual mínimo de despesas estipulado na Constituição de 1988 foi substituído pela racionalidade baseada no limite de gastos realizados no ano anterior. Em nome de uma pretensa austeridade econômica tem-se como resultado prático decisões macroeconômicas de alto impacto social no sentido do reforço das desigualdades e do não-acesso dos trabalhadores à políticas sociais públicas.

Como apontam Rossi et al (2018), “a austeridade é uma ideia força, poderosa quando transformada em discurso, perigosa quando aplicada politicamente” (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 14). Como apontam os autores, em termos conceituais, a austeridade fiscal seria um instrumento utilizado em tempos de desaceleração do crescimento, voltando-se para a diminuição dos gastos públicos em detrimento do aumento de impostos, com vistas à retomada do crescimento econômico, contudo sua aplicação, especialmente no Brasil, tem significado o aprofundamento das contrarreformas neoliberais. Rossi e Dweck (2016) apontam que a inauguração de novo regime fiscal pela via de emenda constitucional só tem sentido com o objetivo de desvincular as receitas destinadas à saúde e educação.

A EC 95 promove o que Dweck et al (2018, p.48) chamaram de austeridade permanente: um novo pacto (anti-)social. E pode-se afirmar que o “novo” pacto (anti-)social é de fato mais uma expressão do pacto social *a brasileira*, presente desde a “independência” deste país. Conforme assinalou Fernandes (1976), a independência brasileira é o marco do rompimento do estatuto de colônia, contudo esse “rompimento” não altera as condições internas da ordem social vigente. Ou seja, desde a “independência” do Brasil são preservadas estruturas sociais e econômicas baseadas no trabalho escravo (em tempos atuais revisitado), no latifúndio, na concentração de renda e na concentração do poder nas mãos da elite brasileira.

O recurso à utilização, ainda que de forma brevíssima, das análises de Fernandes se faz necessário para pontuar que a concepção de capitalismo dependente e combinado está na base da interpretação de Fernandes sobre as estruturas sociais e econômicas brasileiras. Daí depreende-se que na leitura fernandiana o “arcaico” não se apresenta como residual, mas como funcionalidade ao capitalismo nas economias dependentes em processo de modernização conservadora.

Nesse sentido, conforme o autor, em economias como a brasileira há uma convivência tensionada e funcional entre o “arcaico” e o “moderno¹”, ou seja, o processo de modernização

¹ “Arcaico” e “moderno” converteram-se em termos “clássicos” para a descrição analítica da “dualidade” brasileira. Como observou Fernandes, “as fases novas não eliminam as anteriores: ao contrário coexistem e

se realiza mantendo estruturas da antiga sociedade colonial, onde a concentração de renda e a concentração do poder encontrava-se nas mãos daquela elite brasileira que em tempos de modernização atende pelo nome de “burguesia dependente”. Nessa esteira, a reprodução capitalista na sua versão subdesenvolvida não é um infortúnio, mas sim uma condição necessária ao desenvolvimento capitalista central. Como apontou Fernandes,

[...] o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro (FERNANDES, 1968, p. 57).

As análises de Fernandes (1968, 1976) acerca da formação social, econômica e cultural permanecem atuais, é patente que no Brasil o surgimento do “novo”, a realização da mudança e da “modernização” aconteceram de forma a garantir a continuidade do que já está posto, do “antigo” que é capaz de conservar estruturas econômicas de exploração. Como apontado, a EC 95 é um dos exemplos mais recentes. As análises de Souza e Soares (2019) sobre o recuo civilizatório brasileiro mais recente, afirmam os efeitos, mas também apontam caminhos de resistência, dizem as autoras:

Os danos avistados e já vivenciados pelas medidas implementadas são evidentes: a agudização das expressões da questão social e a negligência às demandas do trabalho. Assim, é preciso afirmar a natureza econômica que move a ascensão conservadora ora vivenciada. [...] Diante de uma sociedade periférica e dependente, com uma trajetória de limitada proteção social e uma inserção subalterna na economia mundial, as contrarreformas se apresentam ainda mais nefastas para o conjunto da classe trabalhadora. Esta classe que pouco vivenciou de um marco civilizatório, pouco terá para contar sobre essa breve página da nossa história se não se organizar e resistir a este bárbaro cenário. A única certeza é que só a luta muda a vida, e que não estamos diante do fim da história (SOUZA; SOARES, 2019, p.26).

Esse processo de organização é um desafio posto aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, aqui especialmente tratados, os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, inclusive em na condição de residentes. A política de saúde, o trabalho e a formação em saúde são atravessados e condicionados pelas formas históricas que o capitalismo assume na particularidade brasileira, operar nessa realidade solicita desvelá-la. E esse desvelamento é efetivo se agregar esforços coletivos de análise, pesquisa e resistência (luta!) na efetivação e

engendram um sistema econômico capitalista segmentado, no qual as diferentes estruturas compõem um todo, articulado com base nos elementos capitalistas das diversas estruturas em vários estágios de diferenciação econômica" (FERNANDES, 1968, p. 96).

ampliação dos princípios do SUS. Corroborando com as análises de Souza e Soares (2019), a luta pela saúde como um direito social é uma luta civilizatória.

Com isso o que queremos enfatizar é que a formação via Residência não pode ser discutida sem considerarmos as facetas da política de saúde brasileira (inclusive as expressões que assume nas instituições que realizam as Residências em Saúde) e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Desconsiderar as estruturas econômicas e sociais que fundam a lógica do direito social no Brasil, especialmente aqui tratado o SUS, esvazia qualquer análise acerca do trabalho e da formação em saúde para atuação no SUS. Obviamente afirmar que essa correlação existe não significa simplificá-la ou tratá-la como afirmação retórica, nossa intenção aqui é apontar que esse é um território de estudo que merece pesquisa e sistematização.

Há no campo do Serviço Social importantes estudos que discutem criticamente e num plano macro a relação entre política e desenvolvimento capitalista, podemos citar a vasta produção de Maria Inês Souza Bravo, tratando especialmente a política de saúde, e também os estudos de Elaine Rossetti Behring e Ivanete Salette Boschetti no debate da política social. A discussão está posta, contudo é necessário utilizá-la como base nas mediações com o desvelamento da realidade das instituições, dos serviços de saúde, das Residências em Saúde.

Alguns desafios para uma formação pela via do trabalho

Como já afirmado aqui a Residência guarda a particularidade de tratar diretamente da relação entre trabalho e formação profissional para o SUS. Na expressão desta particularidade encontramos contradições postas no próprio sistema de saúde no que se refere à lógica do trabalho na sociedade capitalista e a formação dos trabalhadores da saúde no Brasil.

A Residência Multiprofissional é definida como modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, desenvolvida em regime de dedicação exclusiva, voltada para a educação em serviço e abrangendo as profissões da área da saúde², com exceção da Medicina. São elas: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Conforme a Lei 11.129/2005, a Residência consiste em um programa de cooperação intersetorial, para favorecer a inserção qualificada dos jovens profissionais da saúde no mercado

² Conforme a Resolução nº 287/1998 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

A regulamentação da Residência não médica (uni e multiprofissional) acontece em uma Lei que tratava de qualificação para a inserção de jovens no mercado de trabalho, e esta legislação não estabelecia mediação com a política de formação de recursos humanos para o SUS. O elemento progressista estava em referir-se à modalidade Residência enfatizando a atuação nas áreas prioritárias do SUS, ainda que esse enfoque tenha sido precedido do incentivo a inserção no mercado de trabalho de forma genérica.

Esta formação ocupa um lugar estratégico podendo, sob uma ótica, contribuir para uma formação profissional multiprofissional no sentido da efetivação do SUS a partir das necessidades de saúde da população e da leitura de uma realidade social atravessada por desigualdades e inacessibilidade a direitos, como também, sob outra ótica, a formação pode ser utilizada como forma de substituição e precarização das condições de trabalho no SUS.

A potencialidade da Residência multiprofissional em saúde consiste em sintonizar formação e trabalho, bem como em situar as necessidades de saúde da população usuária como eixo norteador da qualificação de profissionais da saúde, tomando o cotidiano dos serviços do SUS como lócus de ensino e aprendizagem.

Entendemos que a formação pelo trabalho oferecida pela modalidade Residência se dá em um processo social e histórico, sendo fundamental apreendê-la não somente por si mesma, mas à luz de problematizações que possibilitem mediações com a totalidade.

Nesse sentido, partindo do pressuposto que a Residência é uma formação que acontece pelo trabalho em saúde, não obstante haver diferenciações na realização do trabalho de um “operário” e na realização do trabalho de um trabalhador da saúde, ambos realizam “seus trabalhos” sob a égide do modo de produção capitalista, portanto ambos vivenciam cotidianamente a injunção do capital. Em outras palavras, no modo de produção capitalista o trabalho em saúde participa do processo de reprodução social, voltando-se para a reprodução de sua mercadoria mais valiosa – a força de trabalho. Dessa forma, em sua atuação no SUS, o trabalho em saúde se manifesta como um trabalho improdutivo.

No capitalismo todo trabalho é assalariado e valoriza o capital. Contudo, essa valorização pode acontecer de forma direta, como meio direto de produção de mais-valia, o que quer dizer que se realiza como trabalho produtivo³; ou de forma indireta, como trabalho

³ Conforme Marx, “[...] só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (MARX, 1978, p.70).

improdutivo (MARX, 1978). Desse modo, o trabalho em saúde circunscrito ao SUS é trabalho improdutivo. Marx explicita a diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Diz-nos:

Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo (MARX, 1978, p.76).

O trabalho em saúde é improdutivo, pois se caracteriza como um “serviço útil” e não como um produto ou mercadoria acabada convertida imediatamente em valorização do capital. Ou seja, a realização do trabalho em saúde não produz a separação entre o produto do trabalho e o trabalhador, há uma relativa autonomia no exercício do trabalho em saúde.

É essencial destacar que nossa compreensão da autonomia no trabalho em saúde difere-se radicalmente das elaborações no campo da micropolítica⁴, pois essas sustentam a ideia de altos níveis de autonomia na realização do trabalho em saúde. Autores como Franco e Merhy (2012), que tratam o trabalho em saúde como “trabalho vivo em ato”, defendem a existência de um “auto-governo” na realização deste tipo de trabalho. Segundo a análise micropolítica representada por esses autores, esse “alto nível de autonomia” está posto porque o “auto-governo” é entendido, por eles, como “atributo do trabalho”, e a subjetividade como “operadora da realidade”. Nas palavras de Franco e Merhy (2012),

“[...] o trabalhador tenha [tem] sua atividade presidida por altos graus de liberdade, pois o seu principal atributo é justamente o auto-governo que exerce sobre seu próprio processo de trabalho, ainda mais no caso do trabalho em saúde que é sempre relacional [...] há o reconhecimento por nós de que a subjetividade é operadora de realidade, ou seja, o modo singular como cada um significa o trabalho e o cuidado agencia o modo como se produz o agir em saúde (FRANCO; MERHY, 2012, p. 152).

Merhy e Franco (2009) afirmam o “trabalho em saúde” como o “trabalho vivo em ato”, sendo o caráter imaterial⁵ um pressuposto. Conforme os autores, o “trabalho vivo em ato” seria:

[...] o trabalho humano no exato momento em que é executado e que determina a produção do cuidado. [...] O ‘trabalho em saúde’ é centrado no ‘trabalho

⁴ Tem em Michel Foucault seu mais conhecido interlocutor. A micropolítica refuta qualquer tipo de análise a partir de modelos explicativos da realidade social ou das subjetividades. Na ideia micropolítica a luta de classe, por exemplo, é um sistema de modelização do psiquismo. Tal ideia está presente em *Micropolítica: cartografias do desejo*, livro de Guattari e Rolnik (2005).

⁵ Franco e Merhy (2012) entendem a dimensão imaterial – inspirados nas elaborações de Maurizio Lazzarato, Antonio Negri e Michael Hardt – como inerente ao “trabalho vivo”.

vivo em ato’, à semelhança do trabalho em educação; e a efetivação da ‘tecnologia leve’ do ‘trabalho vivo em ato’, na saúde, expressa-se como processo de produção de ‘relações intercessoras’ em uma de suas dimensões-chave, o seu encontro com o usuário final, que ‘representa’, em última instância, as necessidades de saúde, como sua intencionalidade, e, portanto, quem pode, com seu interesse particular, ‘publicizar’ as distintas intencionalidades dos vários outros agentes na cena do ‘trabalho em saúde’ (MERHY; FRANCO, 2009, p. 430-431, grifos nossos).

Não discordamos da existência de uma dimensão subjetiva, não só no trabalho em saúde, mas na vida humana em geral. Entretanto, entendemos que a possibilidade de articulação e construção do trabalho em saúde sedimentado a partir da dimensão subjetiva tem limitações referentes ao processo de negação da perspectiva histórica como dimensão fundamental para a leitura da realidade e do próprio homem como ser social⁶. Em outro texto sobre “processo e tecnologias de trabalho na saúde” os mesmos autores afirmam que o trato dessa temática se dá a partir da adoção da:

(...) ideia segundo a qual há uma dimensão subjetiva nos atos produtivos do cuidado, potencializada pela constatação de que o trabalho em saúde se dá sempre em um encontro, mediado por certa ética do cuidado. *Sendo assim o elemento humano é central, garante o caráter produtor do cuidado, isto é, o modelo assistencial não se configura por uma determinação [...], mas por atos de produção imanentes ao próprio processo, gerados pelos trabalhadores em relação.* A mudança no trabalho resulta em um processo de reestruturação produtiva, que por sua vez pode levar ou não a uma ruptura com o modelo atual. *O que configura a mudança no modelo produtivo do cuidado é uma inversão no núcleo tecnológico dos processos de trabalho, que seja capaz de operar uma inversão nas tecnologias de trabalho, com centralidade para o trabalho vivo e o uso predominante das tecnologias relacionais* (FRANCO; MERHY, 2012, p. 151, grifos nossos).

Ainda dialogando com Franco e Merhy (2012), destacamos que na análise das características e potencialidades do trabalho em saúde os autores partem da ideia – tomada como um dado posto na realidade – de que há uma autonomia inquestionável no exercício do trabalho em saúde, seja realizado na esfera da saúde pública ou privada. Contudo, duas problemáticas se colocam aqui: 1) os autores não diferenciam a esfera pública da privada, tratando como uniformes determinações extremamente diferenciadas; 2) a autonomia não é absoluta e sim relativa, e essa relatividade está posta como determinação histórico-social, seja pela condição de trabalhador assalariado, pelas hierarquias presentes (e ainda não superadas)

⁶ Fazemos referência ao conceito de ser social na tradição marxista, especialmente a partir da exposição lukacsiana, segundo a qual é atribuído ao trabalho “[...] e às suas consequências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividade, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico. Ou seja: o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo” (LUKÁCS, 1979, p. 87).

historicamente nas instituições de saúde no Brasil, ou pelas condições materiais e objetivas (recursos humanos, recursos materiais, estruturas físicas, insumos etc.) postas em todas as instituições ou serviços. Que fique claro que, entendê-la como uma autonomia relativa não implica, de forma alguma, em retirar do trabalho em saúde, ainda que sob o marco de desenvolvimento do capitalismo, sua dimensão estratégica que abre, diante dos limites elencados, possibilidades de criação, espontaneidade e proposição. E, principalmente, urge não colocar sob os ombros dos trabalhadores da saúde a responsabilidade individual de produção qualificada das práticas em saúde.

No que se refere ao processo de trabalho, entendermos que na sociedade capitalista não há possibilidade de altos níveis de autonomia. Isto porque há na condição de trabalhador assalariado uma relação de compra e venda da força de trabalho dos sujeitos. Ou seja, é uma relação mediada pela sociabilidade capitalista que torna a força de trabalho mais uma mercadoria, o que significa controlar como essa força de trabalho se desenvolve, que meios e instrumentos utiliza e sob quais condições se realiza. Dito de outra forma, trata-se de relações contratuais que se estabelecem pela mediação do Estado e do empresariado, havendo, obviamente, diferenciações nas correlações de poder nessas distintas esferas.

Mais do que isso, na sociabilidade capitalista o trabalho é capturado com o objetivo único de reprodução do capital, e dessa forma, o trabalho é fundamental e, ao mesmo tempo, submetido às implicações da supremacia dos interesses privados e da divisão do trabalho. Em se tratando de saúde, o trabalho e a formação não se desenvolvem numa esfera apartada desse contexto social e histórico, daí a impossibilidade de altos níveis de autonomia dos trabalhadores da saúde e dos residentes, trabalhadores em formação.

Considerações não finais sobre um processo em disputa...

Nosso objetivo ao considerar o padrão de financiamento da política de saúde, bem como alguns de seus desdobramentos, como um componente para a discussão do trabalho em saúde e da formação via Residência foi o de tentar demonstrar que questões postas no âmbito da política influenciam, atuam e determinam parâmetros nas práticas de saúde nas instituições e serviços de saúde. Entendemos que o padrão de financiamento, dentre outras questões, aponta pistas para analisarmos os sentidos assumidos pela política de saúde na sua relação com a sociedade e com o mercado; e determina condições objetivas e materiais para a realização do cotidiano do trabalho em saúde e formação para o SUS (recursos humanos, recursos de

infraestrutura, insumos etc.). Em nossa percepção, uma análise do trabalho e da formação em saúde que desconsidera os aspectos econômicos que atuam sobre a política de saúde, e que aparecem de forma mediata nas instituições e serviços, é altamente funcional à lógica de valorização do capital.

No mesmo sentido buscamos apresentar elementos da relação entre trabalho e formação em saúde e a condição de assalariamento própria do modo de produção capitalista.

A Residência como um encontro entre as políticas de saúde e educação ocupa um lugar estratégico podendo, sob um prisma, contribuir para uma formação profissional no sentido da efetivação do SUS a partir das necessidades de saúde da população e da leitura de uma realidade social atravessada por desigualdades e inacessibilidade a direitos, como também, sob outra ótica, operar como forma de substituição e precarização das condições de trabalho no SUS.

Esses caminhos são representações dos projetos em disputa nas políticas de saúde e de educação, sendo a Residência também uma arena em disputa. Onde reside a força da Residência? Dentre outros lugares, na possibilidade de buscar realizar-se orientada por valores, princípios e lutas em defesa do SUS público, universal e de qualidade, assim como na relação direta os interesses da classe trabalhadora – os usuários e usuárias do SUS.

Por fim, tendo o devir como horizonte, fiquemos com a fala de Leandro Konder (1997):

Então, em função deste crescimento do novo empirismo, as pessoas olham em volta e confundem o real com o existente, confundem o que elas veem, o que elas constataam à volta delas, com a realidade como um todo. Ora, a realidade é muito mais do que o existente, porque ela é o existente mais o possível.

Referências Bibliográficas

- ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky. O público e o privado na atenção à saúde: notas para uma caracterização de trajetórias e desafios no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos*. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky. Os planos de saúde e as ameaças ao sistema de saúde brasileiro na atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). *A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014. Brasília: MEC, 2014.
- BRAVO, Maria Inês de Souza. A Política de Saúde na Década de 90: Projetos em Disputa. In: *Superando Desafios – Cadernos do Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: UERJ/ HUPE. Serviço Social, 1999. Vol. 4.
- BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde*. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, MS, 2007.
- BRAVO, Maria Inês de Souza; MENEZES, Juliana de Souza. A Política De Saúde Na Atual Conjuntura: algumas reflexões sobre os governos Lula e Dilma. In: SILVA, L. B.; RAMOS, A.

- Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas*. São Paulo: Papel Social, 2013.
- CARDOSO, Renata de Oliveira. O Processo de Contrarreforma do Estado Brasileiro e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: a privatização mascarada dos Hospitais Universitários. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. *A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.
- CORREIA, Maria Valéria Costa. EBSEH: Lutas e Resistências à lógica mercantil nas Universidades. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. *A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.
- DAIN, Sulamis; QUADROS, Waldemir Luiz; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. Renúncia fiscal e assistência médica suplementar. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Agência Nacional de Saúde Suplementar*. Regulação e saúde: estrutura, evolução e perspectivas da assistência médica Suplementar. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2002.
- DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; Dweck, E.; OLIVEIRA, A. L. *Economia para poucos: impactos da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 32-56.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 151-163, 2012.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- KONDER, Leandro. O Trabalho e a Crise da Modernidade. *O Social em questão*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 39-50, 1997.
- LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E. D. (Org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983.
- LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MENDES, Áquilas. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, vol.24, supl.1, p.66-81, 2015.
- MENDES, Áquilas. Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MENDES, Áquilas; WEILLER, José Alexandre Buso. Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 491-505, abr./jun. 2015.
- MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno. *Práticas de Saúde: processos de trabalho e necessidades*. São Paulo: Cefor, 1992.
- MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. Trabalho em Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. *Dicionário de educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. *Mensuração dos gastos tributários: o caso dos planos de saúde - 2003-2011*. Brasília, DF: IPEA, 2013.

- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Renúncia de arrecadação fiscal em saúde no Brasil: eliminar, reduzir ou focalizar? In: *Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio; SANTOS, Fausto Pereira. *Mensuração dos Gastos Tributários em saúde - 2003-2006*. Brasília, DF: IPEA; 2011.
- OCKÉ-REIS, Carlos Octávio; SOPHIA, Daniela Carvalho. Uma crítica à privatização do sistema de saúde brasileiro: pela constituição de um modelo de proteção social público de atenção à saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 72-79, jan./abr. 2009.
- ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. In: *Cadernos de Saúde Pública*, 32(12). Acesso em 20/2/2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>
- ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; Dweck, E.; OLIVEIRA, A. L. *Economia para poucos: impactos da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 14-31.
- SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 04-22, jan./jun. 2012.
- SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Nelson Rodrigues. SUS, política pública de Estado: seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 273-280, 2013.
- SAYD, Patrícia Dutra. *Renúncia fiscal e equidade na distribuição de recursos para a saúde*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.
- SCAFF, Fernando Facury. Direitos Humanos e a Desvinculação das Receitas da União – DRU. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 236, p. 33-50, abr./jun. 2004.
- SILVA, Letícia Batista. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 1, p. 200-209, jan./abr. 2018
- SOUZA, Giselle; SOARES, Morena Gomes Marques. Contrarreformas e Recuo Civilizatório: Um Breve Balanço Do Governo Temer. *SER Social*, v. 21, n. 44, p. 11-28, 13 mar. 2019.

Residências multiprofissionais em saúde: elementos acerca do direcionamento pedagógico da formação

Ana Maria Ferreira*

Laura Marcelino Leal**

Laura Pires Gualberto Marçola***

RESUMO: O presente artigo é parte da pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada entre 2017 e 2018, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social/UFJF em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tem aqui por objetivo identificar as concepções pedagógicas dos programas de residência no que tange aspectos como organização, princípios e diretrizes nos quais a formação se assenta. A perspectiva pedagógica será discutida a partir de uma revisão bibliográfica do Serviço Social. Este estudo evidenciou uma definição de residência no que se refere aos aspectos formativos em consonância com o aparato normativo, todavia sem apontar as mediações fundamentais relacionadas aos projetos em disputa tanto na saúde quanto na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Residência; Formação; Direcionamento pedagógico.

Multiprofessional residencies in health: elements about the pedagogical orientation of the formation

ABSTRACT: This article is part of the research entitled “Multiprofessional Residency in Health and Social Work: theoretical and political-pedagogical mapping”, carried out between 2017 and 2018, by the Study and Research Group on the Fundamentals of Social Work (GEPEFSS), from the Faculty of Service Social / UFJF in partnership with the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). It aims to identify the pedagogical conceptions of residency programs in terms of aspects such as organization, principles and guidelines on which the training is based. The pedagogical perspective will be discussed based on a bibliographic review of Social Work. This study showed a definition of residency with regard to formative aspects in line with the normative apparatus, however without pointing out the fundamental mediations related to the disputed projects in both health and education.

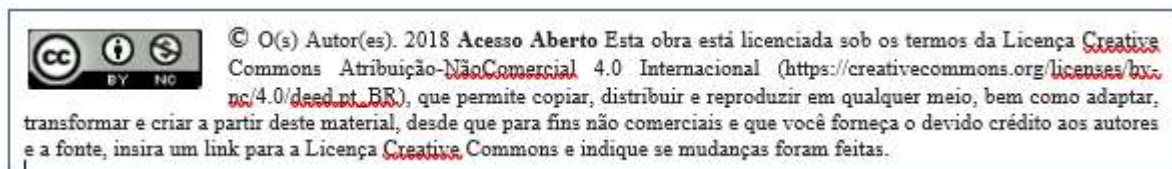
* Assistente Social, Doutora em Serviço Social, professora da Faculdade de Serviço Social/ UFJF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social/ GEPEFSS. E-mail: anaferreira01@yahoo.com.br.

** Mestranda em Serviço Social pelo Programa Pós-graduação em Serviço Social/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social/ GEPEFSS. E-mail: lauraleal53@yahoo.com.br.

*** Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social/ GEPEFSS. E-mail: lauragmarcola@gmail.com.

KEYWORDS: Residency; Formation; Pedagogical Direction.

Submetido em 11/09/2019
Aprovado em 21/04/2020



Introdução

Este artigo se apresenta como desdobramento da pesquisa “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada entre 2017 e 2018. A pesquisa tem por objetivo apresentar análises da revisão de produção bibliográfica do Serviço Social sobre as Residências que englobou 72 produções, a saber: 17 artigos de periódicos da área; 46 artigos dos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)¹ e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)²; e 9 teses e dissertações de autoria de assistentes sociais acerca das Residências. No que tange ao debate aqui apresentado traremos à baila reflexões - a partir dos elementos da pesquisa - acerca do direcionamento pedagógico das residências, refletindo sobre os princípios e o significado da formação para o SUS.

Para fins deste trabalho, definimos a perspectiva pedagógica como categoria analítica a ser destacada nas publicações encontradas. Nosso objetivo foi identificar as concepções que perpassam a organização, os princípios e as diretrizes sob os quais se desenvolvem a dinâmica pedagógica expressa nos trabalhos levantados que manifestam os caminhos que têm sido percorridos nos programas de residência.

É fundamental destacar que compreendemos como perspectiva pedagógica os princípios e diretrizes sob os quais se assentam a formação, bem como os elementos presentes

¹ A referida pesquisa abrangeu os seguintes anos: 2010; 2012; 2014 e 2016.

² A referida pesquisa compreendeu o seguinte período: 2010; 2013 e 2016.

na forma de organização e estruturação das atividades a serem desenvolvidas pelos residentes considerando a dimensão teórico-prática. Apontamos como necessária tal reflexão no sentido de reconhecer a residência como locus de formação para o trabalho no SUS sob a forma de educação permanente em saúde, e não apenas como treinamento em serviço. Além disso, ao analisarmos atentamente a questão pedagógica é imprescindível considerarmos que esta aponta para aspectos mais amplos da sociedade, ou seja, têm relação com a construção de projetos para sociedade, em se fazer as mediações entre a dinâmica microsocial e macrossocial. Portanto, para além da saúde e da educação, ainda estes sejam locus privilegiados para o desenvolvimento das atividades da residência.

A perspectiva pedagógica explicitada através das análises das publicações, referentes aos programas de residência no país fazem referência ao Projeto da Reforma Sanitária e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), visando uma formação profissional competente para o SUS.

Fazendo um parêntese ao debate da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) é imprescindível considerarmos que “ainda que parte da implementação da RSB possa ser traduzida por políticas de saúde, a exemplo da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), sua concepção e sua formulação transcendem às políticas estatais” (PAIM, 2008, p. 29). Portanto, um debate que ultrapassa uma análise setorial, estando em consonância com a perspectiva de totalidade. Esta é a origem do debate, porém, por uma série de circunstâncias fruto da dinâmica da sociabilidade do capital, o debate da RSB foi substituído por um debate do SUS, da política de saúde, sendo que este era um dos componentes apontados e não o único, haja vista que se apontava para a necessidade de transformações profundas na sociedade.

Podemos afirmar que em todos os trabalhos analisados foi possível constatar congruência em diversos momentos, principalmente no que se refere à concepção de Residência definida como ensino em serviço, bem como sua organização e dinâmica previstas pelas normatizações gerais que organizam tal espaço de formação, quais sejam: a Portaria 198/GM de 2014; A Lei 11.129/2005, bem como a Resolução da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) N° 2/2012 que dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Profissional de Saúde.

Art. 3º Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, destinado às profissões da saúde, excetuada a médica, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, duração mínima de 02 (dois) anos e em regime de

dedicação exclusiva (BRASIL, 2012: s/p.).

É necessário destacar que a referência ao aparato normativo/legal em si não se constitui um problema, a questão importante a ser observada está relacionada à delimitação das concepções e do desenvolvimento das atividades unilateralmente baseadas em tais determinações. Sendo construída desta forma, quando não se considera a dinâmica da totalidade, a formação se torna engessada e restrita. Neste sentido, é fundamental ter clareza das alterações no mundo do trabalho, a precarização das políticas sociais, a ofensiva do capital, ou seja, as relações macrossociais e microssociais, realizadas as devidas mediações vão influenciar o desenvolvimento da residência no seu cotidiano como *locus* de formação em serviço. Esta interferência ocorrerá seja no âmbito da residência (no aspecto formativo), como também no âmbito institucional e nas condições gerais de vida dos usuários que acessam os serviços de saúde. Dessa forma, ao se desconsiderar esta relação (macro/micro), cada vez mais a perspectiva da educação em serviço pode se sobrepor a de educação permanente.

Também podemos apontar que os desafios elencados nessa modalidade de formação continuada são presentes e convergem na totalidade dos trabalhos analisados. Tais desafios estão relacionados às condições que o trabalho assume na contemporaneidade em sua dinâmica de precarização; a dificuldade de superação da centralidade no saber médico; a relação teoria e prática na dinâmica de organização do trabalho, entre outros que buscaremos apontar ao longo deste artigo. Apesar destes desafios a residência é tida como um espaço privilegiado na medida em que oportuniza espaços de diálogo entre as diferentes profissões e estimula o conhecimento através da pesquisa, bem com potencializa a apreensão e o atendimento ampliado às necessidades de saúde (CLOSS et al. 2012).

Perspectiva Pedagógica dos Programas de Residência.

Neste item, trataremos o debate em torno dos elementos identificados nas publicações que nos auxiliam a compreender a concepção pedagógica das residências. O objetivo é apontar o que os programas têm desenvolvido em termos de experiências exitosas ou não-exitosas que nos informam sua concepção para a formação. A partir desses elementos analisaremos os aspectos pertinentes tendo como referência a compreensão de formação presente nas Diretrizes Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que traduzem o Projeto Ético-Político do Serviço Social e, portanto, define um direcionamento para a formação e exercício profissional.

A definição unânime de Residência encontrada na pesquisa passa necessariamente pela dimensão normativa instituída pela Lei 11.129/2005 que estabelece a criação dos programas de Residência Multiprofissional, conforme destacado dos seguintes artigos:

Art. 13. Fica instituída a Residência em Área Profissional da Saúde, definida como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a médica.

§ 1º A Residência a que se refere o caput deste artigo constitui-se em um programa de cooperação intersetorial para favorecer a inserção qualificada dos jovens profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A Residência a que se refere o caput deste artigo será desenvolvida em regime de dedicação exclusiva e realizada sob supervisão docente-assistencial, de responsabilidade conjunta dos setores da educação e da saúde.

Art. 14. Fica criada, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, cuja organização e funcionamento serão disciplinados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Saúde (BRASIL, 2005:10).

Outra importante regulação identificada nos trabalhos foi a Portaria Nº 198/GM de 13 de fevereiro de 2004, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências.

Conforme sinalizamos, os trabalhos analisados apontaram para aparato normativo da residência como elemento fundante na definição e organização dos programas. Dessa forma, algumas legislações tiveram destaque. No que concerne o debate da questão pedagógica, ressaltamos a Resolução n.02, de 13 de abril de 2012 que traz aspectos com relação à organização dos programas.

Art. 5º As instituições que oferecerem Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde serão responsáveis pela organização do Projeto Pedagógico - PP dos respectivos programas de pós-graduação, em consonância com a legislação vigente.

§1º O PP de um Programa de Residência em Área Profissional da Saúde é orientado pelo desenvolvimento do núcleo específico dos saberes e práticas inerentes a cada profissão, em determinado campo de conhecimento.

§2º O PP de um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde é orientado pelo desenvolvimento de prática multiprofissional e interdisciplinar em determinado campo de conhecimento, integrando os núcleos de saberes e práticas de diferentes profissões, devendo, para isto, considerar que:

I. para ser caracterizado como Residência Multiprofissional em Saúde, o programa deverá ser constituído por, no mínimo, 03 (três) profissões da saúde;
II. quando o programa constituir-se por mais de uma área de concentração, cada área deverá também contemplar, no mínimo, três profissões da saúde;
III. as atividades teóricas, práticas e teórico-práticas de um Programa de Residência Multiprofissional em Saúde devem ser organizadas por:

- a. um eixo integrador transversal de saberes, comum a todas as profissões envolvidas, como base para a consolidação do processo de formação em equipe multiprofissional e interdisciplinar;
- b. um ou mais eixos integradores para a(s) área(s) de concentração constituinte(s) do Programa;
- c. eixos correspondentes aos núcleos de saberes de cada profissão, de forma a preservar a identidade profissional (BRASIL, 2005).

Podemos apontar que a definição de Residência a partir da legislação reafirmada nas publicações aponta para a educação permanente afinada com os princípios do SUS e também a referência ao art. 200 da Constituição. Neste sentido, remete a um modelo pedagógico estruturado pela regulação nacional. As publicações analisadas apontam a necessidade de formação alicerçada aos princípios do SUS e direcionada a atenção integral a saúde, conforme exemplifica o trabalho de Costa (2016)

No âmbito da saúde, a formação de recursos humanos é orientada pelas Diretrizes Nacionais dos cursos de graduação da área de Saúde, que sinalizam a exigência de uma qualificação comprometida com o SUS e direcionada para o trabalho em equipe e para a atenção integral à saúde. No caso do Serviço Social, por se tratar de uma profissão que não é exclusiva da saúde, a formação profissional segue as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. Estas apontam para uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que proporcione ao profissional a apreensão crítica da realidade, assim como da dinâmica das relações sociais, geradoras das múltiplas expressões da questão social em diversos campos, dentre os quais a saúde, exigindo do assistente social a construção permanente de respostas para seu enfrentamento (COSTA, 2016:143-144).

No que tange às estratégias pedagógicas, a Resolução nº 2 de 13 de abril de 2012 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde em seu art 5º estabelece que:

Art 5º - IV- O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde deve ser orientado por estratégias pedagógicas capazes de utilizar e promover cenários de aprendizagem configurados em itinerário de linhas de cuidado na rede de atenção à saúde, adotando metodologias e dispositivos da gestão da clínica ampliada, de modo a garantir a formação fundamentada na atenção integral, multiprofissional e interdisciplinar (BRASIL, 2012:3).

Nesta perspectiva, é fundamental considerarmos a Residência por um viés ampliado, isto é, em seus aspectos micro e macrossociais. Nesta acepção, Mioto et al. (2012) apontam a importância que os serviços públicos de saúde no Brasil assumem no que tange a formação profissional numa lógica de integração docente-assistencial. Todavia, há disputas na condução dos projetos de formação - entre a lógica de fragmentação/especialização *versus* trabalho coletivo, e também na relação entre público e privado.

Mioto et al. (2012) sinalizam para a resistência ao modelo baseado na especialização e na fragmentação do conhecimento, que repercute numa desintegração de serviços, e do

próprio usuário. Dessa forma, o debate da formação torna-se um ponto fundamental no que tange a reestruturação dos serviços, haja vista que esta reflexão pode propiciar uma nova lógica de estruturação que articule formação e o cotidiano dos serviços através da construção de práticas mais horizontalizadas, por exemplo.

Neste sentido, nas elaborações pesquisadas percebemos que a Residência Multiprofissional é tida como uma possibilidade de trazer modificações no Sistema Único de Saúde (SUS) através de uma formação diferenciada dos profissionais. Moraes et al. (2012:3) destacam em seu trabalho que “os programas apresentam variedades em relação a formatos metodológicos, porém, defendem a utilização de metodologias participativas e ativas em relação a educação permanente como eixo pedagógico”.

A residência enquanto modalidade de educação permanente está no bojo dessa disputa entre projetos, no sentido de que a lógica mercadológica presente na sociedade busca implantar práticas pedagógicas em que o residente é tido como membro da equipe, de forma a assumir funções que deveriam ser de responsabilidade do corpo de funcionários de cada instituição. É fundamental destacar que no conjunto dos trabalhos analisados na pesquisa ao fazerem referência à legislação, na maioria dos casos, não fazem as mediações acerca das disputas de projetos e o quanto isso compromete o processo formativo.

No trabalho de Andrade (2015) é salientado alguns aspectos comuns e inovadores da residência como espaço formativo, na medida em que:

Em comparação aos outros programas de pós-graduação lato sensu dessa área, a Residência Multiprofissional em Saúde inova em vários aspectos: na dedicação exclusiva ao processo formativo; na bolsa de educação pelo trabalho; na articulação intersetorial entre o Ministério da Educação com o Ministério da Saúde; na formação em serviço; novos cenários de prática; na articulação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, na articulação da graduação com a pós-graduação; na relação dialógica entre comunidade assistida e os profissionais de saúde em formação; e em outras estratégias pedagógicas em saúde (ANDRADE, 2015:60).

Rolim (2015) destaca a Residência Multiprofissional em Saúde, como:

proposta de um espaço significativo que busca uma transformação de certas práticas em ações norteadas pela reflexão da realidade e pelos princípios do Sistema Único de Saúde. A Residência contribui para redimensionar o cotidiano dos serviços de saúde e o trabalho do Assistente Social, articulando as práticas e os campos teóricos, ancorados nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e no Projeto Ético-Político da profissão (ROLIM, 2015:9).

Almeida e Salazar (2017) ressaltam que a Resolução nº 02 de 13 de abril de 2012, do

Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Superior e da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) dispõe sobre algumas diretrizes gerais para a efetivação das Residências Multiprofissionais em Saúde. O inciso V do artigo 5º da referida resolução propõe que “o Projeto Pedagógico (PP) deve prever metodologias de integração de saberes e práticas que permitam construir competências compartilhadas, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, de atenção e gestão na saúde” (BRASIL, 2012:2).

Conforme destacam Miotto et al. (2012) em seu trabalho, a disputa de projetos assinala as tensões e os pontos comuns aos programas de Residência. Nas palavras das autoras

Tensões se manifestam em vários aspectos relacionados à coordenação dos projetos, ao conteúdo da proposta pedagógica, ao número de horas destinadas à prática e a teoria, profissões a serem incorporadas e também no número de residentes por área profissional. (...) Porém, de maneira geral os programas estavam engajados na proposta de formação de qualidade, comprometidos com a mudança na forma de produzir saúde, com a superação da dicotomia teoria e prática e na capacidade que a formação em serviço possibilitasse, através da presença nas unidades de saúde, a transformação dos serviços de saúde (MIOTTO et. al, 2012:190).

A compreensão da existência de projetos de formação e projetos profissionais em disputa na residência deve ser tratada com clareza para que possamos definir as estratégias políticas e pedagógicas a serem impressas nesse tipo de formação. Como dissemos anteriormente, nos materiais pesquisados há um acordo na definição de residência a partir da legislação e expressa princípios com direções e compromissos na formação competente para o SUS. Porém, é necessário que possamos nos debruçar sobre as tensões desse terreno em disputa e como tais se manifestam no cotidiano dos envolvidos diretamente no processo de formação - residentes, tutores, preceptores - e os envolvidos indiretamente - demais profissionais do campo da saúde, usuários, professores, e outros para que sejam gestadas propostas que dialoguem com a defesa de uma saúde pública e de qualidade, e que considere a análise da realidade por um viés de totalidade. É necessário pensar de maneira articulada os elementos gerais e as formas como se expressam e são vivenciados em cada território, em cada região do país e cada área de atuação para definir estratégias que atentam as determinações específicas de forma conectada com o contexto mais amplo, no que se refere ao reconhecimento de princípios vinculados a diferentes projetos em disputa na sociedade. Reconhecer a forma como esses elementos constituem essencialmente a formação para o SUS e a defesa dos seus princípios.

Os dados sobre a estruturação da formação teórico-prática nos programas indicam um

alinhamento com as diretrizes para a Residência (BRASIL, 2010), que afirmam como eixos:

o foco para a aquisição de conhecimentos que possibilitem a elaboração de modelos teórico-práticos; inclusão de conteúdo voltados às áreas de concentração e áreas profissionais a que se referem os programas, e temas como à bioética, à ética profissional, à metodologia científica, à epidemiologia, à estatística, às políticas públicas de saúde e ao Sistema Único de Saúde (CLOSS et al, 2012:7).

No que se refere à proposta pedagógica, constatamos certa concordância no que tange ao apoio na legislação. Essa referência no aparato organizativo das Residências é importante, mas ao mesmo tempo nos trazem indagações fundamentais, será que os programas têm limitado apenas ao estabelecido nas legislações? O fato desse apoio possui relação ou não com a aprovação de cada programa? Seria esse alinhamento com o aparato legal estratégico para assegurar a aprovação do programa de residência junto às instâncias burocráticas, ou seria posicionamento favorável a um determinado conjunto de princípios?

Segundo o trabalho de Rodrigues (2016) alguns elementos fundamentais podem ser destacados para pensarmos a relação entre os projetos pedagógicos e as Residências. Segundo a autora

A formação como processo presente nos Programas de Residência oportuniza análises inicialmente voltadas aos projetos pedagógicos e a dimensão teórico-política articulada às intencionalidades. Destaca-se que as propostas devem estar vinculadas aos interesses e necessidades do SUS e pressupostos presentes na Política Nacional de Saúde (Lei N.º 8.080/1990). Outro ponto importante é o papel das instituições formadoras e das Associações/Conselhos Profissionais que definem/defendem determinado projeto de formação em suas respectivas áreas profissionais (RODRIGUES, 2016:74).

Neste sentido, no que tange especificamente ao serviço social, o Código de Ética Profissional de 1993 aponta a necessidade da formação continuada se constituir como princípio para a atuação do assistente social. Consta no Título II Dos Direitos e das Responsabilidades gerais do/a assistente social, em seu artigo 2º- alínea f- “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código” (CFESS, 2011:26).

Sendo o Código de Ética expressão do projeto ético-político profissional, este estabelece um conjunto de princípios sob os quais tanto a formação quanto o exercício profissional devem se pautar. Tais princípios como a defesa dos direitos, a equidade e justiça social, reconhecimento da liberdade como valor central e a defesa da democracia e da cidadania, são concepções que estão diretamente vinculadas aos princípios da Reforma Sanitária e, mais amplamente, com os princípios Constitucionais sob os quais se baseiam a proposta de organização das Residências Multiprofissionais.

A defesa dessa proposta de formação precisa estar presente em todas as áreas de intervenção do Serviço Social, sendo fortalecida no processo de educação permanente e resguardada em todos os níveis de qualificação, dado que o assistente social recebe uma formação generalista que o habilita a exercer sua atividade profissional em diversas áreas e a se inserir em diferentes processos de trabalho, o que demanda desse profissional um conjunto de conhecimentos variados, que engloba tanto os conhecimentos específicos do âmbito do Serviço Social, quanto àqueles decorrentes do espaço sócio ocupacional em que está alocado (COSTA, 2016: 71-72).

Ao considerarmos as Diretrizes para a formação profissional em Serviço Social elaboradas pela ABEPSS em 1996, temos claro o perfil que desejamos formar para buscar profissionais comprometidos com a direção posta pelos princípios do projeto ético-político profissional. Segundo Santos (2006:63)

Quanto ao *perfil do profissional que se pretende formar*, afirma ser o de um profissional capaz de privilegiar a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, com uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõem o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-operativa. A formação profissional se configura, então, como um processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo.

Considerando o contexto contemporâneo são colocados aos assistentes sociais um conjunto de exigências no sentido de apontar funções e competências para atuar na dinâmica da complexa realidade social. Considerando a proposta da ABEPSS para a formação profissional, é necessário que o profissional tenha sólida formação intelectual e cultural, crítica, competente, criativa e propositiva, para que possa desenvolver suas funções compreendendo o conjunto das relações sociais, com compromisso reafirmado cotidianamente com o Código de Ética Profissional.

O conjunto de princípios democráticos, nos quais a formação e o fazer profissional se baseiam, afinados com o projeto ético-político da profissão apontam para a criticidade e o desenvolvimento da capacidade de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Destaque para a conexão destes princípios com a direção proposta pela Reforma Sanitária e os princípios sob os quais se constrói a Constituição Federal de 1988. Conforme aponta o estudo de Costa (2016:72)

A inserção do assistente social na área de saúde coloca para o profissional a necessidade de uma formação especializada que lhe proporcione conhecimentos acerca das particularidades da política de saúde. É importante ressaltar que o trabalho e a formação profissional na saúde devem ser direcionados pela articulação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Projeto de Reforma Sanitária, uma vez que estes projetos apresentam princípios e valores comuns, os quais lhes atribuem uma identificação política.

Nesta direção o projeto de formação profissional, construído coletivamente pelo Serviço Social, opõem-se ao projeto de educação do capital, alicerçado na lógica mercadológica. Diante desta diretiva há uma contradição basilar entre os princípios do projeto ético político profissional e as proposições impostas pela educação formatada para o capital, estas com especificidades em seu nível superior e de pós-graduação.

Neste sentido, a organização pedagógica é fundamental para o planejamento e o fortalecimento dos princípios que orientam a formação. Além disso, também no que se refere à relação institucional entre universidade e cenários onde a residência acontece e a definição do perfil dos profissionais que se almeja formar para o SUS. Devemos apontar como direção propostas pedagógicas para além do formalismo da norma, que tenham foco nos princípios estabelecidos pela reforma sanitária e pelo projeto ético político profissional.

Um importante destaque refere-se à necessidade de compreender a diferença entre a lógica da organização dos serviços em saúde, centrada na produtividade de procedimentos técnico-operativos, e a lógica do trabalho da instituição formadora, centrada na produção de conhecimentos teóricos e metodológicos dos campos pedagógicos e núcleos específicos. O estudo de Araújo e Gelslechter (2014) traz elementos essenciais nessa perspectiva.

Assim, o treinamento em serviço para os residentes inseridos na RIMS se apresenta de forma contraditória, retratando a perversidade que perpassa a sociedade capitalista, que coloca em lados antagônicos o que está estabelecido na legislação e como isso se efetiva na prática, um descompasso entre o ideal e o real. No que diz respeito a expectativa da sistematização do conhecimento dos residentes, o contexto de sobrecarga de serviço tende a ser reduzido à práticas mecanicistas/rotineiras que dificulta cumprir com as diretrizes estabelecidas pelo Programa, limitando a assimilação entre teoria e prática (ARAÚJO; GELSLEICHTER, 2014:10)

Identificamos também desafios importantes no que tange a organização no cotidiano dos serviços na medida em que em alguns casos há uma participação restrita dos residentes em eventos científicos, considerando a necessidade de não trazer “prejuízos aos serviços”, bem como questionamento no que tange aos momentos de eixo teórico, na medida em que não há a presença do residente no cenário de prática.

Nesta discussão, o trabalho de Rodrigues (2016) aponta para aspectos que são fundamentais ao pensarmos acerca dos projetos pedagógicos que estão perpassando as residências multiprofissionais e a relação com o mundo do trabalho, na medida em que

Há os que acreditam que os residentes devem suprir a necessidade imediata de recursos humanos, reproduzindo procedimentos e respondendo às demandas dos serviços, inseridos na equipe de trabalhadores. (...) a presença

do residente nos serviços tem se tornado desafiante na medida em que a expectativa é de sua inserção como “mais um” a compor ou “substituir” o quadro de trabalhadores daquele local (RODRIGUES, 2016:79).

Em relação ao projeto pedagógico de Programas, destacamos a contribuição de Vale (2012) que apresenta o projeto pedagógico da Residência Multiprofissional do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para o Serviço Social e ressalta que:

Espera-se que o residente em Serviço Social na área de concentração em Saúde Funcional, ao final do curso deve ser um profissional apto a atuar nas expressões da questão social, na formação e implementação das propostas para o seu enfrentamento através de políticas públicas e desenvolver uma prática profissional multidisciplinar voltada para a produção de novos conhecimentos e melhoria da qualidade dos serviços de assistência (VALE, 2012:6).

Identificamos que poucas publicações trazem referências diretas ao projeto pedagógico dos Programas, sendo esta, assim, uma lacuna de pesquisa. As obras estão alicerçadas apenas na legislação, sem apontar outros horizontes, apesar de apontar a existência de obstáculos. Neste sentido, a elaboração de Vale (2012) se destaca inclusive ao fazer alusão às expressões da questão social como parte constituinte do projeto pedagógico.

Andrade (2015:65) discute a formação profissional do assistente social na residência e aponta o objetivo do Projeto Político Pedagógico da REMU/HU/ Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Promover a formação de profissionais da saúde na área de concentração de saúde do adulto e do idoso com ênfase em infectologia que saibam atuar no contexto da saúde coletiva nas três esferas assistenciais: promoção de saúde, prevenção de doenças e recuperação de doentes (reabilitação). Visa-se a submeter à lógica dominante do modelo médico e produzir linhas de fuga que estimulem uma atenção humanizada e centrada nos usuários (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2011:10-11, apud ANDRADE, 2015: 65).

Nesta direção, Andrade (2015) apresenta que o Projeto Político Pedagógico da REMU/HU/ Universidade Federal de Sergipe (UFS) estabelece um perfil de egressos aos residentes de Serviço Social ressaltando competências, habilidades e atitudes. Dessa forma,

Competências: teórica, ideológica e cultural na defesa dos direitos e exercício da cidadania (...) atuar na prevenção primária (...).

Habilidade: contribuir na resolução de problemas macro e micro; planejar, organizar, implementar e gerir programas de atendimento (...) implantar resoluções alternativas e inovadoras, bem como capacidade crítica, reflexiva e criativa.

Atitudes: conhecimentos socioculturais e técnicos científicos: que assegurem a percepção do presente e do futuro, permitindo-lhe compreender e avaliar as

mudanças e contradições no sistema capitalista como um fenômeno social (...). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2011:30-32, *apud* ANDRADE, 2015:69-70).

O trabalho de Rolim (2015) apresenta elementos pertinentes no que tange o projeto pedagógico da Residência Multiprofissional (RESMULTI) da Universidade Federal do Ceará, na medida em que traz a discussão da formação profissional articulada teoria e prática e conexão entre os espaços, Universidade, serviços de saúde e comunidade.

a formação de um profissional generalista e humanista, ético, comprometido com a Universidade na melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão e prestação de serviços à comunidade; a matriz curricular integrada e sua correspondente organização institucional que articula dinamicamente prática e teoria, trabalho e ensino, ensino e comunidade, por meio da integração dos conteúdos e das disciplinas. A vivência, a observação e a reflexão sobre problemas extraídos da realidade irão despertar o interesse para os temas estudados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010:12 *apud* ROLIM, 2015:45).

Os estudos apontaram dois elementos fundamentais para a formação do residente: a interdisciplinaridade e a pesquisa. Neste sentido, apesar dos desafios a residência é tida como um espaço privilegiado na medida em que oportuniza espaços de diálogo entre as diferentes profissões e estimula o conhecimento através da pesquisa, seja através das investigações cotidianas, seja por meio do Trabalho de Conclusão de Residência.

Outra questão que destacamos se refere à previsão de capacitação para preceptores e tutores previstas no projeto pedagógico:

Para isso, é necessário que estes profissionais estejam preparados em todos os níveis de atuação, o que sugere uma capacitação planejada e permanente, buscando alcançar todos os níveis de formação, articulando também os princípios e objetivos do programa de residência multiprofissional. No entanto, apesar desta capacitação ser proposta no projeto em questão, devemos destacar a ausência de planejamento e método para que esta seja realizada, além de que a proposta apresentada se refere a uma formação de maneira interdisciplinar, o que nos refere também a necessidade de uma capacitação restrita a cada profissão, envolvendo cada uma das categorias, visto que estas possuem atribuições específicas a serem tratadas no processo (ANDRADE; SANTOS, 2016:9).

O trabalho de Closs et al. (2012) aponta que a potencialidade da residência consiste na apreensão e atendimento ampliado às necessidades de saúde. De acordo com as autoras

O processo de formação ocorre através da integração dos eixos ensino-serviço-comunidade e da permanente inter-relação entre os núcleos de saberes e práticas das profissões envolvidas na formação. Esta formação procura romper com a lógica de fragmentação entre as

profissões, bem como superar a dissociação entre ensino e serviço, situando a rede do SUS como lócus de aprendizagem (CLOSS, et al. 2012:03).

Nesta perspectiva, as autoras expõem que através da residência pode-se ter uma mudança na atenção em saúde, haja vista uma maior possibilidade de se construir uma abordagem integral do processo saúde-doença. Nas palavras das autoras

Merece destaque a concepção pedagógica crítica presente nessa modalidade de formação, viabilizada através do eixo ensino-aprendizagem -trabalho: aprender como processo dinâmico que visa empreender respostas a dada realidade, permeada por necessidades concretas e pessoas em interação, na qual o saber é confrontado e desafiado pelo trabalho. A integralidade da atenção e o trabalho em equipe também são centrais nos processos de ensino/trabalho realizados na residência, os quais devem estar alicerçados em projetos pedagógicos críticos e consistentes e ambientes de trabalho qualificados ao ensino em serviço (CLOSS, et al. 2012:03).

O trabalho de Closs et al. (2012) se destaca no sentido de trazer alguns apontamentos mais críticos que não aparecem de forma consistente nas demais produções. Nesta acepção, as autoras desenvolvem a questão do processo dinâmico da realidade, na relação com as necessidades concretas, e a importância da integralidade da atenção e do trabalho em equipe.

Na medida em que avançamos na literatura pesquisada ressaltamos a necessidade de se construir estratégias pedagógicas condizentes com os princípios do SUS, para o qual esta formação se destina. Neste sentido, a elaboração de projetos pedagógicos afinados com ações que traduzem os caminhos que precisamos trilhar na defesa da saúde como direito de todos, isto é, como constitutiva da cidadania. A concepção pedagógica deve estar conectada com o perfil que queremos formar, estimulando a formação crítica e comprometida, que estimule a pesquisa e seja afinada com a democracia.

Considerações finais

Ao pensarmos a residência como um espaço diferenciado de formação, Silva (2010) avança no que tange aos aspectos pedagógicos na medida em que expõe

Pensar a residência multiprofissional em saúde para além do instituído, dos organogramas, das normas, regras, do estruturado. É reconhecer o protagonismo dos sujeitos, a sua capacidade de re-significar seus saberes, de desenvolver sua autonomia e instituir novas práticas na saúde a partir do movimento de atores interessados e comprometidos com esta proposta (SILVA, 2010:3-4).

Nesta acepção, temos com este trabalho a intencionalidade de estimular um debate que consideramos necessário e urgente. A concepção pedagógica que prevalece entre os materiais que analisamos vincula-se ao conjunto de normas que organizam os programas de residência. Apesar de estar diretamente vinculada aos princípios que direcionam a formação para o SUS, ainda há necessidade de ir além, no sentido de construção coletiva de estratégias pedagógicas que possibilitem o reforço do projeto de saúde vinculado aos princípios e valores da reforma sanitária, com horizonte para além do formalismo da norma.

No tempo presente temos desafios principalmente no campo da formação marcado pelas diversas disputas entre os diferentes projetos, sinalizado pelo embate entre público e privado. Assim, assinalamos que a nossa perspectiva se coloca em favor de uma direção democrática e comprometida alicerçada nos princípios da Reforma Sanitária e no SUS. Diante desse terreno tenso de disputas afirmamos um conjunto de possibilidades na busca da formação de qualidade na residência como espaço de formação para o SUS: a importância do estímulo ao protagonismo do residente como abordagem pedagógica, a residência como forma de avançar no debate do conceito ampliado de saúde, a possibilidade de trabalho interprofissional.

O trabalho de Rodrigues (2016) ressalta elementos essenciais ao pensarmos a relação entre a organização da educação pública em sentido macrossocial com a dinâmica da residência. Nas palavras da autora

Ainda que com resistências de coletivos que acreditam e lutam por uma educação pública, de qualidade e socialmente referenciada, o viés meritocrático e do produtivismo acadêmico impera, com índices e pontuações que produzem e reproduzem a intensificação do trabalho. Consideramos que esta perspectiva fortalecida pelo viés meritocrático, assentado em exigências cada vez maiores em termos de produtivismo acadêmico, fragiliza iniciativas com viés extensionista, como as relativas aos Programas de Residência (RODRIGUES, 2016:75-76).

A referida autora (2016) acrescenta que a residência tem possibilidade de construir práticas de trabalho articulado, todavia, sem perder de vistas as especificidades profissionais.

Aliado a discussão do processo formativo, Eleutério, Costa (2012) apontam para o desafio na estruturação da preceptoria, tendo em vista que a compreensão de alguns profissionais que residente é mão-de-obra, no sentido de compor o serviço, devido o reduzido número de recursos humanos, frente ao aumento de demandas postas por diferentes segmentos, usuários, familiares e/ou responsáveis, profissionais e instituição. É importante considerarmos que esta dinâmica, não está descolada de uma análise macrossocial, das mudanças no mundo do trabalho, de acirramento das expressões da questão social e de ofensiva do capital para com

os direitos do trabalho.

Closs et.al (2012) atribuem que a potencialidade da residência multiprofissional em saúde consiste em sintonizar trabalho e formação. Nesta acepção, é possível uma aproximação com as necessidades de saúde população usuária e para o trabalho em equipe, tendo em vista o conceito ampliado de saúde e a determinação social do processo saúde/doença. Todavia, Closs et. al (2012:3) destacam com relação a residência que “sua conformação como política pública é recente, o que aponta para a importância de serem ampliadas as pesquisas sobre essa formação, tendo em vista consolidá-la e qualificá-la”. Isto é, são necessários debates, pesquisas, trocas para que sejam desveladas as lacunas e as potencialidades dessa modalidade de formação, isto é, que façam a relação entre os aparatos normativos e o cotidiano dos serviços, considerando a realidade em sua complexidade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Wagner Lopes de; SALAZAR, Silvia Neves. Residência multiprofissional em saúde: considerações para a construção da integralidade na perspectiva do Serviço Social. In: *O Social em Questão* - nº 37, p- 255-276, 2017.
- ANDRADE, Kércia Rocha. *A formação profissional do assistente social na residência multiprofissional em saúde do HU/UFS*. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. UFS, 2015.
- ANDRADE, Thayane Monteiro; SANTOS, Helen Marcele Carvalho dos. Formação Profissional, Serviço Social e Residência Multiprofissional: Análise do projeto pedagógico. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2016.
- ANDRADE, Patrícia Tiemy Arakaki Nakashima de; SCANDOLA, Estela Márcia Rondina; ASSIS, Maria de Fátima Bregolato Rubira de. O princípio do diálogo nas atividades educativas coletivas no programa de residência multiprofissional em saúde. In: *Serviço Social e Saúde*, Campinas, p-279-300, 2017.
- ARAÚJO, D. F.; GELSLEICHTER, M.Z. Residência Integrada Multiprofissional: uma estratégia de formação em serviço da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior e Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. *Resolução n.02, de 13 de abril de 2012*.
- _____. Ministério da Educação/ Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. *Resolução nº 3, de 04 de maio de 2010*. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15449-esol-cnrms-n3-04maio-2010&Itemid=30192. Acesso em: 02 de dezembro de 2018.
- _____. *Lei 11.129, de 30 de junho de 2005*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso 05 de Dezembro de 2018.
- CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; OLIVEIRA, Lêda Maria Leal; SOUZA, Auta Iselina Stephan de. Residência em Serviço Social: formação para o trabalho coletivo. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2012.
- CLOSS, Thaísa Teixeira; SILVEIRA, Lucia Rublescki; VARGAS, Tatiane Moreira de; MENEZES, Anne Cristian Estevem de; KOKOUREK, Sheila; NUNES, Ana Paula. O Serviço

Social nos programas de residência em saúde no Rio Grande do Sul. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2012.

ELEUTÉRIO, Adriana Paula da Silva; SOARES, Joseneide Costa. Residência Integrada Multiprofissional no HUOL e HUAB: os desafios do Serviço Social na realização da preceptoria. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; ALVES, Francielle Lopes; CAETANO, Patrícia da Silva; PRÁ, Keli Regina Dal. As residências multiprofissionais em saúde: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Serviço Social e Saúde*, Campinas, p- 185-209, 2012.

MORAES, Juliana Caçado; SILVA, Erika Vanessa; SILVA, Graziela Eliana Costa e; MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa; RIOS, Thamiris Inoué; Rosa, Carla Renata Lelis. A residência integrada e multiprofissional em saúde da UFTM: espaço privilegiado de educação continuada em Serviço Social. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2012.

RODRIGUES, Terezinha de Fátima. Residências Multiprofissionais em Saúde: Formação ou Trabalho? In: *Serviço Social e Saúde*, Campinas, p- 71-82, 2016.

SILVA, Aline Lima da; ARANTES, Rosana Freitas. Residência Multiprofissional em saúde: formação profissional ou precarização do trabalho? In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2016.

SILVA, Alaide Maria Morita Fernandes da. Mapas analíticos como instrumento para a avaliação da residência multiprofissional em saúde da família do Município de Londrina. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2010.

ROLIM, Gerusa do Nascimento. A Residência Multiprofissional em Saúde como espaço formativo e interdisciplinar: a experiência do Serviço Social em um Hospital Universitário Público. Disponível em: < <http://www.resposito.ufc.br/handle/riufc/11363>>. Acesso em: 01 de março de 2019.

SOUSA, Roberta Menezes. Participação e Serviço Social: experiência de formação do Conselho Local de Saúde em Sobral/CE. In: *Serviço Social e Saúde*, Campinas, -.133-154, 2012.

PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para compreensão e crítica*. Editora: Fiocruz, 2008.

VALE, Maria Auxiliadora de Oliveira. Assistente Social e a Residência Multiprofissional: espaço de troca de saberes e intervenção na área da saúde em Manaus. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, 2012.

Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: reflexões sobre competências e atribuições dos assistentes sociais/residentes

Luciana Gonçalves Pereira de Paula*

Joseane Barbosa de Lima**

Vanisse Bernardes Bedim***

RESUMO: O presente artigo é parte da pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada entre 2017 e 2018, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social/UFJF em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Possui o objetivo de apresentar reflexões sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social/residente, na área da saúde, especialmente no que se refere às suas competências e atribuições profissionais. Para isso, aponta, inicialmente um debate sobre requisições, competências e atribuições, no Serviço Social. Posteriormente traz alguns apontamentos sobre o trabalho do assistente social no campo da saúde. E apresenta a análise dos dados coletados em torno do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais/residentes. Nas considerações finais faz uma síntese reflexiva dos pontos centrais destacados na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; assistente social; trabalho; saúde; residência multiprofissional.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2003). Residência Multidisciplinar em Saúde da Família, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2007). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (2009). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014). Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora desde julho/2014. Pós-doutorado realizado entre dezembro de 2016 e novembro de 2017, no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, sob supervisão da Professora Yolanda Guerra. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), desde 2015.

** Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Serviço Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

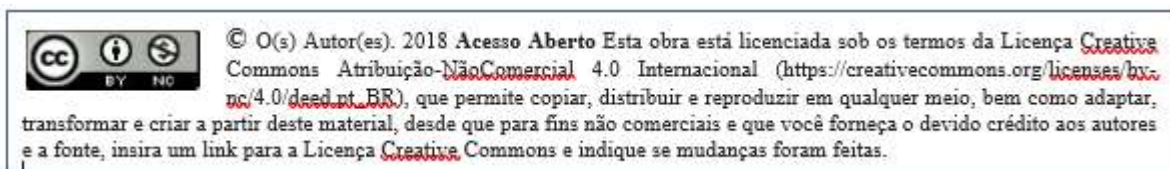
*** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduada em Instrumentalidade do Serviço Social com ênfase na Saúde, Educação, Assistência e Poder Judiciário pela Unidade de Ensino e Aprendizado de Viçosa (UNESAV). Especialista em Saúde Mental na Modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Mental pelo HU/UFJF. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF), Bolsista UFJF. Pesquisadora do GEDIS/CNPq/UFJF.

Multiprofessional residency in health and Social Work - reflections on the skills and duties of social workers / residents

ABSTRACT: This article is part of the research entitled “Multiprofessional Residency in Health and Social Work: theoretical and political-pedagogical mapping”, carried out between 2017 and 2018, by the Study and Research Group on the Fundamentals of Social Work (GEPEFSS), from the Faculty of Service Social / UFJF in partnership with the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). It aims to present reflections on the work carried out by the social worker / resident, in the health area, especially with regard to their professional competences and attributions. For this, it points, initially, a debate about requisitions, competences and attributions, in Social Work. Subsequently brings some notes on the work of the social worker in the health field. And it presents the analysis of the data collected around the work developed by social workers / residents. In the final remarks, he makes a reflexive synthesis of the central points highlighted in the research.

KEYWORDS: Social Work; social worker; job; health; multiprofessional residence.

Submetido em 19/06/2019
Aprovado em 12/04/2020



Introdução

O objetivo central do presente artigo consiste em apresentar parte da pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada no período de 2017 a 2018, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Dentre as várias frentes em que essa pesquisa se desdobrou, a que nos coube sintetizar e apresentar, nesse momento, refere-se a um mapeamento teórico sobre as competências e atribuições desenvolvidas pelos assistentes sociais/residentes, na área da saúde.

Para a exposição de nossas reflexões, o artigo se constitui em três sessões: a apresentação de algumas reflexões sobre as competências e atribuições profissionais dos

assistentes sociais; um breve resgate da constituição sócio histórica de nossa profissão e da inserção dos assistentes sociais no campo da saúde, enquanto um importante espaço sócio ocupacional; reflexões e análises sobre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, a partir dos dados coletados em nossa pesquisa.

Por último, apresentamos algumas considerações que fazem uma breve síntese das reflexões realizadas ao longo do artigo, com o intuito de provocar e estimular futuros debates.

Algumas reflexões sobre as atribuições e as competências profissionais dos assistentes sociais.

A perspectiva histórico crítica, hegemônica entre os profissionais do Serviço Social, compreende o surgimento dessa profissão organicamente articulado ao processo sócio histórico de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase monopolista (na passagem do século XIX para o século XX). Nessa ótica de análise, compreende-se que o Serviço Social emerge, na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a *questão social*, pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção econômicos, políticos e sociais. Desse modo, a institucionalização da profissão relaciona-se à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, sendo o assistente social demandado para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais implementadas pelo Estado (NETTO, 2005a).

Ao longo do processo sócio histórico de desenvolvimento do Serviço Social, em meio à realidade brasileira, a partir da década de 1930, o campo das atribuições profissionais constituiu-se do modo bastante amplo. A fragmentação das políticas sociais e a expansão setorializada de ações voltadas para os mais diversos campos da atuação profissional (como saúde, previdência, assistência, habitação, etc.), oferecem ao assistente social um mercado de trabalho multifacetado, que lhe apresenta uma variada gama de requisições.

Assim como Guerra *et al* (2016, p. 04), compreendemos que “as atribuições, demandas e requisições da profissão indicam a sua natureza, seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, sua funcionalidade ao Estado e suas estratégias de responder à crise do capital”.

As requisições que se apresentam aos assistentes sociais podem estar direcionadas à prestação de um serviço, à execução de projetos e/ou programas sócio assistenciais, ou a própria realização do trabalho profissional. Segundo Guerra *et al* (2016, p. 04), “na linguagem jurídica,

requisitar é requerer com autoridade ou exigir. Nesse sentido, a requisição é a exigência legal, emanada de autoridade competente para que se cumpra, se preste ou se faça o que está sendo ordenado”.

Nessa direção, percebemos que a requisição é, geralmente, institucionalizada, pois ela emana da instituição que contrata o assistente social. Entretanto, essa requisição pode ser acolhida ou não, pelo profissional, a depender da sua natureza. Assim, o profissional do Serviço Social possui autonomia (embora essa sempre seja relativa), para identificar se as requisições apresentadas pela instituição são compatíveis ou não com o seu exercício profissional, ou seja, com aquilo que compõe o conjunto de competências e atribuições dos assistentes sociais.

De acordo com a Lei de Regulamentação da profissão, que se constitui no estatuto jurídico que dispõe sobre as atribuições privativas e competências dos assistentes sociais, a competência refere-se a “capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (CFESS, 2012, p. 37).

Destacamos que o rol de competências dos assistentes sociais, que hoje encontra-se exposto na Lei de Regulamentação da profissão, foi construído por meio do processo histórico que constituiu o próprio significado do Serviço Social, enquanto profissão. Portanto, são competências legalmente designadas e socialmente reconhecidas.

As competências profissionais dos assistentes sociais são, portanto, a expertise que esse determinado profissional possui (ou deve possuir) para o exercício de sua profissão. Esses elementos devem, assim, ser abordados e trabalhados no âmbito da formação acadêmica para que os assistentes sociais sejam capazes de planejar, implementar, executar e avaliar projetos, programas e políticas sociais.

Dessa forma, percebemos que as competências estão articuladas às habilidades que os assistentes sociais, necessariamente, precisam desenvolver para uma atuação profissional qualificada. No entanto, elas não são específicas dos profissionais do Serviço Social. Aquilo que é privativo dos assistentes sociais chamamos de atribuições, de acordo com a nossa Lei de Regulamentação.

Percebemos que é no momento da delimitação do que consiste ou não atribuição privativa do assistente social, que encontramos os maiores conflitos. Por vezes, algumas requisições apresentadas pela instituição ao profissional do Serviço Social não constituem suas atribuições e, em alguns casos, nem mesmo suas competências. Nesse sentido, comumente

constata-se, nos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, a ocorrência de requisições equivocadas sendo apresentadas aos profissionais como suas atribuições.

Por isso, esse debate se faz tão relevante. Faz-se necessário que os assistentes sociais tenham clareza das suas competências e atribuições para assumir, de maneira qualificada, aquilo que lhes compete e recusar, de forma fundamentada, aquilo que não é de sua alçada.

No contexto atual de grave crise do capital, enfrentamos uma realidade de alargamento do desemprego e do subemprego, em face de um modelo produtivo que exige cada vez mais flexibilização, polivalência, desespecialização e desprofissionalização do trabalho. As tendências postas, hoje, no mercado de trabalho, apontam para a eliminação dos conteúdos concretos e específicos das formações disciplinares, buscando a diluição das particularidades profissionais em um conjunto de atividades comuns, requisições as quais todos os profissionais devem responder (GUERRA *et al*, 2016).

Essa tendência à diluição das especificidades profissionais se agrava na medida em que os assistentes sociais passam assumir funções de gestão e formulação de políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens no âmbito das organizações públicas e privadas. Muitas vezes, o próprio assistente social, ao ocupar cargos de planejamento e gestão, deixa de se perceber enquanto profissional do Serviço Social, esquecendo-se de que essas ações estão postas na Lei de Regulamentação como suas competências.

Segundo Guerra (2012) o espaço reservado ao Serviço Social enquanto um ramo de especialização do trabalho coletivo é o de dar respostas, buscar soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico profissionais, e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. Contudo, o padrão de política social vigente fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, apontando para uma intervenção profissional imediata, pontual e focalizada. Ou ainda, nos termos da autora, "eminente instrumental, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele" (GUERRA, 2012, p. 53)

Muitos são os desafios enfrentados pelos assistentes sociais que orientam sua atuação profissional no sentido de superar a imediatividade do cotidiano dado o modelo de política social focalizada e de desmonte de direitos sociais de cunho universal, donde se destaca a política de saúde. Aqui, os assistentes sociais vivenciam o desafio de formular estratégias - tanto

no âmbito da formação, quanto no âmbito do exercício profissional - que efetivem, articuladamente com outros profissionais, o direito à saúde.

O trabalho profissional do assistente social na área da saúde – alguns apontamentos.

Na década de 1940 os serviços de saúde encontravam-se em momento de estruturação, no Brasil. Naquele período, tanto o Serviço Social, quanto as demais profissões que se constituíam nesse campo pautavam-se em pressupostos conservadores, especialmente na perspectiva teórico-metodológica positivista. A inserção do Serviço Social nos dispositivos de saúde justificava-se pela compreensão do assistente social como aquele que poderia auxiliar o trabalho médico. Segundo Matos (2013), a denominação “paramédico” definia os outros profissionais não médicos que trabalhavam na área da saúde.

Conforme afirma Matos (2013, p. 57):

Na área da saúde, o Serviço Social surge nos hospitais com a demanda de construir um elo na instituição com a família e com o usuário, visando a garantir o seu tratamento após a alta, bem como para realizar um trabalho com a família para que não sofresse materialmente com a ausência do chefe. A intervenção do assistente social era baseada no atendimento, com recurso à metodologia do Serviço Social de Casos, que devido à sua referência ao funcionalismo, compreendia que os problemas vividos pelos “clientes” eram frutos de seu próprio comportamento e que, portanto, mudando os seus hábitos, alterar-se-ia a sua situação.

A década de 1950 foi marcada pela ideologia desenvolvimentista que se realizava por meio de ações implementadas por uma política desenvolvimentista que utilizava como estratégia central o desenvolvimento de comunidade (DC). As ações do DC foram implementadas em nosso país com o auxílio de várias categorias profissionais, civis e militares, que receberam treinamento específico em países capitalistas centrais – especialmente nos EUA.

A incorporação do assistente social às equipes do DC fez com que ocorresse uma alteração no eixo da intervenção profissional: “passou-se de uma prática restrita, focada em atendimentos individuais e grupais centrados na tríade ordem, moral e higiene, para o desenvolvimento de práticas que visavam a promoção da harmonia social na relação Estado/sociedade” (PAULA, 2014, p. 234).

No campo da saúde, também, os assistentes sociais começaram a trabalhar na perspectiva da política desenvolvimentista, adotando o planejamento tecnocrático e o trabalho com a comunidade (Serviço Social de Comunidade).

Na década de 1960 o Brasil passou a viver uma ditadura civil/militar/empresarial que foi instaurada por meio de um golpe em 1964. Este processo suscitou amplas reflexões em meio à categoria profissional, no nosso país, que se desenvolveram em três direções que constituíram o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil: a *perspectiva modernizadora*; a *reatualização do conservadorismo*; e a *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional (NETTO, 2005b).

Esses processos ideopolíticos que se constituíram na trajetória sócio histórica de nossa profissão ocorreram em paralelo a significativas lutas, mobilizações e reivindicações no campo da saúde. A década de 1970, no Brasil, foi palco do Movimento de Reforma Sanitária, que se constituiu enquanto base para o reconhecimento da saúde em seu conceito ampliado, na Constituição Federal de 1988, assegurando essa política como um dever do Estado e direito de todos os cidadãos.

Parte de nossa categoria profissional atuou diretamente junto ao Movimento de Reforma Sanitária, no Brasil, defendendo princípios democráticos, expansão de direitos e gratuidade no acesso à saúde. Isso fez com que o novo projeto profissional que se gestava no Serviço Social, com maior maturidade intelectual, passasse a defender, especialmente, a partir dos anos de 1980, uma Política de Saúde pautada na universalização do direito.

Entretanto, na década de 1990, em meio a um contexto de ofensiva neoliberal, o Projeto de Reforma Sanitária passou a perder cada vez mais espaço para um projeto privatista de saúde, que privilegia os interesses do grande capital, transformando o acesso à saúde em mercadoria. Essa nova configuração da política de saúde rebate e impacta diretamente o trabalho dos assistentes sociais em vários aspectos: nas condições de trabalho, no âmbito da formação, através das influências teóricas, por meio do maior número e da variedade de demandas, etc. Nessa conjuntura, de intenso desmonte das políticas sociais, o trabalho dos assistentes sociais torna-se cada vez mais precarizado e os profissionais são chamados somente para amenizar a situação de pobreza em que a classe trabalhadora se encontra.

Buscando oferecer subsídios de atuação para os assistentes sociais que encontram-se inseridos nos diversos equipamentos de saúde, pautando-se nos valores que vem sendo historicamente defendidos nos marcos do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social¹,

¹ Os assistentes sociais vinculados à intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, constituíram um projeto ético-político – PEP – para o Serviço Social, nos marcos da tradição marxista, baseado no enfrentamento da ordem do capital, tendo como horizonte a transformação dessa sociedade e a construção do socialismo. Esse projeto gestado em meio à categoria profissional desde a década de 1970, consolida-se no Serviço Social brasileiro

o Conselho Federal de Serviço Social lançou, em 2010, o documento intitulado “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”.

O documento propõe quatro eixos para a atuação profissional dos assistentes sociais na saúde, a saber: “atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional” (CFESS, 2010, p. 39). Compreendemos que esses eixos – e todos os elementos que cada um deles abarca – auxiliam o assistente social na definição do que seja ou não sua atribuição e/ou competência frente as mais variadas demandas e requisições que cotidianamente se apresentam para esse profissional.

De acordo com o documento, cabe ao profissional do Serviço Social formular estratégias que visem a fortalecer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre essas estratégias, destacam-se: articulação junto ao movimento dos trabalhadores e usuários em defesa do SUS; identificação dos determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença; defesa do acesso dos usuários aos serviços de saúde; busca por uma atuação em equipe, de forma interdisciplinar; investimento na intersetorialidade; construção de espaços que garantam a participação popular; elaboração e execução de projetos de educação permanente; assessoria aos movimentos sociais e conselhos de saúde (CFESS, 2010).

No que tange ao atendimento prestado diretamente aos usuários, este acontece nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, perpassando os níveis da atenção básica até os serviços de média e alta complexidade. Dessa forma, os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais se materializam nas estruturas da rede de serviços de saúde. E, dentre as ações que predominam no atendimento direto aos usuários, estão: ações socioassistenciais; ações de articulação interdisciplinar (articulação com a equipe de saúde); ações socioeducativas (campanhas, atividades em grupo, salas de espera, etc.).

As ações voltadas para a mobilização e participação social de usuários, familiares, trabalhadores de saúde e movimentos sociais, visa a ampliação dos espaços democráticos de controle social (conselhos, conferências, fóruns de saúde e de outras políticas públicas) e as lutas em defesa da garantia do direito à saúde. As atividades realizadas têm por objetivo contribuir na organização da população e dos usuários enquanto sujeitos políticos, para que

nos anos de 1990, dando o tom à formação e ao exercício profissional por meio da Lei de Regulamentação da profissão e do Código de Ética profissional, em 1993 e através das Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em 1996.

tenham autonomia e conhecimento para inscrever suas reivindicações nos espaços públicos da saúde (CFESS, 2010).

O eixo de investigação, planejamento e gestão envolve várias ações que tem como perspectiva o fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, em equipe e com os diversos dispositivos da rede, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos usuários e trabalhadores de saúde, na garantia dos direitos sociais (CFESS, 2010).

As atividades de qualificação e formação profissional tem como objetivo o aprimoramento profissional, com o foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Pode-se elucidar como exemplos a educação permanente dos trabalhadores de saúde, da gestão, dos conselheiros de saúde e representantes comunitários, bem como a formação de estudantes da área da saúde e residentes (CFESS, 2010).

Em suma, esses eixos norteadores são orientados pelos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social, tendo como norte um projeto profissional crítico. Podem qualificar a atuação profissional dos assistentes sociais e proporcionar intervenções com ênfase na investigação da realidade, com vistas a apontar direcionamentos e buscar respostas às demandas apresentadas pela classe trabalhadora. Contribuem para a construção das ações profissionais, apontando as competências e atribuições dos assistentes sociais no campo da política de saúde.

As competências e atribuições dos assistentes sociais nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde – questões para o debate.

Dentro da pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, o objetivo desse artigo foi sintetizar as reflexões construídas a partir das tendências encontradas, em materiais publicados, sobre as competências e atribuições dos assistentes sociais inseridos nos programas de residência.

Essa pesquisa, de caráter qualitativo, realizou-se, metodologicamente, por meio de um levantamento bibliográfico, utilizando as palavras-chave “residência” e “serviço social” em Anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais/CBAS (2010, 2013 e 2016) e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS (2010, 2012, 2014, 2016), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e em revistas da área de saúde e Serviço Social, no período de 2010 a 2018.

Foram encontrados 17 artigos científicos publicados em periódicos da área; 12

trabalhos publicados em anais dos CBAS; 34 trabalhos publicados em anais dos ENPESS; 06 dissertações de mestrado; nenhuma tese de doutorado. Totalizando 69 materiais para análise.

Todos os artigos/trabalhos/dissertações (aqui chamados de material para análise), foram lidos pelas pesquisadoras e analisados através de uma planilha que tomou como base os eixos para a atuação profissional, apresentados no documento elaborado pelo CFESS que aponta os parâmetros de atuação para os assistentes sociais na saúde. É por meio desses eixos que os dados serão agora apresentados e analisados:

- **Ações socioassistenciais:**

Observando os artigos científicos publicados em periódicos da área, encontramos em 5 deles a descrição de ações socioassistenciais realizadas em atendimento direto aos usuários. Nos trabalhos publicados em anais dos CBAS, não encontramos a descrição de ações socioassistenciais. Já em relação aos trabalhos publicados em anais dos ENPESS, 10 deles apresentam essa descrição. Entre as dissertações analisadas, 4 delas apontam ações socioassistenciais realizadas pelos assistentes sociais. Totalizando 19 menções em 69 materiais analisados.

As principais ações desenvolvidas são: atendimento direto aos usuários, às famílias, aos cuidadores, acompanhantes ou responsáveis; plantão social; estudo de prontuário; entrevista social; estudo/avaliação socioeconômica; elaboração/emissão de relatório, laudo e/ou parecer social; orientações e informações individuais e/ou coletivas; encaminhamentos de usuários e/ou famílias; mapeamento da rede socioassistencial; conhecimento da rede intrainstitucional; acionamento/articulação/reunião da/com a rede socioassistencial; interlocução entre usuário e família, bem como entre esses e a equipe multiprofissional; escuta qualificada/oitiva atenta; acolhimento/recepção dos usuários e/ou famílias; utilização de livro de registro; visita domiciliar; visita hospitalar; utilização de diário reflexivo; supervisão clínico-institucional; elaboração de diagnóstico situacional; estabelecimento/construção de vínculo com os usuários e reuniões em grupo/rodas de conversa; reuniões com famílias; sala de espera; realização de palestras; abordagem social no leito hospitalar; comunicar alta médica ou transferência aos familiares e ou responsáveis; agendamento de exame; aquisição de medicamento; verificação das condições de hospedagem do “paciente”; providenciar transporte para o “paciente”; contato com Secretarias de Saúde de outros municípios (informando sobre a situação dos “pacientes” em caso de transplante); preparação do processo de internação, acolhendo o usuário e o orientando sobre a dinâmica do hospital, suas normas, rotinas e serviços que são

disponibilizados; identificação e notificação de situações de violência e violação dos direitos às autoridades competentes bem como a verificação das providências cabíveis; emissão de declarações de comparecimento para pacientes/familiares e/ou responsáveis que tiveram atendimento com o Serviço Social; acolhimento a familiares em caso de óbito (orientações quanto aos direitos dos dependentes, articulação junto as Secretarias de Assistência Social para assistência funerária em casos de pacientes sem condições socioeconômicas para o sepultamento).

Observando com um pouco mais de atenção o material analisado, destacamos a utilização do termo “paciente” em alguns deles. O vocábulo “paciente” possui diversos significados. Entre eles, encontramos: pessoa que tem paciência; pessoa que espera tranquilamente; pessoa que se encontra sob cuidados médicos; doente. Percebemos, claramente, que nenhum desses significados se faz compatível com as competências e com a formação do profissional do Serviço Social.

O Serviço Social constitui-se enquanto profissão, mas também vem se consolidando, nas últimas décadas, como uma área de produção de conhecimento. Nesse sentido, vem construindo historicamente um vocabulário específico que lhe oferece identidade própria e demarca teoricamente a sua perspectiva de atuação. Utilizar os termos cunhados por nossa categoria profissional significa demarcar o nosso campo de atuação e o nosso posicionamento ético-político. Assim, compreendemos que os assistentes sociais não possuem “pacientes”, pois não “diagnostica”, não “trata”, não “medica” ninguém. O trabalho que realizamos refere-se a um atendimento oferecido aos “usuários” dos serviços de saúde. Por isso, a opção pelo termo “usuário” indica o nosso papel nos equipamentos de saúde e nos identifica enquanto categoria profissional. Sucumbir aos jargões médicos – ou de outras categorias profissionais – nos coloca em posição de subalternidade e falta de identidade profissional.

Ainda refletindo sobre o desenvolvimento de ações socioassistenciais realizadas por meio do atendimento direto aos usuários, podemos destacar a presença de algumas requisições equivocadas incorporadas acriticamente como atribuições ou competências profissionais dos assistentes sociais. Podemos, aqui, destacar: supervisão clínico-institucional; elaboração de diagnóstico situacional; comunicar alta médica ou transferência aos familiares e ou responsáveis; verificação das condições de hospedagem do “paciente”; providenciar transporte para o “paciente”; contato com Secretarias de Saúde de outros municípios (informando sobre a situação dos “pacientes” em caso de transplante); entre outras. Essas ações não são reconhecidas

como competência ou atribuição profissional do assistente social, segundo a nossa Lei de Regulamentação.

Por fim, gostaríamos de destacar que entre os 69 materiais analisados, apenas 19 (27,5%) apresentaram algum debate em torno das ações socioassistenciais realizadas pelos assistentes sociais em atendimento direto aos usuários. O que nos indica como a discussão da dimensão técnico-operativa ainda é frágil e incipiente entre os próprios assistentes sociais.

- **Ações socioeducativas:**

Quando analisamos a realização de ações socioeducativas, a situação é ainda mais preocupante, pois entre os artigos científicos publicados em periódicos da área, encontramos em 8 deles alguma ação desenvolvida pelos assistentes sociais com esse caráter pedagógico. Observando os trabalhos publicados em anais dos CBAS, encontramos apenas 1 que descreve ações socioeducativas. Com relação aos trabalhos publicados em anais dos ENPESS, 5 deles mencionam essas ações. Realizando a leitura das dissertações, apenas 3 delas trazem esse eixo de atuação.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais com esse caráter pedagógico são: educação em saúde; educação popular; trabalho com grupos; capacitação de conselheiros; supervisão de estágio; ações de humanização; capacitação permanente; orientação dos usuários acerca de direitos e cidadania; elaboração e divulgação de materiais socioeducativos; salas de espera; realização de seminários multiprofissionais.

No total de 69 materiais analisados, apenas 17 (24,6%) deles fazem menção a realização de algum trabalho socioeducativo realizado pelo assistente social. No entanto, a educação em saúde deve constituir-se como eixo central na atuação do assistente social inserido nos equipamentos de saúde, pois abrange aspectos fundamentais como: informações e debates; análise de determinantes sociais a partir do que é apresentado pelos usuários; democratização dos estudos realizados pela equipe; análise dos mecanismos de participação popular e da própria política de saúde.

Segundo Eiras e Paula (2018, p. 140),

Todas as atividades realizadas pelos profissionais da saúde são perpassadas por uma dimensão pedagógica, através da qual se transmitem, não apenas informações, mas valores, formas de agir, de pensar, de compreender a vida. Assim, a educação em saúde poderia ser apropriada conscientemente pelos profissionais, em todas as ações desenvolvidas em seu trabalho, tornando explícita essa dimensão pedagógica.

Entretanto, tomando por base os materiais analisados nessa pesquisa, verificamos uma ênfase em atividades de educação em saúde realizadas grupalmente com os sujeitos e usuários dos serviços de saúde.

Compreendemos que o trabalho com grupos, realizado pelo Serviço Social, deve ser orientado por uma perspectiva crítica, estando sintonizado com o projeto ético-político dos assistentes sociais. Desse modo, ele pode se tornar uma estratégia político-pedagógica importante na defesa do projeto de saúde afinado com a Reforma Sanitária.

Para isso, faz-se necessário clareza na abordagem teórico-metodológica e qualificação técnico-operativa que possibilite a percepção dos grupos “enquanto processos e interferências, bem como a identificação das demandas e das possibilidades postas no cotidiano dos equipamentos de saúde. Exige, portanto, a construção de habilidades analíticas e operativas específicas” (EIRAS; PAULA, 2018, p. 158).

Compreendemos, dessa forma, que o assistente social, pelos conteúdos teórico-práticos e pelo conjunto de saberes que acumula em seu processo de formação², é o profissional que pode, de maneira privilegiada, dar esse tom democrático aos trabalhos socioeducativos realizados no campo da saúde.

- **Ações de articulação com a equipe:**

No que se refere às ações de articulação com a equipe, entre os artigos científicos publicados em periódicos da área, 10 apresentam a descrição de algumas delas. Analisando os trabalhos publicados em anais dos CBAS, encontramos em 6 deles a descrição de ações em equipe. Observando os trabalhos publicados em anais dos ENPESS, 5 deles abordam essas ações. Com a leitura das dissertações, 4 delas apresentam a descrição de ações de articulação com a equipe de saúde.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais junto às equipes multiprofissionais são: atendimento aos usuários; reuniões com as famílias, cuidadores ou responsáveis; reuniões com grupos; realização de orientações e encaminhamentos; visita domiciliar; realização de estudo de caso e avaliação social; fazer a interlocução entre usuário e família, bem como entre esses e a equipe multiprofissional; realização de estudo de caso; construção de projeto terapêutico/plano de cuidados; encaminhamento para a rede

² Estamos considerando aqui os processos de formação acadêmica na modalidade presencial, especialmente aqueles que se pautam nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS, em 1996.

socioassistencial; reunião de equipe; planejamento coletivo; escuta qualificada; educação permanente; atividades socioassistenciais; atividades socioeducativas; ações de humanização do serviço; ações de vigilância epidemiológica; consultas compartilhadas; registros em prontuário compartilhado; articulação junto às Secretarias de Saúde para solicitação de transporte a fim de garantir a continuidade do tratamento ou no momento de alta hospitalar; coordenação de projeto de extensão interdisciplinar.

Desse modo, observando o eixo de articulação com a equipe multiprofissional, encontramos menção de alguma atividade realizada junto a outros profissionais em 25 (36,2%) dos 69 materiais analisados. Percebemos, com isso, que os trabalhos, artigos e dissertações que trazem como objeto de estudo a Residência e o Serviço Social, debruçam-se mais sobre o debate do trabalho em equipe do que sobre as atribuições específicas desenvolvidas pelos assistentes sociais nesses programas.

No entanto, apesar desse tema aparecer com maior incidência dentro das ações socioassistenciais desenvolvidas nos Programas de Residência Multiprofissionais, os relatos apresentam, em sua maioria, problemas, descompassos, distanciamento e falta de articulação entre as equipes.

Apesar do grande aprendizado proporcionado pela Residência ressaltado anteriormente e pelo depoimento de algumas das entrevistadas, ainda percebe-se que o desenvolvimento de experiências multidisciplinares não parece ser uma realidade na maioria das instituições onde estão vinculadas as ex-residentes. Segundo as assistentes sociais isto acontece pela falta de profissionais de outras áreas atuando em conjunto, pela falta de disposição dos próprios profissionais que preferem atuar de maneira uniprofissional e também houve o destaque para o não favorecimento institucional para a realização de tais práticas (TRABALHO 7 - 2010).

Um elemento apontado por Mendes e Vidal (2018) como dificultador da construção de um trabalho interdisciplinar, refere-se à hierarquização das relações profissionais e do próprio saber, dentro da área da saúde. Essa “hierarquização do conhecimento marcou e ainda marca as relações profissionais” (MENDES; VIDAL, 2018, p. 234).

- **Mobilização, participação e controle social:**

No que tange à mobilização, participação e controle social, entre os artigos científicos publicados em periódicos da área, somente 3 trazem a descrição dessas ações. Em relação aos trabalhos publicados em anais dos CBAS, percebemos que nenhum deles descreve ações de mobilização, participação e controle social. Dos trabalhos publicados em anais de ENPESSE,

apenas 2 deles descrevem essas ações. Observando as dissertações, encontramos em 2 delas a descrição de ações de mobilização, participação e controle social.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nessa perspectiva são: ações de mobilização do Conselho Local de Saúde; articulação com a rede socioassistencial; ações socioeducativas na perspectiva da defesa do direito e da cidadania; atividades de formação/capacitação nas reuniões do Conselho Local de Saúde (utilizando metodologia participativa); atividades de planejamento nas reuniões do Conselho Local de Saúde; capacitação para usuários e profissionais da saúde para exercerem a função de conselheiro; fórum de Residências Multiprofissionais em Saúde (no intuito de compor uma Comissão Estadual das Residências Multiprofissionais em Saúde); ações para incentivar os usuários, suas famílias e trabalhadores de saúde para participar de movimentos sociais, fóruns, conselhos e conferências de saúde e de outras políticas públicas; participação em fóruns, conferências e conselhos de saúde, contribuindo para a democratização da saúde enquanto direito.

Portanto, no que se refere ao eixo das ações de mobilização, participação e controle social, encontramos, entre os 69 materiais analisados, apenas 07 (10,1%) deles apresentando algum debate a respeito dessa temática.

Conforme um dos artigos aponta: “(...) em relação à inserção da participação nos espaços de controle social na distribuição da carga horária das Residências, percebeu-se que a maioria dos programas não prioriza esse espaço” (ARTIGO 7).

As atividades voltadas para mobilização e participação social de usuários, familiares, trabalhadores da saúde e movimentos sociais tem por objetivo contribuir na organização da população e dos usuários dos serviços de saúde enquanto sujeitos políticos para que possam atuar diretamente nas reivindicações da agenda pública de saúde.

Compreendemos esse eixo de ações como prioritário para os profissionais do Serviço Social, que possuem como norteador dessa profissão um projeto ético-político de inspiração marxista que traz consigo princípios visceralmente ligados à luta política. Portanto, existe aqui um alarmante descompasso entre os princípios de nossa profissão e as atividades desenvolvidas por residentes do Serviço Social nos diversos Programas Multiprofissionais. É preocupante verificar tão poucos artigos, trabalhos e dissertações ocupando-se de uma temática tão cara ao Serviço Social. E, mais preocupante ainda, se tomarmos por hipótese que o pouco tratamento desse tema nos materiais publicados e analisados nessa pesquisa, retrata a pífia inserção dos residentes do Serviço Social nas ações de mobilização, participação e controle social.

- **Investigação, planejamento e gestão:**

No eixo relacionado à investigação, planejamento e gestão, ao realizar a leitura dos artigos científicos publicados em periódicos da área, encontramos em 9 deles a descrição dessas ações. Analisando os trabalhos publicados em anais dos CBAS, apenas 2 descrevem essas ações. Nos trabalhos publicados em anais dos ENPESS, encontramos em 6 deles a descrição dessas ações. Observando as dissertações, 2 delas apresentam a descrição de ações de investigação, planejamento e gestão.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nessa perspectiva são: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa empírica (observação, observação participante, entrevista); análise institucional; territorialização; construção do perfil sócioeconômico dos usuários para estabelecer estratégias de intervenção coletivamente; levantamento de perfil socioeconômico dos assistentes sociais; mapeamento dos programas de residência multiprofissional com vagas para o Serviço Social; reunião de planejamento; construção de cronograma de atividades; avaliação de ações/projetos; produção de material técnico; humanização (enquanto gestão do cuidado); encontros com tutores e preceptores; reuniões nos cenários de prática; reuniões de integralidade (com residentes, tutores e preceptores) e reuniões da COREMU; organizar, normatizar e sistematizar o cotidiano do trabalho profissional por meio da criação e implementação de protocolos e rotinas de ação.

Constatamos, assim, que entre os 69 materiais analisados, 19 (27,5%) abordam alguma reflexão sobre as ações de investigação, planejamento e gestão realizadas por assistentes sociais.

Assim como o eixo que trata o trabalho em equipe, também aqui, houve uma maior incidência de artigos, trabalhos e dissertação destacando dificuldades no envolvimento dos assistentes sociais nessas ações. No entanto, se no eixo referente ao trabalho em equipe essas dificuldades, muitas vezes, encontram-se nas relações estabelecidas com outros profissionais, aqui, as dificuldades, em sua maioria, são dos próprios assistentes sociais em identificarem como sua competência as ações de investigação, planejamento e gestão.

Um dos trabalhos aponta que:

Sobre o questionamento se o preceptor planeja pessoalmente seu ensino, 33% afirmaram que era realizado espontaneamente na prática; outros 25% não planejavam regularmente; 25% afirmaram que sempre repensavam a cada grupo de residentes que se inserem e ainda outros 17% não responderam. Os formadores preceptores possuem dificuldades no planejamento de suas ações e planejamento junto com outros sujeitos formadores tutores e coordenadoras,

mesmo tendo a compreensão da atribuição de um profissional de saúde no HU, estes desenvolvem práticas de ensino voltados para o espontaneísmo e ensino através da demonstração e repetição de suas atividades (TRABALHO 6 - 2016).

Como nos revela o trecho destacado acima, identificamos também nos demais materiais analisados, pouca inserção de assistentes sociais nas ações que envolvem a investigação, o planejamento e a gestão. Mesmo sendo estas ações estratégicas para o fortalecimento da gestão democrática e participativa nos espaços da saúde, capazes de produzir um trabalho em equipe e intersetorial, com o objetivo de viabilizar e potencializar ações em favor dos usuários e trabalhadores da saúde, na garantia dos direitos sociais.

- **Assessoria, qualificação e formação profissional:**

No eixo que envolve ações de assessoria, qualificação e formação profissional, entre os artigos científicos publicados em periódicos da área, 10 deles abordam a descrição dessas ações. Analisando os trabalhos publicados em anais dos CBAS, encontramos 8 que descrevem essas ações. Nos trabalhos publicados em anais dos ENPESS, 6 mencionam alguma ação de assessoria, qualificação e formação profissional. Entre as dissertações, apenas 3 delas trazem a descrição de alguma dessas ações.

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nessa perspectiva são: rodas de conversa sobre formação em saúde, sobre gestão do cuidado; reuniões com preceptoria/tutoria; supervisão de estágio; participação em eventos da saúde ou do Serviço Social; construção de ações de gestão participativa; assessoria aos Conselhos de Saúde; a própria residência enquanto espaço de formação profissional.

Verificamos, portanto, no eixo referente às ações de assessoria, qualificação e formação profissional, dentre os 69 materiais analisados, incidência dessa temática em 27 (39,1%) deles.

Destacamos que a grande incidência desse debate nos artigos, trabalhos e dissertações analisados refere-se ao fato de o próprio Programa de Residência Multiprofissional ter sido identificado, em vários deles, como um espaço propício para a qualificação profissional dos assistentes sociais. No entanto, apesar dessa constatação, ainda são muitos os limites enfrentados e as dificuldades encontradas no cotidiano dos programas de residência. Um dos artigos analisados em nossa pesquisa elenca alguns desses limites:

(...) sobrecarga de trabalho; não inserção destes profissionais na área da saúde; não reconhecimento de outros profissionais do papel do Serviço Social na equipe (...); distanciamento da coordenação geral; ausência do trabalho em

equipe; a não remuneração de preceptores e tutores; a fragilização do planejamento; a fragmentação das ações e a necessidade de repensar a carga horária e conteúdos nos módulos teóricos (ARTIGO 8).

Compreendemos que, pelo fato de a residência ser uma modalidade de formação em serviço, esta encontra-se atravessada por todo o processo de precarização que vem sofrendo a política de saúde. Portanto, muitas das dificuldades acima apontadas têm relação estreita com a atual condição dos equipamentos de saúde que sofrem cotidianamente com o desmonte dos serviços oferecidos à população.

Desse modo, corroboramos com Silva (2018) ao destacar que as residências multiprofissionais em saúde são uma conquista e uma inovação quando propiciam uma formação de novo tipo, pautada em uma concepção ampliada da saúde, envolvendo diversos saberes profissionais na construção de práticas qualificadas para o atendimento dos usuários. No entanto, muitas vezes, toda essa potencialidade fica comprometida dentro de um cenário de prática completamente atravessado por processos de precarização que incidem sobre o trabalho e sobre a própria política de saúde.

No que se refere, especificamente, aos assistentes sociais, percebemos esses profissionais como importantes agentes dentro dos Programas de Residência, não apenas por sua capacidade interventiva, na tentativa de qualificar os atendimentos apresentados aos usuários, mas também como importante interlocutor, dentro das equipes de saúde, para a compreensão do momento histórico presente.

Considerações finais

Chegando ao final de nossa pesquisa, de nossas reflexões e análises, constatamos que trazemos conosco mais perguntas do que respostas. Com isso, e no intuito de provocar outros debates futuros, apresentamos, aqui, de forma muito breve uma pequena síntese reflexiva.

Percebemos que o eixo que mais se destaca, no trabalho profissional realizado pelos assistentes sociais, inseridos nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, refere-se ao que comporta ações de assessoria, qualificação e formação profissional (39,1%). Esse eixo vem seguido, muito de perto, pelas ações desenvolvidas em equipe multiprofissional (36,2%).

Nossa hipótese é que essas ações apareçam com mais frequência nos materiais analisados por se tratar de produtos do próprio processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas residências. Assim, o próprio programa de residência aparece muitas vezes como uma

possibilidade de formação/qualificação profissional para o assistente social recém graduado.

O mesmo se dá com as ações desenvolvidas junto à equipe multiprofissional, uma vez que o trabalho interdisciplinar é estimulado a todo o tempo pela própria lógica dos programas de residência.

Um elemento curioso, presente em nossa análise foi a constatação de que há um equilíbrio entre o atendimento direto ao usuário (27,5%) e as ações de investigação, planejamento e gestão (27,5%). Isso não significa que os assistentes sociais, inseridos em Programas de Residência Multiprofissionais, estejam realizando, em mesma medida, ações socioassistenciais e ações no âmbito da gestão. Mas, revela que, no momento da produção de conhecimento, essas duas frentes de atuação profissional apresentam a mesma incidência. Ou sejam ambas tem sido conteúdo de debates e reflexões entre os atores inseridos nos espaços da residência.

Entretanto, no eixo das ações socioassistenciais de atendimento direto ao usuário, nos chama a atenção a incidência de várias requisições equivocadas sendo assumidas pelos assistentes sociais. Isso indica a pouca clareza que ainda muitos profissionais têm em relação ao que compete ou não ao assistente social.

Esse elemento nos remete, também, a necessidade da realização de debates sobre os diferentes projetos profissionais em disputa, hoje, em nossa profissão. Pois as ações profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais encontram-se ancoradas em determinadas formas de compreensão dessa profissão e, ao mesmo tempo, expressam uma imagem social da mesma. Portanto, através do que o assistente social realiza, em seu cotidiano profissional, essa profissão também se constrói e se legitima.

Daí a importância do debate em torno das competências e atribuições. É fundamental que nós, assistentes sociais aprofundemos cada vez mais a nossa compreensão acerca dessa profissão para que possamos estabelecer, com clareza e certeza, os limites da nossa atuação.

Nesse sentido, a baixa menção de ações socioassistenciais, com foco na realização de trabalho socioeducativo (24,6%) e a pouquíssima produção sobre ações de mobilização, participação e controle social (10,1%) nos provocam preocupação. Acreditamos serem esses eixos, espaços privilegiados para o exercício profissional do assistente social. Espaços que possibilitam o desenvolvimento de competências e atribuições profissionais que são essenciais ao Serviço Social. Espaços onde o assistente social pode desenvolver ações que efetivamente contribuam com a defesa do Sistema Único de Saúde.

Precisamos melhor identificar essas ações socioeducativas, de mobilização e participação popular como momentos estratégicos para nossa atuação profissional. Momentos onde os assistentes sociais podem fazer a diferença, no processo de qualificação dos serviços, por meio das suas atribuições e competências. Especialmente, quando essas ações se encontram alicerçadas por um sólido arcabouço teórico-metodológico e inspiradas por um claro direcionamento ético-político.

Referências bibliográficas

- CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2012.
- CFESS. *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2019.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; PAULA, L. G. P. de. *Trabalho com grupos na saúde – contribuições do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.
- GUERRA, Y. A. D.; REPETTI, G. J.; ANDRADE FILHO, A.; SILVA, P. B. S. da; ALCANTARA, E. L. da C. *Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate*. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2019.
- _____. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M dos; BACKX, S. GUERRA, Y. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2012.
- MATOS, M. C. *Serviço Social, Ética e Saúde - Reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MENDES, A. G.; VIDAL, D. L. da C. *Serviço Social e Residência Multiprofissional em Saúde no contexto hospitalar: algumas questões para o debate*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005a.
- _____. *O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois*. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005b.
- PAULA, L. G. P. de. *Um debate sobre estratégias e táticas – problematizações no campo do Serviço Social*. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2014.
- SILVA, L. B.; *Residência Multiprofissional em Saúde: uma questão para o debate*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.

Programa Bolsa Família em Belém/PA: contradições, necessidades e reprodução da pobreza

Cilene Sebastiana da Conceição Braga*

Roselene de Souza Portela**

Jéssica Larissa da Silva Carvalho***

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o Programa Bolsa Família para além do recurso monetário, identificando se ele tem possibilitado mudanças significativas nas condições de vida das famílias usuárias de forma a contribuir para a efetivação dos direitos sociais e melhores condições de vida. Tendo como base o município de Belém, no estado do Pará, procura-se conhecer quais as repercussões do Programa na vida das famílias usuárias. Realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, também se extraíram dados do Ministério do Desenvolvimento Social que contêm informações acerca dos usuários cadastrados nos programas sociais no ano de 2016. Dentre os resultados do trabalho, pode-se dizer que o PBF, mesmo suprimindo necessidades imediatas dos usuários, não tem contribuído decisivamente para a elevação das condições de vida dos usuários, que continuam em condições precárias de trabalho renda e moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Política Social; Assistência Social; Programa Bolsa Família.

Bolsa Família Program in Belém / PA: contradictions, needs and poverty reproduction

ABSTRACT: This work has the objective of analysis the Bolsa Família Program beyond of the monetary resource identifying if he made possible important changes in life conditions of the user families of form to contribute to an effectuation of the social rights. Having as base the county of Belém in Pará state, looking to know about the repercussions of the Program beyond of the material perspective in the life of the users. Thus, the developing of the present work it occurred as of the bibliographic research, having sight to the need of appropriation of discussions about family, social politics, Bolsa Familia Program. And documental research as of analysis of data that were extracted of the Ministry of

* Assistente Social. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UNB) e Pós-Doutora em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS). E-mail: cilene@ufpa.br.

** Assistente Social. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA). E-mail: roselene@ufpa.br.

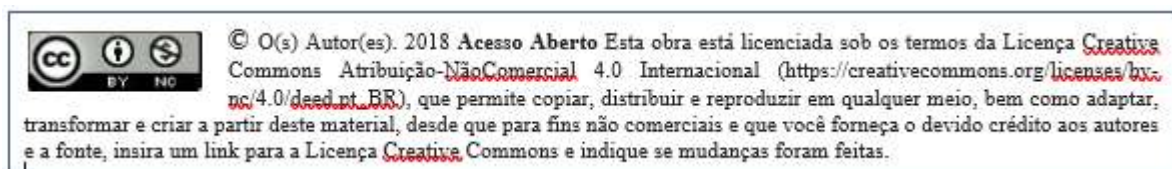
*** Assistente Social da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: jessicalarissa_20@hotmail.com.

Social Development that contains information about registered users in the social programs on the year 2016. Among the results of the work affirm that PBF despite being to supply the immediate needs of users, he is not has decisively contributing to an elevation of the life conditions of the users that continue in poor conditions of work, income and habitation.

KEYWORDS: Social politics; Social assistance; Bolsa Família Program.

Submetido em 15/08/2018

Aprovado em 31/03/2020



Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo nos países desenvolvidos passou por uma significativa ampliação. Entretanto, por ocasião da crise em fins da década de 1970, inicia-se um novo momento de reorganização do modelo capitalista que se espalha por todo o mundo, gerando uma série transformações no mundo do trabalho e na ação do Estado frente aos desafios de manutenção do atendimento das necessidades do grande capital.

Desse modo, no período em questão manifesta-se uma série de mudanças próprias desse novo momento, evidenciadas por abertura de mercados, fusões patrimoniais, concentração do capital, privatizações e terceirização que acarretaram na desarticulação da classe trabalhadora e fragilização das lutas num cenário de aumento dos índices desemprego, pobreza, acumulação e concentração de riqueza que se convergiram na precarização das condições de trabalho e de vida classe trabalhadora (MOTA, 2009).

Com isso, no Brasil na década de 1980, devido ao esgotamento do modelo desenvolvimentista, atrelado ao exaurimento do modelo capitalista em voga, tem-se a necessidade de redefinição de novas estratégias para sair da crise que gerou taxas crescentes de desemprego, pobreza e desigualdades sociais.

Sob o ideário de organismos internacionais, fortaleceu-se, em países como o Brasil, o que Behring e Boschetti (2011) destacam como sendo um trinômio articulado do ideário

neoliberal, isto é, a junção dos processos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais pautadas na ideologia neoliberal.

Em face disto, atualmente, discute-se a temática da família e a estreita relação que tem sido realizada entre o Estado, as famílias e a Política de Assistência Social num contexto de forte seletividade das políticas sob a égide da focalização. Destacamos que não se trata de todas as famílias, mas especificamente as de trabalhadores que vivem em alto grau de pobreza e que estão inseridas em programas sociais no intuito de amenizar suas situações agudizantes de pobreza.

A materialização dessas relações entre o Estado e as famílias é vista nesse trabalho investigativo como um processo contraditório marcado por interesses tanto do grande capital, incentivado pelas diretrizes do Banco Mundial e outros organismos internacionais, como também no atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores ausentes de melhores condições de vida, de sobrevivência e inseridos em condições precarizadas de trabalho.

Diante disso, a partir da década de 1990, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) assumem posição de destaque, como principal estratégia de enfrentamento da pobreza na América Latina. Entre eles, destaca-se o Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, como maior Programa nesse segmento.

Tendo como objetivo prover necessidades básicas, bem como acesso dos usuários a serviços públicos, se propondo a gerar intersectorialidade e complementariedade entre políticas, o PBF atua mediante a concessão de um recurso monetário aqueles que atendem ao corte de renda do Programa que impõe condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social para o acesso e permanência dos beneficiários.

Em consonância com o movimento nacional, no município de Belém, no estado do Pará, evidencia-se a significativa expressividade do Programa que conta com repasses cada vez mais volumosos, diante de uma realidade marcada por grande índice de desigualdade.

A conjuntura em que está inserido o Estado é marcada por grandes empreendimentos minerais que reverberaram incisivamente não só em termos ambientais, como também sociais, econômicos e culturais. Uma vez que mesmo sendo a região amazônica e o estado do Pará polos de riquezas minerais, isto não tem se convertido em melhorias para as famílias dessa região.

Nesse sentido, a pesquisa considera a necessidade de estudar as condições de vida da população atendida pelo Programa Bolsa Família em âmbito local na cidade Belém, levando em consideração o contexto sociocultural da região amazônica que traz singularidades próprias.

Considerando-o como integrante de um sistema de produção capitalista, que atende hegemonicamente interesses do grande capital.

Esse trabalho é resultado da pesquisa “Novas Configurações e Práticas Sociais das famílias usuárias do Programa Bolsa Família em Belém do Pará”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Diante disso, surgem as seguintes inquietações: Como vivem os usuários do PBF em Belém? O PBF se materializa como forma de acessar melhores condições de vida? Qual a real finalidade do programa?

Nesse sentido, objetivou-se analisar se o Programa Bolsa Família, para além do recurso monetário, tem possibilitado mudanças significativas nas condições de vida das famílias usuárias de forma a contribuir para a efetivação dos direitos sociais. Além disso, buscou-se examinar a concepção de Política Social, Assistência Social, Família e Programa Bolsa Família; assim como, identificar o perfil socioeconômico das famílias usuárias do PBF; e conhecer as implicações do PBF na vida de seus usuários.

O processo metodológico se deu a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica utilizou-se de autores que se debruçam sobre: política social, assistência social, proteção social, famílias, trabalho, pobreza, desigualdade social, programas de transferência de renda, entre outros.

A pesquisa documental partiu de dados que foram extraídos de um banco de dados da página do Ministério do Desenvolvimento Social, especificamente da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS que contém informações acerca dos usuários cadastrados nos programas sociais. Tendo como base o município de Belém, no estado do Pará, as fontes consultadas foram disponibilizadas no ano de 2016, durante o mês de setembro no banco de dados do MDS.

O processo de seleção teve como critério de tabulação de dados apenas das 103.521 famílias atendidas no Programa Bolsa Família, segundo o Relatório do Programa Bolsa Família em Belém no ano de 2016. Com isso, os eixos selecionados para tabulação e análise foram: faixa de renda, renda familiar per capita, localização das famílias no espaço urbano e rural, sexo, escolaridade e condições de saneamento.

No primeiro momento, aborda-se o contexto neoliberal baseado na focalização e a política de Assistência Social, no segundo apresenta-se quem são os trabalhadores usuários do Programa Bolsa Família em Belém, destacando-se o perfil e as condições de vida das famílias

atendidas, e por último, avalia-se se o programa contribui para a superação das condições materiais de pobreza dos trabalhadores ou atua na reprodução de pobreza e miséria dos usuários atendidos.

O contexto neoliberal baseado na focalização e a política da assistência social

A Política de Assistência Social assume uma nova roupagem a partir de sua legitimação na Constituição Federal Brasileira de 1988, haja vista que nesse momento, em consonância com Silva (2015), a Constituição referênciava a Assistência Social como Política Pública de Seguridade Social, mesmo que em termos práticos o que se tem naquele período é um aumento das desigualdades sociais como resultado da agenda neoliberal em curso no país.

Deste modo, pensar a política social pública nos remete a compreender o Estado em ação diante das demandas de uma sociedade ativa e dentro de um campo conflituoso de interesses divergentes sob uma relação contraditória entre Estado e Sociedade (PEREIRA, 2008; PEREIRA; STEIN, 2010). Cabe compreendê-la também como aquela que busca efetivar direitos sociais de interesse geral, sendo assim, regidas por uma perspectiva universalizadora. E é justamente a ótica universal das políticas sociais que vem sofrendo com os severos ataques de corte neoliberal.

No entanto, Silva (2015), corroborando Pereira e Stein (2010), afirma que a proteção social¹, pautada na universalidade que se consolidou nos países europeus após a Segunda Guerra Mundial, não se materializou no Brasil. Já na década de 1980, ecoavam as teorias neoliberais visando à restauração do capital em crise, bem como sua expansão mediante novas formas de organização. Neste cenário, o Estado deveria investir na retração no campo social, minimizando sua ação e fortalecendo a fragmentação e a privatização no âmbito estatal.

É sob esta perspectiva de regressividade estatal que ganha força o processo de focalização das políticas sociais na extrema pobreza, orquestrado por organismos internacionais, segundo os quais os gastos sociais deveriam ser minimizados e seletivos, visando um abrasamento das expressões mais urgentes da questão social.

O discurso focalista guia-se pela perspectiva da fragmentação, imediatividade e

¹ “processo complexo e contraditório, que não é apenas social, mas também político e econômico. [...] a proteção social gerida pelo Estado burguês e regida por leis e pactos interclassistas, que procuram conciliar interesses antagônicos, sempre se defrontou com o seguinte impasse: atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos porque, de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis” (PEREIRA, 2013, p. 636-637).

quantificação de resultados que devem ser rápidos e eficazes. Sob o embuste do respeito às particularidades de cada sujeito, os defensores desta linha de ação alegam que a universalidade não se sustenta em um âmbito de sujeitos tão diferentes, contribuindo, assim, para o fortalecimento da fragmentação dos laços entre os sujeitos.

Os Programas de Transferências Condicionadas a Renda são mecanismos de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais tanto em nações desenvolvidas do centro capitalista como em países da América Latina. Entretanto, apresentam-se de diferentes formas nessas distintas realidades, divergindo quanto a valores, financiamento e condicionalidades. Enquanto nos países europeus nascem como “último recurso” no combate à pobreza e funcionam como complemento da renda, em países como Brasil, estes instrumentos são utilizados na linha de frente do combate à pobreza (STEIN, 2008).

Segundo Gomes e Eloi (2015), o debate sobre os programas de garantia de renda mínima só entrou no solo brasileiro, após o regime militar, momento em que o país passou por uma série de repercussões, devido não somente ao cenário mundial de crise do capitalismo, como também de fortalecimento das desigualdades sociais oriundas do pós-regime.

O principal programa de transferência de renda da América Latina é o PBF, que foi criado pelo governo federal em 2003, pela Medida Provisória nº 132 e sancionado no ano seguinte pela Lei nº 10.836, como programa de transferência condicionado de renda às famílias pobres e vinculado à Política Nacional de Assistência Social, que beneficia famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa) ou pobres (com renda mensal de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 por pessoa). Para tanto, o valor depositado varia de acordo com o tamanho, a renda e a configuração da família, sendo maior o recurso disponibilizado para aquelas com crianças, jovens, gestantes e nutrízes.

Nota-se, assim, que a análise que se faz, no caso do Bolsa Família, toma a renda como principal critério indicador de pobreza, isso porque, para Carvalho, Barros e Franco (2007, p. 241), a valorização da renda nesse processo ocorre, pois “as famílias têm acesso aos meios necessários a manutenção de seu bem-estar através dos mercados, e para isso precisa-se de recursos monetários.”

Para Pereira (2008), o Programa Bolsa Família está vinculado ao que se denomina de “arena distributiva”. Se por um lado o PBF representa um significativo avanço, ao reduzir, desde que foi criado, em 28% o número de miseráveis num país profundamente desigual como o Brasil, por outro, ele tem sido utilizado como um dos mecanismos para o lucro indireto do

capital, já que vem contribuindo consideravelmente para o aquecimento da economia por meio do aumento da capacidade de consumo daqueles que o recebem.

Quem são os usuários do programa Bolsa Família em Belém? Estudo do perfil dos atendidos pelo programa e suas famílias.

Com o intuito de descortinar e elucidar quem são os usuários do programa Bolsa Família no referido município, realizou-se uma análise das condições de vida e do perfil dos atendidos pelo programa no que concerne a renda, domicílio, escolaridade, sexo, e relação com o titular do benefício, por entendê-las como aspectos que evidenciam a realidade em que estão inseridos os usuários do programa em âmbito local.

Podemos destacar que o expressivo percentual de 96,1% representa as famílias que estão vulneráveis aos problemas que o sistema de mercado propõe, tais como de segurança alimentar (má alimentação), segurança física, e também são famílias que residem em espaços geográficos sem infraestrutura básica mínima, tais como as periferias e as ocupações. Nesse quadro, as expressões da questão social se materializam nas condições objetivas de sobrevivência das famílias de trabalhadores e a renda determina a qualidade de vida da população.

No município de Belém, de acordo com dados do Diagnóstico e Perspectivas (2016), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou significativamente nos últimos anos, pois, enquanto em 2010 o PIB era de R\$ 18,801 bilhões em 2014 chegou a R\$ 28,706 bilhões. No entanto, este aumento não se converteu, sobretudo, em investimentos para melhoria da qualidade de vida da população tendo em conta que de 2012 a 2016 as despesas municipais revelaram um decréscimo.

Diante disso, percebe-se que mesmo em face do aumento populacional de 2010 a 2016, bem como do PIB do município, não se verificam investimentos nas áreas das políticas públicas de modo a refletir impactos positivos na vida da população do município.

O agravante social e econômico é visualizado conforme informações que se referem à faixa de renda familiar per capita. Os dados revelam que 58,3% das famílias que estão inseridas no programa possuem renda familiar per capita de até R\$ 85,00. Considerando as pessoas que não recebem o PBF, o percentual ainda é maior, chegando a 69,8%. Outros 6,5% que fazem parte do PBF, detêm faixa de renda familiar per capita de R\$ 85,01 até R\$ 170,00.

Quando relatado o agravante social e econômico, percebe-se a diferença se comparado com o PIB per capita do município de Belém, que registrou R\$ 20.034,00, considerando o ano

de referência 2014 (IBGE). De outra forma, o valor de R\$ 20.034,00 demonstra o grau de concentração econômica, já que não representa uma situação de igualdade de renda para a população residente no município de Belém. Destaca-se que nos últimos anos este valor só tem aumentado, saindo de 13.506 em 2010 para 20.034 em 2014.

Segundo Souza e Monnerat (2010), ainda que a renda não seja condição satisfatória para qualificar a pobreza, pois esta se trata de fenômeno multifacetado, evidencia-se o perfil extremamente baixo da renda adquirida pelos usuários do PBF e isto se deve ao fato das relações de trabalho permeadas de extrema insegurança e quase sempre não contributivas ao sistema previdenciário, visto que as relações de trabalho são, em sua maioria, informais precarizadas.

Em Belém, os dados indicam uma predominância de sujeitos economicamente ativos, considerados ocupados e com carteira assinada, 41,1%, seguidos de 26,3% que atuam por conta própria e 21,1% que não possuem carteira assinada. Enfatiza-se que do percentual de pessoas ocupadas, 42,5% se mantinham com até um salário mínimo, 28% entre um e dois salários mínimos e 29% com mais de dois salários mínimos (MDS, 2010).

Percebe-se, com isso, que a carteira de trabalho assinada, entendida como relação formal de trabalho, não significa a garantia de salário digno para prover os bens e serviços necessários a essa população, haja vista que 42,5% sobrevivem com um salário mínimo.

Quanto à situação de domicílio das famílias que estão inseridas no PBF, 65,9% residem no espaço urbano e apenas 0,6% residem em zonas rurais do município. Este percentual elevado de residentes na zona urbana corrobora as informações concernentes à faixa de renda, em que as famílias são praticamente excluídas dos elementos que o mercado capitalista impõe e que por sua vez determinam a reduzida renda familiar as mesmas.

Das pessoas cadastradas, no que se refere à relação de parentesco com o responsável familiar, 48,2% são responsáveis pela unidade familiar. Já os que recebem o benefício PBF representam 46,6% que no caso, são responsáveis pela unidade familiar. Já 41,9% são as pessoas que recebem o benefício para o filho. Desse modo, salienta-se que a relação de titularidade tem em muito a ver com a responsabilidade pela família, de modo que as responsabilidades com as condicionalidades também se centralizam neste titular, em sua maioria mulheres.

Quanto ao sexo da pessoa que está inserida no PBF e que recebe o benefício, predomina o feminino com 57,3%, corroborando o que Freitas, Braga e Barros (2010, p. 30) tratam como “centralidade da mulher nas políticas voltadas para as famílias”, e por ser a família o foco de

atenção do PBF, principalmente para o cumprimento das condicionalidades, o privilégio da mulher como gestora, segundo tal entendimento, implicaria maiores condições para o cumprimento das condicionalidades e desenvolvimento dos objetivos do programa.

Essa centralidade ocorre, pois, as mulheres historicamente foram tidas como referência para o cuidado da família e tal fato, ao mesmo tempo em que denota um avanço quando pensamos que são elas as responsáveis pelo gerenciamento do lar, traz consigo um retrocesso evidente à medida que reafirma o papel da mulher como cuidadora do lar (RODRIGUES, 2008), e, conseqüentemente, as relações desiguais de gênero. Pois, a realidade cobra mais do que nunca que a mulher se divida entre o público e o privado, mas não lhe é dada subsídios eficazes nesse processo. Assim, para Gama (2010, p. 100), “a relação das mulheres com o Estado é bem mais complexa que a dos homens, pois elas são ao mesmo tempo clientes, trabalhadoras remuneradas e trabalhadoras não remuneradas, enquanto os homens fazem muito pouco trabalho não remunerado”.

Para Stein (2008), houve um entendimento na construção do PBF de que a titularidade feminina do PBF geraria um empoderamento nas mulheres que agora poderiam gerir o recurso. Entretanto, isto não ocorre livremente, pois, a utilização do recurso mesmo sendo gerida por estas mulheres tem destino referenciado pelo programa.

De acordo com Rodrigues (2008), o protagonismo da mulher no PBF não tem se convertido em transformação no status social da mulher. Ela continua sendo o rosto da pobreza, sendo as mulheres negras as que mais sofrem com a falta de acesso a bens e serviços. Soma-se a isto o fato de os indicadores positivos no que concerne a educação não refletirem melhores inserções no mercado profissional. Pelo contrário, as mulheres vivenciam significativas desvantagens em relação ao homem no mercado de trabalho.

O que se pode depreender do exposto é que o recurso não tem representado um fortalecimento da autonomia e cidadania da mulher, visto que a utilização do recurso deve estar centralizada no(s) filho(s) e quando isso não ocorre cria-se uma culpabilização (RODRIGUES, 2008), por esta não ter cumprido seu papel materno. Nota-se, deste modo, a visão limitada e limitante do PBF no que se refere ao aspecto feminino, uma vez que este reforça a concepção do feminino ligado à gestão da vida doméstica, privada, e ao cuidado da família.

Outro aspecto importante que deve ser considerado diz respeito ao número significativo de homens que estão como titulares do recurso, constituindo 42,7%. Entretanto, a proximidade entre o número de titulares masculinos e femininos não implica necessariamente o

fortalecimento da noção de igualdade de gênero frente ao cuidado familiar. Historicamente o ambiente doméstico continua sendo o espaço feminino na sociedade, mesmo quando o homem não está inserido no mercado de trabalho.

Em relação ao ano e série que a pessoa frequenta e que recebe o PBF, 8,7% realiza o primeiro ano, 7,7% o terceiro ano, 7,2% o segundo ano e 5,0% o quarto ano. O somatório do primeiro ao quarto ano de escolaridade representa 28,6%. Sendo assim, os dados revelam o baixo nível de escolaridade que possuem os usuários do Bolsa Família.

Desse modo, o direito à educação previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 não se materializa para esses sujeitos acarretando carências políticas sociais e econômicas. Quanto a isto, Claude (2002) compreende que a educação é a condição fundamental para ser humano e atuar com plenitude na sociedade moderna.

De acordo com Saviani (2005), a educação é um fenômeno específico dos seres humanos e necessária à formação da humanidade em cada ser humano, tendo como objetivo máximo de elevação cultural das massas, de forma a se configurar como um instrumento de luta. Entender a educação como instrumento de luta, é entendê-la como a via mais completa pela quais sujeitos despossuídos de propriedade privada possam fortalecer a garantia do acesso a seus direitos.

Entretanto, diante de uma realidade em que a maior parcela dos usuários possui nível de escolaridade tão baixo, como, então, a educação pode se tornar instrumento de qualificação e fortalecimento de lutas em prol de melhorias condições de vida a classe que vive da venda de sua força de trabalho? Esta via de acesso torna-se nesse cenário uma possibilidade cada vez mais longínqua.

Em relação ao grau de escolaridade dos usuários do PBF, nota-se que grande parte dos usuários do PBF, mais de 30%, estão cursando o ensino fundamental regular, seguidos da inserção no ensino médio, que configura apenas 7%, demonstrando assim, no que se refere à escolarização e, uma enorme fragilidade. Quando se analisa o percentual de usuários que estão em nível superior, constata-se um percentual ínfimo de 0,3% que não alcança nem um por cento dos usuários.

Deste modo, corroborando o entendimento sobre a educação defendido por Saviani (2005), percebemos que a deficiência no acesso à educação para esses sujeitos implica decisivamente no protagonismo político desses cidadãos.

Além disso, há uma forte vinculação entre educação e trabalho, pois, o nível de

escolaridade está diretamente relacionado com o tipo de trabalho que o sujeito desenvolverá para sobreviver, isto é, com as relações de trabalho a que esse sujeito estará submetido.

E nas situações em que estão os sujeitos pesquisados subentende-se que tais relações estão longe de assegurar condições de vida digna, de forma a garantir os direitos sociais delimitados em lei.

Assim, a análise dos dados pesquisados indica uma intrínseca relação entre as condições precárias de vida dos usuários do Programa Bolsa Família, já que renda, moradia e escolaridade são fatores que se autodeterminam, uma vez que a baixa escolaridade implica dificuldades de adentrar no mercado formal de trabalho, corroborando assim, relações de trabalho precarizadas com renda insuficiente para a provisão dos mínimos sociais. Assim, impedem que tais sujeitos possam exercer protagonismo político como cidadãos que têm papel ativo frente a seus direitos sociais.

O programa contribui para a superação das condições materiais de pobreza dos usuários?

Sabemos que, segundo Potyara (2016), o Bolsa Família reduziu, desde a sua criação, em 28% o número de miseráveis no país. E cerca de 1,7 milhões de famílias se desligaram voluntariamente do programa por terem, graças a ele, alcançado renda per capita superior àquela permitida para o acesso ao programa. Fatos que demonstram a importância do programa na vida dessas famílias, e a respeito disto não podemos e nem estamos propondo desconsiderar.

A questão essencial é saber até que ponto o PBF promove significativas mudanças no tocante às condições objetivas de vida dessa população, onde mora, o que veste, onde estuda, onde trabalha, se trabalha, e se consegue acessar seus direitos constitucionalmente assegurados. É necessário ter um olhar além da renda, pois, como bem salientam Pereira e Stein (2010), não se podem esquecer as armadilhas de pobreza, onde a renda nem sempre significa necessariamente melhoria das condições de vida, haja vista que para um segmento tão pobre um acréscimo acima do permitido pelo corte de renda não significa necessariamente que essa família melhorou significativamente sua condição e nem que não mais retornará ao programa.

A noção de fortalecimento do direito pelo PBF e modificação significativa das condições de vida de seus usuários se torna cada vez mais distante, haja vista que em consonância com os estudos de Pereira em parceria com Stein (2010), o que se percebe a partir da análise da realidade é que os programas de transferência de renda asseguram uma articulação

muito fragilizada e precária entre o beneficiário e os serviços de saúde e educação, considerados imprescindíveis para o cumprimento das condicionalidades.

Diante disso, percebe-se a funcionalidade da centralidade na prestação de recursos mínimos e focalizados em detrimento do fortalecimento de serviços públicos que asseguram a qualidade e a universalidade.

Considerações finais

A partir de especificidades históricas, ambientais e socioculturais da Amazônia, que torna o município de Belém espaço de heterogeneidades culturais, expressadas em seus ritmos, hábitos e tradições que formam a identidade dos munícipes, e diante do exposto depreende-se que as relações sociais, políticas e econômicas em que estão submetidos os usuários do PBF não são tidas como favoráveis, entendendo que este segmento da população caracteriza-se, sobretudo, por seu baixo poder aquisitivo.

Mesmo com tantos avanços contingentes em prol da defesa dos direitos, observa-se que em se tratando do PBF, há uma estagnação das condições objetivas de vida da população que recebe o recurso monetário. A partir dos dados levantados, nota-se que a transferência monetária de renda não tem possibilitado a essas famílias uma modificação expressiva das suas condições de vida.

O protagonismo político desses cidadãos diante dessa realidade encontra-se extremamente fragilizado, tendo em vista que, entendendo a educação como instrumento de luta, conforme Saviani (2005), por apresentarem, sobretudo, uma escolaridade muito baixa, os usuários do PBF não dispõem de condições para exercê-lo, abrindo espaços de debates, questionamentos e se colocando ativamente no processo de construção e implementação desses programas os quais os têm como público-alvo.

Com base no exposto, evidencia-se uma violação dos direitos sociais destes usuários, principalmente no que concerne a trabalho e moradia que, na realidade vivenciada no município de Belém, não proporcionam condições satisfatórias de dignidade a estes sujeitos, pois conforme os dados, 96,1% sobrevivem com até um salário mínimo mensal.

O que se percebe de certo modo é que o Estado escamoteia a violação de direitos dos cidadãos sob a égide de programas como PBF que suprem apenas as necessidades mais elementares de seus usuários, mas que cooperam para a reprodução das condições materiais precárias de vida desses sujeitos, na medida em que se impõem cortes de renda necessários à

garantia do direito de forma a selecionar um grupo específico de sujeitos pobres que para continuar como usuário do programa precisam permanecer na mesma situação de inércia social.

Outra questão importante, desencadeada nesse processo, diz respeito à estigmatização sofrida pelos usuários do programa, pois, em uma sociedade em que há a supervalorização do trabalho como fonte legítima de renda, o que foge a isto considera-se indesejável. Desse modo, atrelada à expansão dos Programas de Transferência de Renda está a retração das políticas de pleno emprego e da universalização de direitos em uma perspectiva onde o Estado não tem se proposto a garantir direitos universais.

Assim, entende-se o PBF como expressão mais fiel da focalização das políticas sociais que tendem a ter seus efeitos cada vez mais reduzidos diante deste contexto de centralidade da égide neoliberal. Com isso, ao visar o combate da pobreza apenas em caráter paliativo, enfatiza as carências dos sujeitos que demandam os direitos, objetivando a melhoria do quadro imediato de privação. No entanto, a longo prazo, diante das circunstâncias apresentadas no perfil da população demandatária, o PBF não tem dado suporte para elevação da condição social desses sujeitos.

Em consonância com Pereira (2016), o que se vê como resultante desse processo de transferência de renda é a sua utilização como insumo importante na economia à medida que fomenta a ampliação do consumo, mesmo de produtos básicos, como gêneros alimentícios, ao inserir os usuários no circuito do consumo. Ao mesmo tempo, dá-se uma resposta mesmo que limitada e limitante aos índices crescentes de pobreza e desigualdade social.

Percebe-se, portanto, que por trás do véu sedutor do discurso em torno da inclusão daqueles que se encontram excluídos da garantia de direitos e alijados de melhores condições de vida, está um alinhamento preciso com os processos crescentes de focalização das políticas sociais, a retração da ação do Estado na garantia de direitos e o fomento da economia nacional.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, M.V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.

BEHRING, E. R. O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, R. (org.) *Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001. p. 107-132.

_____. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E. et al. (org.) *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 13.-39.

_____. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. *SER Social*, Brasília,

v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

BOSCHETTI, I. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

_____. *Assistência Social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei Federal nº 742/93. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência social*. Brasília, 2004.

CARVALHO, M. de; BARROS, R. P. de; FRANCO, S. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA A. R.; VITALE M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2003. p. 241-265.

CLAUDE, R. P. *Direito à educação e educação para os direitos humanos*. Universidade da Pensilvânia, 2002.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R; MESTRINER, M. L.; CHIACHIO, N. B.; PAZ, R. D. O.; NERY, V. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais|: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R. et al. (org.). *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 161-226.

FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social: reflexões para o debate. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 15-38.

FUNPAPA. *Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém: um olhar sobre o município e as territorialidades do CRAS*. Belém, 2015.

GAMA, A. S. “Entre o trabalho e a família” – contradições das respostas públicas às reconfigurações da divisão sexual do trabalho. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 95-113.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GOMES, V. L. B.; ELOI, N. M. Trabalho, Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda. Reflexões sobre o Programa Bolsa Família no município de Belém. In: NASCIMENTO, M. A. C. (org.). *Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda*. Campinas: Papel Social, 2015. p. 205 -242.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 dez. 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MARX, Karl. *O capital* – Livro Primeiro: O processo de produção do capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. I.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>. Acesso em: 20 maio 2017

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). *Boletim do Mercado de Trabalho no Censo 2010*. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/> Acesso em: 15 jun. 2017.

- MIOTO, R. C. T. Família e Assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 03.-32.
- MIOTO, R. C. T.; SILVA, M. J. da; SILVA, S .M. M. M. da. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras: a política de assistência social e a política antidrogas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis: UFMA, v. 11, n. 2, 2007. Disponível em: www.periodicoselétronicos.UFMA.br/index.p. Acesso em: 10 jun. 2017.
- MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009. p. 51-58.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; BHERING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87.-108.
- PEREIRA, P., A. P.; STEIN, R. H.. Política Social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. (org.) *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106 – 130.
- PEREIRA, P. A. P.. Proteção social contemporânea: cui prodest?. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 1, 2013. p. 636-651.
- PREFEITURA DE BELÉM. *Belém: Diagnóstico e Perspectivas*. 2016. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2017
- RAICHELIS, R.. Conselhos e Conferências de Assistência Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (org.). *Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. (Coleção CEGOV: Transformando a Administração Pública).
- RODRIGUES, M. T. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: In: BOSCHETTI, I.; BHERING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 220-241
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SILVA, S. S. de S. O modelo de expansão da assistência social e a restrição e focalização da proteção social brasileira. In: NASCIMENTO, M. A. C. (org.). *Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda*. Campinas: Papel Social, 2015. p. 35-54.
- SIMÕES, C. *Curso de direito do Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SOARES, M. As políticas de geração de emprego e renda no Brasil: o arcaico reatualizado. In: BOSCHETTI, I. et al. (org.) *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 271-291.
- SOUZA, R. G., MONNERAT, G. L. Retratos de famílias: perfil e trajetórias dos beneficiários do programa bolsa família. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 171.-186
- STEIN, R. H. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. et al. (org.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 196.-219
- YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

O livro II de O capital e o Direito: um debate com Pachukanis

Vitor Bartoletti Sartori*

Resumo: contrário do que se dá usualmente ao tratar do Direito em Marx, trataremos do livro II de *O capital*. Em primeiro lugar, trataremos à tona sua especificidade em relação ao livro I e III da obra magna de Marx. Posteriormente, ao ter em conta a relação entre reprodução e acumulação de capital, analisaremos a posição do Direito nesta obra para, então, tratar de seu aspecto dúplice, que passa pela correlação entre o capital produtivo e o capital improdutivo, ao mesmo tempo em que expressa contradições importantes no sistema de apropriação capitalista.

Palavras-chave: Marx, O capital, Direito, Livro II, capital produtivo

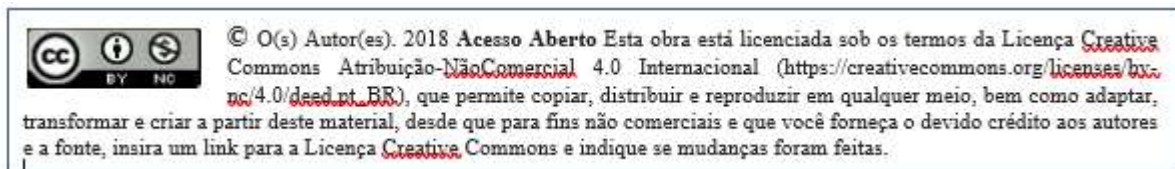
The Book II of Capital and the Law: debate with Pachukanis

Abstract: here, we will analyze Marx's Book II of The capital. First, we will deal with its place in Marx's masterpiece; then, taking in account the reproduction and the accumulation of capital, Law will be dealt. Finally, we intend to expose the relationship between Law, productive capital and unproductive capital. So, we will deal with some contradictions present in capitalist appropriation system.

Key-words: Marx, The capital, Book II, productive capital

Submetido em 16/03/2020

Aprovado em 30/04/2020



* Professor do departamento de Direito do trabalho e introdução ao Direito da faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente no programa de Pós-graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Editor da Revista Verinotio e autor de publicações sobre Marx e marxismo, como os livros Lukács e *A crítica ontológica ao direito e Ontologia nos extremos: o embate Heidegger-Lukács, uma introdução*.

Introdução

No âmbito dos estudiosos da obra de Karl Marx voltados ao Direito há uma prevalência do livro I de *O capital*. Isto se dá, sobretudo, devido à influência decisiva da obra *Teoria geral do Direito e o marxismo* (2017), de Pachukanis. Em grande parte tomada como uma interpretação autêntica do Direito em Marx e do modo pelo qual o método marxiano se colocaria (Cf. NAVES, 2000, 2014), esta obra deu a tônica do debate sobre marxismo e o Direito ao focar a relação entre forma jurídica e forma mercantil (Cf. PACHUKANIS, 2017); esta relação, por sua vez, ficaria clara ao se ter em conta, sobretudo, a ligação entre os capítulos I e II do livro I de *O capital*, de Marx.

Assim, o enfoque neste livro da obra magna de Marx apareceu praticamente como evidente. E, claro, do ponto de vista do conhecimento da obra marxiana, é também de grande valia a compreensão dele, bem como o estudo da obra pachukaniana. (Cf. SARTORI, 2015) No entanto, para que seja possível um estudo criterioso do *corpus* teórico de Karl Marx, é preciso que as outras partes da obra do autor alemão sejam estudadas com o mesmo afinho, também no que diz respeito ao Direito. Tendo isto em conta, aqui não discutiremos os acertos ou erros desta interpretação – por assim dizer, clássica – da obra marxiana. Antes, procuraremos trazer à tona algo que ainda não foi realizado com o devido cuidado, um estudo, mesmo que breve, sobre o Direito no livro II de *O capital*.¹ Mesmo que os méritos da obra pachukaniana, também em sua leitura de Marx, sejam muitos (Cf. SARTORI, 2015)², sempre que se trata da análise da obra de um autor clássico – ainda mais de um como Marx, que foi reivindicado por tradições bastante diversas – há de se voltar ao próprio texto, e ao modo pelo qual certas temáticas aparecem diferentemente em diversos momentos de sua obra. Ou seja, não negamos a contribuição da tradição pachukaniana – que, de um modo mais ou menos meandrado, prevalece nos estudos marxistas sobre o Direito –; antes, aqui, tentaremos nos voltar a um texto de Marx – o livro II de *O capital* – que não foi tratado com o mesmo cuidado, seja pelo próprio autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo*, seja por aqueles que a reivindicam e que, de certo modo, no Brasil, vem fazendo escola, sobretudo, devido à influência de Márcio Naves e, mais recentemente, de Alysson Mascaro.³

¹ Vinícius Casalino, em seu livro *Direito e mercadoria* (2011), chega a trazer uma crítica a Pachukanis a partir da problemática da reprodução ampliada, presente no livro II de *O capital*. Porém, seu enfoque não está na obra de Marx, mas sim na de Pachukanis.

² Mesmo que talvez seja possível criticar suas teses centrais, de certo modo, como sugere-se em SARTORI, 2019 a e em PAÇO CUNHA, 2014, 2015.

³ Mascaro aponta sobre a perspectiva que chama de crítica na filosofia do Direito que “esta perspectiva extraída

Não dizemos que seja preciso voltar-se aos textos do próprio Marx – e não tomar Pachukanis como um intérprete rigoroso da obra marxiana – por simples purismo ou por simples gosto pela marxologia. Também não estamos sugerindo que a análise do texto marxiano possa resolver todos os dilemas colocados na sociedade analisada por ele, a capitalista. Trazemos esta questão à tona porque, mesmo que não suficiente para uma tradição como a marxista – na qual os estudos sobre Marx normalmente se colocam –, o estudo cuidadoso de um autor clássico sempre tem uma função essencial. Ser marxista – ou contrário ao marxismo – sem o conhecimento da obra de Marx parece algo, em verdade, um tanto quanto estranho. A compreensão de uma tradição, bem como dos seus caminhos e descaminhos, remete ao pensamento que a funda; ao mesmo tempo não pode ser reduzido a ele. E, por isso também, parece-nos essencial voltar àquele que talvez seja o primeiro passo na análise do marxismo, e, em específico, da relação entre marxismo e Direito, a análise da obra do próprio Karl Marx, aqui, vista ao se trazer à tona o livro II de *O capital*.

A análise de autores dentro da tradição marxista, seus papéis em suas épocas, suas contribuições e etc. também é considerado por nós de grande relevo. Porém, os limites deste texto não permitem que se extrapole o pensamento do próprio Marx. Continuemos, portanto.

Alguns estudos já foram realizados no Brasil sobre o Direito em Marx. Além do citado Márcio Naves (2000, 2014), que pode ser considerado o principal marxista estudioso do Direito em nosso país, tem-se – também a partir de uma perspectiva pachukaniana – a obra de Alysson Mascaro (2008, 2012) e Celso Naoto Kashiura Jr (2009, 2014). Trata-se de autores que, ao trazer à tona a análise do texto marxiano, têm alta dívida com o autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo*. Principalmente no caso de Kashiura e de Naves, há uma influência fortemente althusseriana também. Mas, não obstante a seriedade, o rigor e a dedicação destes autores, há de se perceber que, quando o texto do próprio Marx é trazido à tona, tem-se por essencial o livro I de *O capital*, e não tanto uma análise sistemática da obra do autor alemão. É preciso apontar também que alguns momentos da obra marxiana (como aqueles anteriores à *Ideologia alemã*) são tratados de modo bastante rápido já que, para estes autores, a obra marxiana anterior a este período ainda não teria passado pela ruptura epistemológica, que caracterizaria a cientificidade marxiana, sendo marcada por uma concepção confusa e alinhada com certo “humanismo”, típico do pensamento burguês. (Cf. ALTHUSSER, 1979, 1999, 2002) Ou seja, em grande parte, tem-se, também a partir de Althusser, a ausência de um estudo detido da obra

do marxismo, cuja leitura mais profunda está em Evguîeni Pachukanis.” (MASCARO, 2018, p. 315).

de Marx de seu período formativo (Cf. CHASIN, 2009); há, inclusive, sob a influência de Pachukanis, uma ênfase bastante grande em *O capital*, e, em especial, no livro I desta obra. Trata-se, pois, de autores que certamente prevalecem devido aos seus méritos e clareza. No entanto, no Brasil, há também estudos distintos sobre o Direito em Marx, mesmo que eles sejam, de certo modo, incipientes. E é preciso que se destaque, mesmo rapidamente, e sem pretensão de ser exaustivo, alguns deles. Os autores mencionados acima trazem uma visão geral do Direito em Marx, como já dito, principalmente, tendo como guia a obra pachukaniana.

Porém, a partir de uma análise mais detida do texto do próprio Marx, pode-se destacar estudos mais cuidadosos sobre momentos específicos da obra marxiana.

Nestas pesquisas, em geral, não se tem a posição pachukaniana ou althusseriana como referência, e, principalmente em contato com a tentativa de renascimento do marxismo, proposta por György Lukács (2013), procura-se analisar os meandros do texto marxiano com o maior cuidado possível. Assim, têm-se, por exemplo: 1) sobre o papel do Direito na formação inicial de Marx, Murilo Pereira Leite Neto (2018), que analisa os textos de 1837 a 1842, e Marco Aurélio Palu (2018) que trata da obra marxiana de 1843; 2) sobre o Direito penal em Marx – de 1842 a 1857 – dispõe-se do texto de Nayara Medrado (2018); 3) sobre a relação entre Marx, Morgan e o Direito nos chamados *Manuscritos etnológicos*, o estudo de Lucas Parreira Álvares (2019) destaca-se. Com uma perspectiva bastante próxima, há o estudo de José Roberto Almeida Sales Jr. (2018) sobre o papel do Direito na Alemanha, mais precisamente, na *Nova Gazeta Renana*, de 1848.⁴

Poderíamos ainda mencionar estudos (artigos, principalmente) de menos fôlego sobre o tema, no entanto, para que fiquemos nas pesquisas de maior extensão, basta que mencionemos estas. Assim, de certo modo, pode-se dizer que ainda há um longo caminho no que toca a análise do Direito no pensamento do próprio Marx. Neste ponto, também não seremos exaustivos, mas podemos dizer que faltam estudos sobre o Direito nas obras de 1843-1844, como *Sobre a questão judaica* (mesmo que este texto seja muito citado) e as *Glossas marginais*; não se tem uma análise detida do debate de Marx com os neohegelianos, que acontece na *Sagrada família* e na *Ideologia alemã* e que passa por diversas pontuações do autor sobre o aspecto jurídico. O posicionamento de Marx contra Proudhon, em *A Miséria da filosofia*, bem como no livro III de

⁴ Seria possível citar algumas outras dissertações, como a de Lucas de Almeida Silva, *Marx e o movimento do direito nos textos econômicos (1857-1879)* (2018); ou a dissertação de Carlos Florêncio de Melo, *O lugar dos Manuscritos etnológicos no pensamento de Karl Marx, um embate com Maine* (2019); tem-se também, a partir de uma perspectiva distinta, o estudo de Moisés Soares sobre os *Grundrisse, Direito e alienação nos Grundrisse de Karl Marx* (2011). Como mencionamos, não pretendemos ser exaustivos ao elencar as pesquisas.

O capital, passa também por uma crítica ao Direito; e tal tema ainda não foi tratado com o cuidado que merece. O modo pelo qual Marx traz reivindicações jurídicas no *Manifesto*, ao mesmo tempo em que também critica o Direito não foi analisado com rigor. Os textos marxianos sobre a França (*Luta de classes na França*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, bem como *Guerra civil na França*) ainda não tiveram uma análise sistemática no que toca o Direito e a função deste nas lutas de classes da época. O papel do Direito na Rússia, em comparação com a Índia e com a China foi trazido à tona somente de modo lateral. (Cf. SARTORI, 2017) Não há também um estudo detido sobre o Direito nas *Teorias do mais-valor*. Poderíamos mencionar diversas lacunas no estudo sobre o tema em Marx. No entanto, basta-nos ter citado estas para que fique claro que o caminho na compreensão da obra marxiana é mais árduo do que, sob a premissa de que Pachukanis é o elo essencial na pesquisa marxista sobre o Direito, supõe-se. Por isso, é preciso ir para além de Pachukanis.

Nota-se também algo bastante interessante: ao mesmo tempo em que há uma centralidade bastante grande do livro I de *O capital* nos estudos sobre o Direito em Marx, ainda não se tem um estudo detido e sistemático sobre o próprio livro que é central ao debate. Se em outro lugar já foi debatida a interpretação pachukaniana do livro I (Cf. SARTORI, 2019 a), aqui, nós pretendemos algo diferente: a partir daquilo que José Chasin – na esteira da obra de György Lukács (1959) – chamou de análise imanente⁵, procuraremos trazer à tona o modo pelo qual o Direito aparece no livro II. Já havendo também pesquisas (artigos) sobre o Direito no livro III (Cf. SARTORI, 2019 b), é preciso que se dê início a um estudo sobre o Direito no livro II da obra magna de Marx. Assim, o presente texto tem a pretensão de lançar um debate bastante necessário para a compreensão da obra de Marx. Intentamos trazer uma pequena contribuição ao embate também. Mesmo sabendo que este é um passo que não basta por si só, acreditamos que isto pode ser relevante, tanto para que se dê subsídios para os que aderem à tradição marxista quanto àqueles que pretendem conhecê-la melhor.

⁵ Como diz Chasin: “tal análise, no melhor da tradição reflexiva, encara o texto – a formação ideal – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do para-nós que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os nexos ou significados destes não deixariam, por isso, de existir [...]”. (CHASIN, 2009, p. 26)

O livro II de O capital, a acumulação capitalista e o nível da abstração em que se coloca a análise do Direito em Marx

O livro II de *O capital* coloca-se em um nível mais concreto de análise se comparado ao livro I. Enquanto este último trata do processo imediato de produção, em que é produzido o mais-valor, o primeiro trata do processo de circulação, em que o mais-valor pode – ou não – ser realizado. Dizemos que há um maior nível de concretude, não porque aquilo abordado no processo de circulação seja mais “real” que o que se tem no processo imediato de produção, mas porque o tema analisado aproxima-se mais da experiência concreta dos homens da sociedade capitalista. Em verdade, quando Marx trata das figuras que mais se aproximam da imediatez da efetividade, as determinações essenciais da realidade já estão explicitadas em sua exposição anterior; ao mesmo tempo, elas se ocultam na conformação imediata da realidade e as figuras do processo global de produção passam a ser representadas pelos agentes econômicos como se prescindissem da análise cuidadosa de categorias como mais-valor, força de trabalho, mercadoria, dinheiro, capital, etc. Estas figuras mais próximas são aquelas como lucro, juros, renda, que, por si mesmas, não se explicam. É necessário que, por exemplo, o mais-valor seja compreendido para que se entenda que estas três figuras mencionadas – que parecem ser quase que naturais aos agentes da produção e da circulação –, que, em verdade, são parcelas do montante de mais-valor produzido na esfera produtiva. O livro I procura explicitar formas econômicas (*oikonomischen Formen*) como mercadoria, dinheiro, capital, mostrando como que a produção capitalista de mercadorias está assentada na compra e venda da força de trabalho e, portanto, na produção do mais-valor. O livro III, por sua vez, analisa, dentre outras questões, como que figuras econômicas (*oikonomischen Gestalten*) como lucro, renda, juros, ao mesmo tempo, dependem da produção de mais-valor e parecem prescindir da mesma. O livro II, por sua vez, ao tratar do processo de circulação de capital – em que a reprodução ampliada e a acumulação de capital se colocam –, de certo modo, é um elo mediador entre estes dois extremos.⁶

A exposição marxiana vai do abstrato ao concreto (Cf. MARX, 1996 a, 2011), começando pela mercadoria, no livro I e chegando ao capítulo inconcluso sobre as classes sociais, no livro III. Aliás, a diferença no grau de concretude fica muito clara quando se nota que no processo de produção imediato, Marx trata principalmente do moderno proletariado, da burguesia e dos proprietários fundiários, ao passo que no livro II, e principalmente no livro III,

⁶ Para uma análise da arquitetura e da feitura de *O capital*, Cf. ROSDOLSKY, 2001.

diversas outras classes e parcelas de classes aparecem de modo muito mais evidente e com muito maior proeminência no processo econômico. E, assim, se é verdade que as lutas entre as diferentes classes, em suas complexidades, são muito mais palpáveis de imediato, também é verdadeiro que elas só podem ser compreendidas tendo-se em conta, por exemplo, o que é a mercadoria, o dinheiro e o capital. Para se compreender o modo de produção capitalista, seria preciso também se ter em conta que a oposição fundante deste forma de produção se dá entre burguesia e proletariado, o que é tratado no livro I. Ao mesmo tempo, o processo de circulação (livro II) e o processo global de produção (livro III) trazem oposições e contradições essenciais para a compreensão da moderna produção de mercadorias, mesmo que tais contradições, por vezes, não tenham na oposição entre proletariado e burguesia sua conformação imediata. Marx já havia mencionado que na arquitetura de *O capital*, tal qual já havia dito Marx nos *Grundrisse*, ao mesmo tempo em que o concreto é “o ponto de partida efetivo” (MARX, 2011, p. 78), “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 2011, p. 78-79)⁷; ou seja, não obstante o conhecimento parta sempre da concretude em sua imediatez (que aparece, sobretudo no livro III de *O capital*), a compreensão do processo pelo qual o concreto se conforma como tal precisa de abstrações⁸, que aparecem em seu grau máximo no livro I.

Para que nos coloquemos mais diretamente sobre nosso tema: a circulação de mercadorias é muito mais palpável que os pressupostos de sua produção; a primeira, porém, só pode ser entendida com cuidado a partir da última. A exposição marxiana, assim, não é aleatória,

⁷ Na passagem em sua íntegra, diz Marx que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto. [...] a totalidade concreta como totalidade de pensamento como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (MARX, 2011, p. 78-79)

⁸ Sobre as abstrações razoáveis em Marx, Cf. CHASIN, 2009.

mas, de certo modo, é parte de sua própria crítica imanente ao modo de produção capitalista. (Cf. GRESPAN, 2019)⁹ Em, verdade, muitas vezes, os homens se deparam com aquilo trazido no livro II antes de o processo de produção imediato lhes ser compreensível e, assim – diz Marx em *O capital*, tal qual nos *Grundrisse* em diálogo e em antítese a Hegel (Cf. SARTORI, 2014) - que “é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa.” E, deste modo, “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima.” A exposição, portanto, somente seria possível depois da apreensão das determinações da materialidade e, portanto, “só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.” (MARX, 1996 a, p. 140) Os diferentes níveis de abstração, assim, estão colocados de modo indissociável na realidade. Porém, para que, com a ciência, seja possível sair do nível aparente em direção à essência - “e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1986 b, p. 271) – é necessário aquilo que Marx chamou abstração razoável. (Cf. CHASIN, 2009) E, percebendo-se que as abstrações são expressões da própria realidade, é necessário compreender os diferentes níveis de abstração, daqueles mais fenomênicos aos mais essenciais à conformação objetiva do modo de produção capitalista. (Cf. LUKÁCS, 2013; CHASIN, 2009)

Há de se ter isto em conta para que as formas de apresentação das categorias da economia capitalista possam ser compreendidas em correlação com a essência que se apresenta nas diversas figuras econômicas que compõem a imediatez da sociedade capitalista. (Cf. GRESPAN, 2019; SARTORI, 2019 a, b) O livro II precisa ser compreendido à luz do livro I e vice-versa, certamente. E, claro, essência e aparência não são um par dialético que se coloque no nível simplesmente epistemológico; são, constitutivos da efetividade.¹⁰ A exposição marxiana traz o desenvolvimento da própria efetividade, explicitando, em momentos distintos, mas claramente interligados, a “figura medular interna, essencial mas oculta” (MARX, 1986 b, p. 160) e as figuras fenomênicas, que dependem da primeira em suas constituições efetivas, ao

⁹ Este aspecto da exposição marxiana é importante, porém, não pode ser exagerado. Para Marx, “é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa.” (MARX, 1996 a, p. 140) ao passo que, muitas vezes se nota em uma aproximação exagerada entre os métodos de Marx e Hegel é o seguinte: “o que se observa é o encobrimento do modo de pesquisa pelo modo de exposição das categorias”. (ALVES, 2013, p. 10) Acreditamos que mesmo um grande autor como Reicheld talvez incorra neste erro ao dizer que “Marx caracterizou sua relação com Hegel com um coqueteio com a linguagem hegeliana” e continua, marcando sua posição, “isto não só é uma subestimação dos fatos, mas um evidente despiste, porque se verifica uma profunda coincidência na estruturação conceitual.” (REICHEL, 2013, p. 20) Para uma breve análise sobre este ponto, Cf. SARTORI 2014.

¹⁰ Sobre esta questão, Cf. LUKÁCS, 2013.

mesmo tempo em que as ocultam. As figuras econômicas que permeiam o livro III e, em parte o livro II, não podem ser explicadas por si mesmas, ao mesmo tempo em que não deixam de ter um efeito ativo sobre as formas econômicas tratadas no livro I e que constituem o essencial da figura interna do modo de produção capitalista. E, também por isso, um estudo da arquitetura de *O capital* não tem interesse meramente filológico.

A noção de produção, presente no livro I, e relacionada ao processo de trabalho, por exemplo, é bastante importante para a compreensão de *O capital* e das formas e das figuras econômicas que aparecem em toda a extensão desta obra. Ela sempre contém determinações que a especificam, que trazem sua diferença específica, mas que, ao mesmo tempo, fazem parte, em seu nível mais geral, da própria realidade efetiva; como diz Marx, “a produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição” (MARX, 2011, p. 56)¹¹. A produção em geral, portanto, não pode ser percebida em sua concretude, de imediato, com os sentidos; é necessário um exercício de abstração, em que – após compreender a conexão íntima da matéria – expõem-se seu movimento real. Para o que nos diz respeito mais imediatamente, podemos dizer que as abstrações do livro I – como a própria noção de produção, destacada também na famosa introdução aos *Grundrisse* – próximas do processo imediato de produção, espelham os elementos essenciais da constituição da relação-capital; ao mesmo tempo, porém, neste livro, a exposição ainda não deixa claro ao leitor o modo pelo qual a acumulação de capital se dá, a partir da realização do mais-valor e do reinvestimento na própria produção, que remete, no limite, ao mercado mundial. No livro II, por seu turno, esta questão é esclarecida e a “acumulação de capital, isto é, a acumulação capitalista real” (MARX, 1985, p. 378) é analisada com mais cuidado, em meio ao processo de circulação de mercadorias e à relação entre a produção de meios de produção (departamento I) e a produção de meios de consumo (departamento II). As abstrações, assim, fazem parte do próprio movimento da realidade, são, como diz Marx, categorias que conformam “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, 85), e assim, são partes da própria matéria. (Cf. LUKÁCS, 2013)

Porém, deve-se destacar algo sobre a exposição do livro II: camadas do capital (como o

¹¹ Diz Marx na passagem na íntegra: “a produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas.[Certas]determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas.” (MARX, 2011, p. 56) Para um estudo cuidadoso das abstrações, Cf. CHASIN, 2009.

capital comercial), que não produzem mais-valor, ganham espaço; deste modo, o centro daquilo que é tratado afasta-se progressivamente da essência da conformação mais basilar do modo de produção capitalista, a exploração da mercadoria força de trabalho, trazida à tona no livro I. O livro II, portanto, trata de algo que é de grande importância para que o modo de produção capitalista possa se reproduzir concretamente em meio à acumulação de capital – e sem que se entenda isso, não há como haver uma análise crítica deste sistema produtivo -; porém, com isso, na exposição marxiana, a produção de mais-valor está pressuposta, de modo que uma leitura parcial de *O capital* – também devido à questão que tratamos neste momento – pode levar a sérios equívocos: de um lado, ao se centrar no livro I, à centralidade excessiva na oposição entre burguesia industrial e proletariado; doutro, no livro II, pode-se ter a ênfase demasiada na acumulação de capital, e nos esquemas de reprodução. Caso coloca-se a tônica somente no livro III, ganhariam espaço o capital portador de juros, a renda, o setor de serviços, as camadas intermediárias, etc.¹² Há uma unidade em *O capital* e ela precisa ser compreendida para que se analise a obra marxiana devidamente¹³. Assim, diz Marx:

O processo direto de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização, o processo cujo resultado é o produto-mercadoria e cujo motivo determinante é a produção de mais-valia. O processo de reprodução do capital abrange tanto esse processo direto de produção como ambas as fases do processo de circulação propriamente dito, isto é, o ciclo global, que como processo periódico – processo que se repete em períodos determinados sempre de novo – constitui a rotação do capital. [...] Cada capital individual constitui, entretanto, apenas uma fração autonomizada do capital social total, dotada, por assim dizer, de vida individual, assim como cada capitalista individual constitui apenas um elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais. Tal como a metamorfose da mercadoria individual é um elo da série de metamorfoses do mundo das mercadorias – da circulação de mercadorias –, assim a metamorfose do capital individual, sua rotação, é um elo no ciclo do capital social. (MARX, 1985, p. 261)

A produção do valor, sua realização e expansão ligam-se à reprodução do capital. Trata-se de momentos distintos, mas integrados, do movimento do capital social. A rotação do capital, bem como o tempo de rotação do capital também são essenciais para a acumulação de capital. Nela, ao mesmo tempo, coloca-se o capital social e os capitais individuais, estes últimos que se relacionam, ao mesmo tempo, com suas autonomizações e indissociabilidades. Os capitalistas individuais, na acumulação, são um elo na conformação da classe capitalista e no modo pelo

¹² Sobre o modo como estas questões, bastante pungentes hoje, aparecem em Marx Cf. SARTORI, 2019 b, c.

¹³ Sobre o assunto, bem como sobre a relação dos *Grundrisse* com *O capital*, cf. ROSDOLSKY, 2001.

qual se coloca o ciclo do capital total; as mercadorias individuais, um elo nas metamorfoses do mundo das mercadorias, que se apresentam no processo de circulação. Tais temas são de grande relevo na exposição do livro II de *O capital*. E, assim, é preciso notar que nosso assunto, o Direito no livro II, envolve compreender o papel do momento jurídico na acumulação de capital e no processo de circulação de mercadorias. A questão pode ser importante para este texto, para os estudos sobre Marx, sobre o marxismo e sobre o papel do Direito na crítica à sociedade capitalista. Aqueles que, como nós, acreditam que a análise marxiana do modo de produção capitalista essencialmente acertada, diriam, inclusive, que o tema pode ajudar no entendimento do próprio sistema capitalista de produção.

E, neste ponto, é preciso ressaltar: praticamente não há estudos de fôlego sobre o tema.

Na esteira de Isaac Rubin (1987), Pachukanis enfatiza o modo de produção capitalista como algo eivado pela circulação mercantil, chegando, por vezes, a tomar sociedade capitalista e sociedade mercantil como sinônimas. O autor soviético, inclusive, coloca como central o Direito em meio à circulação de mercadorias e, principalmente, na compra e venda da força de trabalho (Cf. PACHUKANIS, 2017); ocorre, porém, que – como bem destacou Vinícius Casalino (2011) ao analisar a obra marxiana – é preciso que se enfoque, não só na reprodução simples de capital (M-D-M/D-M-D), mas na reprodução ampliada (D-M-D’), ou seja, na acumulação de capital, tratada no livro II¹⁴. Segundo o autor de *O capital*, seria um erro enorme confundir a produção de mercadorias com a produção capitalista de mercadorias. Diz-se, assim, no livro II: “Adam Smith identifica a produção de mercadorias em geral com a produção capitalista de mercadorias; os meios de produção de antemão são capital e o trabalho é de antemão trabalho assalariado.” (MARX, 1985, p. 287) Com isto, perder-se-ia de vista que, na sociedade capitalista, a produção de mercadorias é a produção de mais-valor e leva à frente o processo de autovalorização do valor: “a circulação do capital-mercadoria implica a circulação da mais-valia, portanto as compras e vendas, por meio das quais os capitalistas medeiam seu consumo individual, o consumo da mais-valia.” (MARX, 1985, p. 262) A riqueza que se apresenta no modo de produção capitalista nas mercadorias é produzida no processo imediato de produção, embora somente se realize como valor efetivamente no processo de circulação. A acumulação de capital, portanto, é a expansão do mais-valor, não sendo possível falar da sociedade capitalista somente como uma sociedade mercantil; ela é marcada pela expansão do

¹⁴ Casalino (2011), neste ponto, critica Pachukanis. Não entraremos neste debate. Porém, enfatizamos aqui que se trata de diferentes, e complementares, níveis de abstração, de modo que a questão é bastante meandrada.

valor e da produção, pela acumulação de capital, que se realiza no processo de circulação.

Se é verdade o que Casalino (2011) coloca, embora existam méritos indubitáveis na abordagem pachukaniana, ela trata somente de um dos graus de abstração de *O capital*. E, assim, é preciso ter em conta diversos outros aspectos, que não são enfatizados pelo autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo*. Marx é explícito ao dizer que “a reprodução simples em escala constante aparece como uma abstração”, uma abstração razoável no grau de concretude do livro I de *O capital*. No entanto, ao passo que, ao enfatizar o processo de circulação, isto se dá “à medida que é estranho supor, de um lado, na base do sistema capitalista, a ausência de toda acumulação ou reprodução em escala ampliada e, de outro, que as condições em que se produz não permanecem absolutamente iguais em diversos anos.” (MARX, 1985, p. 293) Ou seja, ao se ter em conta a reprodução ampliada, ao mesmo tempo, há de se analisar a acumulação de capital e o desenvolvimento desigual das diferentes formações sociais capitalistas¹⁵. A autovalorização do valor, assim, somente é possível mediante o processo de circulação de mercadorias. Nele, no comércio mundial – colocado de modo mais ou menos desigual e, por vezes, por meio de guerras (Cf. LUXEMBURGO, 1985; HARVEY, 2006, 2014) –, o valor pode ser realizado em meio ao processo mundial de circulação de mercadorias. Comércio exterior e reprodução ampliada, portanto, são indissolúveis. Mas, é preciso que se aponte: em *O capital*, Marx não pode tratar das minúcias do comércio mundial, não havendo no livro II uma análise pormenorizada sobre o assunto.

Não existe produção capitalista sem comércio exterior. Mas, quando se supõe a reprodução anual normal em dada escala, supõe-se também que o comércio exterior apenas repõe artigos locais por artigos diferentes na forma útil ou natural, sem afetar as relações do valor, portanto também as relações de valor em que as duas categorias, meios de produção e meios de consumo, se convertem mutuamente e tampouco as proporções entre capital constante, capital variável e mais-valia, em que o valor do produto de cada uma dessas categorias é decomponível. A inclusão do comércio exterior na análise do valor-produto anualmente reproduzido só pode, portanto, confundir, sem proporcionar nenhum momento novo, seja do problema, seja de sua solução. Por isso, deve-se abstrair-lo inteiramente; portanto, aqui, também o ouro há de ser tratado como elemento direto da reprodução anual, e não como elemento mercantil introduzido de fora, por meio de intercâmbio. (MARX, 1985, p. 343)

No livro II de *O capital*, é essencial a compreensão das determinações gerais da reprodução ampliada. Para isso, segundo Marx, seria central a análise das relações estabelecidas entre o departamento I e o departamento II da economia, bem como entre os diferentes

¹⁵ Somente para que não fiquemos silentes sobre o assunto, vale mencionar o papel que Rosa Luxemburgo desempenhou neste estudo. Cf. LUXEMBURGO, 1985.

componentes do capital. Assim, mesmo que o mercado mundial – com o comércio externo e com as guerras – seja uma condição sem a qual o sistema capitalista de produção não se sustenta, o autor alemão não pode aprofundar-se na questão no grau de abstração em que sua exposição se coloca no texto que aqui tratamos. Buscando apreender a reprodução do capital e as leis gerais da acumulação capitalista, não haveria como (naquele momento da exposição) dar um passo a mais em direção à concretude da sociedade capitalista em sua efetividade. O grau de abstração do livro II, assim, é bastante menos acentuado que aquele do livro I, em certo sentido. Ao mesmo tempo, há de se notar que o modo de produção capitalista como aparece no livro II é bastante menos complexo do que o modo como ele efetivamente conforma-se em suas múltiplas determinações. Há abstrações aqui, portanto. Abstrações razoáveis, certamente. Isto faz com que o livro III de *O capital* (bem como textos de análise histórica como *Guerra civil na França*, *Luta de classes na França*, *O 18 Brumário*, bem como os textos da *Nova Gazeta renana*) aproxime-se muito mais da imediatidade da sociedade capitalista que o livro que aqui tratamos; e, deve-se destacar: mesmo neste livro, não se tem uma análise detalhada do mercado mundial, do Estado e das guerras. Assim como o processo de circulação é o elo intermediário entre o processo imediato de produção e as figuras econômicas concretas do processo global de produção, o livro II aparece como um elo intermediário na arquitetura de *O capital*. Isto faz com que temas essenciais, como a acumulação de capital, o desequilíbrio entre os dois departamentos da economia, o comércio externo e o mercado mundial apareçam, mas somente em seus elementos mais gerais. (Cf. HARVEY, 2014) Mas, mesmo assim, acreditamos que o tratamento do Direito neste processo possa ser bastante importante.

O lugar do livro II é bastante peculiar e, inclusive, é negligenciado hoje em dia (Cf. HARVEY, 2014), tendo-se uma ênfase muito maior no estudo dos livros I e III. O assunto seria essencial, inclusive, para que se discutisse a natureza do dinheiro no socialismo¹⁶. No entanto, aqui não podemos tratar deste e de outros assuntos. Somente destacamos os elementos mais gerais da arquitetura do livro II para que deixemos claro que seu estudo, quando se trata do Direito, é de grande valia. E isto se dá mesmo que vá se chegar à conclusão segundo a qual –

¹⁶ Diz Marx que “na produção social, do mesmo modo que na capitalista, os trabalhadores dos ramos de negócios com períodos curtos de trabalho retirarão, depois como antes, produtos apenas por curto tempo sem dar produtos de volta; enquanto nos ramos de negócios com períodos longos de trabalho retiram continuamente por longo tempo antes de devolver. Essa circunstância decorre, portanto, das condições materiais do processo de trabalho em questão e não de sua forma social. O capital monetário na produção social é eliminado. A sociedade distribui força de trabalho e meios de produção entre os diferentes ramos de negócios. Os produtores podem receber, por fim, vales de papel com os quais retiram das reservas sociais de consumo um quantum correspondente a seu tempo de trabalho. Esses vales não são dinheiro. Eles não circulam” (MARX, 1985, p. 265-266).

ao contrário do que os estudiosos do Direito podem pensar – o aspecto jurídico não exerceria, de acordo com Marx, um papel essencial no processo de circulação de mercadorias, sendo este processo engendrado, no âmbito econômico mesmo. Mais à frente trataremos do assunto, pois é necessário que se analise a extensão do papel do Direito na acumulação de capital e no processo de circulação de mercadorias, processo este que traz consigo a realização do mais-valor. Isto se dá, primeiramente, para que se possa compreender com cuidado a obra de Marx (bem como a realidade que ele tratou), mas também porque a importância do aspecto jurídico, na leitura pachukaniana, é bastante grande, tendo-se, para este autor, o Direito como mediação essencial na produção do mais-valor. Mesmo que os méritos do jurista soviético sejam muitos, é preciso que se analise a obra de Marx em graus de abstração com os quais o autor de *Teoria geral do Direito e o marxismo* não se preocupou.

Reprodução ampliada e circulação capitalista de mercadorias: as formas econômicas de O capital e o Direito

A produção de mercadorias não se confunde com a produção capitalista de mercadorias. E, assim, há de se perceber, também por isso, que não é possível trazer a noção de sociedade mercantil como sinônima de sociedade capitalista. Marx é bastante claro ao trazer à tona sua crítica a Smith, que vem a tornar o trabalho assalariado (e a própria relação-capital) como algo, de certo modo, supra-histórico. O autor ataca também o pensador de *A riqueza das nações* por outras razões, dentre elas, sua concepção de trabalho e de trabalho produtivo em específico. (Cf. MARX, 1980; SARTORI, 2018) E, assim, destaca que, na reprodução ampliada do capital, não se tem simplesmente a incrementação das forças produtivas e do montante de riqueza, há também uma espécie de sujeito automático, que se coloca no valor, na autovalorização do valor; ele se expressa em formas diferentes de aparição, fetichizadas, e que parecem ser por si só subsistentes na medida em que nunca podem ser. Diz Marx sobre o valor, no livro I, que “ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático” (MARX, 1996 a, p. 273)¹⁷ de tal maneira que a produção

¹⁷ Veja-se a passagem na íntegra: “as formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação D — M — D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio

capitalista se dá impondo potências estranhas como se naturais fossem. (Cf. SARTORI, 2019 a) A forma dinheiro e a forma capital, por exemplo, aparecem à representação dos agentes de produção como algo que tem existência plenamente autônoma, e que poderiam ser tratados por si próprios, trazendo um peculiar modo de representação (Cf. GRESPAN, 2019); ao mesmo tempo, segundo Marx, seria preciso perceber que a autonomização destas formas econômicas (que nunca subsistem por si sós fora do processo produtivo) é somente um elo mediador na produção, mesmo que ele seja extremamente importante.

As circunstâncias mais básicas da produção capitalista, relacionadas à conformação da relação-capital¹⁸, dão a tônica da transformação da circulação simples de mercadorias, que está presente, por exemplo, na sociedade romana, na sociedade russa do século XIX, entre outras sociedades, para a circulação de mercadorias assentada sobre a produção capitalista. Assim, por mais que Marx tenha tratado primeiramente da mercadoria, depois do dinheiro no livro I, sua exposição supõe o desenvolvimento da relação capitalista de produção, que, também neste livro, é vista em suas determinações mais basilares. (Cf. ROSDOLSKY, 2001) Sem estas últimas, tem-se mercadoria e dinheiro em outras formas de produção de mercadorias que não a capitalista. E, para nosso tema, é essencial que isto seja trazido à tona porque Pachukanis (2017) associa diretamente a circulação de mercadorias com a existência do Direito, este último que só existiria no modo de produção capitalista. Para Marx, por outro lado, tanto a circulação de mercadorias quanto a mediação da esfera jurídica são, em verdade, anteriores ao capitalismo – Marx menciona diversas vezes, por exemplo, o Direito romano e a sociedade antiga. E, neste sentido, continua sendo preciso que a diferença específica entre as diversas conformações das mercadorias e das sociedades seja também trazida à tona; trata-se, em verdade, de uma agenda que pode ser importante, inclusive, para os estudos críticos sobre o Direito, como aqueles realizados pela crítica marxista ao Direito.

Marx é bastante claro no livro II de *O capital* sobre a produção de mercadorias, a

de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.” (MARX, 1996 a, p. 273-274)

¹⁸ Como diz Marx, “a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sob os próprios pés, não apenas conserva tal separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que não o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das suas condições de trabalho, um processo que por um lado transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores imediatos em operários assalariados.” (MARX, 1996 b, p. 252)

generalização da circulação destas e, por fim, a conformação capitalista da produção mercantil:

As mesmas circunstâncias que produzem a condição básica da produção capitalista – a existência de uma classe de trabalhadores assalariados – requerem a passagem de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. À medida que esta se desenvolve, tem o efeito de decompor e de dissolver cada forma antiga de produção, a qual, orientada preferencialmente para o autoconsumo direto, só transforma o excedente do produto em mercadoria. Ela faz da venda do produto o interesse principal, primeiro sem aparentemente atacar o próprio modo de produção, como foi, por exemplo, o primeiro efeito do comércio mundial capitalista sobre povos como os chineses, indianos, árabes etc. Mas, em segundo lugar, onde tenha fincado raízes, ela destrói todas as formas de produção mercantil que se baseiem seja no trabalho do próprio produtor, seja apenas na venda do produto excedente como mercadoria. Ela generaliza primeiro a produção de mercadorias e transforma depois gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista. (MARX, 1985, p. 32)

A circulação de mercadorias que parte da autovalorização do capital traz a expansão da relação-capital, ou seja, é indissolúvel da acumulação de capital. Porém, a consolidação das relações capitalistas de produção no âmbito nacional não necessariamente se dá de imediato e sem atritos; antes, tem-se o contrário: na dissolução de formas sociais pré-capitalistas – por vezes comunitárias, e ligadas ao autoconsumo direto¹⁹ –, a expansão da circulação das mercadorias tem um papel, primariamente, de dissolução. A função do comércio mundial capitalista sobre os árabes, os chineses, os indianos, por exemplo, é tal que, de imediato, parece que é possível se manter o antigo modo de produção conjuntamente com as trocas mercantis propriamente capitalistas. E, de fato, isto se daria por algum tempo. E, assim, conviveriam a produção mercantil não capitalista com a produção mercantil capitalista. Porém, o colonialismo, bem como a expansão comercial capitalista (seja por meio da concorrência, seja por meio de guerras), trazem consigo a acumulação de capital e, por isso, também a potencial sobreposição da produção de mercadorias pela produção capitalista de mercadorias. Ou seja, o movimento da circulação mercantil passa de M-D-M, e de D-M-D, para D-M-D', em que o dinheiro ganha uma importância bastante grande: a acumulação de dinheiro volta-se para o investimento produtivo e, portanto, para a acumulação de capital. O dinheiro só se coloca como tal, no capitalismo, na medida em que sua acumulação implica, ao mesmo tempo, em sua

¹⁹ A diferença entre estas formações sociais é enorme. A China, a Índia e a Rússia tiveram formas comunais de organização da produção, mas duas delas passaram pela invasão do colonizador estrangeiro e a outra, segundo Marx, poderia se aproveitar da forma comunal de produção para a passagem ao socialismo. (Cf. MARX; ENGELS, 2013) Para uma análise das peculiaridades nacionais destes países e as diferenças no que toca o papel do Direito e da propriedade privada, Cf. SARTORI, 2017 a. Para uma análise da questão russa em Marx, Cf. MACHADO, 2017.

autonomização e em seu futuro – e bastante mediado (Cf. MARX, 1986 a, b) – retorno ao solo da produção. O movimento da circulação de mercadorias que Marx mostra na passagem acima é aquele em que, pelo próprio impulso e pela compulsão da lei do valor, a produção de mercadorias – primeiramente mediante a universalização da troca mercantil – leva tendencialmente (e as leis do sistema capitalista de produção são sempre tendenciais) à superação da produção de mercadorias pela produção capitalista de mercadorias. A venda do produto só se torna o interesse principal na circulação ao passo que subjaz a ela a autovalorização do valor e a acumulação de capital.

Devemos dizer que, em verdade, há ainda diversas questões de grande relevo na passagem de Marx, como, por exemplo, a necessária análise do modo como a produção de mercadorias se coloca em sociedades não capitalistas distintas, como aquelas dos chineses, dos árabes, dos indianos e, podemos acrescentar, dos russos. Seria interessante tratar da relação do colonialismo, do desenvolvimento das forças produtivas, do Direito e do Estado para que – a partir de uma análise que passa por parte essencial do livro II de *O capital* – se chegasse a conclusões importantes sobre o desenvolvimento real e efetivo da sociedade capitalista. (Cf. SARTORI, 2017) A dissolução de sociedades pré-capitalistas, bem como os momentos de transição entre a produção mercantil para a produção mercantil capitalista necessitam de um estudo mais profundo também; e tem-se ainda o modo pelo qual os produtores diretos também podem se colocar como produtores de mercadorias. Aqui, porém, não podemos avançar nesta pesquisa, que, por mais relevante que possa ser, requer referência substancial a diversos outros textos de Marx. Podemos, porém, para os fins deste artigo, trazer à tona as transformações na produção que advém da imposição do sujeito automático do capital, da autovalorização do valor, que, como já dissemos, remete à acumulação de capital. Veja-se o que diz Marx no livro II sobre a compra e venda da força de trabalho ao ter em conta o dinheiro:

Embora portanto, no ato D - FT, o possuidor do dinheiro e o possuidor da força de trabalho só se relacionem reciprocamente como comprador e vendedor, confrontando-se como possuidor de dinheiro e possuidor de mercadorias, por esse lado portanto só se encontrem um com o outro em mera relação monetária – ainda assim, o comprador de antemão aparece simultaneamente como possuidor dos meios de produção, que constituem as condições objetivas do dispêndio produtivo da força de trabalho por seu possuidor. Em outras palavras: esses meios de produção se contrapõem ao possuidor da força de trabalho como propriedade alheia. Por outro lado, o vendedor de trabalho se confronta com seu comprador como força de trabalho alheia, que tem de passar a seu domínio e ser incorporada a seu capital, para que este funcione efetivamente como capital produtivo. A relação de classe entre capitalista e trabalhador assalariado já existe, já está pressuposta no momento em que

ambos se defrontam no ato D - FT FT - D, da perspectiva do trabalhador. E compra e venda, relação monetária, porém uma compra e uma venda em que se pressupõem o comprador como capitalista e o vendedor como trabalhador assalariado, e essa relação está dada pelo fato de que as condições para a realização da força de trabalho – meios de subsistência e meios de produção – estão separadas, como propriedade alheia, do possuidor da força de trabalho. (MARX, 1985, p. 29)

Se Pachukanis enfoca o primeiro parágrafo do segundo capítulo do livro I de *O capital*, faz isto trazendo à tona certa centralidade do Direito, que viria a ser essencial para a própria extração do mais-valor. Para isto, seriam essenciais tanto o sujeito de direito quanto a igualdade jurídica. (Cf. PACHUKANIS, 2017) Aqui, porém, Marx não traz tanto à tona o papel do Direito na compra e venda da mercadoria força de trabalho (FT), mas o papel que tem o dinheiro.

Na passagem analisada por Pachukanis²⁰ a forma contratual é uma mediação entre a vontade dos possuidores de mercadoria – o comprador e o vendedor – e o reconhecimento das pessoas como proprietários. Este reconhecimento se dá, segundo o autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo*, por meio da “forma jurídica”²¹, colocada por meio da noção de igualdade, mais precisamente, da igualdade jurídica. (Cf. PACHUKANIS, 2017) Aqui, porém, o elo mediador entre o comprador e o vendedor é o dinheiro. Se, como dissemos anteriormente, a análise do livro I e do livro II implica no reconhecimento de diferentes níveis de concretude, é preciso que analisemos com cuidado a passagem acima, em que não é o Direito ou a forma jurídica contratual que tem o maior relevo, mas o dinheiro. Quem enfatiza com maior destaque a relação entre igualdade jurídica e circulação de mercadorias é Engels, e não Marx. (Cf. ENGELS, KAUTSKY, 2012) E, é preciso que se diga: a passagem na qual Pachukanis se baseia está no primeiro parágrafo do segundo capítulo do livro I de *O capital*, que trata justamente do processo de troca, que, por sua vez, supõe o dinheiro, que é tratado ao fim da sessão I de *O*

²⁰ Diz Marx: “as mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar a violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto, apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete uma relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.” (MARX, 1996 a, p. 79) Para uma análise da passagem tendo em conta a arquitetura do livro I, Cf. SARTORI, 2019 a. A crítica à relação entre forma mercantil e jurídica se encontra também em PAÇO CUNHA, 2014.

²¹ Colocamos entre parênteses a expressão pois, embora ela seja central a Pachukanis, ela aparece primordialmente no plural em Marx, tendo um significado diferente. São formas jurídicas, por exemplo, o contrato as transações jurídicas, as ficções jurídicas, entre outras. Elas aparecem preponderantemente no livro III de *O capital*.

capital.²² Assim, é verdade que a exposição marxiana vai do abstrato ao concreto, mas igualmente verdadeiro é que a compreensão das abstrações razoáveis de Marx se dá também na medida em que elas se encontram presentes – mesmo que dissolvidas (Cf. LUKÁCS, 2013) – no maior grau de concretude e, portanto, em um momento posterior da exposição. Dizemos isto porque a forma contratual – que implica no Direito, e na superação, ao menos nos elementos essenciais, do privilégio – se coloca como uma mediadora sem a qual os homens não se conformam como assalariados. Mas, no livro II, a conformação dos homens como assalariados e, portanto, a pressuposição da relação-capital já está colocada, de modo que Marx não precisa trazer à tona o elo entre a relação econômica e a relação jurídica; ele traz a mediação do dinheiro para que a força de trabalho possa ser incorporada ao capital e para que este se coloque, assim, como produtivo. O essencial, assim, é a relação entre a forma mercadoria e a forma dinheiro, e não a mediação jurídica.

O processo de troca também não aparece no livro II como aquele entre iguais, mas como um conjunto de atos que têm consigo agentes da produção em suas funções concretas: capitalistas, que possuem dinheiro (que se coloca como capital) e trabalhadores, que possuem a mercadoria força de trabalho. O ato D-FT, portanto, não é somente uma relação entre sujeitos de direito iguais, como alguns, dialogando com Pachukanis (2017), concluem a partir da leitura do livro I de *O capital*; antes, as funções concretas dos indivíduos, como agentes da produção, têm como elo um terceiro elemento, que aparece como impessoal: não o Direito, mas o dinheiro. E, assim, do ponto de vista da reprodução do capital e da acumulação de capital, deve-se focar a autonomização da forma dinheiro, e não o eventual fetichismo da forma jurídica²³. Os indivíduos, na compra e venda da força de trabalho, aparecem essencialmente como proprietários, sendo o dinheiro e a força de trabalho elos pelos quais se coloca o capital produtivo, pressupondo a relação de produção entre capitalista e trabalhador, no ato D-FT FT-D. Tem-se, assim, uma forma de nivelção que não é propriamente jurídica e em que “como o dinheiro aparece aqui como material, como mercadoria universal dos contratos, toda diferença entre os contratantes é, ao contrário, apagada.” (MARX, 2011, p. 300) Ou seja, o nivelamento e a igualdade que se relacionam com a forma mercadoria, no livro II, está na forma dinheiro, que é uma das formas pelas quais – concretamente – representa-se o valor.

²² Para uma crítica à leitura pachukaniana a partir da estrutura do livro I, principalmente ao se ter com conta o papel do dinheiro na exposição marxiana, Cf. CASALINO, 2019.

²³ Para uma crítica da concepção pachukaniana segunda a qual haveria um fetichismo específico da forma jurídica, Cf. PAÇO CUNHA, 2015.

Trata-se de um processo que tem como suposto a formação do dinheiro na sociedade capitalista e, assim, diz Marx no próprio livro I: “como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez, como *leveller* radical, todas as diferenças.” (MARX, 1996 a, p. 252) Ou seja, real e efetivamente, a igualdade jurídica se expressa em correlação com a troca mercantil, certamente, e, assim, Pachukanis traz um ponto importante. No entanto, há outras mediações para que seja possível que o Direito e a igualdade apareçam como tais no modo de produção capitalista; e, para entender isto, talvez seja essencial que se enfoque com mais cuidado também o dinheiro, que aparece como mercadoria universal: “o dinheiro mesmo, porém, é uma mercadoria, uma coisa externa, que pode converter-se em propriedade privada de qualquer um. O poder social torna-se, assim, poder privado da pessoa privada.” (MARX, 1996 a, p. 252) No livro II, portanto, aparece em maior grau de concretude aquilo que já estava explicitado no livro I: a conformação da igualdade entre os agentes da produção, embora passe pela mediação do Direito, é essencialmente econômica e passa pela forma dinheiro; esta última forma, inclusive, é algo importante para que o poder privado da pessoa privada tenha a proeminência que tem na sociedade capitalista. Só para que toquemos rapidamente em um outro ponto polêmico: a noção de pessoa privada que Marx menciona ao tratar do dinheiro não parece relacionar-se imediatamente à categoria sujeito de direito (Cf. SARTORI, 2019 a) Para que tragamos explicitamente algo que talvez não agrade toda uma linha de argumentação sobre marxismo e Direito: aquilo que se relaciona mais proximamente com a forma mercadoria não é tanto a forma jurídica, que seria central a Pachukanis, mas o dinheiro; e, assim, a crítica ao Direito implica, não só em enfatizar o papel que o Direito tem na conformação da exploração da força de trabalho, embora isto seja importante. Antes, há a necessidade de trazer à tona que o processo de troca tem consigo o dinheiro aparecendo como uma das metamorfoses da mercadoria, cuja substância está no valor, e na autovalorização do valor. O sujeito primordial a Marx, tanto no livro I quanto no livro II (e no livro III) não é o sujeito de direito, mas o sujeito automático do capital²⁴. A relação essencial entre as formas sociais não está na dialética entre forma mercantil e “forma jurídica”, mas nas correlações entre a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma capital e as figuras concretas da economia.

O fetichismo do dinheiro, assim, aparece em ato no livro II. E, ao se tratar do Direito neste livro, isto precisa ser enfatizado. Se, no livro I, tal fetichismo se expressa em correlação próxima com o fetichismo da mercadoria, para o tema que tratamos, a questão ganha força a

²⁴ Para uma crítica à ênfase pachukaniana no sujeito de direito, Cf. SARTORI, 2019 a.

partir da autonomização da forma dinheiro. Disse Marx no livro I que “o enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.” (MARX, 1996 a, p.216) E, assim, este elemento visível e ofuscante – correlacionado ao nivelamento que se dá pelo dinheiro – aparece com certa centralidade no processo de circulação de mercadorias. Se é verdade, como Marx destacou no livro I, que “a esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem” (MARX, 1996 b, p. 144)²⁵, o que faz com que esta forma de aparição e de representação se dê assim não é tanto um fetichismo inato ao Direito, mas a correlação entre o fetiche da mercadoria e do dinheiro. (Cf. PAÇO CUNHA, 2015) Acrescenta-se que o processo capitalista de produção precisa da extração de mais-valor, mas ele aparece na representação dos homens como se o dinheiro (tomado de forma hipostasiada) fosse o real objetivo, como mercadoria universal. No livro II, assim, há uma dependência grande diante do capital produtivo – e, portanto, do trabalho produtivo, aquele que produz mais-valor (Cf. COTRIM, 2013) - ao mesmo tempo, porém, há uma tentação sempre presente de tomar o dinheiro como o essencial e a produção somente como um mal necessário e, por vezes, passível de ser retirado da cena central.

E, assim, ao analisar do processo de circulação do capital, diz Marx sobre o assunto, ao tratar da relação entre o capital produtivo (P), o dinheiro (D) e a mercadoria (M):

Se considerarmos, por fim, D - M P M' - D' como forma especial do processo de circulação do capital, ao lado das outras formas a serem examinadas posteriormente, então ela se destaca pelo seguinte: 1) Aparece como ciclo do capital monetário, porque o capital industrial, em sua forma-dinheiro, como capital monetário, constitui o ponto de partida e o ponto de retorno de seu processo global. A própria fórmula expressa que o dinheiro não é aqui despendido como dinheiro, mas só adiantado; é, portanto, apenas forma-dinheiro do capital, capital monetário. Além disso, expressa que o valor de troca, não o valor de uso, é o fim último e determinante do movimento. Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D D', cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista - o fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. Todas as nações de produção capitalista são, por isso,

²⁵ Vale mencionar a continuação da passagem de Marx: “o que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.” (MARX, 1996 b, p. 144)

periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção. 2) O estágio de produção, a função de P, constitui, nesse ciclo, a interrupção das duas fases da circulação D - M M' - D', que, por sua vez, são apenas mediações da circulação simples D - M - D'. O processo de produção aparece na forma do próprio processo de circulação formal e expressamente como aquilo que no modo de produção capitalista ele é, como simples meio de valorização do valor adiantado, portanto o enriquecimento enquanto tal é um fim em si mesmo da produção. (MARX, 1985, p. 43-44)

Embora o capital industrial constitua o ponto de partida e de retorno do processo de circulação de capital, há de se notar que o capital monetário tem certa proeminência: o processo de produção capitalista aparece, embora não seja só isso, como um processo de fazer dinheiro.

Ou seja, ao mesmo tempo em que isto não pode ser verdade, as formas de representação dos agentes da produção operam com este suposto²⁶. O processo de produção, desta maneira, ao mesmo tempo em que é o essencial tanto para a produção de mais-valor quanto para a acumulação de capital, aparece como um simples elo. Mostra-se só como um mal necessário. Tanto é assim, que os agentes da produção, e as próprias nações, segundo Marx, são seduzidos pelo ímpeto de se fazer dinheiro sem a mediação da produção; o poder privado e a pessoa privada, deste modo, operam em meio ao fetichismo do dinheiro. Este último, no limite, traz consigo a compulsão para que se tenha a produção pela produção – o valor de troca como fim do processo e o valor de uso aparecendo como algo meramente circunstancial -; ao mesmo tempo, porém, este processo aparece como seu oposto: um processo em que o acúmulo de dinheiro é somente o incremento no poder social do possuidor – seja ele quem for – destes títulos de curso forçado que representam a riqueza social. Vê-se, portanto, que o capital industrial, e com ele a produção capitalista de mercadorias, é o essencial para a conformação do modo de produção capitalista. A aparência do processo de troca, porém, traz o oposto; e, assim, a mediação recíproca entre capital produtivo, mercadorias e dinheiro oculta-se.

O livro II de *O capital* trata justamente deste processo, que se conforma na reprodução ampliada e na realização do mais-valor na esfera da circulação. A conformação do capital e do trabalho produtivo, que são enfatizados no livro I, aparecem no livro II como pressupostos da produção capitalista de mercadorias. O ciclo do capital produtivo, deste modo, tem no dinheiro um elemento sem o qual a própria circulação não é possível; ao mesmo tempo, a mediação do modo específico pelo qual se dá a produção traz as determinações essenciais da produção capitalista de mercadorias, em que o dinheiro já tem uma grande autonomização e em que o

²⁶ Sobre as formas de representação e de apresentação em Marx, Cf. GRESPAN, 2019.

complemento do fetichismo da mercadoria não é tanto o fetichismo jurídico, como quer Pachukanis, mas o fetichismo do dinheiro. Deste modo, complementa Marx sobre o capital industrial:

O ciclo do capital produtivo tem a fórmula geral: P M' - D' - M P. Significa a função periodicamente renovada do capital produtivo, portanto a reprodução, ou seu processo de produção como processo de reprodução com relação à valorização; não só produção, mas reprodução periódica de mais-valia; a função do capital industrial que se encontra em sua forma produtiva, não como função realizada uma única vez, mas como função periodicamente repetida, de modo tal que o reinício seja dado pelo próprio ponto de partida. Uma parte de M' pode reingressar diretamente em certos casos, em ramos de investimento do capital industrial como meio de produção no mesmo processo de trabalho do qual saiu como mercadoria; dessa maneira se evita apenas a transformação de seu valor em dinheiro real ou em signo monetário, ou só recebe expressão autônoma como moeda de conta. Essa parte do valor não entra na circulação. Assim, entram valores no processo de produção que não entram no processo de circulação. O mesmo vale para a parte de M' que o capitalista consome como parte do mais-produto in natura. Esta é, no entanto, para a produção capitalista insignificante; precisa, no máximo, ser considerada na agricultura. (MARX, 1985, p. 49)

A reprodução do capital traz o processo de trocas como um elo intermediário no processo produtivo global, em que o momento preponderante está na esfera da produção imediata. (Cf. MARX, 2011) Com isso, o ciclo do capital produtivo tem como ponto de início e como ponto final a produção e, mais precisamente, a acumulação de capital. Trata-se da reprodução, não só das mercadorias, mas do mais-valor. A circulação e o processo de circulação são dependentes do processo de trabalho produtivo; e, assim, na análise do essencial do modo de produção capitalista, é o dinheiro que é um mero elo evanescente na produção; porém, na superfície da sociedade, o oposto parece ser verdadeiro. E, ao ler o livro II, percebe-se que o fetichismo do dinheiro coloca-se em ato, ao mesmo tempo, supondo a extração de mais-valor e a acumulação de capital e trazendo à tona uma forma de apresentação da forma dinheiro em que ela parece ser o central. E, por isso, como bem ressaltou Vinícius Casalino (2019) – embora possamos discordar de algumas de suas posições – a análise pachukaniana peca por considerar a conformação categoria pessoa (na figura do sujeito de direito) somente em correlação com a forma mercadoria. Ao passo que a forma dinheiro, que pressupõe algo muito mais avançado que a circulação simples (M-D-M), seria central já no livro I, Pachukanis parece trazer uma ênfase exagerada nos possuidores de mercadorias, deixando de lado um tratamento mais cuidadoso da mercadoria universal colocada no dinheiro. Pachukanis, assim, enfatiza – na esteira de Rubin (1980) – o fetichismo da mercadoria; e, com isso, traz à tona sua concepção

de “fetichismo jurídico”, ao invés de tratar da efetividade do fetichismo do dinheiro. Ao invés de ir ao fundo da leitura de *O capital*, e, assim, compreender as complexas correlações entre as diferentes formas e figuras econômicas, tem-se uma ênfase no elemento jurídico. Veja-se: ele pode até mesmo ser importante na obra magna de Marx, mas precisa ser tratado em meio às metamorfoses da forma mercadoria em sua correlação com a autovalorização do valor.

Um dos aspectos que destaca a importância do livro II de *O capital* está no modo como se articulam a reprodução ampliada do capital, o processo de circulação e o fetichismo do dinheiro. E, assim, também para o estudo do Direito em Marx, há de se trazer a diferença específica entre a troca de mercadorias que se dá na circulação simples, e nas sociedades pré-capitalistas em que se tem produção de mercadorias, da produção propriamente capitalista das mercadorias. Para isso, acreditamos, é importante passar, não só pelo capital industrial, mas pelo capital monetário.

O Direito e autonomização das formas econômicas no livro II de O capital

Tratar do Direito no livro II, pelo que dissemos, implica no reconhecimento dos nexos trazidos acima. De um lado, isto se dá porque não é possível tratar das citações marxianas fora de seu contexto. Porém, há de se reconhecer que a constituição do capital monetário no processo de circulação explica o modo pelo qual se coloca a esfera jurídica, ao mesmo tempo em que alguns elementos desta última – centrais no livro III (Cf. SARTORI, 2019 b, c), mas já presentes no livro II – podem ser de grande relevo para que se compreenda a natureza dúplice do capital monetário: autonomizado e dependente da esfera produtiva e das mercadorias. Também em meio a tal autonomização é que se colocam os distintos papéis cumpridos pelo Direito no processo de circulação do capital. Ele precisa ser tratado ao passar pelas formas econômicas abordadas em *O capital*, bem como pelas figuras econômicas concretas (como os juros, o lucro e a renda) que, mesmo que dependentes destas formas, aparecem como se tivessem vida própria.

Deste modo, se, talvez, seja um pouco exagerada a posição segundo a qual o Direito é o elo essencial na conformação da sociabilidade capitalista²⁷, não é descabido apontar que as

²⁷ Não concordamos plenamente com Mascaro, para quem “a própria existência da forma jurídica constitui a sociabilidade capitalista: por direito, o capital é do capitalista, e não dos trabalhadores; e o são também por direito a prisão e a segregação dos indesejados; tudo que circula só se faz mediante deveres e obrigações. O mundo da mercadoria é jurídico; a equivalência a tudo preside. Não há outro direito que não o capitalista.” (MASCARO, 2018, p. 63) A ênfase do autor no momento jurídico nos parece um tanto quanto exagerada; se é verdade que o Direito tem um papel de grande relevo nestes atos destacados por Mascaro, não se pode dizer que ele constitui a sociabilidade capitalista, ou que o mundo da mercadoria é jurídico. Tais identidades trazidas por Mascaro precisam ser meandradas, tendo-se em conta, dentre outras coisas, outras formas econômicas que aquela da mercadoria,

formas jurídicas²⁸, como o contrato, as transações jurídicas, as promessas negociais, a noção de justiça²⁹, a ficção jurídica, entre outras, vêm a desempenhar um papel de destaque na imediatidade da realidade efetiva da sociedade capitalista, tratada por Marx no livro III, mas já vislumbrada em alguns de seus aspectos no livro II. Ou seja, se é verdade que não se pode exagerar o papel real e efetivo que o Direito vem a exercer na conformação das determinações essenciais da relação-capital, igualmente verdadeiro é que a aparência das transações que se dão na sociedade capitalista, em grande parte, é constituída mediante, embora não só, a esfera jurídica. Marx já havia colocado no livro I que a economia está envolvida por relações jurídicas, mas “o conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.” (MARX, 1996 a, p. 79) Ele também diz no livro III que não se tem o essencial nas formas jurídicas, mas no conteúdo da relação jurídica, tendo-se uma peculiar dialética entre essência e aparência: “as formas jurídicas (*jurisrichen Formen*) em que essas transações econômicas aparecem como atos de vontade dos participantes, como expressões de sua vontade comum e como contratos” (MARX, 1986 a, p. 252) trazem à tona o modo fenomênico pelo qual as relações econômicas (nas diversas formas e figuras do capital) aparecem. Logo depois, ao tratar dos contratos, das transações jurídicas e das demais formas jurídicas, Marx complementa dizendo tratar-se daquelas “cuja execução pode ser imposta à parte individual por meio do Estado” e, assim, “não podem, como simples formas, determinar esse conteúdo. Elas apenas o expressam” (MARX, 1986 a, p. 252)³⁰. Deste modo, dizer que “o mundo da mercadoria é jurídico” (MASCARO, 2018, p. 63) só é verdadeiro caso esteja-se referindo ao elemento mais imediato e fenomênico da sociabilidade capitalista; por mais que o Direito passe pela forma mercantil, como destaca corretamente Pachukanis (2017), as mediações para compreender a forma mercadoria não estão essencialmente no elemento jurídico, mas em outras formas

como o dinheiro, por exemplo. Também há de se apontar que o capital não é uma coisa, mas uma relação social, de modo que talvez fossem necessárias maiores mediações no modo pelo qual Alysson Mascaro traz certa centralidade do Direito.

²⁸ Usamos a expressão aqui no plural, e não no singular, como aparece em Pachukanis porque, no livro III em especial, Marx traz sempre tal categoria no plural, seja ao tratar da justiça, da renda ou dos juros.

²⁹ Sobre a noção de justiça em Marx, Cf. SARTORI, 2017 b.

³⁰ Contra Wagner, diz Marx: “mostrei na análise da circulação de mercadorias que no escambo desenvolvido as partes se reconhecem tacitamente como pessoas iguais e como proprietários dos respectivos bens a serem por eles trocados; eles já o fazem ao oferecer uns para os outros seus bens e ao entrar em acordo uns com os outros sobre o negócio. Essa relação fática que se origina primeiro na e através da própria troca adquire mais tarde forma jurídica no contrato etc.; mas essa forma não cria nem o seu conteúdo, a troca, nem a relação nela existente das pessoas entre si, mas vice-versa.” (MARX, 2017, p. 273) Há de se notar que, aqui, Marx retoma o tema do segundo capítulo do livro I de *O capital*, bastante enfatizado por Pachukanis. Percebe-se também que o que destacamos aqui também é bastante claro.

econômicas, como a forma dinheiro e a forma capital, tendo-se a compreensão do mundo das mercadorias ainda que remeter às figuras econômicas – como os juros, a renda e o lucro – que aparecem na imediatidade da sociedade. Novamente, o essencial aparece, não tanto na compreensão da relação entre o fetichismo da mercadoria e o jurídico, mas, no que passa pelo livro II, na correlação entre o fetichismo da mercadoria e o fetichismo do dinheiro, visto em ato.

As figuras econômicas concretas tratadas na análise do processo global de produção, como os juros, a renda, o lucro, têm sua repartição, em grande parte, presidida pelo movimento da propriedade privada, que é reconhecida juridicamente pelo Estado, sendo o Direito um mediador essencial na distribuição do mais-valor (Cf. GRESPAN, 2011; SARTORI, 2019 b, c). Estas figuras, por sua vez, têm uma correlação íntima com as formas econômicas tratadas no livro I (mercadoria, dinheiro, capital, por exemplo), ao mesmo tempo em que, também por meio do Direito, são autonomizadas por meio de títulos e promessas cujo reconhecimento se dá juridicamente³¹. A autonomização destas figuras econômicas, porém, constitui-se, não primordialmente como uma relação jurídica, mas em meio às contradições que marcam as relações econômicas do modo de produção capitalista; para que sejamos mais diretos: por meio de formas jurídicas, opera-se em meio a tais figuras econômicas, mas o seu conteúdo não é determinado pelo Direito ou pelas formas jurídicas, mas pelo imbrincado processo econômico³². Assim, a ênfase de Pachukanis no momento jurídico – e não na dialética peculiar entre as formas e as figuras econômicas presentes nos livros de *O capital* – corre o risco de tomar o reconhecimento jurídico e estatal da propriedade privada pela existência factual desta

³¹ Veja-se Marx sobre os juros: “como o juro somente nasce do processo de produção, e seu resultado e tem de ser produzido, é o juro apenas um direito a uma parte de um trabalho excedente que ainda deve ser prestado, título a trabalho futuro, pretensão a uma parte do valor de mercadorias ainda não existentes. É portanto somente o resultado de um processo de produção em curso, durante um certo tempo, no termino do qual expiara.” (MARX, 1982, p. 224)

³² Trazer as formas jurídicas como determinantes seria trazer uma espécie de inversão, tal qual a da religião, que coloca os homens como criaturas divinas ao passo que Deus que é criado pelos homens. Não é por menos que Marx aponta certa correlação entre Direito e religião: “Este tecnicismo exagerado do Direito antigo mostra que a jurisprudência é uma pluma do mesmo pássaro que as formalidades religiosas.” (MARX, 1988, p. 281) Engels vai ainda mais longe e diz que “tratava-se da secularização da visão teológica. O dogma e o direito divino eram substituídos pelo direito humano, e a Igreja pelo Estado. As relações econômicas e sociais, anteriormente representadas como criações do dogma e da Igreja, porque esta as sancionava, agora se representam fundadas no direito e criadas pelo Estado. Visto que o desenvolvimento pleno do intercâmbio de mercadorias em escala social – isto é, por meio da concessão de incentivos e créditos – engendra complicadas relações contratuais recíprocas e exige regras universalmente válidas, que só poderiam ser estabelecidas pela comunidade – normas jurídicas estabelecidas pelo Estado –, imaginou-se que tais normas não proviessem dos fatos econômicos, mas dos decretos formais do Estado. Além disso, uma vez que a concorrência, forma fundamental das relações entre livres produtores de mercadorias, é a grande niveladora, a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia.” (ENGELS, KAUTSKY, 2012, pp. 17-18)

última. Já havia dito Marx na *Miséria da filosofia* que “o Direito nada mais é que o reconhecimento oficial do fato” (MARX, 2004, p. 84)³³. Depois, em uma passagem bastante citada por Pachukanis, Marx ainda aponta que na troca de mercadorias, os guardiões das mercadorias devem “reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados.” (MARX, 1996 a, p. 79) E, assim, no Direito tem-se uma relação entre fato e reconhecimento que não pode ser deixada de lado em hipótese alguma (Cf. LUKÁCS, 2013). Isto, em verdade, não ocorre no autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo*; porém, alguns de seus seguidores não deixam de incorrer em algo do gênero e, deste modo, exacerbam a importância do Direito, tanto na obra de Marx quanto na própria compreensão do modo de produção capitalista; por vezes, tomam o reconhecimento jurídico como se constituísse, por si, os fatos econômicos; e, assim, em verdade, o mundo das mercadorias pode até mesmo ser reconhecido oficial e estatalmente por meio do Direito. Mas, nunca, ele “é” jurídico. Tal análise, que consideramos equivocada, se dá, em grande parte, por certa ênfase na leitura pachukaniana e em uma leitura um tanto quanto parcial do livro I de *O capital*. Por isso também, acreditamos, é importante trazer à tona uma pesquisa que enfoque nos diversos níveis de abstração e da exposição do texto marxiano, tendo-se cuidado para não trazer a relação entre Direito e mercadoria como se a forma mercantil fosse a única que desse uma base real ao Direito e como se a real compreensão da forma mercadoria decorresse de elementos jurídicos, e não econômicos.

Para o que aqui nos diz respeito mais diretamente, devemos destacar que, já no livro II, há certo afastamento da exposição de Marx diante do capital produtivo, tendo-se, em alguns momentos, o capital monetário e o comercial, e não o industrial, em destaque; a função do Direito neste livro de *O capital* reflete este simultâneo afastamento e indissociabilidade entre a esfera da produção de mais-valor e a circulação, em que o mais-valor pode ser ou não realizado.

Neste âmbito tem-se que o modo pelo qual o capital monetário opera passando por títulos de propriedade que têm uma função bastante concreta no processo de circulação, mas que podem ou não voltar-se do modo produtivo à produção capitalista de mercadorias. Assim, tem-se um elemento essencial para a compreensão das crises capitalistas passando também pelo Direito: a duplicidade que se coloca entre o mundo das mercadorias e os títulos que representam a riqueza produzida de modo capitalista. Aqui, não poderemos tratar disso com todo o cuidado. Porém, devemos destacar sobre as transações jurídicas que, como diz Marx no livro III, “sem

³³ Para uma análise detida da questão, Cf. LUKÁCS, 2013.

dúvida, essas transações são efetivamente determinados pelos refluxos reais. Mas isso não aparece na própria transação.” (MARX, 1986 a, p. 262) Nelas, assim, “o verdadeiro movimento circulatório do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica” (MARX, 1986 a, p. 263) de tal maneira que ela “é uma transação jurídica, que nada tem a ver com o processo real de reprodução, mas apenas o encaminha” (MARX, 1986 a, p. 262). Com isso, tem-se que a compreensão do Direito em Marx (mas em especial no livro II de *O capital*) passa pelo entendimento dos meandros, não tanto das transações jurídicas, mas do movimento circulatório do capital e do processo real de reprodução, que aparecem como supostos no livro III (de onde tiramos as passagens acima), mas que são explanados no livro II, em que devemos enfatizar certa centralidade do capital monetário, que já traz consigo o caráter acentuado da duplicidade que rapidamente mencionamos.

Se se considera a coisa como ela se verifica na realidade, então o capital monetário latente que é acumulado para uso posterior consiste em: 1) Depósitos em bancos: e é uma soma de dinheiro relativamente reduzida da qual o banco realmente dispõe. Aqui a acumulação de capital monetário é apenas nominal. O que realmente está acumulado são créditos monetários, que só são conversíveis em prata à medida que chegam a ser convertidos em prata porque ocorre um equilíbrio entre o dinheiro sacado e o dinheiro depositado. O que se encontra como dinheiro nas mãos do banco é apenas uma soma relativamente pequena. 2) Títulos públicos. Estes não são capital ao todo, mas meros créditos sobre o produto anual da nação. 3) Ações. À medida que não constituem fraude, são títulos de propriedade sobre um capital real pertencente a uma corporação e de direito sobre a mais-valia que dele flui anualmente. (MARX, 1985, pp. 256-257)

Marx sempre destaca o uso futuro do capital monetário, que está sempre em relação indissolúvel com a esfera produtiva e, como já destacamos, com a acumulação de capital, que, por sua vez, necessita do incremento da produção. A natureza dúplice do capital monetário se liga à sua existência, por vezes, fictícia³⁴ e nominal, que se contrapõe àquilo que ele representa, a “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1996 a, p. 165), de que fala Marx no livro I. Ele aparece como crédito, como expectativa de apropriação da riqueza, ao mesmo tempo em que isto só se dá – ao menos na época de Marx – com uma base metálica, no caso acima, a prata³⁵.

³⁴ Marx tratará no livro III dos títulos do governo que, por vezes, não têm lastro direto algum na materialidade da realidade efetiva, constituindo-se como capital fictício (Cf. MARX, 1986 a, b).

³⁵ Marx, porém, menciona, ainda no livro I, os títulos de crédito, que se colocariam mediante uma espécie de titularidade jurídica de direito privado: “apenas ao vencer o prazo fixado para o pagamento, o meio de pagamento entra realmente em circulação, isto é, ele passa realmente das mãos do comprador para as do vendedor. O meio circulante converteu-se em tesouro, ao interromper o processo de circulação em sua primeira fase ou ao ser subtraída da circulação a forma transformada da mercadoria. O meio de pagamento entra na circulação, porém depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral. O vendedor converte sua mercadoria em dinheiro

Ao se tratar dos títulos públicos, nota-se: estes também se mostram como créditos ligados à produção futura de uma determinada nação; trata-se, tal qual no caso das ações, de um montante de dinheiro que, operando como capital, é adiantado para que a produção de mais-valor possa se dar; e, assim, com a posterior circulação do capital, os titulares do crédito se apropriam da riqueza, ou melhor dizendo, de uma parcela desta que se coloca para além daquela necessária à reprodução do capital. Isto acontece tendo-se – nas figuras concretas do processo global de produção, como os juros, a renda, o lucro – a apropriação social, por meio da titularidade da propriedade, de parcelas distintas do mais-valor. Esta apropriação é social ao passo que a apropriação – que passa pela figura da propriedade – é privada.

Para que coloquemos algo que diz respeito mais diretamente ao nosso tema: aqui, no livro II, o Direito, por meio da propriedade privada, não tem um papel proeminente na produção do mais-valor. Se Pachukanis, juntamente com a linhagem de autores que o segue, aponta a esfera jurídica como essencial na extração do mais-valor, aqui, vê-se algo distinto: o direito sobre parcela do mais-valor que flui na produção de uma sociedade por ações, bem como nos rendimentos bancários, dos títulos do governo ou da terra, implica, não no papel central do elemento jurídico na produção, mas para um papel bastante mediado e complexo na distribuição do mais-valor. Ou seja, o Direito, sob este aspecto, passa longe de constituir a sociabilidade capitalista, como quer Mascaró (2018); ele a toma como suposta e opera na superfície desta sociedade, tendo como pressupostos tanto o movimento circulatório do capital quanto o processo real de reprodução, que, como já dissemos, passa pela acumulação de capital. Tem-se também outra implicação bastante importante para o estudo do Direito em Marx (e, acreditamos, na sociedade capitalista): o direito sobre parcelas do mais-valor, que menciona Marx ao tratar da relação entre o capital monetário colocado nas sociedades por ações e o capital real de uma corporação, não passa tanto pela troca equivalente da circulação simples, mas pelo papel do Direito na distribuição do mais-valor no processo global de produção; neste último a titularidade da propriedade privada dá direito a parcelas da riqueza social, produzida na produção capitalista de mercadorias. E isto se dá, não na equivalência dos papéis dos

para satisfazer a uma necessidade por meio do dinheiro, o entesourador, para preservar a mercadoria em forma de dinheiro, o comprador que ficou devendo, para poder pagar. Se não pagar, seus bens são vendidos judicialmente. A figura de valor da mercadoria, dinheiro, torna-se, portanto, agora um fim em si da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação. O comprador retransforma dinheiro em mercadoria antes de ter convertido mercadoria em dinheiro ou realiza a segunda metamorfose da mercadoria antes da primeira. A mercadoria do vendedor circula, mas realiza seu preço somente sob a forma de um título de crédito de direito privado.” (MARX, 1996 a, p. 256)

possuidores de mercadorias (como em Pachukanis, que enfatiza a figura do sujeito de direito), mas ao se ter como central funções bastante distintas dos agentes da produção, cuja posição aparece no processo de circulação de mercadorias de modo bastante diferenciado e explícito. Trata-se de algo colocado sobre o sistema capitalista da apropriação, que supõe a propriedade privada. Mas os proprietários sequer aparecem como indiferenciados. O proprietário do dinheiro diferencia-se substancialmente do proprietário da mercadoria força de trabalho, por exemplo. O dinheiro, é verdade, é um grande nivelador, mas o desenvolvimento do capital monetário pressupõe uma divisão do trabalho que ultrapassa em muito aquela visível na equivalência inicialmente colocada nas trocas mercantis, de tal modo que este nivelamento se dá entre os proprietários de dinheiro, e não é expandido de modo indiferenciado na sociedade. E, assim, as formas econômicas do dinheiro e do capital, bem como as figuras dos juros, da renda, e do lucro, por exemplo, supõem o direito que se coloca na troca de mercadorias (e essencialmente na compra e venda da mercadoria força de trabalho), mas também trazem à tona o reconhecimento da diferenciação entre os distintos tipos de proprietários que operam em meio ao processo de circulação do capital. Neste nível de abstração, portanto, a análise de Marx é bastante diferente daquela de Pachukanis.

A acumulação e a reprodução do capital, portanto, passam pelas trocas equivalentes, analisadas por Marx principalmente no capítulo II do livro I de *O capital*. Porém, não se pode ficar somente neste nível de abstração. No que, novamente, tem-se o aspecto dúplice mencionado. Isto se dá tanto no capital monetário quanto nos direitos a ele conectados: no caso das sociedades por ações, a parcela dos lucros das empresas depende da produção deste lucro mesmo (que tem dependência tanto dos preços de custo quanto, de modo mais basilar, da produção de mais-valor); nos títulos do governo, há os créditos sobre o produto anual de uma nação. O aspecto dúplice se mostra quando a relação entre o capital monetário e o industrial remete às diversas incertezas do processo produtivo. Os direitos a apropriação, assim, operam ao passo que tais créditos sempre podem adquirir uma característica de mera ficção³⁶. No livro II, e principalmente no livro III (Cf. SARTORI, 2019 b, c), tal aspecto dúplice do capital monetário ganhará destaque, não sendo pequeno o papel das formas jurídicas na constituição do direito à apropriação de parcelas do mais-valor. Ao mesmo tempo, pelo que notamos aqui, em Marx, o essencial não é o modo pelo qual operam as formas jurídicas na distribuição do mais-valor, mas a maneira pela qual a autonomização das figuras econômicas (lucro, renda,

³⁶ No livro III, ao tratar da renda, Marx desdobrar a questão remetendo à ficção jurídica. Cf. MARX, 1986 a, b.

juros, por exemplo) permite que a apropriação da riqueza se dê na efetividade da sociedade. E, assim, chega-se a uma conclusão essencial ao nosso tema: para tratar seriamente do Direito em Marx, tal relação entre mercadorias e dinheiro, e entre o capital industrial e o capital monetário é de grande relevo. E, é preciso que isto seja dito: Pachukanis, e seus seguidores, não chegam a aprofundar este aspecto, trazendo como principal elemento de suas análises a relação entre a forma mercadoria e aquilo que ele chama de forma jurídica, relação esta que estaria presente principalmente do primeiro ao terceiro capítulos do livro I de *O capital*³⁷.

O Direito é, em verdade, um elo importante nesta correlação entre capital produtivo e improdutivo, bem como na distribuição do mais-valor; ele opera tal relação, ao mesmo tempo que o essencial nela é a divisão do trabalho que se coloca no seio da relação-capital mesma e que dá ensejo às distintas figuras econômicas, como os juros, a renda, o lucro, etc; mesmo que o momento jurídico não seja o elemento central – este último passa pela própria constituição objetiva das formas econômicas, e de sua relação com as figuras econômicas concretas – ele é um elemento da constituição concreta e efetiva da distribuição da riqueza, mediante a propriedade, no capitalismo. E isso, como já dissemos, significa que o aspecto jurídico é essencial na operacionalização das relações econômicas, mas as formas jurídicas não podem determinar o conteúdo destas relações.

Marx é bastante claro o dizer que o Direito não pode determinar este processo, como querem os socialistas vulgares (Cf, MARX, 1986 a, b)³⁸. Ao mesmo tempo, ele não deixa de destacar como que se opera na efetividade da sociedade capitalista por meio de contratos, transações jurídicas, promessas de crédito, ficções jurídicas, etc. No que, também sob este aspecto, há uma correlação entre o processo de produção do mais-valor e a circulação do capital, entre os agentes da produção, o Direito e os agentes da circulação. Marx traz algo importante sobre este ponto ao destacar a relação entre a circulação de mercadorias, a sua produção e a distribuição da riqueza social:

Os agentes da circulação precisam ser pagos pelos agentes da produção. Mas se os capitalistas, que compram e vendem entre si, não criam produtos nem valor, isso não se altera quando o volume de seu negócio os capacita e obriga

³⁷ Sobre este ponto, Vinícius Casalino (2019) traz uma crítica decisiva a Pachukanis. Diz o autor brasileiro que o autor da *Teoria geral do Direito e o marxismo* sequer é coerente com a análise do livro I, pois permanece ligado à circulação simples, e não leva em conta sequer a autonomização da forma dinheiro. Diz-se que “não parece exagero afirmar que o autor russo concentra esforços nos três primeiros capítulos de *O capital*, isto é, analisa a exposição da forma mercantil e da circulação simples de mercadorias, mas relega a segundo plano a ressignificação que tais categorias experimentam quando entra em cena a circulação do dinheiro como capital.” (CASALINO, 2019, p. 2884)

³⁸ Para uma análise desta crítica de Marx, Cf. SARTORI, 2019 b.

a transferir essa função a outros. Em vários negócios, compradores e vendedores são pagos por meio de uma porcentagem do lucro. A frase de que são pagos pelos consumidores não ajuda em nada. Os consumidores só podem pagar à medida que eles mesmos, como agentes da produção, produzem para si um equivalente em mercadorias ou se apropriam de tal equivalente dos agentes da produção, seja mediante direito legal como seus *associés* etc.!, seja mediante serviços pessoais. (MARX, 1985, p. 311)

Ao se ter em conta a reprodução ampliada do capital, a correlação entre capital produtivo e improdutivo vem à tona na medida em que na circulação realiza-se o mais-valor, mas este último não é produzido nesta esfera. Assim, de certo modo, são os agentes da produção que pagam os da circulação. A divisão do trabalho que se coloca no capitalista coletivo (Cf. MARX, 1986 a, b) na grande indústria faz com que as diferentes funções na reprodução social sejam executadas, não mais pelo mesmo agente, mas por agentes distintos. Assim, o lucro é uma parcela do mais-valor e, posteriormente, uma parcela deste lucro coloca-se como um custo ao agente da produção, que precisa dos agentes da circulação para que seja possível o consumo das mercadorias produzidas.

Marx é explícito sobre tal relação: não é verdade que ambos, agentes da produção e da circulação, sejam pagos pelos consumidores; em verdade, apesar das aparências, o incremento da riqueza não está na esfera da circulação de mercadorias, mas na produção capitalista de mercadorias, que, real e efetivamente, supõe a acumulação de capital³⁹. O capital produtivo, de imediato⁴⁰, paga o improdutivo, trazendo nisto, ao mesmo tempo, o incremento da produtividade que decorre da divisão do trabalho e custos decorrentes deste incremento. De outro lado, porém, há de se perceber que, na reprodução do capital, os consumidores só podem consumir na medida em que, ou são eles mesmos agentes da produção (trabalhadores ou capitalistas) ou se apropriam de um equivalente em dinheiro (ou crédito) àquilo produzido pelos agentes da produção. Assim, nota-se que, na reprodução do capital há uma importante correlação a ser trazida à tona entre capital produtivo e improdutivo. E, perceba-se: nela, não é só pelo trabalho que se apropria da riqueza social, mas também mediante a titularidade jurídica

³⁹ Remetendo ao Direito, diz Marx no livro I: “os representantes consequentes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir. A existência de tal classe é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável. Mas antecipemo-nos. O dinheiro, com que tal classe continuamente compra, deve fluir continuamente dos próprios possuidores de mercadorias, sem intercâmbio, gratuitamente, por quaisquer títulos de direito e poder.” (MARX, 1996 a, p. 280-281)

⁴⁰ De imediato porque isto, claro, depende da produção de mais-valor, sendo a noção de custos de produção decorrente da atividade dos agentes da produção, ao mesmo tempo em que não se sustenta em si mesma, mas na produção de mais-valor. (Cf. SARTORI, 2019 b, c)

de parcelas da produção futura. Vê-se, assim, que o Direito, no livro II, tem uma função importante no sistema de apropriação capitalista.

Em meio a esta divisão, a função dúplice do capital monetário se coloca real e efetivamente. Marx diz que a apropriação deste equivalente pode ser dar mediante serviços pessoais, por exemplo, ao se vender a força de trabalho. Mas pode dar-se também por meio de direitos legais, como aqueles de um associado, por exemplo⁴¹. Ou seja, pode-se destacar aqui um modo de aquisição de propriedade que se relaciona à produção na medida em que ao trabalho é dado um equivalente em dinheiro. Porém, tem-se também o recebimento de dinheiro que não depende do trabalho, mas da titularidade de um direito, como no caso da renda, dos juros, e nas sociedades por ações. E, sobre este ponto, é preciso que enfatizemos a diferença específica entre um caso e outro.

No primeiro caso, tratado sobretudo no livro I de *O capital*, não há “injustiças”⁴², mas o processo capitalista de trabalho, em que “o capitalista comprou a força de trabalho pelo seu valor de 1 dia. A ele pertence seu valor de uso durante uma jornada de trabalho. Obteve assim o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante 1 dia” (MARX, 1996 a, p. 345-346). Trata-se daquilo que, em grande parte corretamente, é destacado por Pachukanis (2017). No entanto, o outro lado da moeda é muito distinto: tem-se a apropriação do mais-valor que foi produzido pelos agentes da produção, mais precisamente pelo trabalho produtivo (Cf. COTRIM, 2013); esta apropriação se deve à titularidade de uma ação ou de uma cota da corporação. E, assim, a distribuição do mais-valor não se dá somente ao se ter em conta o equivalente de trabalho, como no livro I, mas ao se ter em conta a propriedade privada e sua titularidade (Cf. GRESPAN, 2011, 2019). Neste sentido, há, até certo ponto, um divórcio entre a função exercida na produção e a propriedade decorrente desta⁴³: a partir do momento em que é essencial ao capital o incremento da divisão do trabalho para a acumulação de capital – na grande indústria, para ser mais preciso – a correlação entre capital produtivo e improdutivo é conformada a partir dos meandros da produção capitalista de mercadorias, mas tem no momento

⁴¹ No livro III, Marx trata de trocas que não são exatamente equivalentes e em cujo preço estão arbitrariedades; estas últimas, por sua vez, também passam pela mediação do Direito. (Cf. SARTORI, 2019 b, c)

⁴² Aponta Marx que “o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor” (MARX, 1996 a, p. 311). Sobre a questão da justiça em Marx, Cf. SARTORI, 2017 b.

⁴³ Para uma análise desta questão, Cf. SARTORI, 2019 c.

jurídico algo importante para a distribuição do mais-valor.

O Direito, assim, tem uma função importante no modo pelo qual os agentes da produção e da circulação se relacionam. Porém, como já dissemos, isto remete sempre ao solo da produção que, por sua vez, determina a relação estabelecida entre as diversas formas e figuras econômicas. O direito à apropriação de uma cota do lucro futuro de determinada empresa, por exemplo, só consegue ser efetivo diante de uma proporção correta entre os diferentes departamentos (I e II) da economia capitalista. Sem a produção de meios de produção (c) para determinada quantidade de assalariados (v), o consumo, por exemplo, fica prejudicado na medida em que estes trabalhadores acabam não sendo empregados na produção. Sem trabalhadores para abundantes meios de produção, estes últimos ficam ociosos também. No livro II Marx trata disto e, para nosso tema, é preciso que se diga que o direito de apropriar-se de parcela da riqueza tem relação com isto:

Ou a massa dos meios de produção precisa ser suficiente para absorver a massa de trabalho, para ser transformada em produto por intermédio dela. Caso não houvesse meios de produção suficientes, então o trabalho excedente de que o comprador dispõe não seria utilizável; seu direito de dispor dele não levaria a nada. Caso houvesse mais meios de produção do que trabalho disponível, então não seriam saturados de trabalho, não seriam transformados em produto. (MARX, 1985, p. 311)

Note-se como que o essencial para Marx não está no direito à apropriação do fruto do trabalho excedente, mas na possibilidade mesmo de este trabalho excedente produzir mais-valor. Se é verdade que este direito a se apropriar do produto decorrente do tempo de trabalho é importante para que se perceba como que o Direito reconhece as bases da relação-capital, há de se ir além deste ponto. A função do Direito não está somente na correlação entre a produção capitalista de mercadorias, a força de trabalho e produção de mais-valor; tem-se também uma dimensão importante da esfera jurídica que se coloca quando aos direitos e ao título de propriedade não necessariamente correspondem, de imediato, equivalentes. No caso que aqui tratamos, isto pode se dar na medida em que há uma desproporção entre capital constante (c) e capital variável (v); isto também pode se dar ao passo que a produção de meios de produção (departamento II) está em descompasso com a produção de bens de consumo (departamento I). Ou seja, aquilo que propicia a real apropriação da riqueza não é o direito a uma cota desta, mas o processo econômico subjacente à apropriação da riqueza, que é operada por meio destes direitos. Assim, a natureza dúplice do capital monetário – essencial para o processo de circulação do capital – se mostra ao passo que aos títulos de propriedade, aos créditos e às expectativas decorrentes imediatamente das formas jurídicas pode ou não corresponder uma

riqueza real. Tal elemento é essencial para o tratamento das crises comerciais e financeiras, por exemplo (Cf. FOSTER; MAGDOFF, 2009). E, na esteira do que estamos colocando neste texto, podemos dizer: o essencial para a compreensão destas crises está no entendimento da reprodução ampliada do capital, da queda tendencial da taxa de lucro, na correlação entre as formas e as figuras econômicas, em suma, na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Porém, não há como negar que a análise do Direito em Marx, e no capitalismo, passe por esta natureza dúplice do capital monetário. Em um nível mais concreto de abstração que aquele do livro I não se tem só a relação entre o Direito e a forma mercantil, mas também o modo pelo qual a forma dinheiro, trazida à tona no capital monetário, traz consigo aspectos de grande relevo para a crítica ao Direito e ao capitalismo.

O papel do Direito diante das figuras concretas do capital só pode ser tratado no livro III. No entanto, podemos notar também no nível de abstração do livro II que ele é bastante importante nesta seara. Para o que nos diz respeito mais diretamente, devemos destacar que este aspecto já é preparado por Marx, até certo ponto, em suas determinações ligadas à reprodução do capital, no livro II. Neste último livro, as formas mais simples do capital monetário têm destaque, ao passo que, com a mediação do fetichismo do dinheiro, ao tratar do processo global de produção, as figuras mais irracionais do capital ganham destaque posteriormente, no livro III, com o capital portador de juros e a renda. Em meio a estes, em oposição ao entesouramento e ao reinvestimento na produção, tem-se o capital monetário colocado em relação à produção futura e correlacionado a títulos jurídicos e documentos legais, que podem ou não ser fruto de fraude, da especulação, etc. Isto, porém, não pode ser tratado neste momento. Fica, porém, a importância do capital monetário no processo de circulação, como vimos, relacionado à reprodução e à acumulação de capital.

Deste modo, diz Marx sobre o capital monetário e suas diversas figuras:

A forma mais simples em que esse capital monetário latente adicional pode apresentar-se é a de tesouro. É possível que esse tesouro seja ouro ou prata adicionais, obtido direta ou indiretamente no intercâmbio com os países que produzem metais nobres. E só desse modo cresce de maneira absoluta o tesouro monetário dentro de um país. Por outro lado, é possível - e esta é a maioria dos casos - que esse tesouro seja apenas dinheiro retirado da circulação interna que, na mão de capitalistas individuais, assumiu a forma de tesouro. Além disso, é possível que esse capital monetário latente consista apenas em signos de valor - aqui ainda fazemos abstração do dinheiro creditício -, ou também em meros direitos constatados por documentos legais, títulos jurídicos! do capitalista contra terceiros. Em todos esses casos, qualquer que seja a forma de existência desse capital monetário adicional, ele representa, à medida que é capital *in specie* apenas títulos jurídicos adicionais,

mantidos em reserva por capitalista, sobre a produção anual adicional, futura, da sociedade. (MARX, 1985, pp. 238-239)

O entesouramento, na efetividade da sociedade capitalista, é muito incomum. Tem-se, em geral, a necessidade de empréstimos e, assim, cria-se uma dependência do capital produtivo diante do capital portador de juros (Cf. MARX, 1986 a, b). Ao passo que o tesouro representaria a retirada do capital monetário de circulação em forma de dinheiro para futuro investimento, ou o acúmulo de metais preciosos, algo distinto se dá quando o capital monetário aparece como mero signo de valor.

Para o que nos diz respeito aqui, deve-se destacar que, neste caso, a expectativa do direito a apropriação se coloca como central. Documentos legais e títulos jurídicos aparecem como o meio pelo qual é possível operacionalizar a apropriação da riqueza social. E, assim, as transações jurídicas aparecem como o elo intermediário entre a produção futura de mais-valor e a apropriação de parcela deste mais-valor, que pode ou não ser efetivamente produzido. Neste sentido, percebe-se, novamente como que o capital monetário, também por meio do Direito, intervém no processo de circulação do capital estabelecendo um liame entre o capital produtivo e o improdutivo, e pode ser importante para a análise das crises. Para a compreensão do Direito em *O capital*, portanto, não basta a forma mercadoria; é preciso tratar, percebe-se pela análise do livro II, também da forma dinheiro. A função do Direito no processo imediato de produção precisa ser vista ao se ter em conta também a reprodução e a acumulação de capital e, portanto, não só o capital industrial, mas sua relação com o capital monetário no processo de circulação. Claro, ainda seria preciso analisar a função do Direito em meio às figuras econômicas como juros, renda, lucro; no entanto, isto – que também não foi abordado por Pachukanis – envolve uma análise detalhada do livro III. Se, em parte, isto já foi iniciado (Cf. SARTORI, 2019 b, c), ainda é preciso que se escave com cuidado *O capital* de Marx em sua totalidade. Ele vem sendo enfatizado somente de modo parcial, principalmente, por meio de uma visão pachukaniana do livro I e isto precisa se modificar.

Apontamentos finais

O estudo do livro II de *O capital* propicia que a contraditoriedade da sociedade capitalista possa ser enxergada, também, no que diz respeito ao Direito. No livro I, a gênese e a conformação das principais formas econômicas do modo de produção capitalista se explicitam, chegando, ao fim do livro ao processo pelo qual abre-se espaço para a supressão da própria relação-capital. Este processo, claro, se explicita ao se analisar o papel do Direito

também: vai-se da função que este tem na compra e venda da força de trabalho por meio da vontade livre, passa-se pelo modo pelo qual a luta pela diminuição da jornada de trabalho redundava na limitação desta vontade – então, os “trabalhadores têm de reunir suas cabeças e como classe conquistar uma lei estatal, uma barreira social intransponível, que os impeça a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com o capital, à noite e à escravidão!” (MARX, 1996 a, p. 414) – e se chega, por fim, ao modo pelo qual, depois de analisar o papel das legislações sanguinárias na assim chamada acumulação primitiva, não são as reivindicações jurídicas a subverter as relações de produção; antes, trata-se “da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 1996 b, p. 381). Para os nossos propósitos neste artigo, há dois pontos a serem destacados: primeiramente, há de se apontar que Pachukanis vem a enfatizar com cuidado somente o primeiro elemento que destacamos no livro I. E, assim, até mesmo esta parte da obra de Marx precisa de uma investigação mais cuidadosa. Em segundo lugar, podemos destacar que, no livro II, ao tratar do “sistema de apropriação capitalista” (MARX, 1996 b, p. 381), Marx começa a mostrar como que a propriedade privada - antes vista como decorrente do trabalho, ou da apropriação da força de trabalho por meio da relação social de assalariamento – passa a ter uma correlação bastante mais mediada com o trabalho. Pelo que vimos, é possível se apropriar da riqueza social em correlação com o capital produtivo. Porém, o capital monetário – na figura dos agentes da circulação e que é essencial ao processo de circulação, à reprodução e à acumulação de capital - é remunerado, de certo modo, não devido à produtividade do seu trabalho, mas a partir de parcelas da riqueza produzida pelos agentes da produção, envolvidos no processo de trabalho. Ou seja, o próprio processo mediante o qual há ganho de produtividade com a divisão do trabalho entre capital industrial, comercial e monetário faz com que o princípio burguês de repartição da riqueza (o *quantum* de trabalho) seja imediatamente negado. A apropriação do mais-valor passa a se dar, não tanto de acordo com o trabalho dos agentes econômicos, mas em função da titularidade da propriedade. Por mais que isto se dê de modo bastante mediado – até mesmo porque, por vezes, não é possível saber se a produção efetivamente produzirá mais-valor, ou se haverá equilíbrio entre capital constante (c) e variável (v), ou se há equilíbrio entre os departamentos que produzem bens de produção (II) ou de consumo (I) – há uma negação, dentro do próprio capitalismo, do sistema de apropriação capitalista. Entende-se melhor porque Marx diz no livro I que “a propriedade privada capitalista [...] é a primeira negação da propriedade privada individual” (MARX, 1996 b, p. 381).

Assim, a partir do estudo da reprodução ampliada do capital, vê-se em ato, não só o fetichismo do dinheiro (o que vimos ser essencial para a compreensão do Direito em Marx e, acreditamos, no capitalismo); tem-se também o modo pelo qual, mediante o papel que vem adquirir as transações jurídicas, os contratos e os títulos jurídicos, o sistema de apropriação burguês entra em contradição consigo mesmo. A apropriação a partir do tempo de trabalho e da troca equivalente (tratados por Pachukanis a partir do livro I) passa a ceder espaço para o papel proeminente que adquire a propriedade privada burguesa reconhecida juridicamente pelo Estado. E isto, segundo Marx, traz à tona, ao mesmo tempo, a possibilidade de supressão do sistema capitalista de produção (e, assim, da negação da lei do valor) e a possibilidade de sua manutenção, sem que se tenha a “expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 1996 b, p. 381), e, assim, a superação da sociedade capitalista. Esta última, agora, já nega seus próprios pressupostos originários e passa constituir-se como um entrave para que se estabeleça “a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho” (MARX, 1996 b, p. 381). As consequências desta última possibilidade são tratadas no livro III por Marx quando ele traz à tona o papel das sociedades por ações e das cooperativas (Cf. MARX, 1986 a, b; SARTORI, 2019 c). Aqui, para os nossos fins, devemos destacar algo essencial: o modo pelo qual o autor de *O capital*, no livro II, trata da correlação entre capital monetário e produtivo explicita algumas questões importantes sobre o anacronismo do sistema de apropriação capitalista e, em meio a estas, tem-se o Direito colocando-se como um elo essencial no já anacrônico sistema capitalista de apropriação.

No livro II, e nas *Teorias do mais-valor*⁴⁴, Marx mostra como que o outro lado do crescimento do capital monetário e das mediações entre a produção e o consumo – as quais, por meio da divisão do trabalho geraram ganho de produtividade e desenvolvimento de forças produtivas – é o gigantismo do Estado e uma posição acrítica quanto aos juristas, a igreja e quanto a diversos elementos contra os quais a burguesia se insurgiu anteriormente. Marx diz,

⁴⁴ Aponta Marx a tendência na sociedade capitalista ao crescimento das camadas intermediárias que se interpõem na produção; inclusive, destaca os juristas em meio a estas camadas: “como os trabalhadores improdutivos políticos. Podia-se admitir que excetuados a horda de criados, os soldados, marinheiros, policiais, funcionários subalternos etc., concubinas, palhaços, malabaristas – esses trabalhadores improdutivos no conjunto teriam melhor nível de cultura que os anteriores trabalhadores improdutivos, e sobretudo que o número de artistas, músicos, advogados, médicos, homens de letras, professores, inventores etc., mal pagos, teria também aumentado. No seio da própria classe produtiva acresceram os intermediários comerciais, e em particular os empregados na construção de máquinas, nas ferrovias, na mineração e escavação; além disso os trabalhadores que na agricultura se dedicam a criar gado, produzem materiais químicos, minerais para adubos etc.” (MARX, 1980, p. 199)

assim, que “a sociedade burguesa passa a produzir, em sua própria forma, tudo que combatera na forma feudal ou absolutista” (MARX, 1980. p. 154). E, desta maneira, o conhecimento que poderia se colocar a serviço do maior desenvolvimento das forças produtivas volta-se contra este na medida em que se tem como efetiva “a dependência das classes ideológicas etc. para com os capitalistas” (MARX, 1980, p. 154)⁴⁵. Deste modo, ao mesmo tempo, ao se analisar o papel que o Direito tem no livro II, percebe-se do modo pelo qual sua função é um sintoma do anacronismo do sistema de apropriação capitalista, mas, ao mesmo tempo, passa longe de trazer qualquer solução a isto; antes, a esfera jurídica tem uma função bastante importante na operacionalização deste sistema de apropriação na medida em que este se coloca como anacrônico. O movimento do Direito expressa, portanto, ao mesmo tempo, a negação da propriedade privada individual, a afirmação da propriedade privada capitalista e a possibilidade – mas não a efetividade – da negação desta última. As referências ao Direito no livro II trazem consigo esta marca, que pode ser relacionada ao aspecto dúplice do capital monetário, que opera – também – por meio das diversas formas jurídicas. Estas formas, assim, operacionalizam figuras econômicas autonomizadas que ganham proeminência na medida em que a produção capitalista (baseada na apropriação do trabalho alheio, e no trabalho abstrato) entra em contradição com a forma de apropriação capitalista, que não parte mais, imediatamente, da necessidade de se apropriar da riqueza por meio do trabalho. A centralidade que adquire o reconhecimento oficial dos títulos de propriedade explícita dois aspectos antagônicos: o anacronismo de um modo de produção baseado no tempo de trabalho socialmente necessário, e a forma pela qual, por meio da titularidade jurídica, a riqueza não é apropriada social, comunitária e racionalmente, mas de modo privado, a partir de uma forma social em que “o

⁴⁵ Veja-se a passagem completa de Marx: “a economia política no período clássico, do mesmo modo que a própria burguesia no período inicial de autoafirmação, porta-se de maneira severa e crítica com a maquinaria governamental etc. Mais tarde percebe e – como a prática também evidencia – pela experiência apreende que brota de sua própria organização a necessidade da combinação social de todas essas classes, em parte por completo improdutivas. Até onde aqueles ‘trabalhadores improdutivos’ não criam meios de fruição e, por isso, comprá-los dependa totalmente do modo como o agente da produção quer despende o salário ou o lucro, e até onde, ao contrário, são necessários ou se façam necessários em virtude de doenças (caso dos médicos) ou de fraquezas espirituais (caso dos padres) ou de conflitos entre os interesses privados e os nacionais (caso dos administradores públicos, juristas, policiais, soldados), são vistos por A. Smith, pelo próprio capitalista industrial e pela classe trabalhadora, como falsos custos de produção, que importa reduzir o mais possível, ao mínimo necessário e na base da mais baixa remuneração dos serviços. A sociedade burguesa passa a produzir, em sua própria forma, tudo que combatera na forma feudal ou absolutista. Tarefa principal dos sicofantas dessa sociedade, sobretudo os dos ‘níveis mais altos’ é portanto, em primeiro lugar, restaurar no plano teórico o segmento meramente parasitário desses ‘trabalhadores improdutivos’ ou ainda justificar as exigências exageradas da fração para ela indispensável. Proclamou-se, na realidade, a dependência das classes ideológicas etc. para com os capitalistas. (MARX, 1980, p. 154)

poder social torna-se, assim, poder privado da pessoa privada” (MARX, 1996 a, p. 252). O Direito, assim, é um importante elemento na operacionalização da distribuição da riqueza decorrente de uma sociedade em que há uma flagrante contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

Há também um elemento, por assim dizer, ideológico sobre este processo. E ele deve ser trazido à tona. No próprio livro II, tem-se aspectos a serem destacados. Ao tratar da reprodução do capital, e, em especial, da manutenção do capital fixo por parte dos trabalhadores, Marx traz um ponto bastante importante sobre o tema. Diz ele, remetendo ao ponto de vista jurídico burguês:

O capital fixo exige também dispêndio positivo de trabalho para sua manutenção. A maquinaria precisa ser limpa periodicamente. Trata-se aqui de trabalho adicional, sem o qual ela se torna inutilizável; de mera defesa contra influências prejudiciais dos elementos, que são inseparáveis do processo de produção, portanto de manutenção, no sentido literal, da capacidade de operar. O tempo de vida normal do capital fixo se calcula, naturalmente, admitindo-se que estejam preenchidas as condições em que pode funcionar normalmente durante esse tempo, como se supõe que, se um homem vive em média 30 anos, ele se lave. Não se trata aqui da reposição do trabalho contido na máquina, mas de trabalho adicional contínuo que seu uso torna necessário. Não se trata de trabalho feito pela máquina, mas feito sobre ela, no qual ela não é agente da produção, mas matéria-prima. O capital investido nesse trabalho, embora não entre no processo de trabalho propriamente dito, ao qual o produto deve sua origem, faz parte do capital fluido. Esse trabalho tem de ser continuamente despendido na produção, seu valor, portanto, continuamente repostado pelo valor do produto. O capital despendido nele pertence à parte do capital fluido que tem de cobrir os falsos custos gerais e que, mediante um cálculo da média anual, deve se repartir pelo produto-valor. Vimos que na indústria propriamente dita esse trabalho de limpeza é executado gratuitamente pelos trabalhadores nos momentos de descanso, motivo pelo qual o realizam muitas vezes durante o próprio processo de produção, onde se toma a causa da maioria dos acidentes. Esse trabalho não conta no preço do produto. O consumidor o recebe, nesta medida, gratuitamente. Por outro lado, o capitalista obtém, desse modo, os custos de manutenção de sua máquina de graça. O trabalhador paga com sua própria pessoa e isso constitui um dos mistérios da autoconservação do capital, os quais constituem de fato um direito do trabalhador sobre a maquinaria e o tornam, mesmo do ponto de vista jurídico burguês, co-proprietário dela. (MARX, 1985, pp. 127-128)

Na passagem, Marx trata de uma questão típica da reprodução capitalista, ligada à conservação da maquinaria e ao modo pelo qual a acumulação de capital se dá com dispêndio de tempo de trabalho tanto para que se preserve o capital constante (c), aqui visto como capital fixo. Aborda, mesmo que de modo pressuposto, também as condições para que se tenha o consumo necessário para a reprodução física e moral da força de trabalho, que compõe o capital variável (v).

Vê-se, assim, que, segundo o autor, o investimento na produção não se dá só para que ela possa ser incrementada, mas também para que as condições de trabalho (e os próprios meios de produção, cuja titularidade é do capitalista) sejam mantidos. Tratar-se-ia de uma espécie de capital fluído, que irá cobrir aquilo que Marx chama de falsos custos, e que não se conforma como trabalho propriamente produtivo. Marx destaca que isto se dá, em sua época, ao passo que os trabalhadores que operam as máquinas, por vezes, também as limpam e fazem a manutenção delas; e, deste modo, trabalham na própria reprodução dos meios de produção que lhes são estranhos e que se colocam como uma potência estranha à sua atividade. A pessoa do trabalhador, deste modo, é vilipendiada para que a maquinaria seja preservada. O domínio das coisas sobre os homens, trazido no livro I com referência à noção de reificação, aparece aqui, no livro II em ato. No entanto, há de se destacar que, neste processo, tal atividade do trabalhador, do ponto de vista do Direito burguês, faria do trabalhador, em verdade, co-proprietário da maquinaria. E, assim, temos algo de grande relevo para o tema que nos propomos a abordar aqui. Há duas questões importantes na passagem: a primeira delas diz respeito ao modo pelo qual o ponto de vista jurídico burguês de que fala Marx na passagem é, até certo ponto, negado no próprio capitalismo. O segundo aspecto diz respeito à noção de pessoa que figura na passagem em correlação com o Direito.

Não necessariamente o próprio trabalhador que trabalha com determinados meios de produção faz a manutenção destes⁴⁶. Se não fosse este o caso, a manutenção da maquinaria constaria ao empresário como um custo de produção, a ser pago, seja a uma outra empresa, seja a trabalhadores do ramo. No entanto, para o que nos diz respeito neste artigo, nota-se que o fato de os trabalhadores fazerem a manutenção da maquinaria, a limpeza desta, em seus horários de descanso, do ponto de vista do Direito burguês – que liga o trabalho à apropriação, tal qual em Locke, por exemplo⁴⁷ –, faz com que eles devam ser co-proprietários da maquinaria. Neste momento, eles não venderam a sua força de trabalho aos burgueses e, portanto, aquilo produzido não é direito do proprietário do meio de produção. Isto, porém, no modo de produção capitalista,

⁴⁶ Na continuação da passagem, diz Marx que “em diversos ramos da produção, porém, em que a maquinaria tem de ser retirada do processo de produção para sua limpeza e, por isso, esta não pode ser feita no meio-tempo, como, por exemplo, no caso das locomotivas, esse trabalho de manutenção figura entre os custos correntes, portanto como elemento do capital fluído. Depois de funcionar no máximo 3 dias, uma locomotiva tem de ser levada à oficina para limpeza; a caldeira tem de esfriar primeiro para não se estragar com a lavagem.” (MARX, 1985, pp. 127-128)

⁴⁷ Para Marx, neste ponto, tem-se a posição da economia política: “a concepção de Locke é da maior importância porque é a expressão clássica das ideias jurídicas da sociedade burguesa em oposição à feudal, e além disso sua filosofia serviu de base a todas as ideias desenvolvidas por toda a economia inglesa posterior.” (MARX, 1980, p. 356)

não poderia ser colocado em prática; e, assim, a posição segundo a qual o produto do trabalho é daquele que produz entra em contradição com o modo pelo qual a riqueza vem a ser dividida em meio ao desenvolvimento do capitalismo. Se em um primeiro momento, na proeminência do capital industrial nascente, o burguês realizava o trabalho de supervisão, isto não se dá mais depois de determinado momento. Um assalariado passa a realizar tal trabalho. (Cf. MARX, 1986, a, b; SARTORI, 2019 c) Tem-se também que, com o aumento da função do capital monetário no processo de circulação do capital, bem como no processo global de produção, não são só os agentes da produção que se apropriam da riqueza social, mas também, entre outros, os agentes da circulação⁴⁸. A concepção burguesa de Direito precisa mudar substancialmente. Ela, depois de determinado momento do desenvolvimento capitalista, traz, não mais a apropriação por meio do trabalho como algo essencial, mas os direitos à apropriação que decorrem da titularidade jurídica.

Marx, assim, de certo modo, traz um tema central para a compreensão do Direito: a centralidade da propriedade privada nesta esfera do ser social. Acreditamos que, com uma leitura atenta do livro II, tal questão possa ser esclarecida, ultrapassando em muito uma crítica ao Direito que – em grande parte acertadamente – traz consigo a correlação entre mercadoria e Direito. Para que se perceba, tanto do modo pelo qual a ideologia jurídica se desenvolve, quanto da maneira pela qual ela expressa relações de produção anacrônicas, há de se analisar as contradições que marcam as formas e as figuras econômicas do modo de produção capitalista. Somente então, pode-se enxergar como que se coloca o Direito, bem como seu movimento, por assim dizer interno.

Ao analisar o livro II, porém, há de se notar ainda algo mais: Marx, ao mesmo tempo que trata do Direito, traz à tona a noção de pessoa. E, na passagem, resta claro: não é porque o autor de *O capital* traz em conjunto as duas noções, que se tem uma crítica à categoria sujeito de direito, central na crítica pachukaniana, como central. O movimento do sujeito automático do capital se impõe sobre a individualidade dos trabalhadores de modo que “o trabalhador paga com sua própria pessoa” (MARX, 1985, pp. 127) para que a maquinaria possa se manter. Novamente, tal qual no livro I (Cf. SARTORI, 2019 a) o que se tem não é tanto uma crítica à noção – importante para os juristas – de sujeito de direito, mas a exposição de como o processo produtivo capitalista se impõe aos trabalhadores trazendo, em ato, a reificação de sua atividade,

⁴⁸ Aqui não podemos falar de outras camadas e classes sociais. No entanto, principalmente no livro III (1986 a, b) e nas *Teorias do mais-valor* (1980) Marx dá importantes apontamentos sobre o tema.

que é mediada pelas formas econômicas tratadas em *O capital*. O trabalhador paga com sua pessoa dispendendo energia vital para que as máquinas se preservem e, assim, o processo de extração de mais-valor possa continuar. Deparamo-nos, portanto, com o entrelaçamento de formas econômicas – mercadoria, dinheiro, capital, mas também, neste caso, uma forma antediluviana de manutenção da maquinaria –, e não com um processo em que o Direito seja o essencial. Certamente, também neste caso, de um modo ou doutro, opera-se por meio do Direito na superfície da sociedade; porém, o movimento do processo produtivo se dá por meio do entrelaçamento contraditório de formas e figuras econômicas. Ou seja, é preciso que se compreenda esta dialética peculiar, bem como o papel que cumprem o fetichismo da mercadoria e do dinheiro nela; o importante passa longe de ser o fetichismo jurídico. Embora uma crítica ao Direito seja essencial, ela somente abre as portas para que seja possível a compreensão do processo econômico que determina o conteúdo das formas jurídicas.

Também aqui, não se pode confundir o reconhecimento jurídico com os fatos econômicos. Por mais que os últimos não possam se colocar como se colocam sem a mediação do Direito, eles não “são” jurídicos. As trocas mercantis estão situadas na esfera da circulação e em meio ao processo de circulação de capital, tendo consigo o desenvolvimento do capital monetário como suposto. Tem-se também o entrelaçamento entre o capital produtivo e o improdutivo. Esta esfera, por sua vez, depende da proporção entre o capital constante (c) e o variável (v), bem como entre o departamento de produção de bens de consumo (I) e de bens de produção (II). Os contratos, o direito à apropriação da riqueza social, as transações jurídicas, bem como as expectativas jurídicas só podem se colocar sob o solo destas relações de produção. Exercem, portanto, um papel de enorme importância no encaminhamento destas relações, mas, como simples formas, não determinam seu conteúdo. Ao analisar o livro II, vê-se isto em ato. Nota-se também que o elemento dúplice do capital monetário precisa de uma representação por meio de títulos jurídicos. E, deste modo, também aqui, o Direito cumpre um papel de enorme relevo, mas, ao mesmo tempo, tem uma dependência diante do solo da produção. E, como vimos, tal aspecto pode ser importante, inclusive, para que se pense o modo pelo qual as crises do sistema capitalista de produção perpassam – embora não de modo essencial – por um elemento jurídico. O livro II, portanto, traz um tema essencial ao marxismo, aquele das crises do modo de produção capitalista.

Por isso também, o tratamento deste livro de *O capital* pode ser de grande relevo. O caráter contraditório da sociedade capitalista, bem como o modo pelo qual ela traz consigo a

negação potencial de elementos essenciais dela aparece em ato ao se analisar o processo de circulação. No que diz respeito ao Direito, abre-se um flanco bastante importante nos estudos da obra de Marx, do modo de produção capitalista e, acreditamos, da própria crítica ao Direito: já em *O capital*, há apontamentos importantes que remetem às razões e aos fundamentos da centralidade da propriedade privada, da titularidade jurídica, das transações jurídicas e também dos contratos na jurisprudência. Ao tratar do livro II, acreditamos, é possível avançar substancialmente nos estudos críticos sobre o Direito, indo muito além daquilo tratado classicamente por Pachukanis em seu importante livro. Em meio à reprodução e à acumulação de capital aparecem temas essenciais, tanto ao estudo de Marx, quanto da crítica marxista ao Direito e da compreensão crítica do modo de produção capitalista.

Bibliografia:

- ALMEIDA SALES Jr, José Roberto. O Direito como freio irracional na formação do capitalismo na Prússia revolucionária: a analítica marxiana do território do Direito na Nova Gazeta Renana. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: Pós Graduação em Direito, UFJF, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Trad. Dirceu Lindoso. São Paulo: Zahar, 1979.
- _____. A querela sobre o humanismo (I). In: Crítica Marxista n. 9. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. A querela sobre o humanismo (II). In: Crítica Marxista n. 12. Rio de Janeiro, 2002.
- ALVES, Antônio José Lopes. Marx e a analítica de O capital. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2013.
- CASALINO, Vinícius. Direito e mercadoria. São Paulo: Dobra editorial, 2011.
- _____. O capital como sujeito de direito. In: Direito e práxis, V. 10, n. 4. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.
- CHASIN, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COTRIM, Vera. Trabalho produtivo em Karl Marx: novas e velhas questões. São Paulo: Alameda, 2013.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. O socialismo jurídico. Trad. Márcio Naves e Livia Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 17-18.
- FLORÊNCIO DE MELO, Carlos. O lugar dos manuscritos etnológicos na obra de Karl Marx. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito, 2019.
- GRESPLAN, Jorge. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no livro III de O capital. In: Crítica marxista 33. São Paulo: Unesp, 2011 (pp.9-30)
- _____. Marx e a crítica ao modo de representação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HARVEY, David. Limits to capital. Londres: Verso, 2006.
- _____. Para entender O capital (livros II, III). Trad. Rubens Enderle. São Paulo, 2014.
- KASHIURA JR., Celso Naoto. Crítica da igualdade jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- _____. Sujeito de direito e capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- LUKÁCS, György. El Asalto a la Razón. Trad. Wenceslau Rocés. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. Ontologia do ser social II. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital. Trad. Marijane Vieira Lisboa. São Paulo:

Nova abril cultural, 1985.

MACHADO, Gustavo. Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx. In: **Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 23, v. 1. Belo Horizonte: 2017 <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.913956650452648.pdf>> Acesso em 24/01/2017.

MARX, Karl. MARX, Karl. Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philippe De Caux. In: Verinotio: revista on-line de filosofia e ciências humanas, V. 23, N. 2. Rio das Ostras: UFF, 2017.

_____. Grundrisse. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Los apuntes etnológicos de Karl Marx. (KRADER, Lawrence Org.). Madrid: Pablo Iglesias Editorial, 1988.

_____. Miséria da Filosofia. Trad. José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. O capital, livro I, tomo I. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996 a.

_____. O capital, livro I, tomo II. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996 b.

_____. O capital, livro II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. O capital, livro III, tomo I. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 a.

_____. O capital, livro III, tomo II. Trad. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 b.

_____. Para uma crítica da economia política. Trad. Edgar Malagodi e Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1982

_____. Teorias da mais-valia. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A luta de classes na Rússia. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro Barbate. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Utopia e Direito. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MEDRADO, Nayara. Crime, sujeito e revolução: a questão penal em Marx. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito, 2018.

NAVES, Márcio Bilharinho. Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis. Boitempo: São Paulo, 2000.

_____. A questão do direito em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PACHUKANIS, E. P. Teoria geral do Direito e o marxismo. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAÇO CUNHA, Elcemir. Considerações sobre a determinação da forma jurídica a partir da mercadoria. Crítica do Direito, n. 64. São Paulo: Mackenzie, 2014.

_____. Do fetiche da mercadoria ao “fetiche do Direito” e de volta. In: Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, n. 19. Belo Horizonte: 2015. (Disponível em www.verinotio.org)

PALU, Marco Aurélio. Estado, democracia e gênero humano: a crítica de 1843 e a fundação do pensamento marxiano. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito, 2019.

PEREIRA NETO, Murilo. A posição de Marx quanto ao Direito nos escritos de 1837-1843. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito, 2018.

PARREIRA, Lucas. Entre flexas e martelos: Marx como leitor de Henry Morgan (dissertação

- de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2019.
- REICHELTL, Helmut. Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Marx. Trad. Nélio Schneider. Campinas: Unicamp, 2013.
- ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RUBIN, Isaac Illich. Teoria marxista do valor. Trad. José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Polis, 1987.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Acerca da categoria de “pessoa” e de sua relação com o processo de reificação em "O capital" de Karl Marx: um debate com Pachukanis. In: Cadernos de ética e filosofia política, V 1, N 34. São Paulo: USP, 2019 a
- _____. Apontamentos sobre justiça em Marx. Nomos, V. 37, n.1. Fortaleza: UFC, 2017 b.
- _____. *De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta*. In: **Kriterion n.130**. Belo Horizonte: 2014.
- _____. *Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros: o livro III de O capital diante do papel ativo do Direito*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia política**. Niterói: UFF, 2019 c.
- _____. Marx diante da revolução social na Rússia do século XIX. In: **Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 23, v. 1. Belo Horizonte: 2017 a <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.4443315485905218.pdf>> Acesso em 05/01/2017.
- _____. Sociedades capitalistas tardias, o livro III de O capital e a dialética entre trabalho e as figuras econômicas concretas. In: **Revista de estudos organizacionais**, V. 6, N.1. Rio de Janeiro: UFF, 2019 b.
- _____. Trabalho, riqueza e natureza humana: Marx e a crítica ao modo de produção capitalista. In: **Sapere Aude**. Belo Horizonte, PUC Minas, 2018.
- _____. Teoria geral do Direito e o marxismo como crítica marxista ao Direito. In: Verinotio: Revista Online de Filosofia e Ciências Humanas, n. 19. Belo Horizonte: 2015. (Disponível em <www.verinotio.org>)
- SILVA, Lucas Almeida. O movimento do Direito nos textos econômicos de Karl Marx. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Direito, 2018.
- SOARES, Moisés Alves. Direito e Alienação nos Grundrisse de Karl Marx. Florianópolis, 2011. 213p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2011.

O Jardim na estética de Georg Lukács

Cristina Lontra Nacif*

João Vitor Giorno**

Resumo: O presente texto é um esforço de traduzir o item IV do Capítulo “*Cuestiones liminares de la mimesis de lo estético*” (*Grenzfragen der ästhetischen Mimesis*), que preferimos traduzir para o português como “Questões de liminares da mimese estética”: “Jardim” (*Garten* na edição alemã) e *Jardinaria* na edição espanhola. A tradução, ainda sujeita a revisões, foi feita a partir do item IV livro 4. da *Estética 1: la peculiaridad de lo estético*, publicado pela Ediciones Grijalbo em 1982. O objetivo é a necessidade de divulgar no plano acadêmico, especialmente nos cursos de arquitetura e urbanismo, a obra de Georg Lukács e, assim, ampliar e qualificar o debate a partir de uma ontologia marxiana.

Palavras chave: Lukács, jardim, estética.

The Garden in the aesthetics of Georg Lukács

Abstract: This text is an effort of translating the fourth section of the chapter “*Grenzfragen der ästhetischen Mimesis*”, part of Georg Lukács’s “*Ästhetik*”. The section is named “*Garten*” and discusses the garden in an aesthetic sense, its genealogy and dialectical structure. The translation, still under possible revisions, is based on the book “*Estética 1: la peculiaridad de lo estético*, ed. Grijalbo de 1966. Such effort is concentrated on the necessity of spreading, specially in the fields of architecture and urbanism, the works of Georg Lukács and, by that, qualify and expand the debate from an marxian ontology.

Keywords: Lukács, garden, aesthetic.

Submetido em 02/04/2020

Aprovado em 25/04/2020



© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR) (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR) e indique se mudanças foram feitas.

* Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (1975), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Pós doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora sob a supervisão do Professor Ronaldo Vielmi Fortes, (2017). Organizou em parceria com Ivan Zanatta o Livro *Introdução à Estética de Georg Lukács*, Editado pela 7Letras em 2019. Professora Associada da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC-UFF).

** Estudante do Curso da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do LabLegal (Laboratório do Estudos da Legislação Urbanística) EAU - UFF e Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC-UFF).

Introdução

Georg Lukács (1875-1971) é considerado um dos filósofos mais influentes no interior do marxismo e a sua *Estética*, apesar de inconclusa, pode ser considerada uma síntese de “cinco décadas de estudos dedicados a caracterizar o que considerava ser o lugar da arte e do comportamento estético na totalidade das atividades humanas”. Daí a precisão do título dado ao primeiro volume: “A peculiaridade do estético”. A obra foi planejada em três partes das quais apenas a primeira foi concluída e publicada. Mesmo assim Lukács sempre considerou que a primeira parte é plenamente compreensível sem as demais. Em seu prólogo à primeira parte publicada Lukács aponta que nas duas partes iniciais, “A peculiaridade do estético” e “A obra-de-arte e o comportamento estético”, haveria um domínio do materialismo dialético, enquanto na terceira parte, “A arte como fenômeno histórico social”, o domínio estaria no campo do materialismo histórico. Talvez se possa afirmar que com sua *Estética* Lukács estabelece simultaneamente um debate e uma crítica radical a toda a herança estética e filosófica de seu tempo.

Motivados pelas leituras comentadas dos (volumes) da *Estética*, 2018, realizadas no âmbito do Laboratório Lablegal, atrelado ao grupo de estudos Gepoc - Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica, e por uma pesquisa financiada pela Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - com o objetivo divulgar e aprofundar os estudos sobre a obra lukácsiana, nos dedicamos com especial interesse ao item dedicado ao Jardim em razão de um estudo sobre o Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, o Aterro do Flamengo como é mais conhecido. Em pouco mais de dez páginas Lukács fornece indicações valiosas para o entendimento da organização espacial envolvendo a relação arquitetura e jardim. No entanto, é quase impossível mergulhar no conteúdo deste-item sem um conhecimento ainda que preliminar do restante da *Estética*. Tal dificuldade pôde ser em parte contornada com a leitura do livro de Nicolas Tertulian: *Georg Lukács - As Etapas do seu pensamento estético* - editado pela Unesp em 2008. Também foram úteis, entre outras, leituras comentadas de *Lukács e arquitetura* de Juarez Duayer, EdUFF, também de 2008, dos textos da coletânea *Lukács: Estética e Ontologia* organizada por Ester Vaisman e Miguel Vedda, publicado pela Alameda em 2018 e de Ronaldo Vielmi, *O caráter libertador da Arte na Estética de György Lukács*, In: NACIF, Cristina Lontra e ZANATTA, Ivan. (Org.). *Introdução à estética de Georg Lukács*, também publicado em coletânea pela Editora 7 Letras em 2019, que resultou do seminário (Introdução à Estética de Georg Lukács, realizado nos dias 7 e 8 de dezembro de 2017) por nós

organizado no LabLegal.

A seguir faremos alguns apontamentos de apoio aos leitores de nossa tradução do capítulo dedicado à peculiaridade estética do Jardim.

Apontamentos para a leitura

O “Jardim” (*Garten* na edição alemã) é a quarta seção do capítulo “*Grenzfragen der ästhetischen Mimesis*”, traduzido para o espanhol como “*Cuestiones liminares de la mimesis de lo estético*”. Neste capítulo Lukács se debruça sobre os limites práticos do reflexo estético do mundo em relação a outros complexos, inclusive a formas análogas ao estético, “pseudoestéticas”, tema caro à análise do jardim, mas que submetido a amplo escrutínio na última seção do capítulo. Pode-se dizer, em certo sentido, que o intuito nesta parte da obra seja o de cartografar a categoria da mimese, especialmente suas “franjas”, o que se confunde com as determinações do modo científico de conhecimento do mundo e a vida cotidiana.

Traço fundamental do debate contido nestas páginas é a “dialética da mimese dupla”, a condição incontornável de certas práticas artísticas que solicitam tanto um “reflexo desantropomorfizador” do mundo - pense-se no entendimento objetivo das legalidades naturais, sem as quais não seriam possíveis a música, a arquitetura ou o jardim - quanto um “reflexo antropomorfizador”, e que apenas através da associação de ambos podem chegar ao efetivo momento de autoconsciência da humanidade. A “dialética da mimese dupla” tem, em perfeito acordo com a variedade do concreto, implicações particulares no âmbito de cada forma de arte singular abordada por Lukács, implicações que não cabe discutir aqui, a não ser para esclarecer certos aspectos do item Jardim.

O método de Lukács, cuidadosamente exposto por Nicolas Tertulian em seu ensaio sobre “A grande estética marxista”, dedicado à Estética de Lukács, aparece nítido na exposição do jardim em sentido estético (*Gartenkunst*). O argumento que mantém em vista a “gênese” e a “estrutura” da forma ao analisá-la, busca extrair de seu estudo determinações as mais universais possíveis, sem jamais violentar a flexibilidade dialética do real. Decidimos fazer coro com a preocupação do autor em explicitar o “caráter de realidade” (*Wirklichkeitscharakter*) da arquitetura e do jardim, traço que confere condições genéticas e possibilidades de realização radicalmente diferentes das artes chamadas “puramente miméticas”, como a poesia e a pintura.

O espaço arquitetônico é elemento muito caro ao entendimento da seção dedicada ao jardim, tendo em conta que é considerado enquanto limite do jardim. A relação entre as duas

práticas, do arquiteto e do jardineiro, é ao mesmo tempo que de parentesco, de inexpugnável separação. A diferença de matéria prima entre as duas é definitiva para os contornos de suas estruturas; para o espaço arquitetônico, a matéria inorgânica radicalmente reformulada, para o jardim, o orgânico, plantas singulares cuja “autonomia relativa” o autor faz questão de sublinhar, especialmente para pôr em perspectiva os efeitos possíveis do jardim estético, que preso atado a uma certa singularidade, estão apartados separados das evocações da arquitetura, bem mais propensa à expressão da generalidade.

Ao debater a fronteira entre “construído e” “plantado”, Lukács aponta a “antinomia essencial” do jardim em sentido estético, princípio que interpretamos como o de uma certa tensão, ou contradição, decorrente de seu parentesco com a arquitetura e, acima de tudo, do que o separa dela, sua orientação ao mundo orgânico. O primeiro polo da antinomia a ser apresentado é o do jardim conforme ideal arquitetônico, que busca, portanto, dar ao “natural” um caráter o mais dirigido possível pelas atividades e interesses humanos. O segundo polo, por outro lado, quer eliminar do jardim qualquer traço de “artificialidade” ou interferência humana, aproximando-o de um mero produto da natureza, postura que ressalta o caráter de singularidade já referido anteriormente. Lukács tem o cuidado de nunca opor rigidamente os dois polos, e inclusive ressalta o efeito particular de sua coexistência em certas formações.

Como nas demais seções que compõem esse capítulo (música, artesanato, cinema), é nítida a preocupação do autor em estabelecer os impactos que as passagens à sociedade do Capital provocam nas bases do estético, especialmente no que diz respeito à arquitetura e o jardim, cujo caráter de realidade impede que não sejam afirmativos da particular “forma de vida coletiva” que abrigam. No caso do jardim, a tendência de concebê-lo na chave de um expurgo do artificial - o supracitado segundo polo - está alinhada com a figuração de mundo da nascente burguesia; sua oposição à artificialidade das instituições feudais-absolutistas, o acento da singularidade dos sujeitos humanos em relação aos estamentos a que pertencem, o fato de que as relações sociais promovidas por esse grupo acabarão por não aparecer enquanto manifestamente sociais, mas como “naturais”. O autor se reporta a algumas expressões ideológicas dessas tendências, como o que propõe “Julie” de Rousseau ao afirmar que no jardim tudo foi disposto pela natureza, a qual, em contraponto, vale apelar à narrativa do “Cândido” de Voltaire que em irônica polêmica contra a filosofia da harmonia universal de Leibniz, opera a violenta expulsão das personagens de seus lugares sociais através de sucessivas tragédias, para quando finalmente as leva ao repouso, representá-las mais ou menos despidas de suas

determinações estamentais e dependentes da substância de seu próprio trabalho. Não é à toa que as palavras que encerram o “Cândido” sejam: “Devemos cultivar nosso jardim”.

Com as tendências de “privatização” características da sociabilidade do Capital, no preciso sentido que Lukács dá a elas, e com o problemático cristalizar desses “novos modos espirituais e emocionais do homem”, o rumo impelido ao jardim - esboçado brevemente nas páginas a seguir - é de trágico afastamento do potencial estético, queda na mera singularidade privada. Ao ser “retirado” historicamente de suas possibilidades estéticas, o jardim se afasta da missão social da arte, cuja função primordial é a “desfetichização das individualidades”.

Esse efeito consiste em ser modelo de um comportamento digno do ser homem, um comportamento que capte e dê forma à objetividade do mundo, de tal modo em que nela se manifeste uma relação sujeito objeto. Nessa medida, a arte tem um papel de autoconsciência das individualidades. Ela se volta diretamente aos sujeitos, aos indivíduos e quer, exatamente, a emancipação desses indivíduos. Essa é a função e a missão específica da própria obra de arte. A missão essencial da arte é a desfetichização das individualidades. (VIELMI, 2019, pg. 28)

Jardim¹

O jardim é o segundo grupo de fenômenos estéticos (ou pseudoestéticos) importante, nos quais aparecem as formas análogas da mimese. Já à primeira vista, a posição deste grupo no sistema dos fenômenos da vida, das atividades humanas e de suas objetivações sugere importantes parentescos com a arquitetura. O jardim, como qualquer construção, é antes de mais nada uma realidade cuja existência, epistemologicamente vista, não é absolutamente afetada pelo fato de que seja ou não criado esteticamente. O jardim nasceu do mesmo modo que a arquitetura, das necessidades vitais puramente práticas, e inclusive no curso da posterior evolução a maioria esmagadora dos jardins continuam sem alterar sua natureza deste ponto de vista (hortas, etc.). Como é natural, os sentimentos de prazer desencadeados pela prática da jardinagem, pelo uso de produtos, pela consequente vitória sobre a natureza, etc., desempenham um papel nada inessencial na gênese do jardim no sentido da estética. Mas além disso, parece certo que os primeiros princípios de regulação da natureza orgânica, a ordenação das plantas em linhas regulares, as formas geometricamente compostas das distintas plantações, às vezes

¹ Tradução das págs. 157 a 173, do livro 4. da *Estética 1: la peculiaridad de lo estético*, publicado pela Ediciones Grijalbo em 1982.

inclusive de todo o jardim, se baseiam em motivos de melhor usabilidade, e só muito paulatinamente foram se convertendo em princípios construtivos de uma conformação estética. A dialética da mimese dupla tem pois que ser dominante também no jardim: um reflexo essencialmente desantropomorfizador das leis objetivas do crescimento e maturação das plantas, a serviço de uma finalidade nascida de fundamentos sociais, se reproduz, portanto, mediante categorias estéticas e se transforma de modo correspondente. Até que ponto esse reflexo desantropomorfizador se alça ao nível da cientificidade, ou permanece ao nível da prática manual cotidiana, é um fator que desempenha nesse complexo um papel mais modesto que na arquitetura no que diz respeito aos problemas estéticos; não nos interessamos neste ponto pelos jardins criados e conduzidos por considerações puramente científicas.

A única coisa importante é o fato de que o ponto de vista estético só é aplicável a uma parte relativamente reduzida dos jardins. Importa, pois, mostrar como, sobre a base das necessidades sociais que produziram o jardim útil, se produzem as emoções que se condensam paulatinamente em missão social conferida ao jardim no sentido estético. Para entender as emoções adequadamente é necessário lembrar ainda uma propriedade comum ao jardim e à arquitetura: desdobra-se a partir do caráter de realidade dominante em ambas, nas quais as duas devem ser igualmente incapazes de expressar negatividade. Na medida em que um jardim desencadeia emoções estas têm que ser positivas, ter um conteúdo afirmativo. A básica afirmação de Aristóteles a respeito da arte puramente mimética não pode valer para uma realidade: na arte pode operar prazerosamente algo que na vida seria repulsivo. A afirmação ou negação do conteúdo emocional desencadeado é a afirmação ou negação direta e integral (*direkt und restlos*) da coisa em si, da realidade em questão tal como ela é. Apesar dessas analogias profundamente enraizadas na essência de ambas as atividades, o caráter das respectivas realidades, o fato de que uma é orgânica e a outra inorgânica, produz também diferenças essenciais. Por decisiva que seja a intervenção do conhecimento e da finalidade dos humanos no mundo orgânico - como quando se transplantam espécies ou se produzem novas espécies -, a influência humana no mundo orgânico é tipicamente mais uma prudente previsão que permite o desenvolvimento dos processos, que uma transformação radical. Por muito que se depurem as formas naturais, o fato é que as diversas plantas continuam sendo individualidades orgânicas vivas que se desenvolvem segundo leis próprias. A máxima possibilidade nesse terreno se expressa plasticamente pelo ideal baconiano de que mediante uma seleção e uma disposição bem pensada das plantas se produziria uma primavera eterna. Por outro lado, o domínio do

homem sobre as forças naturais, que é decisivo para a arquitetura, não pode chegar a conformar-se, a não ser transformando radicalmente todo elemento material oferecido pela natureza, mediante sua reelaboração, e, dando-lhes formas que não possuem paralelo na natureza mesma. Pois apenas assim as forças da natureza, em si invisíveis, podem chegar a ser, em sua luta estática equilibrada, desencadeadoras visuais de emoções. Com essa diferença material, por assim dizer, está relacionado o fato de que o jardim não alcança nunca o patetismo socialmente generalizado que é característico da arquitetura em sentido estético.

Essa preservação das formas naturais originárias no jardim conduz a sua antinomia fundamental, da qual surgem - diferente do que ocorre na arquitetura - dois tipos brutalmente contraditórios de missão social, razão pela qual a história do jardim apresenta tendências muito divergentes e até claramente contraditórias. O estudo detalhado delas, o descobrimento de suas causas histórico-sociais concretas em cada caso, corresponde à parte histórico-materialista da estética. Entretanto, a propósito de problemas muito diferentes já apresentados, nos deparamos com o fato sumamente significativo de que uma tal diferenciação histórica seria impossível objetivamente se não se fundasse nas bases estéticas do jardim, em seus efeitos necessários e possíveis sobre os homens. Assim subjaz ao problema histórico-materialista um fato fundamental do reflexo estético da realidade, um problema que apenas pode se resolver dialético-materialistamente. A seguir vamos fazer uma análise desse aspecto da citada antinomia, sem entrar na problemática histórica – até mesmo alusivamente – a não ser quando for inevitável ao interesse do esclarecimento geral da teoria.

A própria antinomia mostra quão diversas são – apesar de suas importantes coincidências - as estruturas estéticas do jardim e da arquitetura. Em sua essência as obras de arquitetura expressam sempre e sem exceção a manifestação do caráter de entidade produzida pela mão humana. Simmel fez uma forte observação de que o edificado apenas consegue se aproximar do aspecto de um produto natural quando se encontra em decadência, quando perde sua unidade básica, quando é uma ruína. Por outro lado, são necessárias complicadíssimas operações, como por exemplo, as operações próprias do jardim barroco francês, para arrebatá-lo do conjunto do jardim, e especialmente de sua parte vegetal, o caráter de algo naturalmente crescido. Mas como, apesar dessa presença indestrutível da naturalidade, o jardim é de todo modo um produto da atividade histórico-social, já altamente evoluída, do homem, o núcleo da antinomia que aqui estudamos se encontra na natureza estética do próprio jardim a saber: que essa atividade pode se considerar como uma parte da arquitetura – caso toda sua disposição se

direcione a criar para os produtos desta atividade um entorno digno da mesma, que conduza à arquitetura e complete seus princípios internos -, ou de tal modo que o momento natural seja o dominante. Nesse caso, o primeiro será uma paisagem artificialmente criada, enquanto que a construção terá de se inserir nessa conexão natural geral. Wordsworth² e Coleridge³ pensam “que a casa e seu jardim têm que pertencer à paisagem, e que a paisagem não deve ser um apêndice da casa”⁴.

Esse não é o momento adequado para abordar os diversos problemas resultantes dessa antinomia. Indiquemos apenas que o lugar do individual na particularidade estética do jardim não é da mesma natureza que na arquitetura, o qual - dado o comum caráter afirmativo, de ambas atividades, excludente de toda negação - radicaliza o problema da singularidade. A estrutura inorgânica da arquitetura facilita o domínio absoluto da generalidade, de tal modo que nela a singularidade não existe esteticamente mais que por sua função na conexão total e não pode apresentar pretensão alguma de existência autônoma, contraditória e superada. No que tange aos objetos da natureza orgânica, cuja existência como individualidade nunca pode desaparecer tão radicalmente como a dos artefatos dispostos propriamente em atenção à composição de um conjunto, a antinomia produzida se encontra cada vez mais resolutamente no primeiro plano. De acordo com isso, Ammannati⁵ formula o princípio do jardim arquitetônico do seguinte modo: “As construções devem ser superiores e norteadoras para o que for plantado”.⁶ Já Wölfflin⁷ contempla como se estabelece a resultante situação para as plantações dos jardins barrocos: “A árvore sozinha não tem nenhuma importância. O indivíduo fica absorvido na colaboração com os outros. Assim, esses imponentes grupos de carvalhos sempre verdes que, muito comprimidos e rodeados por faias cortadas muito altas, condicionam essencialmente o caráter da vila italiana”.⁸ Se considerarmos, por outro lado, as descrições de jardins a partir do século XVIII, observamos que o autêntico entusiasmo se deve precisamente à impressão de não se encontrar diante de uma obra humana, e sim com o livre desdobramento da mesma natureza, tanto no todo quanto na multiplicidade dos detalhes. A Julie de Rousseau reconhece sem dúvida que a natureza fez todo o jardim sob sua direção, e que não há nele nada

² William Wordsworth (1770 – 1850), um dos impulsionadores da gênese do movimento romântico inglês.

³ Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) foi um dos grandes nomes da primeira fase do chamado romantismo inglês ao lado de William Wordsworth.

⁴ Maria Louise Gothen. História do Jardim. Jena 1926, II, pg. 407.

⁵ Bartolomeo Ammannati (1511 –1592) foi um arquiteto e escultor italiano.

⁶ Maria Louise Gothen. História do Jardim. Jena 1926, II, pg. 264.

⁷ Heirich Wölfflin (1864 - Zurique - 1945) foi um escritor, filósofo, crítico e historiador da arte suíço.

⁸ Wölfflin, *Renaissance und Barock*, 1926, pg. 168.

que ela mesma não tenha disposto. Não fará falta argumentar que, dada a intenção de dissimular o caminho humano no jardim realizado, cada arbusto tem que mostrar independência, dando a justificativa de sua existência como objeto de sua própria natureza.⁹ Mais tarde daremos atenção aos problemas suscitados pelas composições desse tipo, e aos de sua particularidade.

Já este brevíssimo esboço da antinomia central do jardim mostra que nela as tendências contrapostas têm que chocar mais violentamente que em qualquer outra produção artística. Sem dúvida aqui também ocorrem desenvolvimentos repletos de transições que se movimentam essencialmente na mesma linha, com intensificações qualitativas. Porém quando a mudança histórica-social desloca o trabalho social de um polo a outro são produzidas criações que se enfrentam muito mais excludentemente, que se negam muito mais radicalmente que em todo o campo restante da arte. Não estamos pensando ao falar isso na polêmica subjetiva que costuma acompanhar as mudanças dos rumos da arte. A apaixonada vontade que tem de se impor “às exigências do dia” costuma ir acompanhada de uma negação não menos apaixonada do passado. No entanto, nas demais artes, essas contraposições contempladas desde uma distância temporal, não aparecem nem tão decisivas nem tão negadoras do passado como apareceram para seus contemporâneos; nem sequer quando por trás da transição artística figura o relevo de diversas classes hostis e em luta. Deste modo, destaca-se nitidamente de seus precursores, das correntes artísticas do absolutismo cortesão, a arte especificamente burguesa dos séculos XVII e XVIII. A pintura holandesa de paisagens, interiores e naturezas mortas cria inclusive gêneros novos, igualmente ao romance burguês dessa época. Entretanto, o jardim inglês, como é chamado, que, tomado geneticamente, deve sua origem e florescimento às mesmas necessidades histórica-sociais, nega seus precursores com uma recusa qualitativamente muito distinta. Aqui ocorre realmente uma ruptura radical, que se apresenta necessariamente como tal, mesmo quando se contempla a ruptura na ampla perspectiva da evolução transcorrida desde então, depois que a oposição foi resolvida sem deixar dúvidas. Neste momento, se manifesta, pois, de uma forma histórica o que teoricamente chamamos de antinomia essencial do jardim

Indicamos anteriormente os princípios essenciais das duas concepções contrapostas. Resumimos agora de forma breve o essencial de ambos polos. Como é natural, temos relativamente poucos documentos sobre os jardins de civilizações antigas; entretanto, os poucos

⁹ No romance *Julie ou La Nouvelle Héloïse* de Jacques Rousseau, na metáfora do jardim, a virtude do jardineiro do jardim está precisamente em ter reproduzido as condições naturais na maior fidedignidade possível, disfarçando os traços de sua obra.

documentos que existem indicam que os jardins egípcios e da Ásia Anterior pertenciam ao grupo que contemplava o jardim como uma parte ou momento subordinado à arquitetura. Como esta concepção se manifestou claramente no Renascimento e, sobretudo, no Barroco, podemos nos limitar a apresentar a concentrada e rica caracterização de Wolfflin referente a esses períodos. Seu ponto de partida é a seguinte afirmação: “O jardim está inteiramente sob o domínio de um espírito arquitetônico”. Assim foi estabelecido no Renascimento. “Os jardins do auge do Renascimento já havia estilizado todos os objetos da natureza, as formações topográficas, a disposição das árvores, a água; também havia separado as diversas partes do jardim e concebido tectonicamente cada especialidade”. O passo dado pelo período barroco consiste antes de mais nada na “unidade da composição” que se realiza de um modo qualitativamente mais estrito. “O barroco não se adapta ao terreno, pelo contrário, o submete. Tenta arrancar dele a qualquer preço uma disposição unitária: um motivo principal que o penetre por completo, com perspectivas e vias dominantes, tudo que é individual é disposto segundo sua situação em relação ao todo e calculado segundo seu efeito no todo, também é adotado o eixo da construção senhorial para o jardim, posição nada casual nem marginal de pavilhões e marquises, apenas sobre a linha central, ou à direita e à esquerda, e sempre em correspondência simétrica”¹⁰. Certamente não é casual que os principais êxitos desse estilo tenham sido alcançados em vilas situadas em colinas. Pois nesses casos se propõe o trabalho de reduzir uma paisagem inteira, fechada em si, que envolve a construção em uma unidade visual. Uma parte da natureza, completa em si e com o edifício, se submete totalmente à vontade do homem; o inteiro bloco natural aparece então como uma obra humana conscientemente planejada e realizada; os terraços dão forma e articulação novas à colina, nascidas das necessidades humanas; o mundo vegetal presente e ordenado se insere sem sobras no enquadramento criado pela arquitetura; a água deixa de ser uma força natural e se converte em um motivo dessa nova formação utilizada pelo homem decorativamente e até de modo lúdico; e, além disso, a totalidade orgânica de todos esses momentos resulta em algo no qual sem dúvida constam elementos naturais, mas que representa algo qualitativamente novo em relação à natureza, algo para o qual é quase impossível de encontrar uma analogia como é para a própria arquitetura.

Wolfflin indica, com razão, que esta total submissão do fragmento da natureza, tomado da paisagem, às leis da sociedade humana, submissão mediada pela arquitetura, não é exclusiva nem absoluta, nem mesmo sua intenção última(?!). Pois a totalidade que constituem, neste caso,

¹⁰ WOLFFLIN, *Renaissance und Barok*, cit. pg. 164.

a vila e o jardim juntos com a elaboração de seu fundamento natural, a colina, nada mais é que uma totalidade intensiva no seio da totalidade extensiva representada pela natureza circundante. Por um lado, o próprio jardim tem um dado entorno, seja este um parque não organizado arquitetonicamente ou a própria natureza não submetida ao homem; por outro lado, a vila e o jardim estão dispostos para possibilitar os pontos de vista mais favoráveis da paisagem circundante. Sendo assim, aquilo que é evocado pelo jardim, conformado segundo princípios puramente arquitetônicos, supera essa essência arquitetônica, e se transforma em pictórico. “O barroco - diz Wolfflin - estilizou a natureza para lhe dar a atitude solene e uma certa dignidade que exigia a época. Entretanto, o parque não adiciona ao que é arquitetônico: o infinito se introduziu na composição, e assim foi possível que, exatamente com esse estilo de jardim, tenha se desenvolvido a moderna pintura paisagista, a arte de um Poussin e um Dughet.”¹¹ Isso não suprime, evidentemente, o domínio do arquitetônico. Pois nas mesmas conformações da arquitetura é possível encontrar muitas vezes casos de sobrepujamento da criação construtiva espacial em sentido estrito. Cabe pensar nos efeitos que produzem, cada uma em seu estilo, a cúpula de Santa Maria del Fiore de Florença ou a de São Pedro de Roma por sua maneira de “flutuar” por cima do oceano de casas das cidades quando são contempladas a grandes distâncias. Tais observações não são capazes de eliminar o fato fundamental desse tipo de jardim. Mostram simplesmente que a especificidade de uma missão social como a descrita penetra totalmente o jardim, transformando suas categorias ônticas em categorias estético-miméticas, sua generalidade e sua singularidade em particularidade estética, e, ao mesmo tempo, eleva as emoções suscitadas pelo todo a uma altura onde podem se ampliar e serem interiorizadas até o ponto de constituírem um “mundo”, um mundo do homem.

No entanto, ainda reconhecendo plenamente a natureza estética, a homogeneidade, a totalidade e a unidade artística das façanhas culminantes nos jardins seria um erro teórico ignorar que nem nelas pode desaparecer totalmente o paradoxo básico dessa arte, sua antinomia subjacente. Esta se manifesta, por uma parte, no fato de que a mesma subordinação total do mundo vegetal aos postulados arquitetônicos acaba muitas vezes por expressar seus próprios aspectos problemáticos. Sem dúvida, a abertura de margem para soluções favoráveis é maior do que um dogmatismo extremo pode postular. Especialmente no que tange aos jardins internos, relativamente pequenos, como, por exemplo, pátios adornados com plantas, no qual é

¹¹ *ibid.*, pg. 166.

perfeitamente possível a unificação dos princípios antinômicos em soluções afortunadas; uma velha árvore solitária colocada no meio dos caminhos de um claustro, por exemplo, pode perfeitamente erguer-se como parte do conjunto da arquitetura sem perder por isso sua essência orgânica vegetal; o pátio das murtas em Alhambra, Granada, é um belo exemplo de soluções deste tipo. A evolução do jardim barroco, principalmente na França, apresenta problemas muito mais difíceis de resolver. Marie Luise Gothein resume a concepção dos teóricos e práticos desta etapa do jardim dizendo que, ao contrário da “arquitetura mural italiana”, agora trata-se de conseguir uma “arquitetura vegetal”. A partir do ponto de vista estético essa mudança aponta para dois momentos principais. Em primeiro lugar, a formação do jardim barroco italiano em terraços é abandonada, e é preferido um terreno plano, ou no máximo com leve declive. É claro que com isso se perde o patetismo generoso da submissão da natureza às necessidades dos homens. Em segundo lugar, a construção de uma “arquitetura vegetal” já carrega consigo tendências de pequenez e arbitrariedade. Pois ainda que a violação do princípio vegetal seja muito mais crassa e que manifeste a mera inclusão de sua presença sob o poder do “muro”, falta nela, precisamente por isso, a tensão que tanto havia contribuído para a monumentalidade dos jardins barrocos italianos; e, precisamente, por esse motivo o domínio absoluto pode facilmente passar a ser mera artificialidade, a ser mero jogo, e às vezes sem qualquer tipo de transição.

Por outro lado - e nisso se manifestam as profundas peculiaridades da missão social - essa situação mostra que a fundamentação no comum e no geral sociais não pode ser tão sólida, óbvia e espontânea como na arquitetura, nem sequer nos jardins construídos com a mais pura inspiração arquitetônica. A partir dessa noção, se concentra nossa afirmação anterior, de que a margem para um *pathos* socialmente generalizador é muito mais estreita no jardim que na arquitetura. O perigo de escorregar e cair no puramente privado é muito mais iminente no jardim. Estudar detalhadamente tais diferenças seria impossível no enquadramento dessas páginas. Vamos nos contentar em indicar que a representatividade, mediada nas construções não puramente públicas pela elevação estética acima do nível privado, é quase sempre lábil, isto é, pode facilmente reduzir o nível real, representativo de uma efetiva generalidade social - ainda que a generalidade em questão seja convencional, limitada por estamento, etc., do ponto de vista da humanidade posterior - para diluir-se na satisfação puramente privada e sem significação. Esta afirmação tão geral vale sem dúvida tanto para a arquitetura quanto para o jardim. Mas nesta última, tal tendência ao que é meramente privado, ao puramente pessoal, se condensa em missão social que determina as formas muito mais facilmente que no caso da

arquitetura. A ampla monografia de M. L. Gothein apresenta muitos exemplos de como esses momentos definem já na Itália determinadas partes dos jardins nessa direção; assim nos fala de um caminho alto escondido por um certo jardim, os que nele se perdem, se veem de repente respingados com a água que cai do alto; ou de labirintos dos quais é impossível sair sem ajuda, etc. Esta tendência se intensifica no jardim francês; seus caminhos retorcidos entre árvores e arbustos retilineamente recortados suscitam frequentemente a impressão de que a missão social tenha apontado menos para o arquitetônico-estético do que para a formação de um bom ponto de encontro para numerosos casais. Essas tendências são facilmente registráveis em toda parte, como sinal de que a descrita antinomia do jardim segue de pé inclusive em seus tipos de orientação predominantemente arquitetônica.

Como sempre ocorre na esfera estética, aqui também se manifesta uma convergência notável, chamativa, mas de modo algum casual, entre as possibilidades oferecidas pela matéria à arte e ao caráter da missão social. Nesta arte vemos uma labilidade, uma intensa tendência de cair no meramente privado, a qual corresponde na matéria à dificuldade de inserir a existência orgânica do mundo vegetal, como totalidade relativa e singular, no enquadramento de uma homogeneidade estética. Parece claro que se trata do modo de uma manifestação polarizada de um fenômeno unitário, de uma mimese do metabolismo da sociedade com a natureza a um nível no qual são problemáticas as possibilidades de penetrar essas formações miméticas com os princípios da antropomorfização estético evocadora. Essa desvantagem estética se aloja tanto nas possibilidades de elaboração humana quanto nas do material elaborado, como fica claro quando se pensa que o metabolismo da sociedade com a natureza é o campo dessa subjetividade ativa e desse peculiar mundo objetivo, cuja íntima interação está fundada já no período pré-estético.

Já indicamos os princípios mais importantes do outro polo de nossa antinomia, de modo que nossa exposição agora só poderia enveredar para uma determinação mais precisa. Em sua concepção extrema, este ponto de vista (polo da antinomia) incluiria a exigência de que a atividade humana, o submetimento da natureza às suas necessidades, fosse eliminada completamente do que é proposto como jardim, parque, etc. Ou seja, certamente, impossível por princípio, pois contradiz as condições de existência do jardim, e justamente em decorrência de tal impossibilidade, junto com a citada exigência, se produz aqui o outro polo de nossa antinomia. No caso antes descrito, o outro polo nascia do fato de que as necessidades humanas reunidas e objetivadas no conceito de arquitetura eram demasiado estreitas ou demasiado

amplas para o material natural em formação do mundo vegetal, ou seja: do fato de que, no caso extremo, aquelas necessidades não podem “coletar” esse material, a não ser por meios arbitrários, violadores, ou não possam, em absoluto, captá-lo. No jardim própria do outro polo ocorre que a nova missão social, inteiramente contraposta à anterior, não é capaz de desenvolver a partir de si mesma critérios unívocos - nem sequer claros - para a dação de forma. Apelamos anteriormente a Julie de Rousseau, formuladora deste caso, que apresenta um duplo critério estético: por uma parte, diz que o jardim é o puro desdobramento autônomo da natureza; por outra parte e concomitantemente, diz que no jardim tudo está ordenado e conduzido por ela. É dessa condição que nenhum dos critérios já assim determinados seja capaz de uma concretização autêntica. Mas isso não se deve a qualquer confusão intelectual da argumentação rousseauiana. A descrição que é dada, por exemplo, por Home¹², mostra, deste ponto de vista, uma estrutura muito análoga: “Como a jardim não é uma arte inventiva, senão uma imitação da natureza, ou melhor, a própria natureza embelezada, procede necessariamente que tudo que for inatural tem de ser rechaçado com desprezo”.¹³ Mais adiante falaremos sobre o momento negativo da consideração de Home. No dado momento apenas importa registrar que o autor formula de uma só vez como tarefa unitária a imitação da natureza, a natureza própria e o seu embelezamento, sem sequer pensar na possibilidade de que essas três considerações sejam contraditórias entre si. Essa ingenuidade teórica precisamente no ponto decisivo, que descreve conceitualmente a essência do jardim, o que precisa distinguir entre sua forma esteticamente correta e as deformações do gosto, indica que na origem deste tipo de jardim e em sua fundamentação teórica atuaram forças sociais tão avassaladoras que eliminaram simplesmente toda prudência em refletir e toda preocupação com a clareza do argumento.

Tratamos anteriormente desta revolução dos modos emocionais e intelectuais da humanidade no que tange à música e à arquitetura. Aqui nos interessa explicitar nisso os traços específicos que caracterizam especialmente a natureza estética deste polo do jardim. Os dois motivos decisivos daquele momento de transformação estão intimamente enlaçados um no outro: o primeiro é a significação patética¹⁴ da natureza - da vida de acordo com a natureza e de sua violenta e polêmica contraposição com a artificialidade - que domina todos os aspectos da concepção de mundo da nova classe burguesa; o segundo é a ênfase, não menos patética, da justificativa própria do homem - independentemente de seu pertencimento a um determinado

¹² Henry Home, mais conhecido como Lord Kames (1696 — 1782)

¹³ Home, *Grundsätze der Kritik* [Princípios de la crítica], ed. alemana de 1772, Leipzig, II, pags. 487 s.

¹⁴ Relativa a *pathos*.

estamento -, a proclamação do valor próprio da personalidade, inclusive em sua singularidade natural, a conquista apaixonada de todo obstáculo oposto a seu ilimitado desenvolvimento. O elo ideológico entre ambas séries de temas - formulado, certamente, de maneiras diferentes e até contrapostos nas diversas etapas, pelas diversas correntes, etc. - é a convicção de que a simples eliminação das instituições, regras, etc., artificiais que imperam nas sociedades feudais-absolutistas sobre a vida inteira bastaria para que a natureza (e o homem com ela e nela) impusesse seus direitos em todos as áreas. Por escassa, e até contraditória, que pareça ser a conexão dessas tendências quando são pensadas teoricamente, são muito coerentes do ponto de vista do ser social. Pois em última instância carregam consigo a exigência de um desenvolvimento sem travas das forças produtivas desencadeadas pela ampliação e robustecimento de “ilhas” capitalistas presentes na sociedade feudal. O pressuposto imprescindível desse desenvolvimento é a eliminação dos obstáculos postos em seu caminho pela situação estatal e social. Mas quanto mais claramente se desenha essa unidade entitativa, mais se revela a ambiguidade das correspondentes determinações intelectuais que são chamadas a impô-la ideologicamente. A situação é ao máximo atrativa em relação ao conteúdo e ao âmbito do conceito de natureza; o patetismo unitário de seu conteúdo emocional esconde uma extraordinária heterogeneidade e até contraposição de seu conteúdo intelectual. Esta situação paradoxal se explica pelo fato de que o mundo “artificial” do absolutismo feudal difundia, naturalmente, pela totalidade da vida, suas próprias determinações e definições, não menos heterogêneas intelectualmente, mas também elas nascidas com necessidade do campo dos interesses e lutas de classe. Para a ideologia da classe ascendente estava ao seu alcance concentrar sua oposição universal a todo o sistema, formulando-a como uma contraposição entre “natural” e “artificial”.

A situação é facilmente perceptível no pensamento de teóricos dos jardins que partem desse novo mundo emocional e que, em sua generalização, não se limitaram ao âmbito técnico do jardim. Home, por exemplo, escreve o seguinte a propósito da utilização de ruínas artificiais nos jardins: “As ruínas devem ser criadas, segundo o estilo gótico ou o estilo grego? Afirmo que em estilo gótico. Porque com tais ruínas se contempla o triunfo do tempo sobre a força, que é um pensamento melancólico, mas não desagradável. Por outro lado, as ruínas gregas nos fazem pensar mais no triunfo da barbárie sobre o juízo, pensamento mais tenebroso e deprimente”.¹⁵ Se tomarmos essas palavras ao pé da letra, a atitude de Home como ideólogo da

¹⁵ *Ibid.*, pg. 493.

burguesia é manifesta e inequívoca. Se observamos, em contrapartida, uma orientação concreta sobre a estética prática da jardinagem - e essa é a pretensão de seu texto -, nos encontramos com sua ambiguidade. Pois a partir deste ponto de vista, deveria mostrar o critério segundo o qual é possível julgar que obra humana (ruína, águas, templo, obelisco, etc.) pertence organicamente a um jardim que represente o que é natural, mas que também é onde começa a arbitrariedade e a artificialidade, tão criticadas nos estilos de jardins do barroco francês e rococó. Home trata detalhadamente dessas questões, mas seus argumentos mostram claramente a incapacidade de penetrar teoricamente a questão até atingir um critério verdadeiro. Ao mesmo tempo que a polêmica é essencialmente social, guiada contra o tipo de jardim cortesão, a “inaturalidade” deste é explícita. Porém após Home decidir como deve ser, por exemplo, um circuito de águas adequado em um jardim “natural”, se suprime a questão óbvia de que algo assim sucede, pois corresponde a “natureza”; por isso aparecem juízos de gosto completamente subjetivos e arbitrários, como por exemplo, a tolerância por um animal parado e deitado que lança água, ao invés de um animal de movimento selvagem, etc. A coisa não é casual, já que esta íntima insegurança estética aparece em toda a teoria e a prática dos chamados jardins ingleses de um modo manifesto ou dissimulado. Essa incerteza se deve ao fato de que o conceito fundamental de natureza é tão geral e tão multívoco que se podem inferir dele, no interior de um jogo determinado por classe, qualquer consequência estética. Enquanto que o outro polo da antinomia aqui estudada, o do jardim arquitetônico, consegue chegar apesar de tudo, em casos felizes, a critérios esteticamente unívocos.

Tudo isso está intimamente relacionado com o segundo momento, a saber: com o fato de que a singularidade privada do homem é posta em primeiro plano. Basta para explicar esse fato, a circunstância de que o pensamento da época viu nessa singularidade, em seu peculiar modo de ser, como revelação a mais da natureza, da sua capacidade de se impor diante de toda convenção artificial. Não podemos aqui nos aprofundar na justificativa social e cultural e na problemática desse complexo emocional e intelectual. O que nos interessa é - estudando o aspecto estético do jardim - que com tudo isso a missão social que teve de cumprir essa arte que sofreu uma modificação essencial em direção às necessidades privadas. O paradoxo manifestado em nosso atual campo de estudo consiste precisamente no fato de que essas exigências surgem à jardinagem do modo mais puro e sem mesclas, enquanto que, por outro lado - e precisamente porque o jardim, como realidade, não pode expressar nada além de afirmação - as emoções suscitadas e, principalmente, as configurações formais que devem

evocá-las, precisam carecer da tensão, das contradições com a sociedade levadas até o ponto trágico ou satírico, que a arte nascida desse solo, dessa problemática, costuma tão frequentemente elevar até uma grandeza excepcional. Pense nos grandes romances da época, desde *Moll Flanders*¹⁶ até o *Werther*¹⁷, e terá uma clara ideia da riqueza e profundidade implícitas neste ciclo temático imposto pela evolução histórica-social. Para consegui-las, no entanto, é imprescindível - como se demonstrou em outros contextos - o reflexo da enredada dialética que produz o desenvolvimento da particularidade do homem na sociedade, a luta dessa singularidade com as velhas e novas normas da ética, da moral, dos costumes, etc., a aparição de sua contraditoriedade interna como um momento simultaneamente justificado e carente de superação na vida humana. A natureza do jardim, tal como a da arquitetura, exclui a limine o questionamento de tais problemas; por isso a singularidade não pode constituir-se enquanto forma, senão como ser afirmado. Assim aparece em sua forma mais pura, como ser afirmado da nova classe. Por isso resulta que, precisamente no jardim inglês, esta nova forma de existência tenha sido objetivada, por assim dizer, de uma vez, na imediata criação de um gênero, enquanto que para muitas outras artes fez falta percorrer um caminho difícil e frequentemente longo, estabelecer uma luta carregada de problemática para poder dar uma forma adequada e artisticamente valiosa aos novos sentimentos. Se lembramos aqui da exposição das consequências dessa evolução no caso da arquitetura, teremos que comprovar também uma diferença decisiva, a pesar de todo parentesco nos últimos fundamentos. A veemência e a linearidade com que se realizou uma objetivação da mais imediata singularidade privada no jardim é ao mesmo tempo a raiz mais profunda da insolúvel problemática dessa realização.

É evidente que aquelas exigências se dirigiram também à arquitetura. Bacon escreveu: “As casas são construídas para que se viva nelas, não para serem contempladas”¹⁸. No entanto, como vimos antes, essas tendências se impuseram na arquitetura paulatinamente também, e, portanto, não se desenvolveram a não ser mediante uma profunda crise. A natureza do jardim possibilitou uma vitória imediata e completa dos princípios da privatização como missão social. Por isso as contradições imanentes a essa posição entram em ação imediatamente. Por um lado, expressam desde o início com toda clareza o elemento revolucionário da luta da burguesia pelo

¹⁶ *Moll Flanders* (A vida amorosa de Moll Flanders em português) é um romance do escritor inglês Daniel Defoe (1660-1731) escrito em 1722.

¹⁷ *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774) é um romance de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832).

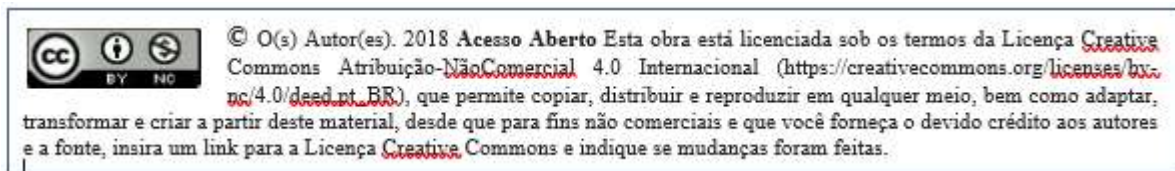
¹⁸ Francis Bacon (1561 - 1626) foi um político, filósofo, cientista, ensaísta inglês. É considerado como o fundador da ciência moderna.

poder; por outro lado, o fazem de tal modo que a transformação radical rompe ao mesmo tempo o fio essencial dessa radicalidade. O fato de que a corte de Versalhes se rendesse diante da nova tendência no Petit Trianon, ou de que os parques dos pequenos principados alemães se “anglicizassem” rapidamente, indicam sem dúvida, vistos desde uma perspectiva histórica ampla, uma inserção dos princípios burgueses, um sinal claro de quão intensamente se haviam impostos, antes mesmo de sua vitória definitiva, no campo inimigo. Mas - e nisto é revelada a íntima vinculação da confusão do conceito de natureza com a tendência privatizadora - se impuseram como expressão do meramente privado dentro da cultura absolutista feudal, como intensificação da arbitrariedade, da brincadeira e casualidade deste tipo de jardim. Por isso não é casual que começasse logo, e precisamente a partir do lado burguês, uma defesa irônica contra esses fenômenos. Tampouco pode ser que nossa tarefa seja entrar em detalhes neste sentido. Bastará apelar a Goethe, que já em “Triunfo do sentimento” se ludibriou do nascente sentimentalismo “jardinesco” e resumiu mais tarde, em suas anotações incompletas sobre o diletantismo, o negativo dessas tendências, do seguinte modo: “Nulidade da fantasia e do sentimento. O real é tratado como obra fantástica”. Ao que adiciona o seguinte comentário: “[A aficção diletante no jardim] diminui a sublimidade da natureza e a destrói ao imitá-la”.¹⁹ (Na última seção deste capítulo falaremos dos aspectos positivos - e essencialmente não estéticos - do diletantismo, que são muito importantes para captar o sentido do conjunto das considerações de Goethe.)

Se já no período da Revolução Francesa, quando a justificativa da luta era ainda uma parte do programa revolucionário da classe burguesa, essas forças do privado, dissolutórias do estético, foram tão intensas, como visto antes, que entende-se que depois da vitória dos modos burgueses de vida sobre os do absolutismo feudal, a força do privado, destruidora de modelos, se impôs de forma ainda mais enérgica. Também aqui nos limitaremos a esclarecer o essencial para nós dessa situação com apenas um exemplo. É uma tendência geral do século XIX a substituição do comportamento sentimental com relação à natureza - comportamento no qual havia ainda componentes revolucionários - pelo domínio do estado de ânimo, do comportamento passivo. Certamente não fará falta argumentar que com isso a missão social do jardim se dissolve ainda mais em uma indeterminação sem contornos, sobretudo se levamos em conta a eficácia do princípio do “estado de ânimo” na destruição de formas firmemente muito

¹⁹ GOETHE, *Über den Dilettantismus [Sobre el diletantismo], Werke [Obras], edición de Weimar, I. Abteilung [1.ª sección], XLVII, págs. 300 y 310*

mais consolidadas. O ensaio de Hofmannsthal²⁰ sobre os jardins oferece uma excelente imagem condensada desta situação. É notável que ele também elimine por completo, com toda consciência, as determinações objetivas do jardim, para fazer caber no discurso uma tônica puramente subjetiva. Por isso diz com muita consequência: “Um velho jardim sempre tem alma. Basta deixar silvestre um jardim sem alma para infundir nele uma”.²¹ Este caso extremo, no qual a autodissolução das categorias estéticas construtivas se converte em fundamento do estado de ânimo desejado, é apenas a culminação da concepção global de Hofmannsthal. O poeta não vê no jardim uma realidade, uma ação do homem na qual a subjetividade deste solicite uma objetividade de validade geral - como pensavam os teóricos e jardineiros dos jardins paisagísticos do século XVIII -, e sim uma pura expressão subjetiva da individualidade privada, a qual, segundo sua concepção, faz que solicite assim uma situação histórica. Por isso diz: “Aquele que constrói um jardim hoje...tem que expressar uma época tão curiosa, tão misteriosa, de tanta vibração interna como jamais houve, uma época infinitamente carregada de referências, uma geração cuja sensibilidade é infinitamente incerta, e ao mesmo tempo fonte de dores desmedidas e felicidades incalculáveis. De algum modo precisará escrever, ao plantar esse jardim, sua biografia muda, como a escreve com a disposição dos móveis em suas casas”.²² Sem dúvida não é casual que com as palavras de Hofmannsthal este complexo de problemas ressoe ao final como os do artesanato artístico: tais ordenações ou disposições de objetos fabricados ou naturais parece evocar algo análogo ao estético, não é um “mundo” que se defronta substantivamente ao sujeito receptor, um “mundo” fechado em si, como o da obra de arte, e sim a atividade, eficaz no mundo objetivo, de um sujeito privado, cujas pegadas fossilizadas não podem objetivar-se a não ser como pegadas dessa singularidade privada.



²⁰ Hugo Laurenz August Hofmann, Edler von Hofmannsthal (1874 - 1929), foi um escritor e dramaturgo austríaco. Hofmannsthal alcançou prestígio internacional graças a sua colaboração com o compositor e maestro alemão Richard Strauss.

²¹ Hofmannsthal, O contato das Esferas, Berlim, 1931, pg 29.

²² *ibid.* pg. 31.

----- *Entrevista* -----**Entrevista com Susana Cazzaniga**

ENTREVISTADORAS:

Carina Berta Moljo

Faculdade de Serviço Social - UFJF

Katia Marro

Faculdade de Serviço Social - UFFRío das Ostras

Maria Lúcia Duriguetto

Faculdade de Serviço Social - UFJF

Entrevista realizada a Susana Cazzaniga (Professora da Universidade Nacional de Entre Rios, Argentina). Atualmente, a Professora está aposentada mas continua ministrando Cursos de Pós-Graduação em diversas Universidades da Argentina e da América do Sul. Entre suas publicações podemos destacar: *Intervención profesional: legitimidades en debate org (2006) Ed Espacio, Buenos Aires, Argentina; Hilos y nudos. La formación, la intervención y lo político en el Trabajo Social (2007) ed. Espacio, Buenos Aires, Argentina.; Derechos, políticas sociales y problemáticas contemporáneas. Debates desde Trabajo Social org. (2014) Ed EDUNER, Entre Rios, Argentina.*

A entrevista foi realizada em agosto de 2019 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pelas docentes Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (Professoras da Faculdade de Serviço Social da UFJF) e Katia Marro (Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras). As docentes são, respectivamente, membros dos subgrupos de pesquisa “*A Reconceituação na Argentina*” e “*A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Chile e na Argentina, no período de 1960-1980*”, que compõem o Projeto de Pesquisa “*O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*”, coordenado pelas Professoras Marilda Vilella Iamamoto (Professora Visitante da Faculdade de Serviço Social da UFJF) e Claudia Mônica dos Santos (Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF).

Na Argentina, a conturbada conjuntura que se delineia a partir dos anos 1960 ao golpe civil-militar de 1976 é marcada por uma intensificação das lutas e do crescimento das organizações das classes subalternas que vão impactar a configuração dos regimes políticos e, por mediações acadêmicas e de militância política, os processos de tensionamento do Serviço Social com seus aportes teórico-metodológicos e ético-políticos conservadores.

O crescimento das lutas de classe se relaciona não apenas com a “resistência Peronista” (principal expressão política da classe trabalhadora, que cresce com a proscrição do Peronismo desde o ano 1955), mas também com a radicalização de uma “nova” classe trabalhadora. Esta dará vida a um novo e combatente movimento operário e sindical (com tendências classistas e do Peronismo combativo), que protagonizará rebeliões populares de envergadura como o Cordobazo e o Rosariazo, de 1969, que marcariam uma inédita aproximação das organizações operárias com o movimento estudantil. Neste período, observa-se também a multiplicação de uma miríade de organizações que vão encorpar a militância das classes subalternas sob os influxos de uma *nova esquerda* que reivindica o guevarismo; o socialismo de libertação nacional; o anti-imperialismo, etc. Dentre as principais organizações armadas devemos destacar os Montoneros¹, de filiação peronista, e PRT-ERP, de filiação marxista². Especificamente no interior do movimento Peronista e em função das relações contraditórias com o seu líder, Perón, assiste-se a uma diversificação organizativa que atravessa a realidade partidária, o movimento estudantil, os movimentos territoriais e os sindicais. A chamada “tendência revolucionária do movimento Peronista” compreendia desde os Montoneros ao conjunto de organizações como a Juventude Universitária Peronista (JUP); a Juventude Trabalhadora Peronista (JTP); a União de Estudantes Secundários (UES); a Agrupação Evita; o Movimento de Inquilinos Peronistas (MIP), dentre outros.

A dinâmica desta configuração organizativa dos “de baixo” vai impactar profundamente o Serviço Social argentino, cujo vínculo de seus segmentos profissionais, acadêmicos e estudantis com as lutas sociais se estabelecerá pela *via privilegiada da militância política e/ou universitária*, que trará mudanças significativas nos referenciais teórico-políticos, na formação

¹ Outras organizações armadas, como as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e as Forças Armadas Peronistas (FAP), confluirão com Montoneros em '73.

² O PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) será fundado em 1965, incorporando-se à IV Internacional. Identificado com o processo revolucionário de Cuba, com influências indoamericanistas e antimperialistas, incorpora um marxismo com uma perspectiva latino-americanista e uma forte herança guevarista. No seu processo de desenvolvimento, observam-se mudanças prático-políticas (também em função das influências maoístas, trotskistas e leninistas), como a fundação, em 1970, do seu braço armado, o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

e no trabalho profissional. Este processo expressará a particularidade do Movimento de Reconceituação na Argentina, que se materializou, para além da sintonia de segmentos da profissão com as lutas e organizações das classes subalternas, em riquíssimos processos formativos (reformas curriculares e reorganização radical das políticas e práticas dos estágios).

Segundo Moljo (2005, p. 291) “a aproximação ou a confluência entre a militância e o Serviço Social gerou um ‘novo perfil de profissional’, comprometido com a realidade social”. Não obstante as inúmeras contradições deste período, este indubitável enriquecimento se relaciona com a politização da profissão ao calor dos acontecimentos históricos; com a descoberta da sua dimensão socioeducativa; com os questionamentos acerca da função social da profissão na reprodução dos conflitos de classe; com a busca por uma maior qualificação e uma formação profissional mais rigorosa e atenta às particularidades do país; e com a interlocução com novas referências teórico-metodológicas.

O desfecho deste período histórico se desenvolve no contexto de avanço de uma contrarrevolução preventiva no continente e dos projetos de articulação continental da contra-insurgência (retratada no plano Condor) para frear a radicalização dos conflitos de classe pela imposição de regimes ditatoriais e a implementação de políticas econômicas para “restaurar” o capitalismo em crise. Trata-se do sanguinário golpe civil-militar de março de 1976, que instaura uma ditadura civil-militar que perdurará até 1983. Articulando diversos setores das classes dominantes e dos “aparatos privados” e “coercitivos” do Estado (Igreja, Judiciário, aparatos repressivos), instalou-se o terrorismo de Estado que produziu o assassinato e a desapareição física de uma geração de militantes sociais (em torno de 30 mil desaparecidos). A Argentina seria, conjuntamente com o pioneiro Chile, expressão exemplar da implementação, no continente, da política de ajustes econômicos e sociais segundo a cartilha do receituário neoliberal.

É este contexto histórico dos conflitos de classe e da relação que com ele estabeleceu o Estado que situa-se a particularidade do Movimento de Reconceituação do Serviço Social argentino. É a memória ativa deste período que será descrita nesta entrevista. A Professora Cazzaniga estudou Serviço Social na Escola de Serviço Social de Santa Fé e participou ativamente da vida estudantil, acadêmica e política deste período, militando nas fileiras do Peronismo. Com a instauração da ditadura civil-militar, passou a viver na clandestinidade, retomando à vida pública somente pouco tempo antes do retorno do regime democrático, em 1983.

A entrevista está em espanhol e se compõe de conteúdos selecionados pelas entrevistadoras. Iniciamos sua exposição pela caracterização panorâmica da vida estudantil.

Entrevistada: Recuerdo que en el setenta y tres tuvimos la elección del centro de estudiantes; yo iba candidata a presidenta, salí presidenta del centro de estudiantes y mi oponente era una compañera que ahora está desaparecida que era del ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo) [...]. Entonces, en la escuela tenías un poco de izquierda, pero mucho de esta concepción que era el Peronismo, el Peronismo Revolucionario de la mano de la Teología de la Liberación (no había ahí muchas diferencias). Los “estágios” (prácticas pre profesionales) se hacían en los barrios, y uno de ellos, de los más importantes era “Villa del Parque”, donde el sacerdote era de los “curas obreros” de la Teología de la Liberación, del grupo de los Sacerdotes por el Tercer Mundo, movimientos que adherían al Peronismo y en los que muchos de sus miembros se vincularon rápidamente a “Montoneros”. Lo mismo pasaba en la escuela, [...], muchos nos incorporamos a esta organización, otras al ERP, pero había un grupo que no tenía esta vinculación de militancia política, estudiantil, pero que acompañaban, acompañaban en el tema de ir a las marchas, de ir a las asambleas y demás, eran épocas donde la participación era masiva. Pero en la medida en que empezó la represión y demás, también estos grupos se fueron quedando a un costado. Respecto a la escuela y sus docentes y graduados cuando en el setenta y tres, sube Cámpora³ y en varios lugares asumen peronistas, hay un llamado a las colegas, que se insertan en la municipalidad, algunas ya venían y otras se insertan [...] Ellas ingresan, presentan todo un plan de trabajo - porque también previo, o sea durante toda la campaña se habían formado los equipos técnicos para discutir políticas para el nuevo gobierno. [...] El tema es que entonces están un tiempo, y rápidamente se las sanciona y se las manda a actuar como guías de tránsito [...]. Por estas posiciones que llevaban respecto de cómo tenía que ser el trabajo en los barrios [...] que fue poco lo que, digamos, se pudo hacer [...]. Hubo ahí una apuesta a un gobierno que teóricamente era la transición para la liberación nacional y social ¿no?. Entonces se planteaba la posibilidad, pero rápidamente queda claro que eso es medio imposible, y ahí también rápidamente empiezan las discusiones acerca de si corresponde o no corresponde estar trabajando en las instituciones. Los que se van de las

³ Refere-se ao governo peronista de Cámpora em 1973, que antecede o retorno ao poder do Perón que se encontrava no exílio desde 1955 [Nota das entrevistadoras].

instituciones y los que dejan la profesión, son los que más están vinculados, quizás a la lucha armada, los más radicalizados. Hay compañeros y colegas que siguen en la institución teniendo posturas críticas, pero sosteniendo la necesidad de seguir ahí. O sea, uno puede hablar de muchas compañeras que incluso permanecieron durante la dictadura, y no por eso se las puede considerar que hayan sido “aliadas” de la dictadura; hicieron sus resistencias como pudieron [...].

Trabajo Social de la provincia de Santa Fe tiene toda una producción muy importante desde que se inaugura la escuela en el año 1943, y había alcanzado en los años sesenta, una formación muy rigurosa, muy rigurosa. Por supuesto, funcionalista, positivizada, pero era una formación rigurosa. Teníamos una materia que se llamaba estadística, [...] en segundo año teníamos una disciplina de investigación y hacíamos trabajo de investigación de campo, un trabajo de relevamientos barriales [...]. Esta escuela se plantea la necesidad de dar cuenta en su currícula de los derechos del hombre [...]. Ahí había una formación, una apuesta, una profesión, que se pensaba como una profesión que podía hacer muchas cosas. Creo que eso también es base para que en esa Reconceptualización, se pudieran dar determinadas discusiones. Yo recuerdo que nosotros, una de las cosas que más solicitábamos era que haya más marxismo, que se puedan discutir otras cosas; que la antropología, sea una antropología cultural; que no teníamos filosofía, que queríamos filosofía. Muchas de nuestras formaciones las hacíamos en la escuela de formación política, nuestra organización⁴ tenía una escuela de formación, e íbamos a clases los sábados en la mañana, y teníamos como un programa de estudio, que hoy podríamos llamarlo de “Teoría Social”, donde ahí discutíamos Marx. Me acuerdo que yo ahí leía a Marcuse, a Adorno, Mao. [...] Esa formación la llevábamos, [...] cuando debatíamos con los profesores, debatíamos con ese bagaje teórico [...]. Y nos posicionábamos, y siempre pensando en que tipo de profesión queríamos. Era constante la discusión “¿el para qué de la profesión?, entonces, la identificábamos como una profesión del sistema capitalista, que, de acuerdo al mandato capitalista, era una “aspirina” que sólo daba respuestas coyunturales. Me acuerdo que se usaba mucho el concepto de “aspirina” [...]. Además teníamos el ejemplo de Chile y teníamos también el ejemplo de Cuba; nosotros estábamos preocupados porque Cuba había sacado Trabajo Social, pero teníamos a Chile ahí que, las trabajadoras sociales participaban activamente de las políticas chilenas. Entonces, nosotros decíamos que, llegado el socialismo nosotros íbamos a defender; teníamos una profesión [...] íbamos a participar en la planificación

⁴ A professora Susana integrava a JUP (Juventude Peronista) e Montoneros [Nota das entrevistadoras].

de las políticas sociales, íbamos a tener otro lugar, íbamos a acompañar; porque esta cuestión lo íbamos a defender, que esa profesión era posible en el socialismo [...]. Santa Fé en todo ese momento, digamos, nunca perdió de vista la necesidad de la formación teórica [...]. No es que uno desestimaba la teoría [...] lo que pasa es que terminaba siendo una cuestión basista, porque, bueno también hay esto que vos decías, como una confusión entre militancia y profesión. Yo en Santa Fé, yo digo que hay una confusión militancia-profesión.

Entrevistadoras: *¿Te puedo ir haciendo algunas preguntas?*

Entrevistada: Si, por supuesto.

Entrevistadoras: *Quería que vuelvas sobre algunas cosas. En relación a esta cuestión profesión-militancia, me dio la sensación que en algunos casos había.... claro eso está totalmente compenetrado y no es exclusivo del trabajo social. Estudiantes de Arquitectura se iban a los barrios a vivir también, había abogados que lo hacían, entonces, eso tiene que ver mucho más con la entrada de la profesión a la Universidad y la convivencia con la vida universitaria, que una cosa que surgió de la cabeza de un movimiento estudiantil o de los docentes ¿no? No es exclusivo del trabajo social. En algunos casos, me parece que hay una relación de superposición, de mezcla; en otros de paralelismo, sobre todo para quien entraba en la clandestinidad, entonces se ven muchas situaciones; sobre todo en las entrevistas, se ve “no, yo iba a la institución y hacía eso”, “iba al barrio”; o sea, como que hay situaciones diferentes.*

Entrevistada: Si, ha pasado.

Entrevistadoras: *Parecen situaciones bien diferentes y heterogéneas en relación a como se daba la relación profesión-militancia, porque para nosotras “la militancia no es un problema”, todo lo contrario, la reivindicamos; entonces, el tema es que la forma que eso tomaba tiene la cara de los tiempos, de las épocas ¿no?*

Entrevistada: Si, si, si, si, por supuesto, yo creo que en esta cuestión de los estudiantes.... esto estaba, digamos, en todas las carreras. Nosotros decimos que la Reconceptualización no es algo propio del Trabajo Social, sino que en ese momento la mayoría de las disciplinas entran a repensarse en muchas cosas y tienen todas estas aristas de politizaciones muy fuertes. Insisto con esto, quizás al principio del gobierno de Cámpora, está esto de la posibilidad, la apuesta a que podemos hacer algo. Luego, me parece que se da este

tema de “a dos aguas”, esto de hacer algo en la institución, y la militancia por otra parte. Y ahí también se da dejar la profesión, dejar la profesión porque no se llega a nada con la profesión; lo único que digamos, se sigue planteando. Pero, por ejemplo, en la tesis de Raquel Negro⁵ (son cuatro las que hacen esa tesis, de las cuales dos están desaparecidas), ellas hacen la tesis rápidamente, rápidamente porque el tema era que se tenían que ir de Santa Fé, y entonces la idea era llevarse el título por si tienen que trabajar en alguna parte, como una estrategia, no porque hayan estado pensando en la profesión, sino más como una estrategia, incluso si se iban del país. Pero pensando más en esta cuestión de la militancia [...]. Entonces, estaban clandestinas, clandestinas, ni siquiera podían estudiar. Pero en ese momento ya, yo creo que a partir de mediados del setenta y cinco que empieza la represión muy fuerte, fundamentalmente en la universidad, aunque el gobierno sea democrático. Frente a esa represión, digamos, ya no se daban esas discusiones tan profundas acerca de la profesión, sino que ya eran cuestiones más “como nos defendemos, como sobrevivimos” ¿no?

Entrevistadoras: *Se acelera la coyuntura...*

Entrevistada: Sí, todo, todo, todo. El movimiento estudiantil Santafecino, la hegemonía por supuesto, la tenía el Peronismo ¿no? En ese momento era la Juventud Universitaria Peronista. Estaban los radicales nucleados en la Franja Morada, el PCR (Partido Comunista Revolucionario), y bueno, el PC (Partido Comunista), y después había grupos un poco más anarquistas o grupos más pequeños, más trostkistas. Eso en términos de agrupaciones universitarias, agrupaciones de estudiantes universitarios. Según las carreras, había más en uno que en otro ¿cierto?. [...] Todo lo que era profesorado en ese momento, era hegemonía peronista; arquitectura: hegemonía peronista; ciencias económicas estaban más mezcladitos, pero había mucho también de la JUP.

Entrevistadoras: *Todo era JUP, todo era tendencia revolucionaria del peronismo.*

Entrevistada: Sí [...]. Nosotros, por ejemplo, éramos escuela terciaria no universitaria, pero estábamos incorporados al movimiento estudiantil universitario e íbamos al comedor estudiantil; que era el gran centro de difusiones. Entonces, ese punto me parece que es interesante (esta es una relación que hago yo, podríamos hacer un grupo focal y discutir con las

⁵ Raquel Negro es una colega desaparecida que al momento de su captura estaba embarazada de mellizos. Los niños nacieron en cautiverio, la niña recuperó su identidad en el 2012 y su hermano sigue desaparecido [Nota da professora Susana Cazzaniga].

compañeras de aquel momento): a mi me parece que a partir del setenta y seis, ya no hay discusiones, o sea, lo que queda en la escuela queda con mucho terror, mucho susto ¿no?. Entonces hay toda una cuestión de parálisis. Por ejemplo, hay un caso en el setenta y seis, un caso emblemático de una compañera que estudio trabajo social, y la matan en un colectivo cuando va a clases; y entonces, iba con otras compañeras, y las compañeras llegan manchadas de sangre a la escuela. Entonces, esto era una cosa intolerable, o sea, era muy, muy fuerte. Yo decía, los que estábamos muy perseguidos, nos fuimos y el resto quedó, quedó como paralizado; ahí tenemos que sobrevivir como podemos ¿no? [...] A la escuela de Santa Fé no la cierran, pero la van vaciando, la van vaciando, la van vaciando; y fundamentalmente la van vaciando de ese contenido teórico, por supuesto político, pero el contenido teórico no vuelve a ser lo mismo que antes, en los años sesenta.

Entrevistadoras: *Me llamó mucho la atención el tema de los planes de estudio, me llamó mucho la atención la riqueza del proceso de construcción y el protagonismo impresionante del movimiento estudiantil, que “ponía profesores”, “sacaba profesores”, pero un protagonismo que democratizó mucho la universidad argentina. Quería preguntarte por las influencias teóricas, porque otras de las grandes frases generalizadoras que para mí deja mucho en la invisibilidad, es esto de que “no se leían las fuentes”, “es una apropiación mecanicista”. Si, es posible, pero no es eso solamente, se leían las fuentes. El “latinoamericanismo” me llamó mucho la atención, marcando por ejemplo, un debate con Frantz Fanon, debates que hoy llamaríamos descoloniales. Todo esto está atravesado por la llamada Nueva Izquierda y los debates que es una otra lectura del marxismo más humanista, Guevara pensando en el hombre nuevo, etc.*

Entrevistada: Nosotros en Santa Fé, justamente porque teníamos esta influencia de la Teología de la Liberación [...] lo que fue fuerte fue este tema del “latinoamericanismo” [...]. Todo lo que sea “tercer mundo”. Entonces Fanon viene por el lado del tercer mundo. Y todo este tema de lo que significa la cultura popular, la educación popular [...]. La escuela de Santa Fé estuvo cerrada, o sea, no dio clases durante un semestre completo, porque todos estábamos abocados a la reorganización, la reformulación del plan de estudios. Nosotros habíamos hecho comisiones, donde participábamos los estudiantes, docentes, los dirigentes, digamos, de la escuela, y los graduados. [...]. Y ese plan de estudio, que vos sabes que no se encuentra [...] pero era un plan de estudios de alto nivel académico donde si vos ves el contenido en bibliografía, de ninguna manera podés estar pensando que era una formación practicista. Lo

que pasa es que se puso en práctica y llegó el golpe, y se volvió al plan anterior. Todo lo que nosotros discutíamos en las escuelas de formación, las lecturas que teníamos en la militancia la llevamos, para pensar en una formación diferente de los trabajadores sociales ¿no? Entonces había materias muy, muy interesantes y bueno en esto, los autores; y bueno; insisto, estoy repetitiva quizás, pero el tema, por ejemplo, de leer a Fanon, de leer...

Entrevistadoras: ¿Gramsci leían?

Entrevistada: No, Gramsci no. Si “Escuela de Frankfurt”. Fundamentalmente Adorno y Marcuse. Porque bueno, todo el tema del “hombre unidimensional”

Entrevistadoras: *Háblanos de las prácticas pre-profesionales, de los “estagios”. Eso aparece muy fuerte en la literatura; el protagonismo del movimiento estudiantil fue fuertísimo. Una de las grandes rupturas es producto del vínculo directo de la profesión con las luchas y los territorios donde los trabajadores y los segmentos subalternos están, y esto impactando en la reformulación de las prácticas pre-profesionales. Aparece mucho el trabajo en las villas, en los sindicatos... la efervescencia impresionante que existía de esos ámbitos ¿no? Los sindicatos atravesados por la CGT (Central General del Trabajo), CGTA (Central General de los Trabajadores Argentinos), en fin, un sindicalismo más clasista; toda esa enorme transformación. Pero ese vínculo muy fuerte y aparecen también nuevas atribuciones para la profesión, ¿no?. Competencias nuevas, las habilidades; esto de conducir asambleas, de mapear los territorios. Uno de los textos hablaba de “medir el nivel de consciencia de clase”. Independientemente de la terminología utilizada, esto de mapear los territorios, o sea, un grado de conocimiento de las condiciones de vidas, de las representaciones sociales [...]. Experiencias concretas de trabajo, o sea, toda una serie de atribuciones y competencias profesionales, habilidades, formas de trabajar, que fueron aprendidas por ese contacto real con las luchas. Y las prácticas pre-profesionales allí, la reformulación de las prácticas fueron centrales.*

Entrevistada: El tema de las prácticas [...] incluso antes de la reforma del plan de estudios fue una de las discusiones más grandes que teníamos [...]. Cuando yo ingreso; si mal no recuerdo, las practicas estaban organizadas por caso, grupo y comunidad. Y primer año era reconocimiento de recursos; que en realidad yo siempre digo “hoy deberían nuestros estudiantes tener el reconocimiento de recursos”, o sea, íbamos a lo que había de propuestas de las políticas sociales, instituciones para responder a tales problemáticas. Eso era el primero año y después

era caso, grupo y comunidad. Año setenta y dos [...]. Entonces, el punto es que lo primero que nosotros planteamos fue esto ¿no? “Nosotros queremos ir al barrio”, “nosotros queremos ir al barrio”, “queremos ir al barrio”; fue todo una pelea muy fuerte ¿viste?, muy, muy fuerte con nuestras supervisoras de primer año y de segundo año; nosotros queríamos otra cosa. Y yo recuerdo, que fuimos al barrio; siempre me acuerdo fue tanto esto de “no queremos hacer caso”, “queremos ir al barrio”, que una supervisora lo consiguió. Y la experiencia fue muy dramática si se quiere, porque la gente nos echó, nos echó. Dijeron que no querían ser “conejos de indias”.

Entrevistadoras: *¡Excelente!, el grado de politización de la población...*

Entrevistada: Era impresionante. Entonces, imagínate nuevamente reflexión sobre el trabajo social (risas) “¿Qué hacemos?” [...]. También significó volver y discutir. Bueno, vamos a seguir hasta que cambiemos el plan de estudios. [...]. Fue toda la época en la que echamos docentes. [...]. Ya después en el setenta y cinco, cuando cambiamos el plan de estudios, no me acuerdo como estaban organizadas las prácticas, honestamente [...]. Hasta ese momento, nosotros no teníamos práctica en sindicatos; no, teníamos contactos políticos con los que llegábamos. Pero no teníamos práctica en los sindicatos. Yo por ejemplo, mi compañero era sindicalista, por lo tanto, yo lo acompañaba al sindicato y trabajaba con las esposas de los sindicalistas y ahí ponía en juego quizás, cosas que sabía del trabajo social.

Entrevistadoras: *A través de la militancia.*

Entrevistada: Si, si, si, si ¿viste? Hacíamos todo ese tipo de trabajo, pero no era que hacíamos práctica en los sindicatos. Lo que no recuerdo, era si no lo habíamos incorporado al plan de estudios. [...] Las cuestiones de las prácticas, era fundamentalmente la cuestión barrial, territorial, con los pobladores. Habíamos planteado en la reforma, me parece, trabajar, avanzar sobre los sectores de las huertas que están al norte de Santa Fé en Recreo, trabajar en la zona de huertas; o sea, como el cordón periurbano de la ciudad que era... no llegaba a ser urbano, tampoco rural. Pero estábamos vinculados a todo lo que sea lo barrial y el movimiento “villero”. [...] Las ligas agrarias están muy relacionadas con el tema de los Sacerdotes del Tercer Mundo, y ahí en el norte de la provincia de Santa Fe, esa zona donde había una institución llamada Incupo, que era de esta institución de educación popular que llegó en aquella época [...]. Era una organización que hacía trabajos en terreno, hacía educación popular [...]. Las prácticas eran fundamentalmente en los barrios. Y con esta cuestión de irnos a vivir a los barrios, eso también

era bastante común.

Entrevistadoras: *Susana, siguiendo con la universidad y las practicas pre-profesionales. La universidad argentina, claro, es una universidad reformista, es una universidad que pioneramente a principios del siglo veinte ya viene atravesada por procesos de democratización importantes o críticas a la meritocracia. En los setenta esto se radicaliza mucho; ayer hablábamos sobre la participación de los estudiantes en los concursos docentes. A partir de la investigación, nos quedamos con la sensación, de que el movimiento estudiantil, específicamente del Trabajo Social (pero no exclusivo de él) en los años setenta consiguió radicalizar esta democratización de la universidad, criando o recreando una cultura política, un tipo de relación entre profesoral, profesor-alumno, una forma del alumno pararse en relación a su formación profesional, con protagonismo, con autonomía, que inclusive la dictadura no consiguió desterrar. Entonces, hablamos de la riqueza de ese momento democrático, de experimentar ese protagonismo en la formación, en la vida universitaria.*

Entrevistada: Si, si, sí. Yo no sé si le daría el nombre de democrático, no porque no lo fuera, sino porque me parece que no era el concepto nuestro en ese momento. [...] Vos fijate que nosotros éramos una escuela, que no éramos universitaria. Sin embargo, nuestras posiciones eran asimilables a todo lo que era la vida universitaria. Y justamente en ese sentido fue toda la lucha que también tuvimos en esa época para el pase a la universidad.

Entrevistadoras: *¿Y pasan o no pasan? Ahora, ahora. Hace poco, fundan la facultad.*

Entrevistada: Si, dos mil diez, hace nueve años [...] Ahora, el tema es el siguiente, las dos escuelas de la provincia, una en la ciudad de Santa Fe y otra en la de Rosario; según lo que estoy rastreando de la historia allá al inicio, las dos escuelas empiezan la lucha por el pase a la universidad, ya en los principios de los cincuenta. Hay cartas, porque además hay mucho movimiento; por eso digo que hay cuestiones que son sedimentos, que van quedando, o sea, en los sesenta, hay sedimentos de luchas muy fuertes que también explican esto, que no se puede apagar totalmente. Te reprimen y demás, pero hay cosas que quedan como sedimentos [...] En el cincuenta y seis, creo, si no estoy equivocándome, el consejo superior de la Universidad Nacional del Litoral, dice que se crea la escuela de Servicio Social en ese ámbito, pero nunca se puso en vigencia por falta de presupuesto, o sea, hay una larga lucha. En el setenta y tres, nosotros retomamos esa lucha; en Santa Fe y Rosario en Rosario, o sea, fue retomada, pero teniendo en cuenta que había estas otras luchas atrás. Y nos movilizamos como movimiento

estudiantil. Fueron de las reivindicaciones del movimiento estudiantil. [...]. El pase a universidad con mucha militancia, con mucha lucha al respecto; acompañados por el movimiento estudiantil universitario, o sea, hicimos marchas acompañado con el movimiento universitario. [...]. O sea, por un lado el sedimento, y por el otro lado, el punto histórico; yo creo que a nosotros nos atravesaba mucho el “mayo francés” ¿no?, o sea, “seamos realistas, pidamos lo imposible”. Era eso ¿viste?, ¿por qué no podía ser?, no había un limite en ese sentido, con todo lo bueno y lo malo que eso tiene ¿no?. Había una cuestión, una impugnación a la autoridad, nosotros impugnábamos a la autoridad (según nuestra evaluación), que no estaban en condiciones de darnos las cosas que nosotros queríamos; no porque no quisiéramos que haya docentes; el problema era el tipo de formación. [...]. Yo no sé si decirle democracia, sino, de radicalización, o sea, de posturas políticas, y mucho protagonismo estudiantil. Nosotros teníamos un gran protagonismo estudiantil, acompañados por algunos docentes. [...]. Y sabiendo que el movimiento estudiantil tenía que estar en alianza con el movimiento obrero ¿viste? Había reivindicaciones particulares del movimiento estudiantil, incluso acompañadas muchas veces por el movimiento sindical; reivindicaciones particulares del movimiento sindical acompañado por el movimiento estudiantil. Yo no sé si teníamos claro que era el trabajo social articulándose, no sé... Habría que pensarlo un poco, pero sí como un movimiento que aspirábamos y discutíamos que el trabajo social tenía que estar articulándose con esos movimientos. Vos fijate que, incluso los graduados; una de estas compañeras que yo decía desapareció, ella participaba del círculo de graduados, y participada del círculo de asistentes sociales de la organización que nosotros estamos estudiando ahora, y estamos investigando; y yo me acuerdo que la veía, y se reunían en la escuela, y la veía la “Colo”⁶ y yo decía “Ay Colo, que espíritu que tenés de estar con esas viejas reformistas, re conservetas y reaccionarias”, y ella siempre me decía “Susana, es el Trabajo Social, hay que estar, hay que estar”.

Entrevistadoras: *Estar “disputando”.*

Entrevistada: Si, si, si, si, estaba ahí ¿viste? Entonces, me acuerdo muy bien. Nosotros como movimiento estudiantil estábamos en otra línea, pero nuestras colegas graduadas estaban ahí.

Entrevistadoras: *Nosotras trabamos con la hipótesis de que son parte de la*

⁶ Se trata de Graciela Busaniche, colega desaparecida, también embarazada al momento de su desaparición. Su hijo no ha sido encontrado aún [Nota da professora Susana Cazzaniga].

Reconceptualización aquellos profesionales que protagonizaron esa transformación de la profesión, y ese vínculo real con los trabajadores y los movimientos. No importa tanto si se reconocía o llamaba como reconceptualizador, si sabía o no de la existencia de la articulación latinoamericana. Para nosotras, si estuvo ahí, construyendo ese vínculo, repensando la formación, reconceptualizando la profesión...

Entrevistada: Si, si, si, sí. [...] Ese es un debate también, ¿Qué es lo que consideramos reconceptualización?

Entrevistadoras: *Si, hay ruptura, de que hay ruptura social.*

Entrevistada: Yo creo que, que si nosotros leemos, empíricamente, lo que fue este movimiento en la Argentina, uno podría decir que hay líneas claras planteadas, en relación a un giro de ciento ochenta grados. Y líneas que se consideraron que estaban en la Reconceptualización, que no tenían ese grado de radicalización. ¿Por qué?, porque el concepto, la concepción de Reconceptualización de estos grupos, tenía que ver justamente con el significado más etimológico de las palabras, “volver a conceptualizar”. No a revolver todo, sino, a salir de ese lugar, de un lugar de una profesión “pobre”, de una profesión caritativa, y ponerla en un lugar de una profesión, con todas las palabras que corresponde a una profesión según esa concepción. Para muchos, eso era reconceptualización ¿se entiende? O sea, entonces te van a discutir que ellos estuvieron en la reconceptualización, entendida desde ese lugar. Y de hecho, si vos tomás el material del ECRO, podés hacer la lectura de como se va desde estas posiciones a las radicalizaciones.

Entrevistadoras: *Pero inclusive, la modernización conservadora; yo no puedo decir que es reconceptualizadora [...]. La reconceptualización busca esa ruptura, empujó esta cuestión de lo latinoamericano, esta ruptura. ¿Cuál es nuestra preocupación? Alargar tanto el concepto de reconceptualización, que entonces deja de ser explicativo lo que fue la reconceptualización. Entendemos que la vía de entrada era la militancia, muchas veces, vía militancia religiosa, fuertemente con aquel debate del desarrollismo. Ahora, la realidad va provocando, la propia dinámica del movimiento, de las luchas, va provocando una radicalización, una ruptura. Entonces, lo que nosotras decimos sobre el concepto de reconceptualización, es que está acotado en donde se provocó esa ruptura: el latinoamericanismo, el vínculo con las luchas, por más que haya sido interpretado por distintos lugares. ¿Dónde pondrías vos el límite de la Reconceptualización?*

Entrevistada: Yo lo pondría en los reaccionarios ¿no? Y ¿por qué digo esto? Porque tener una perspectiva desarrollista, era toda una superación a las prácticas caritativas, una ruptura. Digo, como uno lo vivió. [...]. ¿Cuáles son los hitos?, que tomamos como siendo expresión de la Reconceptualización: el cambio de plan de estudios de la UDELAR; el inicio de la revista ECRO; el Encuentro de Porto Alegre, y empieza ahí el encuentro entre los países del Cono Sur. Eso, para nosotros es el inicio. Y en ese inicio, vos tenés las diferentes posturas. Ahora, ¿cómo al interior de ese movimiento, uno puede pensar en cuales tuvieron las mayores rupturas? Eso es otra cosa.

Entrevistadoras: *En realidad es una hipótesis, que estamos trabajando....*

Entrevistada: El tema es... excepto que ustedes se hagan cargo de decir, que solo estos intentos de mayor ruptura es reconceptualización, pero no nos hagan decir eso a los que vivimos ese proceso...

Entrevistadoras: *Por ahí me pregunto.... Como ese rupturismo es más fuerte en Argentina, los límites de lo que llamamos Reconceptualización son más amplios. Por más que yo tengo dificultades de reconocer el desarrollismo, como parte. Yo creo que es la ruptura con el desarrollismo, porque inclusive si uno mira el desarrollismo y la OEA, por ejemplo, o las políticas de contrainsurgencia.... o sea, eso no está dentro de la Reconceptualización; creo que es la ruptura con eso.*

Entrevistada: ¿Cuáles son las rupturas? Y entonces, uno puede decir: esto es una ruptura que nos lleva a radicalizar, por ejemplo. La gran discusión que tenemos con Norberto Alayon: si la lucha armada está dentro de la Reconceptualización o no. Yo le digo “la lucha armada es la radicalización de la reconceptualización”, y el me dice que no. [...] Yo creo que el movimiento de la Reconceptualización se inicia con diversas perspectivas, y yo utilizo ese término: se va radicalizando, pero como movimiento, en esa radicalización, aquellos que estaban al principio, se fueron corriendo. [...]. El movimiento va sufriendo sus propios desgranes, pero no empieza con el latinoamericanismo. Empieza siendo, empieza diciendo “algo hay que hacer para jerarquizar a la profesión”. ECRO es producto de los primeros, de los estudiantes del instituto Bolívar, que es un instituto absolutamente desarrollista. Ellos empiezan a escribir porque dicen “no puede ser que no haya material en castellano”, “tenemos que buscar y hacer nuestros propios textos”, y ahí empiezan con los “mimeógrafos”, hacer los apuntes, y eso termina siendo la revista. Pero, pensado en que había que tener material propio. Lo mismo

Sela Sierra. Sela Sierra lo dice, en un encuentro, no sé si en Colombia: “hay que buscar y tener textos propios para poder entender nuestras realidades”. Y todavía no están hablando de Latinoamérica; se trabajaba mucho con el concepto de “iberoamericanismo” o “panamericanismo”. [...] Yo insisto, yo creo que de ese gran movimiento, hay una parte que realmente hace más rupturas, y es la radicalización. [...]. Por eso digo. El plan de estudio de cuando yo ingresé a la escuela de Santa Fé, destila desarrollismo, destila funcionalismo ¿viste? Pero hay ahí, hay apuestas a rupturas que no son solamente rupturas en términos teóricos, sino, son rupturas en términos políticos. [...]. Pero además es muy difícil encasillar, ¿viste? Al ser movimiento, es muy, muy inestable las posiciones, incluso las posiciones teóricas van variando. [...]. Entonces, “¿de dónde la importancia del instituto Bolívar”? Cuando empezó la pelea fuerte con la derecha en trabajo social, ese era el único instituto que daba el título de Trabajo Social. Cuando Norberto Alayon quiso ir a inscribirse a la asociación; que era manejada por Marta Ezcurra y demás; de ninguna manera lo aceptaron, ¿me entendés? Y empieza todo un avance en contra del instituto, que el instituto termina funcionando... no sé si alcanza diez años.

Entrevistadoras: *Susana, entonces si te pregunto, ¿dónde pones el límite de la reconceptualización?, vos decís, “en los reaccionarios”. O sea, que vos ponés un límite que es político.*

Entrevistada: Si, si, sí. Si, si, sí. Yo pongo un límite político ¿por qué?, porque cuando yo digo “los reaccionarios”, están planteando un modo de entender a la profesión, en términos también teóricos ¿no?

Entrevistadoras: *Si, tiene consecuencias teóricas, si.*

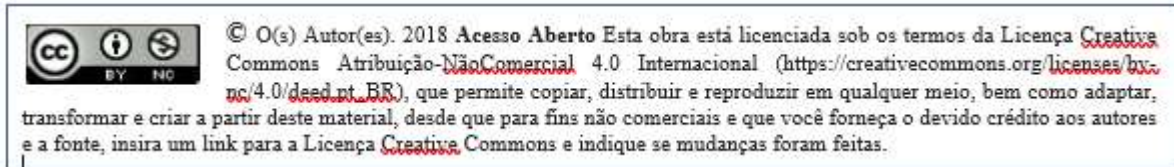
Entrevistada: ¡Claro!, claro porque ¿viste? Este tema de su vinculación con la UCI (Union Catolica Internacional), la escuela de Bélgica, etc, hay todo una cuestión que tiene que ver con la doctrina social de la iglesia, y todas estas cuestiones que son muy, muy confesionales ¿no? [...]. Además esto habría que estudiarlo, como un atractivo en la historia de vida. Nosotros analizando los documentos que encontramos ahí en el colegio, de Santa Fe, hay cartas de Marta Ezcurra, solicitando que se incorporen a la UCI. O sea, evidentemente, ella hace todo un trabajo de disciplinamiento y reclutamiento fuerte. Es un cuadro de la derecha argentina ¿viste?

Entrevistadoras: *Cuando hay una parte de estas personas que legítimamente están preocupadas por una profesión, eso no le quita el mérito. Pero tengo dificultades en decir que eso está dentro del movimiento de Reconceptualización. Puedo decir lo que es un movimiento,*

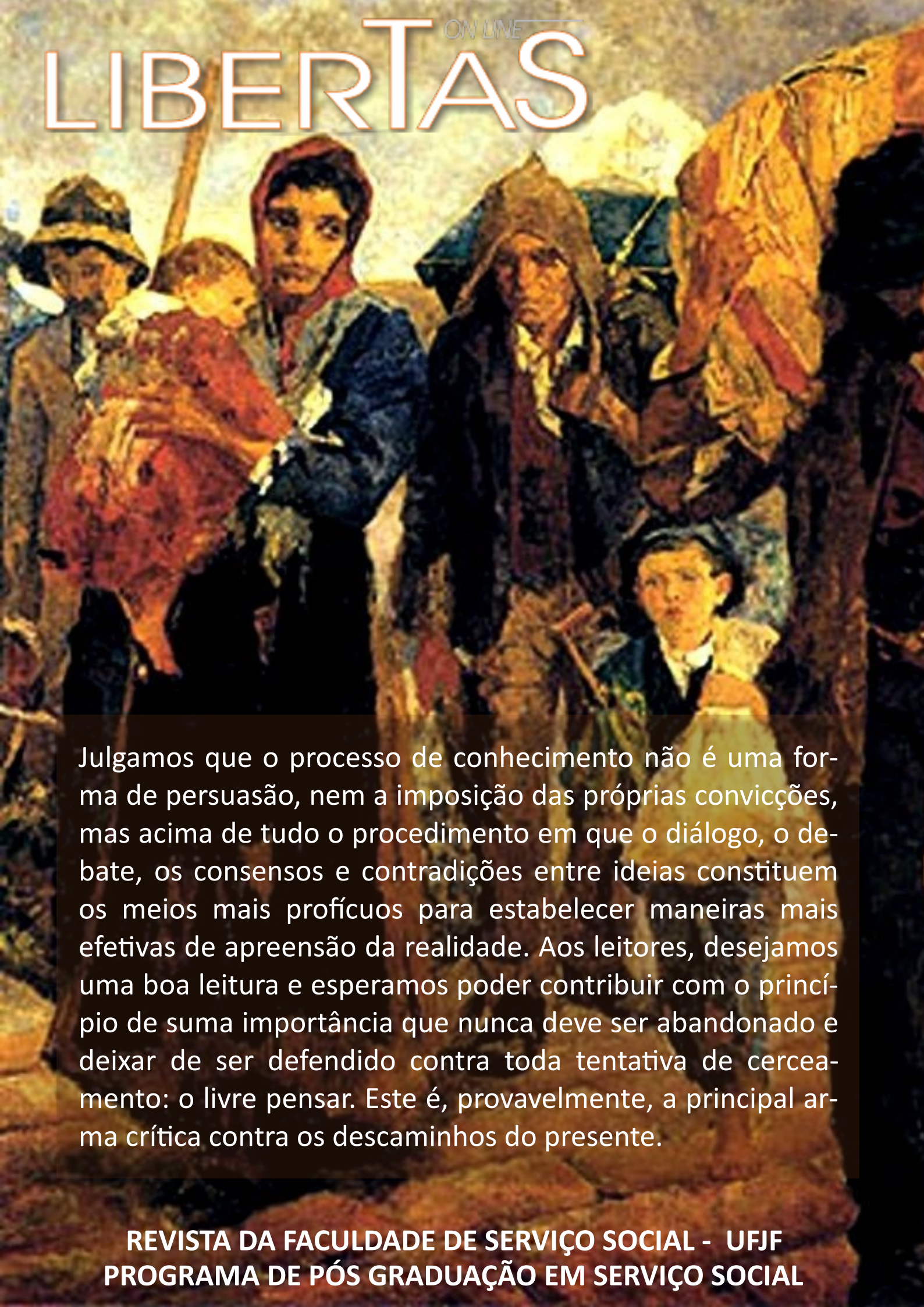
que estarían dentro de una preocupación, de mejorar la profesión, de darle estatutos más teóricos, de darle estatus científicos, etcétera.

Entrevistada: Nosotros también consideramos que no es sólo académico. Lo que pasa, es que también es un mito que se construyó ahí, digamos, que es solamente académico; y también creo que en eso juegan algunos intereses de desvalorizar la reconceptualización.

Entrevistadoras: *Y los procesos reales que produjo, reforma del plan de estudio, cambio de las prácticas pre-profesionales, inserción real en los territorios, vínculo con las luchas; aunque fuera vía militancia.*



LIBERTAS ONLINE



Julgamos que o processo de conhecimento não é uma forma de persuasão, nem a imposição das próprias convicções, mas acima de tudo o procedimento em que o diálogo, o debate, os consensos e contradições entre ideias constituem os meios mais profícuos para estabelecer maneiras mais efetivas de apreensão da realidade. Aos leitores, desejamos uma boa leitura e esperamos poder contribuir com o princípio de suma importância que nunca deve ser abandonado e deixar de ser defendido contra toda tentativa de cerceamento: o livre pensar. Este é, provavelmente, a principal arma crítica contra os descaminhos do presente.

**REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**